



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS
CLÁSSICAS – LIP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA – PPGL**

**ANÁLISE DISCURSIVA CRÍTICA DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE
RESISTÊNCIA DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA DO BRASIL EM
TEMPOS DE CRISE**

Rodrigo dos Santos Camilo

**Brasília/DF
2016**

RODRIGO DOS SANTOS CAMILO

**ANÁLISE DISCURSIVA CRÍTICA DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE
RESISTÊNCIA DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA DO BRASIL EM TEMPOS DE
CRISE**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Linguística** à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) da Universidade de Brasília (UnB).

Orientadora: Professora Doutora
Francisca Cordelia Oliveira da Silva

Brasília/DF
2016

RODRIGO DOS SANTOS CAMILO

**ANÁLISE DISCURSIVA CRÍTICA DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE
RESISTÊNCIA DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA DO BRASIL EM TEMPOS DE
CRISE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, Instituto de Letras, Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística, área de concentração Linguagem e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

**Professora Doutora Francisca Cordelia Oliveira da Silva
(Orientadora/Presidenta)**

Professora Doutora Veruska Ribeiro Machado (Membro Externo)

Professora Doutora Janaína de Aquino Ferraz (Membro Interno)

Professor Doutor Harrison da Rocha (Membro Suplente)

A Jesus, meu Senhor.
Aos meus pais, Francisco e Agripina.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a pessoa mais importante da minha existência, Jesus Cristo, por ser vida, força, fonte, paz, sabedoria e amigo sempre fiel.

Agradeço a minha mãe, Agripina, por ser, para mim, a tradução de amor, de cuidado e de amizade. Como sou grato por você existir e por ter me ensinado o Caminho.

Agradeço ao meu pai, Francisco, por seu cuidado e por sempre ter contribuído para minha formação.

Agradeço a toda minha família. Especialmente meu primo-irmão, Fernando, por seu apoio, sua amizade e por ser exemplo de dedicação.

Agradeço, com muito carinho, minha orientadora, Professora Doutora Cordelia Oliveira, por me ensinar com profundidade, por me presentear, constantemente, com sua dedicação, sua sabedoria e seu companheirismo, ao ponto de se tornar uma preciosa amiga. Concluí que sua representação social é de mestra querida e *ethos* de competência.

Agradeço ao querido professor Harrison da Rocha, que sempre demonstrou ser bom mestre, bom amigo que planta boas sementes na vida de quem está ao seu redor. Hoje, estou colhendo frutos!

Agradeço à querida professora Edineide Silva, seus ensinamentos, seu carinho e seu apoio foram essenciais para que eu chegasse até aqui.

Agradeço à querida professora Walkyria Wetter, primeira orientadora da vida acadêmica. Sou fruto de sua dedicação, de seus ensinamentos e de sua confiança. Como eu amo andar pelo caminho que você me apontou.

Agradeço a minha querida mestra do canto e da vida, professora Claudia Costa. Você foi um presente de Deus, não sou mais o mesmo depois de nossas aulas/terapias.

Agradeço aos meus amigos de caminhada e de luta acadêmica, que se tornaram pessoas tão especiais. São eles: Andreza, Carol, Aline, Christiane, Jhoanny, Thaís, Bárbara, Gabriel, Valéria. Helenice, por ser tão irmã e tão amável.

Agradeço a minha amiga Danúzia, por ser tão companheira e ajudadora, que nos últimos dias deste trabalho me mostrou o significado da passagem bíblica: “Em todo o tempo, ama o amigo e, para a hora da angústia, nasce o irmão.”(PV. 17).

Agradeço a imensa colaboração da professora Janaína que, com competência, sempre ensina e coopera para a melhoria e para o avanço de quem está ao seu redor.

Agradeço à professora Veruska Ribeiro por ter contribuído ricamente com esta pesquisa, ao compartilhar de sua visão tão significativa sobre os temas que envolvem esse trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa social discursiva crítica tem como propósito a investigação: do modo como a presidenta da República do Brasil, Dilma Rousseff, construiu sua representação social de resistência no ano de 2015; das estratégias ideológicas que foram mobilizadas nos discursos oficiais para constituir a representação da líder política; da relação entre o discurso político presidencial e a mídia social *Facebook*. O *corpus* é composto de três discursos oficiais da chefe de governo e de três postagens sobre esses discursos na rede social *Facebook*. A análise é alicerçada nos pressupostos principais da Análise de Discurso Crítica (ADC), sobretudo na concepção proposta por Norman Fairclough (2001; 2003), Pedro (1998) e van Dijk (2008); na Teoria da Representação Social (TRS), nas bases de Guareschi e Jovchelovitch (2013), de Minayo (2013); em conexão com a Representação de Atores Sociais, segundo van Leeuwen (1998). Fundamenta-se, também, na perspectiva da Ideologia e seus modos de operação conforme Thompson (2009), e nas contribuições de Eagleton (1997) e de Chauí (1995). Alguns conceitos sobre a política e a participação feminina, de acordo com Avelar (2001; 2007), e as mídias sociais, baseado em Martino (2013), também foram abordados. A metodologia é qualitativa, apoiada em Bauer e Gaskell (2015) e Flick (2007); e as categorias analíticas são adotadas de Fairclough (1992), de van Leeuwen (1998) e de Thompson (2009). Os resultados revelaram que a presidenta da República, no ano de 2015, representou-se com dupla face: de um lado, como membro ativo e principal do corpo social formado por todos os brasileiros; por outro lado, mostrou-se como agente, atuando como protagonista da cena sociopolítica do Brasil. Para alcançar esses resultados, Dilma Rousseff legitimou-se como líder capacitada e humana para convencer a população brasileira a respeito de seus propósitos políticos para o contexto social de crise daquele período.

Palavras-chave: Análise de Discurso Crítica. Representação Social. Ideologia. Discurso Político.

ABSTRACT

This critical social discourse research aims to investigate a) how Dilma Rousseff, the President of the Federative Republic of Brazil, built her social representation of resistance in the course of 2015; b) the ideological strategies used in official speeches to build her representation as political leader; and c) the relationship between the presidential political discourse and the social media Facebook. The corpus comprises three official speeches by the Rousseff and three posts on Facebook about these speeches. The analysis is based on the main assumptions of the Critical Discourse Analysis, particularly in the conception by Norman Fairclough (2001; 2003), Pedro (1998) and van Dijk (2008); on the Theory of Social Representation as in Guareschi and Jovchelovitch (2013) and Minayo (2013); and in connection with Social Actors Representation by van Leeuwen (1998). It is also based on the definition of Ideology and its *modi operandi* according to Thompson (2009) and on the contributions of Eagleton (1997) and Chauí (1995). Some concepts about politics and female participation by Avelar (2001; 2007) and about social media by Martino (2013) were also used. The methodology is qualitative, based on Bauer and Gaskell (2015) and Flick (2007), while the analytic categories follow Fairclough (1992), van Leeuwen (1998) and Thompson (2009). Results show that President Rousseff represented herself in a dual role in 2015: on the one side as an active, leading member of the social body formed by all Brazilians; on the other side, as an agent that acts as protagonist of the Brazilian sociopolitical scene. To achieve these effects, Dilma Rousseff legitimated herself as a capacitated, humane leader to convince the Brazilian population about her political purposes for the social context of crisis of that period.

Key-words: Critical Discourse Analysis. Social Representation. Ideology. Political Discourse.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Representação dos Atores Sociais – van Leeuwen (1998)	104
Figura 2: Publicação do Discurso I no Facebook	181
Figura 3: Publicação do Discurso II no Facebook	184
Figura 4: Publicação do Discurso III no Facebook	186
Figura 5: Modo da representação social da Presidenta da República Dilma Rousseff no ano de 2015.....	188
Figura 6: Processo ideológico do discurso político da Presidenta da República	192

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Conceitos-chave para as mídias digitais	28
Quadro 2: A concepção tridimensional da ADC	44
Quadro 3: Sintetização das categorias analíticas da ADC (sugestão nossa)	58
Quadro 4: Figuras identitárias do discurso político – as categorias de <i>ethos</i> (sugestão nossa)	81
Quadro 5: Quatro dimensões do processo de pesquisa.....	100
Quadro 6: Modos e meios dos tipos de dados	101
Quadro 7: Diferenças entre pesquisa qualitativa e quantitativa.....	101
Quadro 8: Modos de operação da ideologia	106

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Uso de redes sociais no Brasil	34
--	----

A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê. (Arthur Schopenhauer)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
CAPÍTULO I.....	13
A VIDA POLÍTICA BRASILEIRA E SUA RELAÇÃO COM AS MÍDIAS DIGITAIS	13
1.1 A política brasileira: um pouco do percurso de sua formação e consolidação no cenário atual.....	13
1.1.2 Presidencialismo: modo de atuação do ator governante federal	16
1.1.3 Mulher na política: a constante luta pela participação e pela igualdade	18
1.1.4 A presidenta Dilma Rousseff: a estreia da primeira mulher eleita como governante federal do Brasil.....	21
1.1.5 Afinal, é <i>presidenta</i> ou <i>presidente</i> ?	23
1.2 Mídias digitais: novas dimensões para interação social.....	27
1.2.1 Redes sociais: um novo palco para representação dos atores políticos.....	30
CAPÍTULO II.....	36
A CONCEPÇÃO DISCURSIVA CRÍTICA E SEU DIÁLOGO COM A REPRESENTAÇÃO SOCIAL E A IDEOLOGIA	36
2.1 Breviário da gênese da Teoria Social do Discurso	36
2.2 A Análise de Discurso Crítica: instrumento de investigação linguístico-social para promover a mudança	40
2.2.1 O discurso na visão das três dimensões.....	43
2.2.2 O discurso político: encenação de atores sociais para persuadir e seduzir.....	50
2.2.3 Configuração do processo analítico-investigativo.....	57
2.2.4 A natureza transdisciplinar da teoria social do discurso	63
2.3 Teoria das Representações: caminho para compreender a maneira de viver dos atores sociais.....	64
2.3.1 Representação Social: condição para existência e atuação no mundo	66
2.3.2 Esfera pública: espaço de realização das representações.....	69
2.3.3 Atores e atrizes sociais em cena.....	70
2.3.4 Elenco das categorias de Representação dos Atores Sociais.....	71
2.3.2 Ethos: imagens de si no discurso.....	75

2.4 Ideologia: mobilização do sentido para cumprir propósitos.....	82
2.4.1 As estratégias ideológicas: caminhos para os significados	86
2.4.2 A visão crítica da Ideologia como chave para desvelar o que está oculto	88
2.4.3 O poder: forma de conseguir sucesso na ação ideológica	94
CAPÍTULO III.....	99
O CAMINHO METODOLÓGICO PARA DESVELAR A REPRESENTAÇÃO SOCIAL E SUAS ATUAÇÕES IDEOLÓGICAS.....	99
3.1 A pesquisa social na dimensão qualitativa de análise	99
3.2 A coleta de dados.....	103
3.3 As categorias do processo analítico-investigativo.....	103
CAPÍTULO IV	107
EM CENA: A REPRESENTAÇÃO DA ATRIZ SOCIAL PRESIDENTA DA REPÚBLICA	107
4.1 Discurso, discurso meu, diga-me: quem sou eu? A representação da atriz social presidenta da República.....	107
4.1.2 Eu e nós: somos um. Individualização x assimilação e a distribuição de papéis para o protagonismo presidencial	122
4.1.3 Inclusão como recurso para estar em cena.....	145
4.1.4 <i>Ethos</i> presidencial: as imagens que emergem do discurso político.....	146
4.3 A Ideologia política: legitimação e convencimento como estratégias para alcançar ordem e progresso	155
4.3.1 A legitimação da personagem presidenta da República para promoção do convencimento social.....	156
4.3.2 Juntos podemos muito mais: a <i>unificação</i>	175
CAPÍTULO V	178
ALCANÇANDO ENTENDIMENTOS, DESCOBRINDO CAMINHOS... DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO	178
5.1 Novo palco para a representação dos atores sociais: relação dialética entre discurso político e Facebook	178
5.2 Discurso, discurso meu, revelaste quem sou eu.... <i>A representação social da presidenta da República Dilma Rousseff</i>	188
5.3 Desvelando os segredos da atuação política: as estratégias ideológicas do discurso presidencial.....	191

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	195
REFERÊNCIAS	199

APRESENTAÇÃO

A prática política tem papel principal na estruturação, na organização e na manutenção da vida em sociedade. No Brasil, vivemos numa democracia e isso nos concede o direito de eleger, por meio de voto direto, alguns de nossos compatriotas para atuar tanto na administração e no desenvolvimento das instâncias que compõem a vida social, como também na representação dos direitos e das necessidades da população.

Por meios das diversas interações sociais e das manifestações de opiniões, percebe-se que, numa parcela considerável da população brasileira, permeia o entendimento de que “política não se discute”. Esse pensamento, muitas vezes, é usado como justificativa para que, por exemplo, numa conversa cotidiana, as pessoas não reflitam, questionem ou avaliem a prática daqueles que foram eleitos como seus representantes.

Outro ponto, a ser considerado, é que o discurso constitui-se como um frutífero cenário de atuação dos políticos. É por meio do discurso que o ser e o fazer, no mundo social, acontecem. Dessa maneira, quando os membros de uma sociedade não participam, efetivamente, da prática política e não atuam em suas posições, coopera-se para que o sistema permaneça marcado por falhas, desigualdades, ações de corrupção e retrocessos.

Nesse panorama, o recorte da realidade político-social que faço para este trabalho é a atuação do principal ator político brasileiro: o presidente da República, que é responsável pelas funções de chefe de Estado e de chefe de governo. Devido a isso, os frutos de sua atuação, como governo federal, estão intimamente relacionados à manutenção e à melhoria da vida de todos os sujeitos.

Nesse sentido, promovo esta pesquisa social crítica que tem como propósitos:

- investigar o modo como a presidenta da República do Brasil, Dilma Rousseff, por meio de seus discursos oficiais, construiu, no ano de 2015, sua representação social de resistência diante de um cenário marcado por crise política, econômica e social;

- analisar as estratégias ideológicas que foram mobilizadas nos discursos oficiais para constituir a representação da líder política; e
- examinar a relação entre o discurso político presidencial e a mídia social *Facebook*.

O universo analítico desta pesquisa será composto por cinco capítulos descritos a seguir.

O primeiro capítulo **A vida política brasileira e sua relação com as mídias digitais** apresenta o esboço do quadro político brasileiro, desde seu processo formativo até sua consolidação como sistema presidencialista. São usados, como aporte teórico, os estudos de Carvalho (2007), de Cintra (2007), de Neto (2007) e de Bandeira (2015). Nesse caminho, destaco a atuação da figura feminina e o percurso de vida da primeira mulher que se tornou presidenta da República do Brasil, com base nas contribuições de Avelar (2001). Abordarei os conceitos de mídias sociais, com base em Martino (2014), a fim de evidenciar como essas novas formas de interação social tornaram-se instrumentos cooperadores da prática política.

O segundo capítulo **A concepção discursiva crítica e seu diálogo com a representação social e a ideologia** aborda os pressupostos teórico-metodológicos desta jornada investigativa. Começarei o percurso imergindo na perspectiva da Análise de Discurso Crítica (ADC) de Fairclough (2001; 2003), de Pedro (1998), de van Dijk (2008) e de Wodak (2004); o que me permitirá estabelecer diálogo com outras áreas de estudo. Por isso, anoro-me na Teoria da Representação Social (TRS) nas bases de Moscovici (2013), de Guareschi e Jovchelovitch (2013), de Farr (2013) e de Minayo (2013). Por fim, tomo posse da abordagem da Ideologia e seus Modos de Operação de acordo com Thompson (2009) e das contribuições de Eagleton (1997) e de Chauí (1995).

O terceiro capítulo **O caminho metodológico para desvelar a representação social e suas atuações ideológicas** mostra o trajeto metodológico deste estudo e as concepções analíticas de Fairclough (2001), de van Leeuwen (1998) e de Thompson (2009), de Bauer e Gaskell (2015) e de Flick (2004).

O quarto capítulo **Em cena: a representação da atriz social presidenta da República** trata da elaboração dos procedimentos analíticos anteriormente apresentados. Apresentarei a investigação da representação social da governante federal, alicerçado em Fairclough (2001) e van Leeuwen (1998), e o *ethos*

presidencial resultante desse processo, com base em Charaudeau (2015). Trabalharei a análise das estratégias ideológicas, conforme Thompson (2009) e Fairclough (2001), e a das relações de poder, segundo Lebrun (2004) e van Dijk (2008).

O quinto capítulo **Alcançando entendimentos, descobrindo caminhos... discussão dos resultados da investigação** exibe a relação entre discurso político, embasado em Charaudeau (2015) e Fairclough (2001) e rede digital *Facebook* na visão de Martino (2014). Logo após, apresentarei os resultados dos procedimentos analíticos.

Esta pesquisa tratou de expor o modo como a presidenta da República construiu sua representação social e as estratégias ideológicas que ela manifestou durante essa ação. Dessa forma, em alguma medida, foi possível verificar possíveis efeitos que o discurso político gerou na população, por meio da rede digital *Facebook*.

CAPÍTULO I

A VIDA POLÍTICA BRASILEIRA E SUA RELAÇÃO COM AS MÍDIAS DIGITAIS

O maior castigo para aqueles que não se interessam por política é que serão governados pelos que se interessam.
(Arnol Toynbee)

[...] que continuemos a nos omitir da política. É tudo o que os malfeitores da vida pública mais querem.
(Berlto Brecht)

O propósito deste capítulo primeiro é caracterizar o universo contextual no qual esta pesquisa sociodiscursiva é idealizada. Iniciarei esboçando alguns fundamentos do sistema político brasileiro, seu modo de governança e de manutenção por meio da participação popular. Para isso, buscarei pressupostos em Carvalho (2007), Cintra (2007), Bandeira (2015) e Neto (2007). Logo após, procuro apresentar o papel e a importância do uso das mídias digitais na prática política, de acordo com as perspectivas de Martino (2014).

1.1 A política brasileira: um pouco do percurso de sua formação e consolidação no cenário atual

Empreender uma investigação do modo como a governante da nação brasileira representa-se requer, primeiramente, compreender a configuração do universo no qual os sujeitos, para garantir a organização e a manutenção da vida social, elegem um dos seus para atuar como chefe máximo, sob a responsabilidade de gerir e de proporcionar melhorias em várias instâncias sociais.

Nesse panorama, instaura-se a *política*¹, a qual pode ser apreendida como:

- a ciência do governo das nações;

¹ Com base em Houaiss (2007) e Aurélio (2016).

- arte de regular, de organizar, de administrar as relações entre Estados e seus negócios;
- conjunto de medidas que visam obtenção de determinado fim;
- arte de direcionar ou de influenciar a forma de governo pela organização de um partido, pela interferência da opinião pública e pela aliciação de eleitores;
- habilidade no relacionar-se com outros indivíduos com objetivo de alcançar resultados desejados.

De acordo com Carvalho (2007, p. 19), a principal dificuldade da política do Brasil é constituir um país que promova a combinação de liberdade, de participação e de justiça social. Ele aponta que temos liberdade, uma parcela de participação e muita desigualdade. Para sobreviverem, a liberdade e a participação necessitam produzir igualdade.

Nesse sentido, Carvalho (2007) destaca que a política brasileira é marcada por dois importantes períodos. No primeiro, compreendido de 1500 a 1930, encontram-se duas características ligadas à natureza da colonização portuguesa que influenciaram a formação da política do Brasil. De um lado, a coroa portuguesa sempre patrocinou as ocupações e a colonização da terra conquistada, além de exercer a administração da colônia até seu final, por meio da nomeação de vice-reis, de capitães-gerais, de magistrados, de padres e de bispos. Por outro lado, devido à insuficiência de recursos humanos de Portugal, a metrópole não possuía gente suficiente para colonizar nova terra, nem detinha pessoal qualificado para administrá-la. Por isso, a Coroa, a fim de manter a ordem e o gerenciamento, recorreu à cooperação de potentados rurais, os quais eram responsáveis pela segurança e pelo monitoramento da cobrança de impostos (ibidem, p. 24).

Essas duas características, segundo Carvalho (2007), parecem conflitantes, pois expressam um governo, ao mesmo tempo, forte e desprovido de recursos. Todavia, elas propiciaram a construção de um aspecto central da política brasileira: a mistura, o conluio, entre o poder estatal e o privado. Tal mistura é denominada de *patrimonialismo*, porque denota que o Estado reparte seu patrimônio entre particulares em troca de colaboração e de lealdade. Nesse tipo de sistema, não há cidadãos, mas, sim, súditos inseridos num processo de trocas com o Estado, o qual é regido por favorecimentos. O autor ressalta que o clientelismo e o nepotismo, ainda fortes até hoje, são resquícios do patrimonialismo.

Aponta Carvalho (2007, p. 25) que, quando o país tornou-se independente em 1822, a elite política brasileira adotou uma monarquia representativa como forma de governo. Aderiu à monarquia para auxiliar a manutenção da unidade do país em volta da figura do imperador e sustentar a ordem social; e escolheu ser representativa para atender à oposição aos governos absolutistas, que eram muito fortes desde a Revolução Francesa de 1789.

Esse modo de governança diferenciava-se em relação aos demais da época porque atribuía ao imperador grande poder sobre o ministério. Assim, o imperador portava-se como chefe do governo do Estado e selecionava os ministros entre os líderes dos partidos Liberal e Conservador. Os deputados gerais eram eleitos por quatro anos, já os senadores eram eleitos por toda a vida em listas tríplexes (ibidem, p. 26).

Nesse sentido, Carvalho (2007, p. 26) assinala que as modificações mais importantes iniciadas na República foram a introdução do presidencialismo, a eleição popular do presidente para cumprimento de mandato de quatro anos, e a dos governadores dos estados, conforme o sistema federal então introduzido.

Nesse caminho, a realidade da vida política era muito diferente quando comparada aos dispositivos legais. Carvalho (2007, p. 26) explica que a experiência representativa do Brasil limitava-se apenas às eleições municipais da época colonial, porém os votantes eram somente aqueles considerados “homens bons” (proprietários de terras). Mesmo com direito ao voto, o sistema representativo era excludente: mulheres e escravos não votavam, a dependência social da população não permitia que os cidadãos exercessem o direito ao voto com autonomia, e o controle e a pressão das autoridades mascaravam as eleições. Com isso, não se podia falar que, no Brasil, havia democracia representativa nem mesmo após a proclamação da República, já que ela mesma não possuía “povo”, ou seja, não havia participação popular efetiva.

Muitas mudanças começaram a instaurar modificações na dura realidade política do Brasil, ao ponto de o ano de 1930 marcar um divisor de águas. A partir desse período, houve grande aceleração nas mudanças, cujas principais causas foram externas: a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Revolução Comunista (1917) e crise de 1929. Internamente, ocorria que a Política dos Estados não conseguia mais sustentar o controle sobre as oligarquias descontentes e sobre os setores que eram emergentes nas cidades, os militares revoltavam-se e movimentos culturais, como a Semana de Arte Moderna de 1922, desafiavam a tradição (ibidem, p. 27).

Elucida Carvalho (2007, p. 28) que a entrada do povo na política não ocorreu de forma tranquila. Ela se deu, na década de 1940, por um processo chamado populismo. Além de votar, o povo começou a manifestar-se também por meio de organizações sindicais, nas greves operárias, nos comícios e em campanhas nacionais. Essa participação sofreu interrupção em 1964 e foi dificultada durante os 21 anos de atuação da ditadura militar. Nesse panorama, o voto não foi suprimido, no entanto foi eliminado o direito de expressão e de organização, fundamentais à participação política. Ao final do período ditatorial, a participação foi retomada e assumiu novas e diversificadas formas.

Esse mesmo autor salienta que o saldo da participação popular contribuiu para consolidação do Estado democrático. Devido a isso, as instituições, como sindicatos, partidos e imprensa, têm praticado suas atividades livremente; e os poderes constitucionais estão no geral atuando conforme a lei; os rituais da democracia - eleições, debates e campanhas – não têm sido impedidas. Apesar de os resultados sociais do exercício da democracia política ainda não serem satisfatórios, é necessário considerar que a prática democrática é recente, marcada por idas e vindas e retrocessos, portanto precisa de tempo para aperfeiçoar (op. cit. p. 28-29).

Até aqui, expus um pouco da História política do Brasil, apresentando pontos importantes de sua formação e das modificações sofridas durante seu percurso de evolução, sobretudo em relação à atuação dos atores políticos no papel de governo. Com isso, podemos compreender melhor as bases nas quais o atual sistema político brasileiro foi estruturado, o qual abordarei na próxima seção.

1.1.2 Presidencialismo: modo de atuação do ator governante federal

Na contemporaneidade, Cintra (2007) afirma que as democracias não seguem um único caminho na organização de seus governos. Elas podem configurar-se em sistemas diferenciados, de acordo com variações nos seus componentes e na forma como eles se combinam uns com os outros. Dessa forma, cada nação democrática tem sua organização política peculiar, construída a partir do enfrentamento dos desafios encontrados ao longo de sua história.

Sendo assim, sobretudo devido ao impulso da ação de democratização das décadas finais do século passado, a temática “sistemas de governos²” tem conquistado crescente atenção e notoriedade nos estudos das ciências sociais nos últimos anos. Por isso, os debates sobre os méritos e deméritos do parlamentarismo e do presidencialismo, por serem os sistemas de governos mais adotados entre as sociedades na atualidade, têm sido acirrados.

Nesse sentido, por este estudo ser baseado na representação social de uma governante que é fruto do sistema presidencialista, o qual é o sistema de governo exercido no Brasil, conforme promulgado pela Constituição Federal de 1988, focalizarei, de agora em diante, minha explanação nesse modo de governo.

De acordo com Bandeira (2015), o regime presidencialista teve sua origem na Constituição norte-americana, em 1787, e foi adotado pelo Brasil desde a proclamação da República em 1889. Nesse sistema, há separação de três Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário, independentes e harmônicos entre si. O poder executivo é desempenhado pelo presidente da República, o qual reúne as funções de chefe de Estado e chefe do governo.

Cintra (2007, p. 37) corrobora esse entendimento ao caracterizar o presidencialismo como sistema de governo que:

- possui um presidente o qual é, ao mesmo tempo, chefe de Estado e chefe do governo³;
- o presidente é escolhido por meio de voto popular;
- seu mandato é prefixado, exceto no caso de *impeachment*, não podendo o presidente ser demitido pelo voto parlamentar, nem o Legislativo ser dissolvido pelo presidente;
- a equipe de governo (o ministério) é formada pelo presidente e é subordinada a ele, não ao Legislativo.

Baseado nisso, no contexto brasileiro, o presidente da República é eleito, simultaneamente com o vice-presidente, por meio do voto direto e secreto do eleitorado, de acordo com o princípio da maioria absoluta, em eleição que pode ser realizada em

² A terminologia “sistemas de governo” para designar presidencialismo, parlamentarismo e modelos híbridos segue a adotada pela Constituição Federal, no art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (CINTRA, 2007).

³ O chefe de Estado representa a nação no plano simbólico, e o chefe do governo exerce as funções principais de governo (CINTRA, 2007, p. 37).

até dois turnos. Assim, o presidente eleito cumprirá mandato de quatro anos, podendo concorrer à reeleição ao fim do primeiro mandato (BANDEIRA, 2015, p. 32).

Assevera Bandeira (2015) que o artigo 84 da Constituição Federal do Brasil esboça as atribuições do governante federal. Desse modo, como chefe de Estado, algumas funções dele são: celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeito a referendo do Congresso Nacional; nomear ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores; nomear magistrados do Tribunal Regional Federal (TRF), Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e Tribunal Regional Eleitoral (TRE); declarar guerra; e celebrar paz.

No que diz respeito ao papel de chefe de Governo, algumas atribuições são: nomear e exonerar ministros de Estado; exercer, com ajuda dos ministros, a administração federal; sancionar e fazer publicar as leis, assim como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução; vetar projetos de leis; decretar estado de defesa e de sítio; conceder indultos e substituir penas; exercer comando supremo das forças armadas e nomear comandantes e oficiais; enviar ao Congresso projeto de lei com as diretrizes e as propostas do orçamento; prestar as contas referentes ao exercício anterior ao Congresso Nacional, dentre outras (op. cit. p. 33).

Fundamentado nessa concepção, apresento o entendimento de Neto (2007, p. 131) sobre a importância do poder executivo:

Tendo o Brasil um sistema de governo sob o qual o presidente, além de contar com ampla legitimidade e visibilidade que lhe confere a sua eleição pelo povo, detém extensas prerrogativas constitucionais no que concerne à direção da administração pública e ao processo legislativo, é natural que o Poder Executivo seja o centro de gravidade do regime político.

Com essa exposição, procurei elucidar as características que configuram o sistema atual político brasileiro, as principais funções e os papéis atribuídos ao presidente da República Federativa do Brasil, para que, dessa forma, seja concebido o cenário e os fundamentos nos quais a presidenta Dilma Rousseff construiu sua representação social durante o ano de 2015.

1.1.3 Mulher na política: a constante luta pela participação e pela igualdade

Ao longo da história das sociedades, podemos ver que a vida política foi quase sempre produzida e regida por homens. Até os dias de hoje, no fim da

segunda década do século XXI, a participação política das mulheres, em relação ao exercício de cargos de governo ou de autoridade, ainda é bem inferior se comparada ao mesmo tipo de participação que os homens exercem.

No Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e de Estatística (IBGE)⁴, as mulheres representam 51,95% do eleitorado no país, mas, no Congresso, o percentual é de 10%. A cartilha, *+Mulher na Política: Mulher, tome partido*⁵, desenvolvida pela Procuradoria Especial da Mulher, com apoio do Ministério Público Federal, relata que, num *ranking* sobre representação feminina, entre 188 países, o Brasil está na posição de número 156, e, quando comparado com 34 países das Américas, ele ocupa o 30º lugar.

Desse modo, direcionando o olhar para a realidade brasileira, a partir da qual esta investigação desenvolve-se, penso que é pertinente trazer a este estudo algumas considerações a respeito da figura feminina na elite política brasileira.

Ao tratar sobre esse assunto, Avelar (2001) expõe que a participação das mulheres na vida política, a partir do início do século XX, está relacionada às mudanças sociais, culturais e políticas das sociedades. Dentre tais mudanças, pode-se apontar: o surgimento de novos tipos de famílias, a quebra dos padrões familiares patriarcais, os novos modos de produção no mundo do trabalho e os seus efeitos nas relações sociais, as conquistas das mulheres no decorrer do século XX e o desenvolvimento de uma consciência feminista. Essas modificações acabaram por aniquilar fundamentos seculares sobre os quais se assentava a dominação masculina em todas as dimensões da vida pública e privada.

Em relação ao Brasil, a autora destaca que as análises sobre as mulheres na política precisam, também, considerar as razões do demorado processo de mudanças políticas no país, especialmente no âmbito dos direitos de cidadania. Nesse sentido, Avelar (2001, p. 12) assinala que

[...] há democracia de direito e de fato quando os direitos de cidadania são extensivos a todos os segmentos, sem discriminação territorial, socioeconômica, de raça e de gênero, direitos inaugurados à época das revoluções burguesas e que vem se difundindo diferentemente nos vários países do mundo.

⁴ Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-03/participacao-das-mulheres-na-politica-ainda-e-desafio>>. Acesso em: set. 2016.

⁵ Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496489/livreto-mais-mulher-na-politica.pdf?sequence=1>>. Acesso em: set. 2016.

Como primeiras manifestações das mulheres brasileiras para conquista de maior igualdade, Avelar (2001) relata que, em 1870, um grupo de senhoras de classe alta organizou um jornal, *O Bello Sexo*, com objetivo de ser úteis à sociedade e esboçar reivindicações para obtenção de educação extensiva às mulheres como meio propiciador da emancipação feminina.

Em 1922, a Semana de Arte Moderna possibilita um clima de mudança cultural mais favorável aos anseios das mulheres. Todavia, apenas aquelas dotadas de riqueza e de emancipação intelectual usufruíam de autonomia e de independência. No geral, nos movimentos urbanos dos anos 1920 e 1930, as conquistas femininas não resultaram na alteração da sociedade e da família, por serem frutos da mobilização de mulheres de classe alta, eles apenas confirmavam a política conservadora da época (ibidem, p. 18-19).

Afirma Avelar (2001, p. 20) que o direito de voto das mulheres veio somente por decreto do presidente Getúlio Vargas, em 24 de fevereiro de 1932. Porém, a efetivação do voto feminino deu-se em 1946, e uma retomada do ativismo ocorreu nos anos 1970 e 1980, com movimentos sociais estruturados em torno de novos temas, principalmente graças à ascensão educacional das mulheres. Mesmo assim, a dificuldade maior ainda imperava: como formar coalizões em uma sociedade profundamente desigual?

Inúmeras líderes feministas despontaram das universidades, dos movimentos de base da Igreja Católica e de antigos partidos clandestinos. Durante o período de transição brasileira (1974-1985), os partidos mantinham o fechamento às representações das mulheres. Foi a construção de uma nova dimensão política, a esquerda, reproduzida pela “política da sociedade organizada”, que favoreceu o clareamento do posicionamento ideológico das mulheres (ibidem).

De acordo com Avelar (2001), de alguma forma, as mulheres brasileiras seguiam orientações das organizações femininas mundiais. O feminismo foi sendo encarado como tema político, já que possuía diversificação ideológica, pregava reformas progressivas e emancipações, que conduziam à igualdade entre os sexos.

Todavia, segundo essa autora, o ativismo feminino internacional e nacional sofreu grande abalo, devido à crise econômica que se instalou nos países em desenvolvimento, o que trouxe modificações em várias instâncias sociais. Nos países latino-americanos, as desigualdades se agravaram no início do presente século. Diante da complexidade desse panorama, o mundo das mulheres

encontrava-se diverso, os direitos de cidadania comprometidos e as organizações femininas sofrendo refluxo (ibidem).

Segundo Avelar (2001, p. 24, grifo nosso), há muito ainda para se alcançar em relação à significativa representação e participação política das mulheres. Devido a isso, ela defende que

[...] a questão-chave não é eleger mais mulheres e sim eleger mulheres feministas. O feminismo, como uma ideologia política, é elemento crucial na construção de **identidades políticas femininas** porque é um conjunto estruturado de ideias que guia a ação política. É a consciência de que as mulheres são discriminadas e não usufruem das mesmas condições de igualdade que os homens; a convicção de que isso é resultante da situação de desigualdade estrutural das mulheres na sociedade, e do reconhecimento de que são necessárias soluções grupais, resultantes da ação coletiva, para a mudança em termos estruturais.

Esse breve esboço dos principais aspectos da participação feminina na política do Brasil contribui para o entendimento das bases que formam o cenário no qual a representação da identidade política da mulher constitui-se, como também da importância de sua atuação efetiva nas práticas que compõem a vida social.

1.1.4 A presidenta Dilma Rousseff: a estreia da primeira mulher eleita como governante federal do Brasil

Todo o período da República Federativa do Brasil foi marcado pela presença masculina ocupando e exercendo o mais alto e importante cargo político da nação. Todavia, esse cenário foi alterado pelo processo eleitoral de 31 de outubro de 2010 e pela consequente posse em 1º de janeiro de 2011 de Dilma Rousseff, do partido dos Trabalhadores (PT), que, eleita por voto direto, tornou-se a primeira mulher a ocupar a presidência da República. Após o cumprimento de seu mandato, Dilma Rousseff disputou novamente as eleições presidenciais e, no dia 1º de janeiro de 2015, foi empossada para seu segundo mandato.

A força e a significação desse evento desencadearam profunda mudança na realidade sociopolítica brasileira. Isso possibilitou rupturas com amarras do passado de uma sociedade machista e excludente em relação à presença e à participação da mulher na vida política, e contribuiu para a consolidação e a legitimação da identidade feminina no que diz respeito à sua capacidade para o desempenho de funções e de cargos de liderança e de governança.

Imergido nesse desvelar sobre a presença e a participação da mulher na política, sobretudo do Brasil, nesse ponto do trabalho, podemos nos questionar em relação aos aspectos por trás de sua imagem de governante, aqueles ligados à sua história de vida e à sua jornada política. Por isso, abordarei, a seguir, um pouco de tais aspectos, já que eles se fazem presentes e cooperam para o processo de construção representacional da presidenta.

Dilma Vana Rousseff é filha de um imigrante búlgaro e de uma professora brasileira. Ela nasceu em Belo Horizonte, em 1947, estudou em colégios tradicionais e deu início à vida política ainda na adolescência.

A partir de 1964, no decorrer da ditadura militar, integrou organizações de combate ao regime, como Comando de Libertação Nacional (Colina) e a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Ingressou na faculdade, onde sofreu perseguição e foi obrigada a viver na clandestinidade.

Em 1970, Dilma foi presa, condenada por subversão. Com isso, ela foi torturada por mais de dois anos com palmatória, socos, pau-de-arara e choques elétricos. Esse período, conhecido também como “os anos de chumbo”, foi lembrado pela presidenta em discursos e a levaram às lágrimas durante a criação da Comissão Nacional da Verdade⁶ e na entrega de seu relatório final.

Logo após deixar a prisão, Dilma Rousseff teve uma filha com Carlos Araújo, voltou a estudar e formou-se em Economia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Na década de 80, ela ocupou seu primeiro cargo público: Secretária Municipal da Fazenda de Porto Alegre. Na eleição seguinte do governador do estado, ela tornou-se Secretária Estadual de Energia, Minas e Comunicação. Em 1999, ela voltou a ocupar o mesmo cargo destacando-se por saber lidar com um racionamento de energia de 31 dias.

No ano de 2003, Dilma passou a ser a primeira mulher a assumir o Ministério de Minas e Energia com a promessa de solucionar os apagões, os quais foram vivenciados na gestão do presidente anterior, Fernando Henrique Cardoso. Ao assumir esse Ministério, ela assumiu, também, a presidência do conselho de administração da Petrobras. Em 2005, tornou-se Ministra da Casa Civil.

⁶ É o nome dado à comissão, criada pela Lei nº 12.528/2011, que investigou as graves violações de direitos humanos praticados entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988 pelo Estado brasileiro.

A descoberta de um câncer no sistema linfático em 2009 não a apartou das atividades partidárias. Em 2010, Dilma anunciou sua cura e venceu as eleições presidenciais com 56,05% dos votos. No decorrer do governo, os principais programas de seu partido, o PT (Partido dos Trabalhadores), eram encabeçados pela presidenta.

A chefe de Estado conseguiu reeleger-se em 2014, com 51,6% dos votos. Porém, em 12 de maio de 2016, Dilma é afastada de seu cargo por 180 dias, depois de uma votação no Senado Federal. Com isso, foi aberto o processo de *impeachment*. Seu vice, Michel Temer, assumiu interinamente a presidência da República.

O processo para o afastamento definitivo da presidenta durou nove meses. Nas últimas instâncias, ela chegou a comparecer ao Senado para fazer sua defesa pessoalmente. Todavia, no dia 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff foi destituída do cargo da presidência do Brasil por 61 votos dos senadores contra 20, mas com seus direitos políticos preservados, podendo candidatar-se para cargos eletivos e exercer outras funções na esfera pública. Com isso, chega ao fim o governo da primeira presidenta da República do Brasil.

Na próxima seção, abordarei sobre a escolha de utilizar o termo *presidenta* na referência a Dilma Rousseff como governante federal, apresentando as bases que justificam tal escolha.

1.1.5 Afinal, é *presidenta* ou *presidente*?

Neste estudo, utilizo o termo *presidenta* para designar o cargo político desempenhado por Dilma Rousseff. No entanto entendo que é necessário expor as bases que alicerçam essa escolha, a qual vai além dos limites gramaticais.

Já sabemos que, no Brasil, o candidato eleito, para exercer as atribuições de chefe de Estado e de governo, é nomeado como presidente da República. Entretanto, durante seu primeiro mandato, Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 12.605⁷, em 3 de abril de 2012, a qual determina que:

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

⁷ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12605.htm>. Acesso em: 30 de jul. 2016.

Art. 1º. As instituições de ensino públicas e privadas expedirão diplomas e certificados com a flexão de gênero correspondente ao sexo da pessoa diplomada, ao designar a profissão e o grau obtido.

Art. 2º. As pessoas já diplomadas poderão requerer das instituições referidas no art. 1º a reemissão gratuita dos diplomas, com a devida correção, segundo regulamento do respectivo sistema de ensino.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Dessa maneira, a chefe de Estado expressou, claramente, como gostaria que fosse referida em relação ao seu cargo político. À época da sanção dessa lei, houve um intenso debate se a grafia de *presidenta* estava “correta” do ponto de vista gramatical, se o uso desse termo no feminino era necessário ou apenas uma estratégia política.

Em relação à dimensão gramatical, Mattoso (1984, p. 77) elucida sobre a formação do gênero feminino de substantivos terminados com o morfema -e, assim como *presidente*. Sobre isso ele declara: “já os nomes, que são essencialmente substantivos, podem às vezes possuir um feminino em -a mesmo quando são de tema em -e (ex.: mestre - mestra)”.

Ainda nesse sentido, sobre formação de substantivos no feminino, Evanildo Bechara (2009, p. 135), na obra *Moderna Gramática Portuguesa*, declara: “os em -e uns há que ficam invariáveis, outros acrescentam -a depois de suprimir a vogal temática”. Cunha e Cintra (2007, p.194), na *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, afirmam:

os substantivos terminados em -e, [...] são geralmente uniformes. Essa desigualdade para os dois gêneros é, como veremos a seguir, quase que absoluta nos finalizados em -nte, de regra originários de participios presentes e de adjetivos uniformes latinos. Há, porém, um pequeno número que, à semelhança da substituição -o (masculino) por -a (feminino), troca o -e por -a.

Esses mesmos autores apontam, como exemplos, as formações: elefante-elefanta, governante-governanta, infante-infanta, parente-parenta. Dessa forma, até esse momento, temos a exposição de concepções, no âmbito normativo da língua portuguesa do Brasil, que acenam, de certo modo, para a possibilidade da formação do substantivo feminino *presidenta*. O vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP) também admite a forma flexionada *presidenta*. Ressalto que, com essa breve elucidação, não pretendo esgotar essa discussão. Minha motivação é apresentar um pouco da perspectiva gramatical sobre o assunto.

Todavia, no meio social, sobretudo nos veículos de comunicação, a adoção do termo não foi unânime e muitos optaram por referir-se à líder política como *presidente*, como podemos observar nos exemplos a seguir:

O primeiro dia do ano foi também o primeiro do segundo mandato da **presidente** Dilma Rousseff. A cerimônia de posse começou com desfile pela Esplanada dos Ministérios. Quem foi ao Palácio da Alvorada queria uma chance de ver a presidente Dilma Rousseff antes da posse. Durante toda a manhã, ela ficou na residência oficial, se preparando para a cerimônia. (*G1*⁸, 1º jan. 2015, grifo nosso).

Agitada, andando em círculos e gesticulando muito, a **presidente** Dilma Rousseff olhou para os auxiliares e bardou, indignada: “Não sou eu quem vai pagar por isso. Quem fez que pague”. (*Folha de S. Paulo*⁹, 12 jul. 2015, grifo nosso).

O pronunciamento da **presidente** Dilma Rousseff (PT) em cadeia de rádio e televisão foi acompanhado de protestos em algumas capitais. Durante o discurso, que durou 15 minutos, moradores foram às janelas dos apartamentos para fazer um painel. (*Correio Brasiliense*¹⁰, 8 mar. 2015, grifo nosso).

Como analista crítico do discurso, percebo que a escolha de utilizar ou não o termo *presidenta* envolve, também, uma perspectiva ideológica. Um dos aportes teóricos desta pesquisa é a ideologia, a qual será apresentada de modo mais amplo no capítulo 2. Por isso, nesta seção, abordarei apenas os pontos do conceito que colaboram para a compreensão dessa temática.

Dilma Rousseff foi a primeira mulher a se tornar governante federal de uma nação em que há predominância masculina nos cargos políticos, nos cargos de chefia e de poder dos diversos setores da sociedade. Como já vimos nas seções anteriores, há uma constante luta feminina para a conquista e o desempenho de papéis relevantes na vida pública e política do Brasil, com base em direitos igualitários que favoreçam a atuação significativa da mulher. Desde seu primeiro mandato, a presidenta sempre esboçou seu comprometimento com essa luta e com os desafios que ela suscita, conforme poderemos notar por meio da análise do *corpus* deste estudo, no capítulo 4.

⁸ Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/01/presidente-dilma-rousseff-toma-posse-do-segundo-mandato.html>>. Acesso em: 15 de jul. 2016.

⁹ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/07/1654560-crise-faz-presidente-dilma-rousseff-demonstrar-irritacao.shtml>>. Acesso em: 15 de jul.2016.

¹⁰ Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2015/03/08/internas_polbraeco,474507/durante-pronunciamento-de-presidente-dilma-rousseff-populacao-protesta.shtml>. Acesso em: 15 de jul.2016.

De acordo com Fairclough (2001, p. 117), as ideologias estão presentes nas práticas discursivas e conseguem eficácia quando se tornam naturalizadas, atingindo, assim, o *status* de “senso comum”. Porém o autor salienta que não devemos nos atentar muito na propriedade estável das ideologias, porque há uma dimensão nas práticas discursivas formada pela luta ideológica. Essa luta propicia novas moldagens das práticas discursivas e das ideologias em meio ao contexto de transformações das relações de dominação.

Baseado nesse entendimento, podemos ampliar nossa visão para compreender que a decisão de Dilma Rousseff, em utilizar até instrumentos legais, para demonstrar como ela queria ser tratada, em relação ao seu cargo político, revela uma luta ideológica iniciada na prática discursiva, cujo alvo era a modificação de relações de dominação e a promoção de um movimento de resistência. Assim, foi uma tentativa de legitimar uma conquista e uma ascensão da mulher brasileira. Até aquele momento, o termo *presidenta* era incomum e, de certo modo, desconhecido, mas seu posicionamento ideológico visou “naturalizar” e demarcar a presença feminina na política e nos setores sociais.

Em relação ao caráter ideológico que a utilização do termo *presidenta* possui, podemos ver, nas palavras de Fairclough (2001, p. 120, grifo nosso), importante consideração:

Não se deve pressupor que as pessoas têm consciência das dimensões ideológicas de sua própria prática. As ideologias construídas nas convenções podem ser mais ou menos naturalizadas e automatizadas, e as pessoas podem achar difícil compreender que suas práticas normais poderiam ter investimentos ideológicos específicos. **Mesmo quando nossa prática pode ser interpretada de resistência, contribuindo para a mudança ideológica, não estamos necessariamente conscientes dos detalhes de sua significação ideológica.**

Apoiado nesse pensamento, entendo que Dilma Rousseff objetivou, em alguma medida, promover uma mudança ideológica a fim de cooperar com a mudança social: conquista e avanço do ser e do fazer feminino no cenário político-social do Brasil. A modificação da convenção (presidente – presidenta) foi investida de determinadas ideologias, as quais não é possível aferir as dimensões de seus efeitos sociais, mas sabemos que contribuiu, fortemente, para a representação social de resistência da presidenta da república.

A seguir, veremos como o uso das mídias digitais tornou-se parte elementar da prática comunicacional e, por isso, passou a ser usada como instrumento auxiliador para realização da prática política.

1.2 Mídias digitais: novas dimensões para interação social

Nas palavras de Martino (2014), as mídias alcançam grau de importância quando deixam de atrair a atenção e se tornam triviais. Devido ao seu relacionamento com o cotidiano dos sujeitos, a vida sofre transformações, não por conta da atuação da mídia em si, mas por causa das relações humanas conectadas a ela.

Compreender as ligações entre os indivíduos conectados por mídias digitais, implica desvelar o processo que possibilita a modificação daquilo que se entende por política, arte, economia e cultura; e envolve o modo como o ser humano entende a si mesmo, seus relacionamentos, seus problemas e suas limitações. Dessa forma, as mídias digitais, e os ambientes formados com base em suas conexões, estão unidos com a vida humana – no que ela possui de mais sublime e complexo (ibidem).

Pontua Terry Flew que se faz necessário o estabelecimento de um equilíbrio entre duas posições quando se trata de mídias digitais: o *hype* e o *contra-hype*, os quais se referem ao entusiasmo demais e à desconfiança generalizada com as mídias e a internet. Existem evidências disponíveis que fundamentam qualquer posição (MARTINO, 2014, p. 10).

É inegável que as mídias digitais proporcionaram diversas formas de relacionamentos humanos, porém é possível indagar em que medida essa inserção não foi negativa. Assinala Martino (2014) que o aumento do número de usuários não tem precedentes, mas a “barreira digital” entre conectados e desconectados prossegue; assim, a exclusão digital é compreendida como problema de origens e de consequências econômicas, políticas e sociais, ainda que modos de integração dos mais variados busquem diminuir esse impacto.

Esse autor salienta que refletir sobre as mídias digitais exige exercício constante de autoanálise a fim de evitar a tentação do “ano zero”, no sentido de conceber que tudo foi modificado, assim como a concepção de que tudo permanece igual, somente em outro ambiente. Os seres humanos continuam sendo como são,

no entanto estão ligados de uma forma diferente a partir das mídias digitais. Com isso, “Até onde se pode ir, elas não são melhores ou piores do que os indivíduos, comunidades e sociedades que as criaram e usam” (ibidem).

O autor lembra que o termo “mídias digitais” é, às vezes, referenciado como “nova mídia”, “novas mídias”, “novas tecnologias” e expressões derivadas. De alguma maneira, esses termos procuram estabelecer uma diferenciação entre os chamados “meios de comunicação de massa” ou “mídias analógicas”, como a televisão, o cinema, o rádio, o jornal e as revistas impressas, dos meios eletrônicos.

Sendo assim, Martino (2014, p. 11-12) esboça um quadro explicativo de alguns conceitos-chave para as mídias digitais, o qual reproduzo a seguir.

Quadro 1: Conceitos-chave para as mídias digitais

Conceito	Definição inicial
Barreira digital	Diferenças de acesso às tecnologias e mídias digitais, bem como à cultura desenvolvida nesses ambientes, vinculados a problemas sociais e econômicos.
Ciberespaço	Espaço de interação criado no fluxo de dados digitais em redes de computadores; <i>virtual</i> por não ser localizável no espaço, mas real em suas ações e efeitos.
Convergência	Integração entre computadores, meios de comunicação e redes digitais, bem como de produtos, serviços e meios na internet.
Cultura participatória	Potencialidade de qualquer indivíduo se tornar um produtor de cultura, seja recriando conteúdos já existentes, seja produzindo conteúdos inéditos.
Inteligência coletiva	Possibilidade aberta pelas tecnologias de rede de aumentar o conhecimento produzido de maneira social e coletiva.
Interatividade	Interferência e interação entre usuários, ou usuários, programas e conteúdos, em diferentes níveis e formas, nos sistemas de comunicação digital em rede.

Interface	A operação das mídias digitais acontece a partir de pontos de contato “amigáveis” entre dispositivos e usuários, moldados a partir de referências culturais anteriores.
Segurança e vigilância	Possibilidade de identificação de dados gerados nas mídias digitais em rede, ultrapassando os limites público/particular e redefinindo a noção de “privacidade”.
Ubiquidade	Presença, em todos os lugares, de mídias digitais conectadas em rede, estabelecendo conexões em qualquer espaço e tempo.
Velocidade	A rapidez de conexão de dados nas mídias digitais se articula com a aceleração de inúmeras atividades, processos e acontecimentos da vida cotidiana.
Virtualidade	Dados das mídias digitais existem de maneira independente de ambientes físicos, podendo se desenvolver livres, a princípio, de qualquer barreira desse tipo.

Fonte: elaboração do autor com base em Flew (2008), Gane e Beer (2008), Abercrombie e Longhurst (2008) e Chandler e Munday (2010).

Com base nessas características, é relevante abordar que a possibilidade de partilhar dados no modo de dígitos, combinada com a integração de processadores em redes de alta velocidade, propiciou as condições, no decorrer do século XX, para o desenvolvimento de uma teia de conexões descentralizadas que veio a se tornar a internet. Inicialmente, criada como parte de uma rede de operações militares norte-americanas durante o período da “Guerra Fria”. Depois disso, o sistema passou, aos poucos, a integrar a vida comum, primeiro nas universidades e, em seguida, para o público em geral (ibidem).

De acordo com Martino (2014), em 1991, Tim Berners-Lee e seus colegas, no Centro Europeu de Pesquisas Nucleares, desenvolveram a “*World Wide Web*”, o que possibilitou a criação das páginas e de *sites*; até aquele momento o compartilhamento de informações era realizado por *BBS* (listas de mensagens) e por *e-mails*. Assim, a ampliação de redes sociais e modos de produção colaborativa, a partir dos anos 2000, favoreceu um tipo mais intenso de conexões na chamada Web

2.0, termo utilizado para expressar o alto nível de interatividade, colaboração e produção/uso/consumo de conteúdos pelos próprios usuários.

No Brasil, por volta de 1994-1995, a internet inicia obtenção de espaço no cotidiano. A possibilidade de compra de computadores, por parcelas cada vez maiores da população, contribuiu para o aumento do uso da rede. Martino (2014, p. 13) assinala que, a partir de 1995, de forma mais veloz, as mídias digitais e a internet foram incorporadas à vida dos sujeitos, disseminando-se não somente no uso de computadores, como também, num segundo momento, em celulares, *smartphones* e outros equipamentos. Dessa forma, “[...] o cotidiano se conecta, e com ele a necessidade de se pensar, em termos teóricos e conceituais, o que significam as mídias digitais.”.

Sendo assim, podemos observar que as mídias digitais assumiram posição central nos processos de interação no mundo contemporâneo, o que favorece a criação de novos meios para realização das relações interpessoais nas várias práticas sociais. Nesse panorama, destaco a atuação e a colaboração das redes sociais, fruto das mídias digitais, no exercício da prática política brasileira.

Por isso, a seguir, exporei alguns conceitos e características dessa modalidade de interação, com objetivo de obter fundamentos para analisar como o governo federal apropria-se e utiliza a mídia digital, Facebook, como instrumento auxiliador para a realização de sua prática.

1.2.1 Redes sociais: um novo palco para representação dos atores políticos

Explica Martino (2014) que redes sociais¹¹ podem ser compreendidas como uma forma de relação entre seres humanos ancorada pela flexibilidade de sua estrutura e pela dinâmica entre seus participantes. Entre outros elementos, redes são determinadas por sua natureza horizontal, livre de uma hierarquia rígida. Relativamente, é antiga a noção de redes sociais nas ciências humanas, porém ganhou mais notoriedade quando a tecnologia cooperou para a construção de redes sociais conectadas pela internet, definidas pela interação via mídias digitais.

¹¹ Em relação à nomeação do termo e ao seu emprego no decorrer da referida obra, Martino (2014, p. 55) pontua: “[...] vários autores desenvolveram sua maneira de compreender e nomear o fenômeno – “redes sociais *online*”, “redes sociais digitais”, “redes sociais conectadas” e assim por diante. [...] os termos, com os riscos que isso tem, serão usados como equivalentes apenas para evitar repetição, não como sinônimos.

No decorrer da história, inúmeros tipos de organização social foram desenvolvidos, cada uma delas alicerçada sobre um tipo particular de vínculo ou laço, ou seja, o elemento que cria a base da convivência. Por exemplo, na família ou com os amigos, a ligação principal é o afeto; já nas religiões o laço mais importante é a fé compartilhada entre os adeptos; e nas empresas vínculos fundamentam-se no anseio comum de sucesso (ibidem).

Todavia, nas redes, por sua vez, os laços têm probabilidade de serem menos rígidos. Geralmente, são constituídos a partir de interesses, de temas e de valores compartilhados, no entanto sem sofrer a pressão das instituições e com uma dinâmica de interação específica (MARTINO, 2014).

A noção de redes sociais não é apenas para referir-se a agrupamentos sociais *online*, é um conceito desenvolvido pelas Ciências Sociais para elucidar algumas formas de relação entre indivíduos. A utilização da noção de redes sociais no ambiente da internet transpõe um modelo de análise social para o espaço virtual, o que implica algumas mudanças no conceito (ibidem).

Aponta Martino (2014, p. 56) que as relações estabelecidas nos espaços virtuais estão ligadas à lógica de ação das redes sociais. Por isso, é necessário compreender a significação de dinâmica e de flexibilidade dentro desse contexto.

A *dinâmica* entre seus participantes diz respeito ao modo de interação entre eles. É o movimento presente em uma rede, como a quantidade e o tipo de conexões formadas entre os participantes, ou o fluxo de pessoas que acessa e deixa a rede. Cada rede social possui uma dinâmica própria, devido à arquitetura específica da tecnologia sobre a qual é criada sua interação social. A velocidade da conexão e o tamanho da mensagem trocada são exemplos de características que diferenciam os tipos de dinâmica (ibidem).

Afirma Martino (2014, p. 56) que, nas redes sociais, os vínculos entre os sujeitos tendem a ser fluídos, velozes, estruturados de acordo com a necessidade em um momento e desfeitos no instante seguinte. Assim, a noção de *flexibilidade* das redes sociais refere-se a essas propriedades dos laços existentes em uma rede – os vínculos construídos podem ser modificados a qualquer momento, conforme a dinâmica e as características dos participantes.

O autor salienta que, diferentemente de outros agrupamentos humanos, nos quais há ligações duradouras, baseadas em valores mais ou menos compartilhados, nas redes, não existe a obrigatoriedade de determinado ritmo de atividades, assim

como não se exigem conexões exclusivas. Outro ponto sobre a flexibilidade de uma rede é sua capacidade de alterar de tamanho conforme ganha ou perde participantes em sua dinâmica (ibidem).

Em termos de estrutura, uma rede é composta por *atores* que, por sua vez, conectam-se em *nós*. Martino (2014, p. 57) ressalta que os atores, nesse caso, não precisam ser necessariamente humanos: uma empresa, uma instituição pode ser concebida como “ator” em determinada rede. Assim, na dimensão das redes, a palavra “ator” está ligada à ação.

Assim, o caráter *relacional* é uma das características centrais das redes sociais. Desse modo, o que dá sentido ao funcionamento de uma rede são as relações entre os participantes, as quais se destacam mais que as características específicas de cada um deles. Expressa Martino (2014) que se trata não de uma relação somente entre indivíduos, mas de uma relação entre relações, ou seja, é importante não apenas como duas pessoas relacionam-se, mas também o modo como essa interação influencia as outras.

Por meio dos *sites* de redes sociais, a condição de acompanhar as interações entre os perfis é um dos componentes responsáveis por pautar as outras relações e atitudes. Dessa maneira, “[...] o princípio de uma rede social é a natureza relacional de sua composição, definida por vínculos fluidos, flexíveis, e pelas várias dinâmicas dessas relações”.

1.2.1.2 A conexão entre redes sociais e mídias digitais

Na visão de Martino (2014, p. 58), o termo “redes sociais” é usado para designar um abrangente horizonte de agrupamentos sociais *on-line* destinados a todo tipo de atividade. Conforme as redes são construídas com base em laços firmados a partir de interesses comuns, torna-se possível notar a formação de todo tipo de agrupamento para troca de informações, de ideias, de materiais; propiciando, assim, não somente interação entre participantes para o compartilhamento de conhecimentos, mas também o engajamento em questões políticas, sociais e culturais.

Com tal configuração, o forte poder de mobilização das redes sociais as torna um aspecto relevante para refletir elementos da vida fora do âmbito da internet. Assim, a possibilidade de ser participante das redes *online* a partir de dispositivos

portáteis, como celulares e *tablets*, de algum modo favorece a transposição contínua dos limites entre “mundo físico” e “mundo *online*”, em um nível de complementação entre as interações realizadas nas redes sociais digitais e àquelas desenvolvidas *offline* (ibidem).

Baseado nessa perspectiva, Martino (2014) afirma que “[...] na medida em que as ações nas redes sociais *online* e na vida cotidiana se articulam de maneira cada vez mais próxima, os fatores políticos, sociais e econômicos podem ganhar relevância.”. Isso é possível porque, da mesma forma que o mundo real é conduzido para as redes sociais digitais, os debates *online* possuem o potencial de gerar atitudes e ações no mundo físico.

Esse panorama leva a pensar, dentre outros elementos, no poder político das redes sociais. Nesse caminho, por um lado, o autor destaca que a arquitetura horizontal das redes possibilita aos participantes passar por cima das barreiras institucionais e até mesmo governamentais na transmissão de informações. De outro lado, pode-se pensar até que ponto as redes sociais, de fato, são usadas para fins políticos e democráticos mais do que para ter conhecimento de quem alterou o status do perfil de “solteiro” para “casado”.

De acordo com esses entendimentos, pretendo investigar a relação que a chefe de Estado mantinha, para a prática de seu governo, com a rede social *Facebook*. Por isso, a seguir, esboçarei suas principais características.

1.2.1.3 Facebook: cenário de um jogo de máscaras dos atores

As mídias digitais, principalmente por meio das redes sociais, ocupam importante lugar nas interações entre os brasileiros. Uma pesquisa intitulada “Futuro Digital em foco no Brasil 2015”¹² concluiu que os brasileiros são líderes mundiais no tempo gasto nas redes sociais, com média 60% maior do que a do resto do Planeta.

Com isso, os brasileiros gastam 650 horas por mês em redes sociais. Essa mesma pesquisa constatou que o *Facebook* é a maior rede social em números de visitantes únicos, 58 milhões, o que expressa um alcance de 78% do total de usuários únicos no Brasil.

¹² Pesquisa divulgada pela empresa de audiência digital “comScore”, publicada no site: <www.blogs.oglobo.globo.com/nas-redes/post/brasileiros-gastam-650-horas-por-mes-em-redes-sociais-567026.html>. Acesso em: set. 2016.

Consoante isso, o Portal Brasil¹³, plataforma do governo federal, divulgou dados da Pesquisa Brasileira de Mídia 2015: quase metade dos brasileiros usa a internet regularmente; entre eles, 92% estão conectados por meio de redes sociais, conforme demonstrado pela tabela 1.

Tabela 1: Uso de redes sociais no Brasil

Facebook	83%
Whatsapp	58%
Youtube	17%
Instagram	12%
Google+	8%
Twitter	5%
Skype	4%
Linkedin	1%
Outros	1%
Não utiliza	6%

Fonte: elaboração do autor.

Diante da significância dessa rede social, é preciso fazer alguns apontamentos. O *Facebook* é uma rede que permite conversar com amigos e compartilhar mensagens, *links*, vídeos e fotografias, além de possibilitar aos usuários o recebimento de novidades das páginas comerciais, institucionais e de figuras públicas, como as de políticos. Esse instrumento para interação foi criado em 2004 pelos americanos Mark Zuckerberg, Dustin Moskovitz, Chris Hufghes e pelo brasileiro Eduardo Saverin.

No centro da página central do *Facebook*, há o “*feed* de notícias”, o qual apresenta as atualizações dos amigos que fazem parte da rede do usuário, ou seja, as atualizações, os vídeos, os *links* que eles compartilham, as notícias etc. Assim, as pessoas podem comentar cada item ou apertar “curtir” para expressar que gostou daquele conteúdo. Quanto mais um conteúdo for curtido ou comentado, mais aparece para as demais pessoas da rede.

¹³ Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2014/12/cerca-de-48-dos-brasileiros-usam-internet-regularmente>>. Acesso em: set. 2016.

Além do *feed*, cada pessoa possui em seu mural aquilo que foi curtido, recomendado, publicado. Todas as ações do usuário aparecem nessa página, em ordem cronológica, da última para trás.

Muitas empresas, instituições e figuras públicas possuem uma página própria na rede social para divulgar notícias, novidades e interagir com as demais pessoas que apreciam suas postagens, como produtos, textos e vídeos. Quando o usuário opta por “curtir uma página”, ele recebe em seu "*Feed* de notícias" o que for publicado por meio daquela página.

Esses pressupostos, sobre as ações que os sujeitos desempenham no âmbito do uso das mídias digitais, e o lugar - que as redes sociais ocupam nas interações atualmente, serão os fundamentos pelos quais examinarei, ao final deste trabalho, a relação dialética que a presidenta da República estabelecia com a mídia digital *Facebook* para o exercício de sua prática de governo.

O capítulo seguinte abordará a jornada teórico-metodológica que realizei para a obtenção das bases sob as quais desenvolvi o processo investigativo, a fim de alcançar respostas aos questionamentos que norteiam este estudo.

CAPÍTULO II

A CONCEPÇÃO DISCURSIVA CRÍTICA E SEU DIÁLOGO COM A REPRESENTAÇÃO SOCIAL E A IDEOLOGIA

Na realidade não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial.
(BAKHTIN, 1998)

Este capítulo expõe os pressupostos teórico-metodológicos que vivificarão e embasarão esta pesquisa que empreende a análise da representação social da presidenta da república com base em seus discursos oficiais. Para isso, iniciarei a jornada com imersão na perspectiva da Análise de Discurso Crítica (ADC) de Fairclough (2001; 2003), de Pedro (1998), de van Dijk (2008) e de Wodak (2004); a qual me possibilitará estabelecer diálogo com outros campos de estudo. Assim, aproprio-me da Teoria da Representação Social (TRS) nas bases de Moscovici (2013), de Guareschi e Jovchelovitch (2013), de Farr (2013) e de Minayo (2013); em conexão com a Representação de Atores Sociais, segundo van Leeuwen (1998). Por fim, fundamento-me na abordagem da Ideologia e seus modos de operação conforme Thompson (2009), e nas contribuições de Eagleton (1997) e de Chauí (1995).

2.1 Breviário da gênese da Teoria Social do Discurso

Wodak (2004) relata que, nos anos 1970, emergiu um novo modo de analisar o discurso e o texto, o qual considerava o papel da linguagem na construção das relações de poder na sociedade. Isso se deu num contexto em que os estudos linguísticos focalizavam as marcas formais da linguagem que constituíam competências linguísticas dos falantes. No outro lado desse panorama, havia

pesquisas que se preocupavam com a relação entre linguagem e contexto, como na pragmática, baseada na competência pragmática/sociolinguística dos falantes. A autora pontua, ainda, que muitas das pesquisas da época tinham como meta descrever e explicar a variação e a mudança linguística e as estruturas da interação comunicativas, não se preocupando com questões de escala social e de poder .

Desse modo, segundo Wodak (2004), um tipo de análise que focalizava produção e interpretação dos textos, suas ligações com estímulos e estruturas sociais, indicava um modo diferente de investigação. Magalhães (2005) elucida que, ainda nos anos 1970, um grupo de pesquisadores, reunidos na Universidade de East Anglia (Grã-Bretanha), concebeu uma perspectiva de estudo da linguagem denominada Linguística Crítica (LC). Assim, trabalhos de estudiosos, como Kress and Hodge, Fowler *et al*, Wodak, van Dijk e Fairclough, conceberam as bases e os procedimentos daquilo que ficou conhecido como Linguística Crítica (LC). As palavras de van Dijk (1986, p. 4 *apud* WODAK, 2004) caracterizam esse tipo de abordagem:

Além da descrição ou da aplicação superficial, a ciência crítica de cada campo de conhecimento levanta questões que vão além, como as que dizem respeito à responsabilidade, interesses, e ideologia. Ao invés de focalizar problemas puramente acadêmicos ou teóricos, a ciência crítica toma como ponto de partida problemas sociais vigentes, e assim adota o ponto de vista dos que sofrem mais, e analisa de forma crítica os que estão no poder, os que são responsáveis, e os que dispõem de meios e oportunidades para resolver tais problemas.

Temos, assim, a explanação do universo teórico-metodológico no qual a ADC se constituiu. No entanto, Magalhães (2005) ressalta que muitos estudiosos realizaram pesquisas nessa abordagem, mas foi Norman Fairclough, na Universidade de Lancaster, quem utilizou o termo ‘análise de discurso crítica’ pela primeira vez, em artigo seminal publicado no *Journal of Pragmatics* (1985). Wodak (2004) assinala que a ACD¹⁴, como rede de estudiosos, originou-se, mais especificamente, quando,

¹⁴ A respeito da terminologia Análise Crítica do Discurso (ACD) e Análise de Discurso Crítica (ADC), comungo com a percepção de Magalhães (2005) que enuncia: “Um rápido esclarecimento com relação à tradução do termo inglês *critical discourse analysis*. Embora exista a expressão portuguesa ‘análise crítica do discurso’, por exemplo, no livro organizado por E. Pedro (1997), prefiro o termo ‘análise de discurso crítica’. Não se trata de mera questiúncula terminológica. Há uma razão para isso: no Brasil, a tradição de estudo do discurso é forte. Só para ilustrar esse ponto, o livro de E. Orlandi *A Linguagem e Seu Funcionamento* foi publicado em 1983 (1. ed.). Essa tradição acadêmica se consolidou no Brasil com a expressão análise de discurso” (ORLANDI, 1999).

Por acaso, e com o apoio da University of Amsterdã, Teun van Dijk, Norman Fairclough, Gunther Kress, Teo van Leeuwen e Ruth Wodak passaram dois dias juntos, e tiveram a maravilhosa oportunidade de discutir teorias e métodos de análise do discurso, especificamente de ACD. O encontro permitiu que todos confrontassem entre si abordagens distintas e diferenciadas, abordagens que ainda marcam as tendências existentes hoje [...] (MAGALHÃES, p. 227).

Nesse entendimento, de um lado, a ADC pode ser compreendida como continuação da LC; de outro, ela não pode ser assim concebida, devido à investigação aprofundada de questões essenciais que ela realizou, tanto teórica quanto metodológica. Ainda, baseado em Magalhães (2005, p. 3), pontuo que:

A ADC estuda textos e eventos em diversas práticas sociais, propondo uma teoria e um método para descrever, interpretar e explicar a linguagem no contexto sócio-histórico. Enquanto a LC desenvolveu um método para analisar uma pequena amostra de textos, a ADC desenvolveu o estudo da linguagem como prática social, com vistas à investigação de transformações na vida social contemporânea (FOWLER, 1996; FAIRCLOUGH, 2001).

É perceptível que o desenvolvimento da ADC culminou num rico construto teórico-metodológico consolidado ao longo dos anos, que revela a importância de se promover pesquisa social em conexão com estudos linguísticos que consideram o discurso como forma de prática social. Assevera Magalhães (2005) que a ADC proporciona debates de questões que circundam a vida social dos sujeitos, como racismo, discriminações, identidade nacional, controle e manipulação institucional e exclusão social.

A respeito da preocupação social, Wodak (2004, p. 230) expõe que foi Fairclough (1989) o responsável pelo desenvolvimento das teorias sociais que vivificam a ADC. Assim, ele investiga diversos exemplos textuais a fim de demonstrar o campo, seus objetivos e métodos analíticos. A autora (2004) salienta que trabalhos de Fairclough (1992, 1995) e de Chouliaraki e Fairclough (1999) exemplificam progressos da ADC, revelando não somente o desenvolvimento do quadro analítico para examinar a linguagem em relação ao poder e à ideologia, mas também esboçam o serviço que esse instrumental teórico-metodológico presta ao desvelar a natureza discursiva de inúmeras mudanças sociais e culturais no mundo atual.

Magalhães (2005) afirma que, para Chouliaraki e Fairclough (1999), a ADC está imersa na ciência social crítica e na pesquisa crítica sobre mudança social no âmbito da sociedade 'moderna posterior'. Ela salienta que esse termo refere-se às

mudanças econômicas e socioculturais das últimas três décadas do século XX, no qual os avanços nas áreas da tecnologia da informação e da mídia dispersaram o signo de suas localizações, favorecendo sua livre circulação nos limites do tempo e do espaço.

Diante disso, emerge o porquê da natureza crítica da LC/ADC. Magalhães (2005) cita a afirmação de Widdowson (2000):

A análise de discurso crítica é essencialmente política em seu propósito com seus praticantes agindo sobre o mundo para transformá-lo e com isso contribuir para criar um mundo no qual as pessoas não sejam discriminadas devido a sexo, credo, idade ou classe social.

Wodak (2004) reporta-se ao pensamento de Krings (*et al.*, 1973) para esclarecer que o termo 'crítica' exprime a conexão prática do engajamento político e social com uma formação de sociedade sociologicamente fundamentada. Ela evoca, também, o pensamento de Fairclough (1985) que diz:

[...] que, em questões humanas, as interconexões e as redes de causa e efeito podem ser distorcidas ao ponto de saírem do campo de visão. Assim, a atividade crítica consiste, essencialmente, em tornar visível a natureza interligada das coisas.

Ainda de acordo com Wodak (2004, p. 236), teorias críticas, incluindo a LC/ADC, detêm posição privilegiada como guias para a ação humana. Elas atuam com objetivo de promover consciência e emancipação. Ainda que se apropriem de diferentes conceitos de ideologia, teorias críticas visam gerar, nos agentes, a consciência de que eles, frequentemente, são enganados a respeito de suas reais necessidades e interesses.

A caracterização de uma pesquisa em ADC, como crítica, é configurada quando se afere conceitos centrais por meio dos quais os vários campos operam e se relacionam com os fenômenos sociais. Assim, Wodak (2004, p. 238) assinala que exemplos dessa relação são revelados no modo como as duas áreas tratam as seguintes questões:

- o que forma o conhecimento;
- como discursos são constituídos nas instituições sociais e como formam essas instituições;
- como as ideologias atuam nas instituições sociais; e

- como os indivíduos obtêm e sustentam o poder dentro de determinada comunidade.

Com essa sucinta exposição da gênese dos estudos críticos da linguagem, objetivei elucidar as bases que originaram, principalmente, a Análise de Discurso Crítica como proposta teórica-metodológica fundamentada na linguagem e na sua inter-relação com a vida social, salientando alguns pontos essenciais para esse campo de investigação, como a questão 'social' e 'crítica'.

Em seguida, tratarei, detalhadamente, da concepção da ADC adotada para promover esta pesquisa social.

2.2 A Análise de Discurso Crítica: instrumento de investigação linguístico-social para promover a mudança

A Análise de Discurso Crítica (ADC) é uma forma de promover pesquisa social crítica. Essa modalidade de investigação trata de questões como estas: o modo como as sociedades disponibilizam e suprem as pessoas com possibilidades e recursos que dão sentido e satisfação às suas vidas; como as sociedades produzem meios que submetem os indivíduos às desigualdades, à pobreza e à desestabilidade; e quais os caminhos existentes que podem gerar mudanças sociais que reduzam esses problemas e intensifiquem a qualidade de vida dos seres. É, nesse panorama, que a pesquisa social crítica atua, ao propiciar melhor compreensão de como as sociedades agem e produzem efeitos tanto benéficos como maléficos, na perspectiva de alcançar, cada vez mais, a diminuição da ocorrência desse último (FAIRCLOUGH, 2003).

Apodero-me dessa perspectiva e estabeleço a ADC como campo basilar desta pesquisa, por ser abordagem teórico-metodológica que promove o estudo linguístico crítico em conexão com as ciências sociais e humanas. Desse modo, aproprio-me de uma teoria social do discurso que vai ao encontro das necessidades investigativas do mundo contemporâneo e que, ao mesmo tempo, pode ser instrumento para operar mudanças sociodiscursivas nas realidades. Baseado nisso, desenvolvo este estudo, o qual tem por propósito analisar como a líder política da

nação brasileira atuou, por meio de seus discursos, para representar-se diante dos demais atores sociais.

De acordo com essa visão, a concepção de análise do discurso que adoto para este estudo é a “crítica”, conforme propõe Fairclough (2001, 2003), principal idealizador e estudioso dessa abordagem, na qual se concebe que o discurso é moldado por relações de poder e ideologias, desempenha papel formador sobre as identidades e as relações sociais, e os sistemas de conhecimento e de crença.

A concepção de análise de discurso, constituída por Fairclough (2003, p. 9-10), fundamenta-se no entendimento de que a língua é parte essencial da vida social, por estar ligada dialeticamente aos diversos elementos que constituem a vida em sociedade. Por esse motivo, a pesquisa de natureza social deve ser realizada por meio da linguagem, utilizando, para isso, um modo de análise de discurso.

Em concordância com esse entendimento, Pedro (1998, p. 15) expressa que a realização da ADC implica a não aceitação da neutralidade da investigação e do investigador, porque seus objetivos são traçados nos moldes políticos, sociais e culturais; a linguagem é tomada como forma de prática social e ideológica; as relações de poder, de dominação e de resistência, geradas por meio das instituições, contextualizam a interação entre os sujeitos. Devido a este panorama, as escolhas discursivas e textuais que fazemos são resultados da consciência que possuímos como falantes de uma língua particular e como sujeitos inseridos em convenções sociais institucionalizadas.

O papel social da ADC é elucidado por Pedro (1998, p. 22), quando aponta:

Trata-se, portanto, de entender o modo de funcionamento das visões do mundo subjacentes à constituição dos modos e das circunstâncias em que os estados das coisas são verbalizadas, sendo tarefa da ACD analisar o funcionamento dessas visões do mundo, que subjazem à constituição dos factos, dos acontecimentos e, sobretudo, da agência, concretamente nos aspectos que, de forma específica, se relacionam com a linguagem, o discurso, a ideologia e a sociedade.

Com isso, são traçados objetivos da Análise de Discurso Crítica. Kress (*apud* PEDRO, 1998, p. 24-25) expõe que analistas de discurso têm, por principal objetivo político, examinar e discutir as formas textuais, desvelando, assim, as práticas discursivas e trazendo à luz o que antes poderia estar naturalizado ou imperceptível.

A partir deste processo, é demonstrada a relação intrínseca que as práticas linguístico-discursivas possuem com as organizações sociopolíticas do poder e da dominação. Por meio do entendimento da atuação social dessas organizações a serviço de grupos particulares, os analistas do discurso almejam gerar mudanças nas práticas discursivas e nas demais práticas e estruturas que as sustentam. Sendo assim, a ADC realiza análises que descrevem as categorias de produção discursiva, mas também propicia o alcance de significações profundas que oferecem outras formas de entrada à organização sociocultural.

Nesse sentido, Pedro (1998, p. 30) ressalta que o grande dever dos analistas de discurso críticos é gerar um construto teórico integrado por meio do qual seja desenvolvida descrição, explicação e interpretação das formas como os discursos dominantes operam e influenciam, ainda que indiretamente, o conhecimento, os entendimentos, as ações e as ideologias compartilhadas socialmente. Assim, instaura-se a necessidade de saber como estruturas particulares de discurso instituem ou propiciam processos de construção e de representações sociais.

Wodak (2004, p. 225) afirma que a ADC é campo essencialmente empenhado em examinar relações estruturais, transparentes ou veladas, de discriminação, poder e controle realizadas na linguagem. Assim, a autora acredita que analistas do discurso concordam com a percepção de Habermas (1977 *apud* WODAK, 2004): “[...] a linguagem também é um meio de dominação e força social. Ela serve para legitimar relações de poder organizado.”.

Nessa visão, Wodak (2004, p. 226) esboça que a ADC luta para não considerar a relação entre os textos e o social como algo simplório. Ao contrário, ela propõe uma concepção complexa, pois compreende que cada discurso é fruto da dominação; é historicamente formado e interpretado, devido a isso ele ocupa lugar no tempo e no espaço; e, também, que construções de dominação são legitimadas pelas ideologias dos grupos que possuem o poder. Com essas bases, pode-se obter análise das pressões verticalizadas e das opções de resistência às desigualdades de poder, que se representam na forma de convenções sociais. Nesse panorama, as estruturas dominantes consolidam convenções e naturalizam-nas, o que proporciona obscurecimento dos efeitos da ideologia e do poder na geração de significados. A resistência configura-se “[...] como a quebra de convenções, de práticas discursivas

estáveis, através de atos de “criatividade””, conforme Fairclough e Kress (1993 *apud* WODAK, 2004),

Para van Dijk (2008, p. 113-114), a ADC consiste em investigação analítica do discurso que se pauta, principalmente, no estudo da forma como o abuso de poder, a dominação e a desigualdade são representadas, transmitidas e contestadas por intermédio de textos orais e escritos no contexto social e político. Devido a esse caráter, os analistas do discurso assumem posicionamento declarado, pois é necessário que tenham consciência de seu papel social. Com isso, eles visam compreender, desvelar e, num último ponto, colocar-se em oposição às desigualdades sociais.

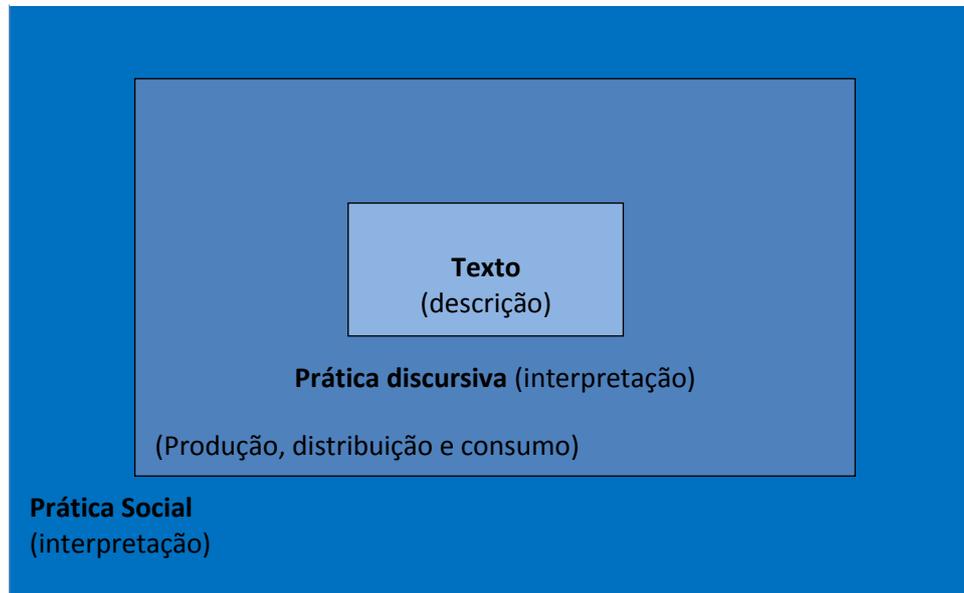
Como princípios essenciais, Fairclough e Wodak (1997 *apud* VAN DIJK, 2008, p. 115) declaram que:

- a ADC examina problemas sociais;
- considera relações de poder como discursos;
- o discurso forma a sociedade e a cultura;
- o discurso desempenha um trabalho ideológico;
- o discurso constitui-se histórico;
- a relação existente entre texto e sociedade é mediada;
- a análise de discurso porta-se como interpretativa e investigativa; e
- o discurso é concebido como modo de ação social.

2.2.1 O discurso na visão das três dimensões

Com base nesses pressupostos, Fairclough (2001, p. 101) concebe profícua teoria metodológica para realização da pesquisa discursiva social crítica, a qual é esboçada como **a concepção tridimensional do discurso**, reproduzida esquematicamente na figura abaixo.

Quadro 2: A concepção tridimensional da ADC



Fonte: elaboração do autor com base em Fairclough (2001).

O âmbito do procedimento que trata da análise textual é nomeada 'descrição', as outras partes que promovem análise das práticas discursivas e social das quais o discurso participa são denominadas 'interpretação' (ibidem).

Nesse caminho, Fairclough (2001) promove a união de três campos analíticos, **discurso**, **prática discursiva** e **prática social**, imprescindíveis para a análise de discurso. Esses campos expressam-se como a tradição de análise textual e linguística especificada na Linguística; a tradição macrossociológica de investigação da prática social em conexão com as estruturas sociais; e a tradição interpretativa ou macrossociológica, a qual toma a prática social como produto da ação que pessoas realizam e entendem por meio de senso comum.

Para desvelar o processo e a importância de compreender a inter-relação entre discurso, prática discursiva e prática social, Fairclough (2001, p. 100-101) declara:

Entretanto, argumentaria que, ao produzirem seu mundo, as práticas dos membros são moldadas, de forma inconsciente, por estruturas sociais, relações de poder e pela natureza da prática social em que estão envolvidos, cujo marcos delimitadores vão sempre além da produção de sentidos. Assim, os procedimentos e suas práticas podem ser investidos política e ideologicamente, podendo ser posicionados por eles como sujeitos e ('membros'). Argumentaria também que a prática dos membros

tem resultados e efeitos sobre as estruturas sociais, as relações sociais e as lutas sociais, dos quais outra vez não têm consciência. [...] os próprios procedimentos que os membros usam são heterogêneos e contraditórios e contestados em lutas de natureza parcialmente discursiva.

Entendo que essa explanação sintetiza e, ao mesmo tempo, esclarece as dimensões que compõem o universo da ADC enquanto proposta teórico-metodológica. Assim, pode-se visualizar o protagonismo do discurso e sua participação em todos os processos, como a constituição dos sujeitos e suas relações sociais, a realização das práticas e também os resultados e as transformações que essas ações causam no mundo.

Baseado nessas noções, a seguir, serão abordados detalhadamente cada campo de análise e seus desdobramentos, a fim de apresentar propriedades e modos de atuação das dimensões: discurso, prática discursiva e prática social; as quais conduzem o percurso investigativo deste estudo.

2.2.1.2 Discurso: a linguagem em ação

Fundamentado em Fairclough (2001, p. 90-91), o discurso é compreendido como a utilização da linguagem, uma expressão de prática social. Isso revela que o discurso:

- configura-se como ação, maneira pela qual os indivíduos atuam sobre o mundo e sobre os outros, além de ser uma forma de representação;
- é gerado no seio social;
- colabora para a construção de todos os âmbitos da estrutura social que, direta ou indiretamente, o transformam e o limitam, como também as relações, as identidades e as organizações que lhe são subjacentes;
- é uma prática que não se limita somente à representação, mas expressa a significação de tudo que existe, compondo e construindo o mundo em sentido.

Aprimorando sua visão, Fairclough (2003, p. 31) pontua que o discurso pode ser apreendido em dois sentidos: como substantivo abstrato, expressando o significado de linguagem ou de outros tipos de semiose como elemento da vida

social; e como substantivo contável, transmitindo o significado de formas particulares de representar o mundo.

O mesmo autor revela que o discurso está presente nas representações, as quais sempre são componentes das práticas sociais, pois se exprimem como representações do mundo material, de outras práticas sociais e, também, como representações próprias reflexivas da prática em cena. Fairclough (2003, p. 31) esboça que a representação é essencialmente discursiva e, por isso, favorece diferentes discursos, os quais podem agir para representar o mesmo campo do mundo por meio de diferentes concepções e posições.

Com isso, Fairclough (2001, p. 91) assinala que existem três características da ação constitutiva do discurso: ele está envolvido intrinsecamente na composição dos sujeitos e nos tipos de “eu”, na construção das posições e das identidades sociais; na formação das relações sociais entre os indivíduos; e na produção de sistemas de conhecimento e de crença.

Tendo essa noção por base, Fairclough (2001) aponta que esses três efeitos configuram, respectivamente, três funções da linguagem e as instâncias de sentido que coexistem e relacionam-se em todo campo discursivo. Deste modo, a **função identitária** está ligada aos modos pelos quais as identidades sociais são instituídas no discurso. A **função relacional** expressa o modo como as relações sociais entre os sujeitos do discurso são representadas e tratadas. A **função ideacional** refere-se às formas pelas quais os textos materializam a significação do mundo e seus processos, suas entidades e suas relações.

O entendimento de Fairclough (2001, p. 102) elucida que é potencialmente significativa, para análise de discurso, qualquer forma de realização textual. Por isso, quando examinamos textos, sempre se analisa, juntamente, questões de forma e de significado. Nesse sentido, estudos críticos do discurso opõem-se à arbitrariedade do signo defendida por Saussure, pois consideram que os signos são originados socialmente. Há porquês sociais para ligar determinados significantes a determinados significados.

Outro esclarecimento, em relação ao exposto, é que existe diferença entre o significado potencial de um texto e sua interpretação. Os textos são fabricados por

meio de prática discursiva, que possui marcas do passado, é cheia de convenções e carrega significado potencial. Este último configura-se heterogêneo, como constructo de diferentes significados, justapostos e às vezes controversos. Essa caracterização favorece aos textos serem muito ambivalentes e abertos a inúmeras interpretações. Os intérpretes optam por escolher um sentido específico, ou um limitado conjunto de sentidos alternativos. É relevante compreender que o sentido é dependente da interpretação. Ele pode emanar tanto dos potenciais das formas quanto da interpretação (ibidem).

2.2.1.3 A prática discursiva: o fruto da relação texto e ator social

Fairclough (2001) argumenta que os meios de produção, de distribuição e de consumo dos textos são ações sociais que geram a prática discursiva. A essência desses processos é moldada de acordo com diferentes tipos discursivos sob influência de fatores sociais. Assim, os textos são gerados de modos particulares em conexão com contextos sociais específicos.

Com base nisso, a prática discursiva expressa-se linguisticamente em *textos*, os quais manifestam resultados mutáveis de base extradiscursiva, assim como discursiva. Esse fenômeno possibilita gerar mudanças nas atitudes, nas crenças ou nas práticas dos indivíduos (ibidem, p. 99-108).

Textos, conforme afirma Fairclough (2003, p. 10), expressam-se como qualquer exemplo de uso da linguagem. Nessa perspectiva, textos impressos e escritos, cópias de conversas e entrevistas (faladas), programas de televisão e páginas de internet são exemplos de produções textuais.

Dessa forma, a natureza do modo de produção da prática discursiva é considerada tanto tradicional como criativa. Devido a isso, ela coopera para expressar como a sociedade é, mas também para modificá-la. Assim, esse processo envolve modificações nas identidades e nas relações sociais, nos sistemas de crença e de conhecimento (FAIRCLOUGH, 2001, p. 92).

Conforme expõe Fairclough (2001, p. 109), os atos de produção e de interpretação sofrem dupla limitação social. Primeiro, a restrição ocorre devido aos recursos dos indivíduos, que se manifestam na forma de estruturas sociais internas,

de padrões, de convenções e de ordens do discurso, os quais são resultados de práticas e lutas sociais anteriores. Segundo, a delimitação se dá pelo tipo de prática social, a qual molda e disponibiliza elementos dos recursos de seus participantes. Aqui, observo importante aspecto que a concepção da ADC, utilizada nesta pesquisa, possibilita para promover mudança sociodiscursiva: realizar análise da relação significativa entre a natureza dos processos discursivos em domínios específicos e os tipos de práticas sociais da qual fazem parte.

Nesse panorama, o consumo dos textos ocorre de maneiras diversas em contextos sociais diferentes. Essa propriedade está ligada ao tipo de exame interpretativo, ao qual o texto é submetido, e às possibilidades de entendimento dessa interpretação. Sendo assim, o consumo, semelhante à produção, pode ser individual ou coletivo. Algumas produções textuais não são registradas, mas temporárias e esquecidas. Porém, há outras produções que são registradas, transcritas e, por isso, preservadas e relidas; como ocorre com discursos oficiais de governantes, fato este que possibilita a composição do *corpus* desta pesquisa (ibidem).

Em conformidade com isso, quero mencionar dois profícuos esclarecimentos que Fairclough (2001) expõe sobre os resultados que o discurso produz:

Além disso, os textos apresentam resultados variáveis de natureza extradiscursiva, como também discursiva. Alguns textos conduzem a guerras ou à destruição de armas nucleares; outros levam as pessoas a perder o emprego ou obtê-lo; outros ainda modificam as atitudes, as crenças ou as práticas das pessoas (FAIRCLOUGH, 2001, p. 108).

Como indiquei anteriormente, há dimensões “sociocognitivas” específicas de produção e interpretação textual, que se centralizam na inter-relação entre os recursos dos membros, que os participantes do discurso têm interiorizados e trazem consigo para o processamento textual, e o próprio texto. Este é considerado como um conjunto de ‘traços’ do processo de produção, ou um conjunto de ‘pistas’ para o processo de interpretação (FAIRCLOUGH, 2001, p. 109).

Saliento que essa primeira elucidação do autor amplia nosso entendimento a respeito da potencialidade dos textos. De fato, não há como medir ou prever o resultado causal dos discursos, todavia é certo que eles geram efeitos não apenas em seu domínio, mas além de suas esferas. Esses efeitos, caracterizados como extradiscursivos, podem ser concebidos como frutos de sementes plantadas em terreno fértil. Numa figuração, pode-se pensar: as sementes são discursos dos

sujeitos e o terreno fértil é a relação que as práticas sociodiscursivas estabelecem nos diversos contextos.

2.2.1.4 A prática social: a inter-relação linguagem e sociedade

De acordo com Fairclough (2001, p. 94), a prática social se realiza com base em diversas orientações, econômica, política, cultural e ideológica. Porém, ele elucida que o enfoque maior, dessa sua obra, será no discurso enquanto forma de prática política e ideológica.

O discurso, na forma de **prática política**, tem função de instituir, de manter e de modificar as relações de poder e as entidades coletivas (classes, conjuntos, comunidades, grupos) com atuação de relações de poder entre si. O discurso, no modo de **prática ideológica**, constrói, naturaliza, sustenta e altera os significados do mundo de diferentes posições nas relações de poder.

Sendo assim, Fairclough (2001, p. 94) aponta que essas duas dimensões de ação social possuem uma inter-relação. Em seu entendimento, a ideologia são significados concebidos nas relações de poder como fruto da atuação do poder e da luta pelo poder. Dessa forma, a prática política apresenta-se como categoria superior, na qual o discurso configura-se não somente como espaço de busca pelo poder, mas também como demarcador na luta de poder. Nesse processo, a prática discursiva mobiliza convenções que têm por função naturalizar relações de poder e ideologias específicas, além de tornar imperceptíveis as próprias convenções.

Consoante a essa visão, Fairclough (2001, p. 95) destaca que o discurso não possui valor fixo. Conforme diversos domínios ou espaços institucionais, tipos diferentes de discurso podem ser “investidos” política e ideologicamente de modos específicos. Sendo possível o “reinvestimento”, quando modos de discurso são envolvidos de formas diferentes.

Aprofundando a compreensão sobre práticas sociais, Fairclough (2003, p. 28) elucida que elas podem ser apreendidas como formas de controlar a escolha de determinadas possibilidades estruturais e de excluir outras, e a apreensão de tais escolhas no decorrer do tempo, em dimensões específicas da vida social. Isso

conduz ao entendimento da ligação que práticas sociais mantêm com eventos e estruturais sociais.

As **estruturas sociais** consistem em entidades abstratas, por exemplo, uma estrutura econômica ou política, uma classe social ou uma língua. Assim, estruturas sociais configuram-se como forma potencial, como junção de possibilidades (ibidem, p. 29).

Como **eventos sociais**, consideram-se os textos. Estes são resultados não só das estruturas linguísticas e de seus modos de organização e de controle social (ordens do discurso), mas se portam como efeitos de outras estruturas e práticas sociais em todas suas formas, ao ponto de se tornar improvável a delimitação dos fatores que moldam os textos (FAIRCLOUGH, 2003, p. 30-31).

2.2.2 O discurso político: encenação de atores sociais para persuadir e seduzir

Charaudeau (2015, p. 2) situa-nos sobre a natureza do discurso político, como também desperta em nós a necessidade de investigar e de compreender o discurso dos atores políticos sob a ótica social crítica, ao pontuar:

O discurso político é, por excelência, o lugar de um jogo de máscaras. Toda palavra pronunciada no campo político deve ser tomada ao mesmo tempo pelo que ela diz e não diz. Jamais deve ser tomada ao pé da letra, numa transparência ingênua, mas como resultado de uma estratégia cujo enunciador nem sempre é soberano.

Por apresentar abordagens tão significativas na dimensão de análise que me apropriado para este trabalho, adotarei a concepção de Charaudeau (2016) sobre o discurso político. Dessa forma, como analista do discurso acredito que devemos considerar e utilizar, de modo significativo, todas as possíveis contribuições de estudos na área da linguagem, independente de suas filiações ideológicas que limitam as interações entre os campos do saber.

A linguagem e a ação são dois participantes da interação social que possuem autonomia e, simultaneamente, encontram-se numa inter-relação assimétrica. O ato de linguagem do sujeito origina-se pelo *princípio da alteridade* – sem existência do outro, não há consciência de si. Em meio a essa relação, o sujeito não para de transportar o outro para si, conforme *princípio da influência*, para que, dessa forma,

esse outro pense, fale ou aja conforme propósitos daquele. Porém, caso esse outro tenha também um plano de influência, os dois sujeitos dessa relação serão impelidos a gerenciar sua relação pelo *princípio da regulamentação* (ibidem, p. 16).

Com isso, Charaudeau (20015, p. 17) afirma que agir sobre o outro, não implica apenas um constante fazer, dizer e pensar; mas se constitui pelo anseio de ver a intenção acompanhada de efeito. Nesse processo, ocorre a obrigação do outro de submeter-se ao sujeito que fala. Para esse efeito, há existência de uma ameaça ou probabilidade de recompensa. A sucessão dessa ação imputa autoridade ao sujeito que fala, desde que isso seja confirmado pelo outro parceiro da interação. Assim, o sujeito-alvo ocupa posição de dominado e o sujeito de autoridade uma colocação de dominante, o que leva os dois à relação de poder. Têm-se, com isso, relações de força estabelecidas entre os sujeitos por meio da linguagem, o que promove formação do vínculo social.

O discurso político não expressa a totalidade do conceito de política, no entanto não existe política sem discurso, este é gerador daquela. A política depende da ação e instaura-se nas relações de influência social. Por sua vez, a linguagem, mobilizada na forma discursiva, propicia a construção de dimensões de debates, de persuasão e de sedução nos quais se desenvolvem o pensamento e a ação política. Assim, o discurso político e a ação política estão conectados, o que expressa o porquê de estudar questões políticas por meio do discurso (ibidem, p. 39).

Nesse sentido, são diversos os lugares em que o pensamento político forma-se, a produção de sentido é determinada pelos modos de interação e pela atuação das identidades dos participantes. Desse modo, Charaudeau (2015, p. 40) expõe três âmbitos de fabricação discursiva:

- 1) Discurso político na forma de **sistema de pensamento** é o efeito de uma ação discursiva que visa alicerçar um ideal político baseado em determinados princípios que se portam como norteadores para a constituição de opiniões e posicionamentos, e, assim, originam-se as filiações ideológicas.
- 2) Como **ato de comunicação**, o discurso político diz respeito mais aos atores sociais que estão na encenação da comunicação política, cujo

propósito está no convencimento das opiniões com objetivo de obter aprovações, rejeições ou consensos. Aqui, esse tipo discursivo é resultado de configurações que fundamentam a ação política (comícios, debates, *slogans*, ajuntamentos, cerimônias, marchas, declarações televisivas), as quais criam noções imaginárias de filiação comunitária. Assim, esse modo de discurso empenha-se na construção da imagem de atores e, para isso, utiliza-se de estratégias de persuasão e de sedução.

- 3) Discurso político na forma de **comentário** não tem, essencialmente, finalidade política. É um discurso que fala, comenta sobre a ação política, ele pode expressar-se por meio da opinião do sujeito que o comenta, mas sem haver comprometimento explícito com aquilo que é discursado.

Segundo Charaudeau (2015), é inerente a todo discurso social ultrapassar as fronteiras das práticas nas quais eles foram gerados e chegar a outras instâncias, sofrendo algum tipo de alteração. O mesmo ocorre com discurso político, que pode ser produzido de modo rigoroso e com finalidade de elaborar um sistema de pensamento, mas depois ele figura em diferentes situações de comunicação e reaparece reconstruído. Sendo assim, é impossível aferir a influência e o alcance da ação discursiva política. O autor, ainda, assevera:

Ele está intrinsecamente ligado à organização da vida social como governo e como discussão, para o melhor e para o pior. Ele é, ao mesmo tempo, lugar de engajamento do sujeito, de justificação de seu posicionamento e de influência do outro, cuja encenação varia segundo circunstâncias de comunicação [...] (p. 42-43).

Há, no universo da linguagem, uma dimensão na qual o discurso político realiza-se, e aí se encontram *opinião* e *verdade*; numa relação dialética entre *formação de opinião*, a qual manifesta julgamento reflexivo, e *verdade*, a qual se instaura pela ação e pelo ato de decisão. É, nesse espaço, que se constroem inúmeros grupos de pensamento e de ação, marcados pela noção de “em comum”, os quais suscitam uma forma padrão de pensar e de agir compartilhada entre os participantes do grupo. Por meio dessa forma padrão, estabelece-se a mediação social e obtêm-se valores que ratificam o julgamento e a ação, estes são gerados e

disseminados por um discurso no meio social, assim constituindo seu cimento identitário (CHARAUDEAU, 2015, p. 45).

De acordo com isso, o discurso político revela-se por uma junção sutil entre a palavra que deve alicerçar a política e a que deve gerenciá-la. Leford (1999) esclarece que o fenômeno político é formado pela união de componentes: fatos políticos, como atos e decisões das autoridades; fatos sociais, como organização e manutenção das relações sociais; fatos jurídicos, como leis que gerem ações e relações dos indivíduos; e, por fim, fatos morais e psíquicos, como práticas que expressam sistemas de valores.

Aponta Charaudeau (2015) que a análise de discurso político estende-se a cada um desses componentes, ao passo que eles deixam marcas discursivas. Porém, o autor acena para a importância de transcender a análise do campo das ideias, e focalizar mais nos modos como elas são reproduzidas entre os sujeitos, como essas ideias permeiam os grupos e, assim, geram influências e consolidação.

A política é um campo de batalha em que se trava uma guerra simbólica para estabelecer relações de dominação ou pactos de convenção. Consequentemente, o discurso das ideias se constrói mediante o discurso do poder, o primeiro pertencendo a uma problemática da verdade (dizer o Verdadeiro) e o segundo a uma do verossímil (dizer ao mesmo tempo o Verdadeiro, o Falso e o Possível) (CHARAUDEAU, 2015, p. 46).

Essa declaração oferece base para duas direções do estudo discursivo político: os conteúdos dos discursos e os mecanismos da comunicação. Até o momento, as análises do discurso político privilegiaram mais o conteúdo das proposições do que as estratégias de encenação dos políticos; focalizaram mais o valor dos argumentos em conexão com um sistema de crenças que as estratégias de persuasão. Isso se explica pelo fato de que a trama política se constrói mais em torno das ideologias. Esse panorama transporta o discurso político para o âmbito do *ethos*, dando primazia à encenação e não ao teor argumentativo, conforme assinala Charaudeau (2015).

2.2.2.1 As estratégias que o discurso político mobiliza

Na compreensão de Charaudeau (2015), comumente, numa democracia, o povo vota mais em um político devido à força de sua imagem e de suas frases de

efeito, do que em razão de seu programa de governo. O comportamento das massas está relacionado com aquilo que as faz convergir para denominadores comuns: discursos simples carregados de mitos, de símbolos e de imaginários que encontram espaço em suas crenças. Assim, o poder do político, na democracia, é proveniente de uma delegação de natureza sagrada. Trata-se de conceber governantes como uma figura sacra, incumbida de ser servidor do bem comum, ao ponto de refletir a identidade coletiva de um povo. Desse modo,

não é de se admirar que ele procure construir para si a imagem de um antecessor benfeitor, capaz de unir a condição humana da realidade social a um invisível ideal social, pois ele deve retribuir ao povo esse porquê que o fez conferir-lhe um mandato: o benefício de uma “felicidade de ser” (CHARAUDEAU, 2015, p. 79).

A política, como forma de prática social, é a dimensão em que se confrontam relações de força simbólica para apropriação e gestão de um poder. Ela só pode ser desempenhada ao instaurar-se sobre legitimidade conquistada e atribuída. Todavia, isso não é o bastante. O sujeito político tem de persuadir grande número de indivíduos e, com isso, articular opiniões com objetivo de adquirir consenso.

Baseado nisso, Charaudeau (2015) revela as estratégias do discurso político:

1. A estratégia do parecer: o político está em dupla posição: por um lado, tem de convencer todos da importância de seu projeto de político e, por outro, deve angariar o maior número de adeptos aos seus valores. O político deve constituir para si dupla identidade discursiva: a primeira diz respeito ao posicionamento ideológico do sujeito no discurso; a segunda forma a identidade do sujeito na ação comunicativa. Essa identidade discursiva é esboçada pela relação **Eu – Nós**, uma identidade do singular-coletivo. Assim, o político materializa a voz de todos em sua voz, ao mesmo tempo que interage com todos como sendo o porta-voz de um *Terceiro*, proclamador de um ideal social. Essa relação converge para construção de um corpo social abstrato, o *Nós*, portando-se como um guia.

2. A persuasão entre emoção e razão: é quando se analisa, no discurso político, a relação entre convicção e persuasão, ou seja, razão e emoção. A *convicção* expressa-se pelo raciocínio, como produto das faculdades intelectuais e

comprometida com a verdade. A persuasão está ligada aos sentimentos, ao afeto, ela se origina sobre mobilizações emocionais e está voltada para o auditório.

3. As estratégias para orientações diversas: as estratégias discursivas, para conquistar a simpatia do público, são configuradas com base na aferição de fatores: de sua identidade social, do modo como ele apreende a opinião pública e a caminho que ele faz para alcançá-la; do posicionamento dos outros atores políticos, enfim, daquilo que ele julgar relevante proteger ou atacar: pessoas, ideias ou ações.

4. A construção da imagem de si: é a construção do *ethos* com objetivo de alcançar sucesso, baseado em uma junção de fatores: notória *temperança* em conexão com a fala e o comportamento, *circunstâncias históricas* e discernimento para *saber criar* o acontecimento. O político encontra-se num cenário emergido na dramaturgia que o força a constituir para si um personagem, uma figura que reproduz imagem de si, o que favorece ao *ethos* ter características particulares.

5. A dramatização do discurso: realiza-se quando emoções expressam representações sociais, construídas pela união de julgamentos, de opiniões e de apreciações, as quais podem propiciar sensações ou comportamentos e, desse modo, serem instrumentos para seduzir, ameaçar, aterrorizar e, finalmente, arrebatam o interlocutor ou o público. É um desmembramento da persuasão, mas, agora, com recurso de dimensões do discurso cheias de afeto.

Essa estratégia pode, ainda, ser subdividida:

a) *desqualificação do adversário:* são usados diversos processos discursivos para promover desqualificação do adversário: desvalorizar ideias, mostrar ao povo consequências negativas, imprimir imagem negativa na instância adversária, manipular por meio da ironia, expor contradições.

b) *discurso subjetivo que mistura paixão e razão:* a persuasão manifestada no discurso político está em conexão com a paixão, a razão e a imagem.

6. A escolha de valores: escolhas de valores dos políticos não são tão simples, elas vão ao encontro de determinados empecilhos. Além de suas próprias convicções, políticos devem abarcar outros valores, aqueles que melhor expressam a maioria da opinião pública.

7. A apresentação de valores: deve ser feita de modo que estabeleça sentido no âmbito político. Para isso, são mobilizadas condições: de *simplicidade*, como capacidade de adequar-se diante de público heterogêneo e desprovido de instrução; e de *argumentação*, quando discursos são produzidos com fundamentos em raciocínios simples ou explorando a força de impacto dos argumentos.

8. A mentira política: todo político entende que lhe é impossível falar sobre tudo a todo o momento e expressar, com exatidão, o que ele pensa. Sua ação política se dá no tempo e no momento do discursar, de expressar suas promessas e seus compromissos. É aí que entram o uso de estratégias discursivas que não podem parecer vagas ou desacreditadas, as quais auxiliam os políticos em suas ações. Sendo assim, instaura-se a mentira:

um ato de linguagem que obedece três condições: (i) o sujeito falante diz, enquanto enunciador (identidade discursiva), o contrário daquilo que sabe ou julga como indivíduo pensante (identidade social); (ii) ele deve saber que aquilo que diz é contrário ao que pensa (não há, nessa perspectiva, mentira que não seja voluntária); (iii) ele deve dar a seu interlocutor signos que o façam crer que aquilo que ele enuncia é idêntico ao que ele pensa (CHARAUDEAU, 2015, p. 105).

Com isso, a mentira manifesta-se por:

- a) *Estratégia da imprecisão:* desenvolve-se por meio de declarações extremamente gerais, sutis e, até mesmo, ambíguas, para que, assim, seja difícil verificar algum erro do político ou coagi-lo por ter mentido conscientemente.
- b) *Estratégia de silêncio:* é marcada pela ausência de pronunciamentos durante determinada situação que exigiria posicionamentos, nada é dito nem declarado. A ação é preservada em segredo. Aqui, é exercida uma estratégia que considera que anunciar o que é efetivamente realizado ocasionaria reações violentas e impediria a implantação do que é entendido como necessário para o bem da comunidade.
- c) *Estratégia da razão suprema:* a mentira é utilizada com intuito de disseminar a “razão do Estado”. Ela encontra apoio por promover a salvação daquilo que é identidade do povo, indo ao encontro da opinião pública e do anseio dos cidadãos.

- d) *Estratégia de denegação*: “[...] quando o político, surpreendido em negócios que são objeto de uma ação na justiça, nega sua implicação ou a de um de seus colaboradores.”(ibidem, p. 108). Dessa forma, negar equivale a mentir, no caso do político ter algum tipo de envolvimento nesses negócios, ocasionando falso testemunho.

Essa abordagem, sobre o discurso político, almejou trazer à luz importantes entendimentos a respeito dos seus meios de produção e de consumo, além de esboçar os fundamentos e as propriedades que fazem desse tipo de discurso o meio pelo qual a presidenta da República cria sua representação social, conforme mostrarei no Capítulo 4 desta pesquisa. Assim sendo, a próxima seção apresentará os elementos analíticos que compõem o percurso de investigação do discurso proposto por Fairclough (2001).

2.2.3 Configuração do processo analítico-investigativo

Nesse momento, após a compreensão da concepção da ADC, descreverei as propostas analítica-metodológicas que Fairclough (2001) dispõe para cada dimensão do discurso, as quais compõem o quadro de análise. Numa tentativa de esboçar melhor tal processo, proponho a seguinte sintetização:

Quadro 3: Sintetização das categorias analíticas da ADC (sugestão nossa)

Texto	Vocabulário Gramática Coesão Estrutura textual
Prática Discursiva	Força os enunciados Coerência dos textos Intertextualidade Manifesta Intertextualidade Constitutiva (ou Interdiscursividade)
Prática Social	Ideologia Hegemonia

Fonte: elaboração do autor com base em conforme Fairclough (2001).

Em relação à produção e à interpretação, o autor exprime que esse processo pode ser “ascendente” – “descendente”. Na base inferior, analisam-se as sequências de sons ou marcas gráficas em frases. No nível superior, examinam-se a significação atribuída às frases, aos textos completos e às partes que mais se destacam. O significado dos elementos superiores é gerado, em parte, com base nos elementos inferiores, o que constitui a interpretação “ascendente”. No entanto, a interpretação também se desenvolve por conjecturas sobre o significado das unidades superiores no início do processo, fundamentado em evidências restritas. Este é o processamento “descendente”. Portanto, a produção e a interpretação são tanto descendentes quanto ascendentes (idem. p. 110).

O autor aponta, também, que, devido à relação intrínseca entre produção e interpretação de um texto, a separação dos tópicos analíticos não é visível. Sendo assim, no campo textual, no qual marcas formais são mais evidentes, os tópicos deverão ser postos ali; e no local em que a ação produtiva e interpretativa for mais

notória, os tópicos são alocados na análise da prática discursiva, ainda que haja marcas formais.

Baseado nisso, para efetuação da **análise textual**, a qual trata da “descrição”, Fairclough (2001, p. 103) assinala quatro categorias visualizadas em ordem ascendente:

1. **Vocabulário:** cuida, principalmente, das palavras individuais. Examinam-se:
 - (re)lexicalizações, considerando todas as manifestações de significado geradas nos diferentes domínios e também como parte de lutas;
 - lexicalizações alternativas, inferindo a significação política e ideológica;
 - sentidos das palavras;
 - metáforas.
2. **Gramática:** diz respeito às conexões de palavras em orações e frases. Investigam-se funções das orações e seus tipos, ação de sua significação, posições dos sujeitos e seus apagamentos, como estrutura-se o tópico ou tema. Saliento que, para Fairclough (2001), a oração é considerada unidade mais importante da gramática, seus principais elementos são os “sintagmas”. Ela revela-se multifuncional, por isso, harmoniza significados ideacionais, interpessoais e textuais. A maneira como os sujeitos selecionam o modelo e a estrutura de suas orações está ligada à significação e à construção de identidades e de relações sociais, ao conhecimento e à crença.
3. **Coesão:** está relacionada ao modo como orações e frases são ligadas e, assim, criam-se ligações maiores para formar o texto. Para isso, são utilizados: vocábulos de mesmo campo semântico, repetição de palavras, sinônimos, estratégias de referência e substituição (pronomes, artigos definidos, demonstrativos, elipse de itens repetidos, etc.) e conjunções. Esses usos são variáveis conforme modos de racionalidades e mudança das práticas discursivas.
4. **Estrutura textual:** expressa-se pelo exame das propriedades organizacionais de larga escala dos textos. Estudam-se o planejamento e a estrutura dos diferentes textos, as formas e a sequência da disposição dos elementos constituintes.

Em relação à **análise da prática discursiva**, Fairclough (2001, p. 115) elucida que esse processo constrói-se em dois níveis analíticos. A *microanálise* refere-se à explicação consistente das formas como participantes geram e interpretam textos fundamentados nos recursos dos membros. A *macroanálise* consiste em compreender a natureza dos recursos dos membros que foram mobilizados para gerar e interpretar textos e, ainda, se isso acontece de modo normativo ou criativo. Esses dois âmbitos de análise são necessidades mútuas, possuem inter-relação e, assim, uma fornece subsídios para outra.

Nessa visão, para a **análise da prática discursiva**, Fairclough (2001) apresenta como elementos analíticos: força dos enunciados, coerência e intertextualidade. Essas se unem àquelas quatro categorias da dimensão do texto, que juntas geram um quadro para análise textual. Assim, esse processo abarca aspectos de produção, de interpretação e as particularidades formais dos textos.

A **força dos enunciados** é constituída pelos atos de fala (promessas, pedidos, ameaças, ordens etc.). Dessa forma, a força da porção de um texto está na ação social que executa, no desempenho de atos de fala. A disposição da sequência textual é um significativo preditor de força (ibidem, p. 111).

A **coerência dos textos** é estabelecida quando partes textuais ligam-se com um sentido, na perspectiva do texto ser um constructo que “expressa sentido”, ainda que haja pouca coesão. Fairclough (2001, p. 113) destaca que a produção de sentido ocorre quando sujeitos, empossados com determinados princípios interpretativos, relacionam-se com os textos por meio de inferências e de conexões, as quais podem fundamentar-se em concepções ideológicas. Ao manter vínculo com sujeitos através da coerência, os textos instauram posições a esses sujeitos intérpretes. À medida que os sujeitos assumem essas posições e realizam conexões, eles são assujeitados pelo exercício ideológico dos textos e pela interpelação dos discursos. Assim, os textos podem ser espaço tanto de luta como de resistência.

A **intertextualidade** é a característica intrínseca que os textos possuem de se apropriarem de fragmentos de outros textos, os quais podem ser delimitados explicitamente ou mesclados, e, ainda, estão sujeitos ao tratamento do texto o qual

pode apreender, se opor, ecoar ironicamente e assim por diante. Com isso, a intertextualidade acentua a historicidade dos textos; expõe as redes pelas quais eles se movem, materializando transformações predizíveis; e corrobora para compreensão de que não é somente o texto, nem os outros textos que o compõe intertextualmente, os únicos responsáveis por modelar a interpretação, mas também os outros textos que sujeitos evocam para o processo de interpretação (FAIRCLOUGH, 2001, p. 114).

As **cadeias intertextuais** são geradas por meio dos textos produzidos nas práticas particulares dentro e através das instituições. Esses textos tornam-se série de tipos textuais que se relacionam com as práticas e se modificam, o que propicia que cada membro das séries é transformado em outro, de forma constante e previsível. Assim, diversos tipos de textos transitam de vários modos pelas redes de distribuição e cadeias intertextuais, o que favorece a ocorrência de inúmeras transformações nesses textos; de acordo com Fairclough (2001, p. 166-167).

O autor apresenta, ainda, dois modos pelos quais a intertextualidade ocorre: a intertextualidade manifesta e a interdiscursividade ou intertextualidade constitutiva.

A **intertextualidade manifesta** é instaurada quando a presença dos outros textos é evidente no texto em análise; assim, eles estão manifestados na superfície textual por meio de traços ou marcas, como as aspas, por exemplo (idem. p. 136).

Como **intertextualidade constitutiva** ou **interdiscursividade**, o autor assinala que é a união de convenções discursivas que entram em sua produção.

Segundo Fairclough (2001, p. 138), a **representação do discurso**¹⁵ é também uma forma de realização intertextual na qual fragmentos de outros textos são agregados a um texto e claramente marcados por recursos como aspas e orações relatadas. Esse processo poder ocorrer por modo: direto, no qual são representadas as palavras das pessoas tal qual no 'original', são delimitadas por aspas; e o indireto, neste modo, as aspas somem e o discurso relatado constitui-se como oração gramaticalmente subordinada à oração que reproduz, uma ligação

¹⁵ Fairclough (2001, p. 153) opta por utilizar "representação do discurso" em lugar de "discurso relatado", devido ao primeiro termo expressar melhor a noção de seu entendimento: não são apenas os aspectos gramaticais que são reproduzidos, mas também os vários elementos que compõem o evento discursivo.

marcada pela conjunção “que”. Mudanças são operadas para imprimir a perspectiva do relator e, assim, as vozes não podem ser delimitadas. Dessa forma, a representação do discurso é uma dimensão da prática social de grande importância, pois possibilita representar o que pessoas disseram, quando, onde e por quê. Isto se dá nos vários tipos discursivos, como conversação diária, discurso político etc., nos quais as pessoas, infinitamente, produzem relatos daquilo que outros disseram.

As **pressuposições** configuram-se como proposições que o produtor do texto considera já serem conhecidas ou estabelecidas, com várias pistas formais no campo textual para evidenciar isso. A visão intertextual das pressuposições indica que pressuposições pressupostas são um modo de agregar textos de outros. É válido ressaltar que pressuposições podem ser manipulativas ou sinceras, porque são difíceis de afrontar. O escritor pode apresentar uma pressuposição sua como sendo dada por outro e, assim, manipular as pessoas (idem. p. 155).

O **controle interacional** é praticado, geralmente, de modo colaborativo pelos participantes, porém podem ocorrer diferenças no grau de controle por meio da assimetria entre os participantes. O exame do controle da interação constitui-se como maneira de demonstrar a efetuação e a negociação concretas das relações sociais na prática social. De acordo com isso, Fairclough (2001, p. 192-208) esboça os seguintes processos relacionados ao controle interacional:

- a) Tomada de turno
- b) Estruturas de troca
- c) Controle de tópicos
- d) Determinação e policiamento de agendas
- e) Formulação
- f) Modalidade
- g) Polidez
- h) *Ethos*¹⁶

A análise da **prática social** compreende o exame da ideologia e da hegemonia conforme propõe Fairclough (2001).

¹⁶ Esta categoria será abordada detalhadamente numa próxima seção, devido sua importância teórica-metodológica para o estudo da Representação Social empreendido nesta pesquisa.

Para **ideologia**, o autor levanta três fundamentos. Primeiro, ela manifesta-se materialmente nas práticas das instituições, o que propicia investigação da prática discursiva como modo concreto de ideologia. Segundo, a ideologia age interpelando sujeitos, produzindo efeitos que incidem na constituição deles. Terceiro, os “aparelhos ideológicos de estado” revelam-se como âmbitos e marcos delimitadores na luta de classe, que assinalam para luta no discurso e subjacente a ele, o que conduz para uma investigação de discurso direcionada ideologicamente (FAIRCLOUGH, 2001, p. 116-117).

Nesse sentido, Fairclough (2001, p. 117) enuncia que ideologias são significações e estruturações da realidade (mundo físico, relações e identidades sociais), as quais são formadas em diversas dimensões dos modos/sentidos das práticas discursivas; assim, cooperando para produção, transmissão e modificação das relações de dominação. Ele ressalta, ainda, que ideologias incutidas nas práticas discursivas são profícuas quando se naturalizam e alcançam status de ‘senso comum’, porém não se deve esquecer de que práticas discursivas e ideologias nelas contidas estão em constante remodelação, devido à reestruturação e transformação das relações de dominação.

Em relação à **hegemonia**, Fairclough (2001, p. 122) declara:

[...] é liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural e ideológico de uma sociedade; [...] é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais; [...] é construção de alianças muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento. Hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas.

Nesse momento, finalizo a exposição das contribuições da ADC e, nas próximas seções, apresentarei as perspectivas dos outros campos de conhecimento que integrarão o arcabouço teórico-metodológico deste estudo.

2.2.4 A natureza transdisciplinar da teoria social do discurso

A Análise de Discurso Crítica possui, em sua identidade, a transdisciplinariedade, a capacidade de estabelecer diálogos com diferentes campos

do saber a fim de promover um construto teórico-metodológico que satisfaça os objetivos de uma pesquisa. Fairclough (2003) assevera que se faz necessário elaborar abordagens de texto por meio da conexão com perspectivas sobre linguagem e discursos alicerçados na teoria e na pesquisa social, para que se possa examinar textos como elementos da ação social. Salienta ele que “[..] uma abordagem transdisciplinar à teoria ou ao método analítico é uma questão de trabalhar com categorias e lógica ou, por exemplo, com teorias sociológicas para desenvolver uma teoria do discurso e métodos para analisar textos.” (ibidem, p. 13).

Apropriando-se dessa premissa, a seguir, promoverei o diálogo com alguns conceitos que contribuem para este estudo: Teoria das Representações Sociais, *Ethos*, Ideologia e Poder.

2.3 Teoria das Representações: caminho para compreender a maneira de viver dos atores sociais

A Teoria das Representações Sociais (TRS) é uma expressão sociológica da Psicologia Social, originada na Europa, a partir de um estudo realizado por Serge Moscovici em 1961. Como é próprio das ciências significativas, o autor ancorou-se em diversos teóricos da sociologia e da antropologia, especialmente em Durkheim, o que permite a TRS apontar o quanto o indivíduo é fruto da sociedade (FARR, 2013).

Guareschi e Jovchelovitch (2013) expressam importantes contribuições para o estudo da Teoria das Representações Sociais, ao relatar em que ela possui seu foco na relação entre o sujeito e o objeto. O sujeito, por meio de suas realizações e sua ligação com o objeto-mundo, cria tanto o mundo como a si próprio. Com isso, a centralidade da teoria se dá tanto nas atividades do sujeito como na realidade do mundo.

Com base nisso, a representação social, como fenômeno, envolve os campos *cognitivos*, por gerar conhecimentos sociais; *afetivos*, pois, quando os sujeitos se movem para compreender e expressar sentido ao mundo, realizam isso por meio de emoções, de sentimentos e de paixão; e *sociais*, porque as bases da cognição e do afeto estão situadas na realidade social, como também seus meios de produção encontram-se nas instituições, nos meios de comunicação e numa infinidade de

lugares sociais. Quando as pessoas se pronunciam, articulam e se relacionam com outras a respeito do cotidiano ou sob influência de determinado espaço e práticas sociais, das crenças e da contribuição histórico-cultural de suas sociedades, é o momento em que as representações sociais são criadas (op.cit.).

Moscovici (2013) assinala que as representações sociais constituem-se racionais, não pelo seu viés social, mas porque são coletivas. E é no espaço das tensões entre o individual e social que os sujeitos constroem suas representações. Em conexão com esse fato, Jovchelovitch e Guareschi (2013) apontam a importância que o mundo social possui para a representação, pois a realidade social porta-se como profícuo material de construção para os sujeitos. Assim sendo, formações coletivas encontram ponto de transformação na dimensão social, a qual se constitui como espaço dinâmico e consensual e, ao mesmo tempo, permite alterações em suas estruturas por meio de esforços dos sujeitos.

Nesse panorama, noto ligação com a proposta da ADC, a qual se interessa pela relação dos sujeitos e suas práticas no meio social, como também as mudanças e os efeitos que cada parte promove. Ratificando essa acepção, Moscovici, segundo Farr (2013, p. 44), assinala: “O indivíduo tanto é um agente de mudança na sociedade como é produto dessa sociedade.”.

Com isso, a ação, de representar-se socialmente, e a teoria, que se ergue para elucidar tal processo, estão relacionadas à construção de *saberes sociais*, o que implica cognição. Assim, o caráter simbólico desses saberes envolve o âmbito afetivo, pois

[...] quando sujeitos sociais empenham-se em entender e dar sentido ao mundo, eles também o fazem com emoção, com sentimento e com paixão. [...] Tanto a cognição como os afetos que estão presentes nas representações sociais encontram a sua base na realidade social (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 2013, p. 19).

Os mesmos autores ressaltam, ainda, que são, nos inúmeros lugares sociais e nos diversos meios de comunicação, os âmbitos de ocorrência das representações sociais. É devido às complexidades das atuais sociedades que grande parte das interações cotidianas é intermediada pelos canais de comunicação de massa. Com isso, representações e símbolos configuram-se como essência para geração de ações e, também, como fator determinante para exercício do poder (ibidem,).

2.3.1 Representação Social: condição para existência e atuação no mundo

Declara Charaudeau (2015, p. 51) que a comunicação humana pode ser vista como um teatro, com extensa cena na qual os sujeitos representam, por meio de seus atos de linguagem, inúmeros espetáculos, nos quais alguns papéis são esperados e outros são improvisados. Todavia, num teatro há inúmeras peças, cada qual relacionada a uma encenação específica, dentre elas, encontra-se a cena política, na qual são representadas relações de poder conforme posições, papéis e textos concebidos por essa dramaturgia, e, também, pelas possibilidades de execução de que dispõem os atores.

Com essa elucidação, percebe-se que a representação é uma ação inerente ao ser humano, ou seja, os sujeitos investem-se de papéis sociais e, assim, portam-se como atores nas diversas situações promovidas pelas práticas. Jodelet (1984 *apud* JOVCHELOVITCH, 2013, p. 64) expõe que a representação é ação que transpõe limites internos e externos, construções mentais em constante desenvolvimento, norteadora de alguém para alguma coisa, criativa e com natureza social. Devido a isso, as representações são constituídas por elementos provenientes de uma cultura comum, ou seja, elementos originados da linguagem.

Segundo Minayo (2013, p. 92), a compreensão das representações realiza-se por meio da linguagem. As palavras são constituídas a partir de rede de fios ideológicos. Elas são espaços nos quais são confrontados diferentes interesses e, ao mesmo tempo, medeiam e recebem os efeitos das lutas. Dessa forma, há relação dialética com a realidade, todavia “[...] não são a realidade, mas uma fresta iluminada: representam!”.

De acordo com essas noções, percebo ponto de convergência entre ADC e Teoria das Representações Sociais, pelo fato de ambas considerarem a linguagem (discurso) como elemento formador das representações sociais. Silva (2009, p. 100) ratifica, também, esse entendimento ao expressar, com base no pressuposto de Jovchelovitch (2013):

[...] ao mesmo tempo em que estamos atravessados pela violência concreta de relações sociais desiguais, também estamos atravessados “pela força impressionante da “Palavra”, que, simbolicamente, auxilia a construção de

máscaras para estruturas sociais desiguais. Nesse ponto, percebo clara intersecção entre os postulados da TRS e da ADC, posto que a desigualdade é um elemento comum às duas áreas de conhecimento. Nesse sentido, acredito que a linguagem é, para a Teoria das Representações Sociais, um conceito que se relaciona com conceito de discurso para a ADC.

Apoiando-se nessa compreensão, Jovchelovitch (2013, p. 66-77) compreende a representação como fenômeno psicossocial, como construções específicas da realidade social. É por meio das atividades e relações com os outros que se dá o nascimento das representações, o que proporciona tanto mediação entre sujeitos e mundo, quanto ressignificação do mundo por tais sujeitos.

Junto a isso, representações propiciam a ocorrência de *símbolos*, os quais consistem de fragmentos da realidade social instrumentalizados pelos sujeitos com finalidade de atribuir sentido e forma às circunstâncias nas quais eles estão inseridos. Assim, sujeitos sociais não estão alheios à conjuntura social, nem subjugados a reproduzi-la. Ao contrário disso, eles têm, como trabalho, desenvolver a constante tensão entre um mundo já formado e suas lutas para serem sujeitos (ibidem).

Bourdieu e Bakhtin (*apud* MINAYO, 2013, p. 85) expressam noção de representação social por meio da valorização da fala como modo de demonstração das condições da existência. Para Bourdieu, devido à palavra constituir-se como símbolo da comunicação, ela representa o pensamento. Assim, a fala tem capacidade de revelar condições estruturais, sistemas de valores, símbolos e normas; e de esboçar representações de grupos em condições históricas, socioeconômicas e culturais particulares. Bourdieu concorda com Bakhtin e compreende a palavra como fenômeno ideológico nato. Desse modo, cada época e cada grupo social constroem seu próprio repertório de formas discursivas na comunicação, a qual é totalmente instituída pelas relações de produção e pela estrutura sociopolítica.

Consoante Bourdieu (*apud* MINAYO, 2013, p. 86), ainda que cada agente não saiba ou não queira perceber, ele porta-se como produtor e reproduzidor do sentido objetivo, ou seja, de uma reprodução social, devido as suas ações serem o produto de uma forma de atuar do qual ele não é o produtor direto e, também, nem possui o domínio total.

Schutz (*apud* MINAYO, 2013, p. 78-79) utiliza o termo “senso comum” para designar as representações sociais do dia a dia. Este autor considera que o senso comum implica um conjunto de abstrações, formalizações e generalizações, sendo que tais conjuntos são gerados e interpretados com base no mundo cotidiano. Assim, segundo o autor, a configuração cotidiana é permeada de significados e dotada de estruturas importantes para grupos sociais que vivem, pensam e trabalham no contexto social. Esses significados são escolhidos por meio de construções mentais, na forma de representações do “senso comum”.

Esse mesmo autor elucida, ainda, que a história de vida do ator social molda suas experiências. Com isso, cada ator, com base no conhecimento de sua experiência, expressará temas, aspectos ou contextos conforme os ache relevantes. Isso evidencia o porquê Schultz focaliza as representações no senso comum, pois é por meio dele que o ator social realiza definições, atribui significados importantes à sua ação, baseado na sua história de vida e nos conhecimentos adquiridos na interação com outros. Desse modo, Schultz contribui para o entendimento do conceito de ator social (MINAYO, 2013).

Tomo posse desse entendimento e esclareço que adoto o termo “atriz social”, em vez de “ator social” ou “atora social” para fazer referência à atuação social do sujeito feminino que, no caso deste estudo, é a presidenta da República Dilma Rousseff. Realizo esse esclarecimento porque na bibliografia aqui utilizada não há registro do uso desse termo para o sujeito feminino. No entanto, como esta pesquisa possui abordagem discursiva crítica, compreendo que devo referir à atuação social do indivíduo em análise por meio de um substantivo que esteja ligado à sua classificação de gênero, ou seja, “atriz social”.

Na visão de Minayo (2013), representações sociais realizam-se nas palavras, nos sentimentos e nos comportamentos e se institucionalizam. Com isso, podem e necessitam ser examinadas com base na compreensão e na atuação social. A mediação das representações é feita pela *linguagem*, que é aferida como modo de conhecimento e interação social, e, ainda, possui níveis diferenciados de percepção e nitidez em relação à realidade.

As representações sociais têm núcleos positivos de mudança e de resistência na forma de compreender a realidade. Por isso, devem ser analisadas criticamente, pois elas expressam situações reais da vida. “Na verdade, a realidade vivida é também representada e através dela os atores sociais se movem, constroem sua vida e explicam-na mediante seu estoque de conhecimentos.” (ibidem, p. 90).

Desse modo, Minayo (2013, p. 91) pontua que representações sociais não são absolutamente construtos conscientes, elas são elaboradas com base nas formações e nas categorias de pensamento do coletivo ou dos grupos. Assim, fazem-se presentes nas representações formas de dominação e de resistência, de contestação e de aceitação. Mesmo que possuam natureza ilusória, duvidosa e ‘verdadeira’, as representações podem ser tomadas como matéria-prima para a investigação social e, também, para realizar ação ‘pedagógico-política de transformação’, porque se portam tanto como espelho de específico segmento da sociedade como modificador de sua realidade.

2.3.2 Esfera pública: espaço de realização das representações

O social é o espaço de ocorrência da vida dos sujeitos e, também, o elemento formador das representações. Assim sendo, Jovchelovitch (2013) direciona sua visão para a relevância que significados da vida social incorporam no âmbito da *esfera pública*, sendo este dimensão de encontro, de conflitos e de mediações institucionais.

Hannah Arendt (1958 *apud* JOVCHELOVITCH, 2013) assevera que o convívio interpessoal propicia espaço para realização da ação e do discurso. Esses fenômenos ocorrem devido à pluralidade humana, pois é a diferenciação dos seres que suscita a necessidade de comunicação e de ação diversificada; e, desse modo, favorece a geração de entendimento e de consenso.

Essa mesma autora, ainda, explana que o termo público implica a conexão de dois fenômenos. Primeiro, o que se constitui público pode ser visto e ouvido por todos, possuindo, assim, alta publicidade; segundo, a noção de público refere-se ao Mundo mesmo, o qual pertence a todos e se diferencia do espaço privado de cada indivíduo (ibidem).

Nas palavras de Jovchelovitch (2013, p. 57), a vida pública não faz parte apenas de uma geração e não se limita aos viventes, mas dispõe propriedades para a permanência e história. Essa perpetuidade propicia a produção, a sustentação e a transformação de uma história que se assenta nas construções e narrativas do homem. Ainda que a realidade configure-se multifacetada e com posições assimétricas, a base da dimensão pública é o diálogo e a conversação. Caso o espaço público não fosse dessa forma, e as pessoas estivessem presas ao privado, história e vida política não existiriam.

Habermas (*apud* JOVCHELOVITCH, 2013) também corrobora esse pensamento. Para ele, a esfera pública constrói-se como dimensão em que cidadãos interagem entre si por meio do diálogo, permitindo acesso a todos. O efeito de tal espaço consiste da opinião pública, sendo esta como uma concordância adquirida pelo debate de temas da vida comum. Aqui, o autor salienta que a razão deve preceder o debate, pois o âmbito comum possui funções críticas, ele é o espaço que racionaliza o exercício do poder, tendo, como instrumento para isso, o debate público.

Até o momento, um dos pontos em comum dessas perspectivas é a alteridade. Jovchelovitch (2013, p. 59) elucidada:

[...] o Outro generalizado é que dá ao sujeito sua possível unidade enquanto Eu, e não há possibilidades de um desenvolvimento do Eu sem a internalização de Outros. A importância de uma comunidade segue daí: ela evidencia um “nós” necessário para a constituição de cada ser humano, que atesta que vidas privadas não surgem a partir de dentro, mas a partir de fora, isto é, em público.

Com base nisso, a esfera pública expõe a relação dialética que há entre: sujeito – outros sujeitos – sociedade. Desse processo, emanam as representações como um Eu que se configura a partir do que os Outros apresentam sobre mim (*ibidem*).

2.3.3 Atores e atrizes sociais em cena

Baseado no exposto sobre a Teoria da Representação Social, estabeleço conexão dessa perspectiva com a concepção da Representação dos Atores Sociais de van Leeuwen (1998), o qual produziu um inventário sociodiscursivo das formas pelas quais atores sociais podem ser representados, expressando a relevância

sociológica e crítica de algumas categorias linguísticas. O autor afirma que o significado é produto do meio cultural e não da língua, portanto não pode ser ligado a uma semiótica específica.

As categorias sugeridas, para essa análise, de acordo com seus propósitos, devem ser concebidas como pan-semióticas, pois cada cultura possui meios particulares de representar a vida social, como também formas específicas de representação de diferentes semioses, de acordo com o grau de relevância e de compreensão, aquilo que será realizado visualmente ou verbalmente (idem. p. 171).

A perspectiva de van Leeuwen (1998, p. 172) conduz à proposta de resolução da questão de como práticas sociais se convertem em discursos acerca dessas mesmas práticas sociais, envolvendo, nessa ação, tanto meios como formas que, na realidade, já são realizadas em contextos institucionais específicos; os quais estabelecem determinadas relações com práticas sociais e, a partir delas, geram representações.

2.3.4 Elenco das categorias de Representação dos Atores Sociais

Alicerçado nessa compreensão, elenco as dez categorias de representação dos atores sociais de acordo com van Leeuwen (1998):

- a) **Exclusão:** as representações podem operar *incluindo* ou *excluindo* atores sociais, de acordo com interesses e objetivos em relação aos leitores a quem se dirigem. Algumas exclusões “inocentes” ocorrem por conceber que leitores já conhecem determinada informação ou por entender que ela é irrelevante. Exclusões podem não deixar marcas, excluindo tanto atores sociais quanto suas atividades, devido a isso elas só podem ser aferidas por meio da comparação entre discursos da mesma prática. Quando exclusões deixam marcas, opera-se: a *supressão*, pela qual não há qualquer menção aos atores sociais em questão; ou a *colocação em segundo plano*, quando atores sociais estão mencionados sutilmente numa parte do texto, por isso podem ser percebidos com pouca nitidez. Para isso, utiliza-se, como estratégia, o uso de *elipse*. Para realizar *supressão*, são usadas as estratégias de:

- apagamento do agente da passiva;

- orações infinitivas com papel de participante gramatical;
 - apagamento dos atores beneficiários de uma ação;
 - nominalizações e utilização de nomes de processos; e
 - adjetivos que operam processos.
- b) **Distribuição de papéis:** aos atores sociais, são entregues papéis para desempenharem nas representações. Isso implica quem é representado como **agente** (*ator*), e como **paciente** (*finalidade*) no decorrer do discurso. Não há relação direta entre os papéis conferidos aos atores nas práticas sociais e os papéis gramaticais atribuídos a eles no texto. Assim, as representações podem redistribuir papéis e estruturar relações sociais entre sujeitos.

Ao proceder à investigação por meio da análise desse modo representacional, busca-se evidenciar que opções (ator ou paciente) são realizadas em que contextos institucionais e sociais; os motivos que conduziram tais escolhas; a quais interesses elas servem; e quais são os objetivos alcançados.

Para realizar distribuição de papéis, são utilizados: a *circunstancialização*, uso de circunstâncias preposicionais; e a *possessivação*, uso de pronomes possessivos para ativar ou passivar um ator social.

- c) **Genericização e especificação:** expressa-se pela referência genérica ou específica. Atores sociais podem ser representados por meio de classes ou como indivíduos particulares e identificáveis. A genericização pode se dá por meio do:
- plural sem artigo;
 - singular com artigo definido ou indefinido; e
 - uso de tempo verbal que expressa ações habituais ou universais.
- d) **Assimilação:** é o modo como atores sociais podem ser referidos: como indivíduos (*individualização*), ou como grupos (*assimilação*). A

individualização manifesta-se por meio da singularidade, e a assimilação se dá por meio da pluralidade.

A *assimilação* é tipificada de dois modos. A *agregação* ocorre quando grupos de participantes são considerados dados estatísticos e, assim, auxiliam na sustentação de uma prática e na formação de consenso. Esse tipo de assimilação é operada por meio do uso de quantificador definido ou indefinido, que funciona como numerativo ou núcleo de grupo nominal. A *coletivização* realiza-se quando um substantivo denota pessoas como grupos de grande extensão, na forma de nação ou comunidade, por exemplo.

- e) **Associação e dissociação:** a associação configura-se em grupos de atores sociais que jamais são classificados no texto. Pode construir-se por meio de pronomes possessivos e orações possessivas atributivas com verbos como “ter” e “pertencer”; fazendo associação explícita, no entanto sem caracterizar o grupo social produzido. A dissociação opera o processo inverso da associação, fragmentando os atores sociais.
- f) **Indeterminação e diferenciação:** a *indeterminação* realiza-se quando atores sociais são representados como indivíduos ou grupos não particularizados e “anônimos”. Para isso, são usados pronomes indefinidos com função nominal ou expressões como “muitos acreditam” ou “alguns dizem”.

A *diferenciação* instaura-se quando a identidade dos atores sociais é, de alguma forma, especificada.

- g) **Nomeação e Categorização:** a representação dos atores sociais pode se dá em relação a sua identidade única, dessa forma são *nomeados*; ou podem ser representados em termos de identidades e de funções que dividem com outros, consistindo na *categorização*.
- **Funcionalização e identificação:** são subdivisões da categorização. A *funcionalização* realiza-se quando atores sociais são mencionados de acordo com uma atividade ou função. A *identificação* constrói-se no momento em que atores sociais são definidos, com base em algum nível de consolidação, por

aquilo que são; e, também, baseado em categorias de classes, como: idade, sexo, origem, classe social, raça, orientação sexual etc.

h) **Personalização e impersonalização:** a *personalização* trata das representações que “personalizam” os atores sociais, retratando-os como seres humanos. Ocorre, também, que atores sociais podem ser “impersonalizados”, representados por diferentes meios que os descaracterizam como humanos. Há dois tipos de *impersonalização*. A *abstração* manifesta-se quando atores sociais são representados com base em alguma qualidade que lhes é conferida pela representação. A *objetivação* se dá quando atores sociais são representados com fundamento em um local ou uma coisa imediatamente associada a eles. Alguns tipos de objetivação são:

- **espacialização:** a representação é feita com base em um local ao qual os atores estão ligados num dado contexto;
- **autonomização do enunciado:** os atores são representados por meio de uma ligação aos seus enunciados;
- **instrumentalização:** “[...] os actores sociais são representados por meio de uma referência ao instrumento com o qual eles empreendem a atividade a que estão ligados”. (VAN LEEUWEN, p. 209); e
- **somatização:** a representação dos atores se dá com base numa referência a uma parte do seu corpo.

i) **Sobredeterminação:** acontece quando atores sociais são representados como participantes, ao mesmo tempo, de mais de uma prática social. Pode realizar-se de quatro formas:

- **inversão:** expressa-se quando atores sociais estão conectados a duas práticas que, de certa forma, são contrárias;
- **simbolização:** “[...] ocorre quando um actor social ou um grupo de actores sociais ‘ficcionalis’ representam actores ou grupos em práticas sociais não-ficcionalis.” (VAN LEEUWEN, 1998, p. 212);

- **conotação:** consiste de única determinação corresponder a uma classificação ou funcionalização; e
- **destilação:** propicia a sobredeterminação por meio da junção da generalização com a abstração.

2.3.2 Ethos: imagens de si no discurso

Nesse ponto da pesquisa, é necessário expor algumas considerações acerca da apropriação que faço de contribuições de teóricos que, num primeiro momento, não “pertencem” à ADC.

A análise de discurso desenvolve-se sob duas vertentes: críticas e não críticas. Nesse sentido, Vieira (2002) elucida que os analistas do discurso, críticos ou não, possuem em comum a característica de defenderem a inclusão da linguagem em contextos sociais. Todavia, há pontos de divergência entre as duas vertentes.

No que diz respeito à conceituação do sujeito, para a abordagem crítica, o sujeito é um ator ideológico, o qual constitui e é constituído pelos processos discursivos; para a abordagem não crítica, o sujeito é apenas agente dos processos sociais. Em relação à importância do contexto social, para a vertente crítica, o contexto é essencial para o processo de socialização dos sujeitos, por meio da linguagem.

Sendo assim, acredito que tais distinções das abordagens são estabelecidas, principalmente, para atender aos objetivos que são suscitados pelos analistas de acordo com seus propósitos. Todavia, o elemento central dessas duas abordagens é o discurso, o qual apresenta múltiplas possibilidades analíticas. Por isso, creio que as divergências entre as vertentes não devem ser barreiras que impeçam os analistas do discurso de apropriarem-se das várias contribuições que são produzidas por ambos os campos de estudo.

Em consonância com esse entendimento, trago, nesta seção, a abordagem de alguns dos principais estudiosos de *ethos*, os quais, de certa forma, não estão “filiados” à ADC; porém são analistas que tomam o discurso como elemento central de suas pesquisas, assim como os demais analistas do discurso crítico.

Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. Para tanto, não é necessário que o locutor faça seu autorretrato, detalhe suas qualidades nem mesmo que fale explicitamente de si. Seu estilo, suas

competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma **representação de sua pessoa** (AMOSSY, 2016, p. 9, grifo nosso).

Essas são as palavras que expressam a tese de Amossy (2016) a respeito do *ethos*. Noto inter-relação entre este estudo e a perspectiva da ADC, segundo Fairclough (2001), pois ambos consideram o uso da linguagem (discurso) como meio gerador e reproduzidor das imagens que sujeitos sociais constroem de si mesmos durante suas atuações nas várias práticas. Outro ponto de convergência, que reforça a importância de se abordar o conceito de *ethos* nesta pesquisa, é estabelecido pela Teoria das Representações Sociais, aqui, mais especificamente, com Representação dos Atores Sociais, pois a ação representacional implica, também, a participação e exposição do *ethos*.

Declara Charaudeau (2016) que a noção de *ethos* possui sua raiz na Antiguidade, na Retórica de Aristóteles. Ele concebeu a divisão dos meios discursivos que agem sobre o auditório em três categorias: por um lado, o *logos* está ligado ao campo da razão e possibilita o convencimento; de outro lado, o *ethos* e o *pathos* pertencem à dimensão da emoção e contribuem para emocionar. Pode-se notar a noção preliminar de *ethos*, segundo Aristóteles, na seguinte afirmação:

[...] há, pois, grande proveito para a persuasão, não apenas nas deliberações, mas também nos tribunais, mostrar-se a si mesma sob determinado aspecto e fazer supor aos ouvintes que temos para com eles determinada disposição e, além disso, que eles próprios encontrem-se nesta ou naquela disposição para com o orador (GALLIMARD, 1991 *apud* CHARAUDEAU, 2015).

Sendo assim, Amossy (2016) afirma que, propositalmente ou não, o locutor realiza em seu discurso uma exposição de si. Os modos de dizer conduzem a uma imagem, tornam-se algo que ninguém pode desconsiderar sem sofrer consequências. Porém, a construção de tal imagem não se limita a uma técnica adquirida ou a um artifício, ela se constitui, frequentemente, à revelia dos parceiros, durante as trocas verbais cotidianas, como também no decorrer de diálogos e de relações mais complexas.

Pontua Maingueneau (2016) que a noção de *ethos* evoca relação inequívoca com a reflexividade enunciativa e envolve ligação entre corpo e discurso; ou seja, este não é tomado apenas como estatuto ou papel, mas também como *voz*, *corpo enunciante*, realizado historicamente e inscrito numa situação que está sempre em progresso.

O *ethos* está, inevitavelmente, ligado à produção enunciativa, por isso se deve considerar que o público constitui representações do *ethos* do enunciador antes mesmo do momento de sua fala. Nesse panorama, Maingueneau (2016, p. 71) assinala que, mesmo o público não sabendo nada, antecipadamente, a respeito do enunciador, o simples fato de um texto derivar de um gênero discursivo ou de um posicionamento ideológico manifesta apontamentos em relação ao *ethos*; o que configura *ethos pré-discursivo*.

No que se concebe por *ethos* discursivo, esse mesmo autor compreende que qualquer discurso escrito possui uma vocalidade particular, a qual possibilita conectá-lo a uma fonte enunciativa, por meio de um tom (tanto para o escrito como para o oral) que esboça quem o disse. Essa caracterização de vocalidade conduz à concepção do corpo do enunciador (não propriamente dito o corpo efetivo do autor) (op.cit.).

Dessa forma, a partir da leitura, emana a noção de autoria da enunciação, função nomeada de fiador, figura a qual deverá ser apreendida pelo leitor com fundamentos em pistas textuais de inúmeras ordens. Assim, o fiador é imbuído de caráter e de “corporalidade”, sendo esta a propriedade de ser e de mover no meio social. Tanto a corporaliidade quanto o caráter do fiador estão embasados em uma união difusa de representações sociais valorizadas e desvalorizadas, e de estereótipos sobre os quais a enunciação fundamenta-se e coopera para mudanças (MAINGUENEAU, 2016, p. 71-72).

Apoiado nessa concepção, e considerando ‘incorporação’ como o modo pelo qual o coenunciador relaciona-se ao *ethos* do discurso, Maingueneau (2016, p. 73) evidencia três pontos da constituição do *ethos*:

- a enunciação do texto atribui uma corporalidade ao fiador, ela lhe dá uma forma corporal;
- o coenunciador incorpora, depreende uma união de esquemas que expressam o modo específico de relacionar-se com o mundo, permitindo que isso habite seu próprio corpo; e
- essas duas primeiras incorporações possibilitam a construção de um corpo, proveniente da comunidade imaginária daqueles que compartilham de um mesmo discurso.

Assim, o universo de sentido criado pelo discurso forma-se tanto pelo *ethos* quanto pela “união de ideias”, a qual se revela por uma maneira de dizer que expressa uma maneira de ser, de acordo com a participação imaginária dos sujeitos em uma dada construção da vida social. O poder de persuasão desempenhado pelo discurso realiza-se por conduzir o leitor a identificar-se com o deslocamento de um corpo possuído de valores determinados historicamente. Isso leva à compreensão de que o discurso não é efeito da associação entre “fundo” e “forma”, pois ele é acontecimento manifestado num panorama sócio-histórico. Com isso, não se pode desconsiderar a organização de seus conteúdos e a forma de legitimação de sua cena discursiva (MAINGUENEAU, 2016, p. 73-74).

A perspectiva de Fairclough (2001, p. 207) conecta o conceito de *ethos* à construção da subjetividade dos sujeitos, suas identidades sociais e tipos de “eu”, nas interações. Segundo ele, por meio do *ethos*, é possível unir inúmeras características, não somente do discurso, mas também do comportamento em geral, que propiciam uma versão particular do “eu”. Ainda nesse sentido, há uma questão intertextual:

[...] o *ethos* pode ser considerado como parte de um processo mais amplo de ‘modelagem’ em que o lugar e o tempo de uma interação e seu conjunto de participantes, bem como o *ethos* dos participantes, são construídos pela projeção de ligações em determinadas direções intertextuais de preferência a outras.

No entendimento de Charaudeau (2015, p. 115), o *ethos*, tomado como imagem que se relaciona àquele que fala, não se porta como uma peculiaridade só dele, mas é, antes de tudo, a imagem da qual toma posse o interlocutor a partir daquilo que ele expressa. O *ethos* constrói-se pelo cruzamento do “[...] olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê”. Tal construção imagética é baseada em dados preexistentes ao discurso e em dados revelados pelo ato linguístico.

Na elaboração do *ethos*, Charaudeau (2015) assevera que a identidade do falante possui duas faces. Primeiro, o sujeito apresenta-se com identidade social de locutor, é ela que lhe confere a palavra e que valida sua legitimidade como ser comunicante empoderado por sua posição e seu papel instaurados na situação comunicacional. Segundo, o sujeito gera uma identidade discursiva fundada nos papéis que ele mesmo evoca para si em seu discurso, essa configuração se dá

como efeitos de coerções da situação comunicacional que se levantam sobre ele e das estratégias que ele decide utilizar.

A partir desse processo, o sujeito é visto pelo outro com identidade psicológica e social que lhe é outorgada e, simultaneamente, revela-se mediante a identidade discursiva que ele constituiu para si. O *ethos* constitui-se como resultado dessa identidade duplicada, porém ele age unificando-as e, assim, apresenta-se com única identidade (ibidem, p. 115).

Nesse sentido, Charaudeau (2015, p. 116) salienta que, mesmo o *ethos* promovendo a fusão das identidades, não configura impossibilidade de o locutor jogar com sua identidade social e sua identidade discursiva; nem implica que o interlocutor (ou o leitor) não seja capaz de discernir qual identidade social está por trás da identidade discursiva. O *ethos* não é completamente voluntário, possui uma parte inconsciente e, também, não coincide diretamente com aquilo que o destinatário apreende. Por isso, muitas vezes, o destinatário concebe um *ethos* que o locutor não desejou, assim como ocorre, com frequência, na prática política.

O *ethos* compõe-se do efeito de uma encenação linguística que é dependente da ligação entre os juízos que os sujeitos de um grupo social realizam uns dos outros ao agirem e ao dizerem. Charaudeau (2015, p. 118) lembra a afirmação de Maingueneau: “[...] as ideias são construídas por maneiras de dizer que passam por maneiras de ser”; e acrescenta: “[...] as maneiras de ser comandam as maneiras de dizer, portanto, as ideias” (op.cit).

Sendo assim, Charaudeau (2015) continua elucidando que não se pode conferir marcas particulares ao *ethos*, devido aos inúmeros tipos de comportamento dos sujeitos (tom da voz, gestos, modos de falar) como também pelo conteúdo de suas proposições, dessa forma, ele mais transparece que mostra. O modo de demonstrar as ideias tem capacidade de gerar imagens, por isso não se deve desassociar o *ethos* das ideias. Em política, o valor das ideias está diretamente relacionado ao sujeito que as proclama, as expressa e as aplica. Elas necessitam possuir credibilidade e portarem-se como suporte de identificação para o político, pois, para aceitar suas ideias, é preciso, juntamente, aderir à sua pessoa.

Ancorado nessa concepção, Charaudeau (2016) elabora figuras identitárias pertencentes ao discurso político, as quais estão agrupadas em duas grandes categorias de *ethos*. O *ethos* de *credibilidade*, originado com base num discurso da razão, é resultado da formação de identidade discursiva pelo falante, desenvolvida ao ponto dos outros a elegerem como digna de crédito. Assim, o político empenha-se para fabricar uma imagem que lhe conduza a ser aceito.

A segunda grande categoria é do *ethos* de *identificação*. Consoante isso, o autor expõe que *ethos* político é resultado de complexa construção composta de traços pessoais de caráter, de corporalidade, de comportamentos, de afirmações verbais, tudo conectado às expectativas incertas dos cidadãos que qualificam essas maneiras de ser. A composição do *ethos* envolve processo triangular entre *si*, o *outro* e um *terceiro* ausente. Este possui uma imagem ideal de referência, o *si* busca consolidar essa imagem ideal, e o *outro* rende-se à pessoa que lhe dirige por meio dessa mesma concepção de imagem ideal. Sendo assim, no discurso político, o *ethos* é direcionado a si mesmo, para o cidadão e para os valores de referência. É assim com os *ethé*¹⁷ de credibilidade e, também, com os de identificação, cujas imagens são emanadas do afeto social: o cidadão, por meio de processo de identificação irracional, alicerça sua identidade na do político (CHARAUDEAU, 2016, p. 137).

Desse modo, esboço o conjunto das categorias de *ethos* elaboradas por Charaudeau (2016) por meio do quadro a seguir.

¹⁷ Forma do plural do vocábulo “*ethos*”.

Quadro 4: Figuras identitárias do discurso político – as categorias de *ethos* (sugestão nossa)

<i>Ethos</i> de credibilidade	<i>Ethos</i> de “sério”	Depende das representações que grupos sociais fazem de quem é ou não sério. É baseado em índices corporais, comportamentais (que revelam autocontrole, táticas e onipresença na vida política e social).
	<i>Ethos</i> de “virtude”	É essencial ao político, já que ele é representante do povo e deve ser exemplo. Essa construção necessita demonstração de sinceridade e de fidelidade, juntamente com imagem de retidão pessoal.
	<i>Ethos</i> de “competência”	Esse tipo requer de seu possuidor, simultaneamente, saber e habilidade. Ele precisa conhecer bem o campo de sua atividade, e demonstrar que possui poder e experiência suficientes para alcançar seus objetivos, obtendo resultados positivos.
<i>Ethos</i> de identificação	<i>Ethos</i> de “potência”	É expressado como força física que anima e mobiliza os corpos para a ação. Não é poder, mas é uma ação organizada que visa coordenar a vida coletiva.
	<i>Ethos</i> de “caráter”	É ligado à força, porém se trata da força de espírito. Realiza-se por meio de inúmeras figuras, como vituperação, provocação, polêmica, advertência, coragem, orgulho, firmeza e moderação.
	<i>Ethos</i> de “inteligência”	Induz os indivíduos a admirarem e a respeitarem o político que demonstra ser ‘inteligente’. Dessa forma, ele consegue aceitação.
	<i>Ethos</i> de “humanidade”	É criada a imagem do político “humano”, um ser que possui sentimentos e paixões, além de ter capacidade de expor fraquezas e gostos. As figuras que atuam nesse <i>ethos</i> são: sentimento, confissão e intimidade.
	<i>Ethos</i> de “chefe”	É orientado para si e para o outro (o cidadão). É uma formação de si para que o outro aceite e identifique-se. Para isso, operam as figuras: honestidade, guia, soberano, comandante.
	<i>Ethos</i> de “solidariedade”	Constitui a imagem do político como ser que se importa com as necessidades dos outros, compartilhando-as e tornando-se responsável por elas. É marcado pelo sentimento de coletividade e união.

Fonte: elaboração do autor.

Comecei o diálogo interdisciplinar desta pesquisa conceituando o universo da Representação Social e os modos como os sujeitos podem atuar e interpretar seus papéis. Assim, devido à ação de representação produzir, também, uma imagem do ator social, expus o conceito e as formas como o Ethos pode ser gerado na prática política. Todo esse processo, descrito até aqui, envolve juntamente a ação de ideologias. Por isso, a seguir, abordarei a concepção de Ideologia e os seus modos de operação.

2.4 Ideologia: mobilização do sentido para cumprir propósitos

Estudar ideologia não é tarefa fácil, mas é imprescindível, principalmente quando se propõe uma pesquisa discursiva crítica. Assim, investigar representação social na prática política implica, necessariamente, examinar a atuação das ideologias nesse processo. Por isso, exporei algumas contribuições teórico-metodológicas que visam fornecer subsídios para o tratamento dessa temática neste estudo.

Eagleton (1997) considera que:

A palavra “ideologia” é, por assim dizer, um *texto*, tecido com uma trama inteira de diferentes fios conceituais; é traçado por divergentes histórias, e mais importante, provavelmente, do que forçar essas linhagens a reunir-se em alguma Grande Teoria Global é determinar o que há de valioso em cada uma delas e o que pode ser descartado.

Com isso, percebo que o conceito e o exame da ideologia é atividade complexa e de inúmeras configurações, o que requer apropriação de significativas abordagens. Sendo assim, elucidarei, sucintamente, algumas concepções que contribuem para os objetivos desta investigação.

Sobre o exercício da ideologia nos seres e nas relações, Eagleton (1997, p. 14) pontua:

Não é suficiente para uma mulher ou um colono serem definidos como uma forma de vida inferior: é preciso ensinar-lhes *ativamente* essa definição, e alguns deles revelam-se brilhantes bacharéis nesse processo. E surpreendente quão hábeis, engenhosos e perspicazes podem ser os homens e mulheres em provar para si mesmos que são incivilizados e burros. Em certo sentido, é claro, essa “contradição performativa” é a causa do desânimo político; nas circunstâncias adequadas, porém, trata-se de uma contradição que pode levar uma ordem dominante à ruína.

Com base nisso, pode-se perceber o quão importante, frutífera e, de certo modo, perigosa é a atuação da ideologia. Eagleton (1997) conduz o olhar para a totalidade da ação ideológica. De um lado, há sujeitos que atuam ativamente para estabelecer relações de dominação e de poder e, assim, promover alterações na realidade. De outro lado, têm-se sujeitos que “sofreram” o resultado da ação, mas, mesmo moldados e convencidos de determinada posição ou situação, não são totalmente passivos e alheios nesse processo, eles possuem certo nível de “consciência” de suas realidades, se não o fosse assim, não teriam “recebido” tais

efeitos ideológicos. Nesse sentido, é destacada a relevância de desvelar as ações ideológicas, a fim de alcançar melhorias em quadros que necessitam de tais feitos, como o entendimento e o posicionamento dos sujeitos participantes da prática política brasileira.

De acordo com isso, Eagleton (1997, p. 22) sugere que ideologia está mais vinculada à manifestação da linguagem enquanto discurso. Isso se expressa pelos usos significativos da linguagem, nas diversas relações, na perspectiva de gerar determinados efeitos. Assim, o que indicará se um discurso é ideológico será a relação que ele mantém com seu contexto social. A exemplo do que ocorre num pronunciamento, a ideologia está mais ligada com as questões de quem está dizendo o quê, para quem e com quais propósitos, do que com as propriedades da língua pertinentes àquela ação discursiva. Todavia, o autor salienta que discursos ideológicos específicos possuem léxico característico. Com isso, o foco analítico recai sobre os interesses de poder aos quais esses termos servem e os efeitos políticos que eles propiciam.

Para que uma mobilização ideológica alcance sucesso, é preciso que ela se apresente não como uma ilusão imposta ou um modo inconsistente, pois deve expressar aos sujeitos uma versão real e atrativa da realidade social ao ponto de não poder ser rejeitada. Essa ação é inerente às ideologias dominantes, conforme pode ser aferido por meio dos discursos políticos. Desse modo, Elster (1982, *apud* EAGLETON, 1997, p. 26-27, grifo nosso) elucida:

[...] **as ideologias dominantes** podem moldar ativamente as necessidades e os desejos daqueles a quem elas submetem; mas devem também comprometer-se, de maneira significativa, com as necessidades e desejos que as pessoas já têm, captar esperanças e carências genuínas, refleti-las em seu idioma próprio e específico e retorná-las a seus sujeitos de modo a converterem-se em ideologias plausíveis e atraentes. Devem ser “reais” o bastante para propiciar a base sobre a qual os indivíduos possam moldar uma identidade coerente, devem fornecer motivações sólidas para a ação efetiva, e devem empenhar-se, o mínimo que seja para explicar suas contradições e incoerências mais flagrantes.

De acordo com isso, Eagleton (1997) assinala que uma ideologia governante bem-sucedida, dotada de capacidade de atuar na consciência dos seus subjugados, deve aliançar-se expressivamente com anseios e necessidades genuínos. Isso, porém, é um ponto de fragilidade, pois essa ideologia necessita incorporar um “outro” em suas próprias formas e, ainda, saber distingui-lo.

Nesse sentido, o discurso ideológico pode comunicar verdades como também falsidades. Mesmo a questão da valoração sendo um terreno movediço, Eagleton (1997, p. 28) pontua que pelo menos uma parcela do discurso ideológico é verdadeira num nível, porém em outro não. Assim, é verdadeira em relação ao seu conteúdo empírico ou significado superficial, mas é falsa no que diz respeito às suas suposições subjacentes ou à enganação em termos de seu valor.

Baseado nisso, Eagleton (1997, p. 49-50 *apud* GEUSS) indica três noções para o termo ideologia:

- a) **Descritiva:** ideologia é considerada sistemas de crença inerente de determinados grupos ou classes sociais, formada por elementos discursivos e não discursivos.
- b) **Pejorativa:** nessa concepção, ideologia é união de valores, significados e crenças de caráter negativo ou crítico. Quando verdadeiras ou falsas, essas crenças são mantidas para alicerçar um modo de poder opressivo. Quando são analisadas criticamente, as ideias e as crenças em questão, independentemente de sua natureza, geram efeitos que auxiliam a legitimar um modo injusto de poder, assim, imprimindo a ilusão.
- c) **Positiva:** quando se constitui como conjunto de crenças que une e incentiva um grupo ou uma classe particular a ir ao encontro de interesses políticos tidos como necessários.

Para Chauí (1995, p. 86), a compreensão da origem e da atuação ideológica depende do entendimento que se deve ter sobre a luta de classes, já que a ideologia é tomada como instrumento da dominação de classe e, também, um dos modos da luta de classes. Assim, “[...] a ideologia é um dos meios usados pelos dominantes para exercer a dominação, fazendo com que esta não seja percebida como tal pelos dominados”.

Nesse sentido, Chauí (1995) destaca algumas propriedades da ideologia que a convertem numa força quase impossível de ser contida:

- a) enquanto indivíduos fomentarem a separação entre trabalhadores e pensadores, promovendo a noção de que as ideias existem em si e por si mesmas desde sempre, a ideologia continuará existindo e exercendo suas funções;
- b) o fenômeno da alienação é base para criação ideológica, pois os homens estão imersos numa falsa consciência a respeito de suas ações, condições e propósitos sociais. Assim, essa realidade só será modificada quando houver conhecimento crítico da história, das experiências e das práticas; e
- c) a luta de classes e a ação de dominação de uma classe sobre as outras, assim, a ideologia existe para possibilitar tal processo.

A ideologia apresenta-se como resultado da prática social, ela emerge da atividade social dos indivíduos no instante em que eles criam representações para si dessas atividades. As diversas classes sociais suscitam representações para si mesmas de seus modos de vida assim como são vivenciados, todavia essas representações ou ideais, que se encontram invertidas, diferenciam-se conforme as classes e as experiências que cada uma delas possui a respeito de sua existência nas relações de produção (ibidem, p. 92).

Baseado nisso, Chauí (1995) esclarece que as ideias dominantes de uma sociedade não representam o todo, pois expressam somente as ideias de determinados grupos dominadores, os quais atuam para que todos os participantes sociais 'pensem' de acordo com a diretriz de seus pensamentos. Sendo assim, a autora assevera que ideologia é o processo pelo qual a classe dominante dissemina suas ideias de forma que sejam estabelecidas como ideias dominantes, pertencentes a todas as classes sociais. Isso proporciona à classe, que exerce domínio no plano material (econômico, social e político), controle, também, no plano espiritual (das ideias).

Desse modo, as ideologias operam para a construção daquilo que Chauí (1995, p. 95) denomina de *universais abstratos*, os quais consistem da transformação das ideias específicas da classe dominante em ideias universais, como sendo de todos e para todos os sujeitos sociais. Essas formações são abstratas porque não coincidem com aquilo que é real e concreto. Com isso, ideólogos são responsáveis por moldar e difundir as ilusões da classe dominante (a

visão dela de si mesma e da sociedade) em representações coletivas ou universais, o que propicia a divisão entre pensadores e não pensadores, entre produtores ativos e consumidores passivos de ideias.

Ressalta Chauí (1995) que o fenômeno de manutenção da legitimidade das ideias e dos valores dos dominantes, mesmo ocorrendo contestações e preservações de ideologias, é caracterizado como hegemonia. Assim, a classe hegemônica constitui-se não apenas porque possui controle dos meios de produção e o poder do Estado, mas também porque sua ideologia foi apropriada pelos indivíduos.

Em meio a esse panorama de modificações no meio social, Chauí (1995, p. 113-114) afirma que a ideologia é união lógica e coerente de representações (ideias e valores) e de padrões ou de regras que influenciam e conduzem os participantes da sociedade tanto naquilo como também nos modos como eles devem pensar, valorizar, sentir e fazer. A ideologia porta-se como corpo explicativo e prático que tem por função oferecer aos sujeitos sociais compreensão racional sobre as diferenças sociais, políticas e culturais, contudo sem deixar transparecer que tais diferenciações instauram-se devido à divisão da sociedade em classes. Dessa forma, a ideologia atua para mobilizar o sentimento de identidade social, expressando referenciais identificadores de todos para todos.

Para ser e operar de acordo com essa perspectiva, a ideologia necessita possuir coerência racional, mas esta deve, obrigatoriamente, carregar consigo “brancos”, “lacunas” e “silêncios” que jamais poderão ser completados, pois isso ocasionaria a destruição da coerência ideológica. Assim sendo, “[...] o discurso ideológico é coerente e racional porque entre suas “partes” ou entre suas “frases” há “brancos” ou “vazios” responsáveis pela coerência. Assim, ela é coerente não *apesar* das lacunas, mas *por causa das ou graças às lacunas*” (CHAUI, 1995, p. 114-115).

2.4.1 As estratégias ideológicas: caminhos para os significados

Eagleton (1997) promove um extenso debate teórico acerca da ideologia, apresentando os principais pontos de diversas abordagens. Nesse caminho, também utilizando-se de exemplos, principalmente aqueles oriundos da prática política, ele pauta diversas estratégias pelas quais as ideologias manifestam-se.

Entende-se que não é uma exposição dos modos pelos quais as ideologias operam, mas tais estratégias podem ser concebidas como caminhos pelos quais a operação ideológica perpassa.

Assim sendo, também com base em Eagleton (1997), podem ser apontadas como formas de estratégias ideológicas: fala retórica, ironia, persuasão, unificação, distorção, ilusão, dissimulação, imposição, naturalização, universalização, promoção de ideias para o bem comum, convencimento, ações sociais significativas, simbolização, cinismo etc.

Diante do cenário político, Eagleton (1997) esclarece que o fato de os indivíduos não se posicionarem ativamente a respeito de questões políticas, não significa sinal de concordância com os atos dos governantes, pois esses indivíduos podem estar cercados de situações e atividades cotidianas que tiram sua atenção e os impedem de atuarem proficuamente. Além disso, as ideologias dominantes utilizam inúmeros recursos e técnicas para manterem o controle social de determinada ordem. Como exemplo, têm-se os meios de comunicação, como a televisão e, mais recentemente, as mídias sociais, os quais desempenham relevante papel na disseminação ideológica, principalmente junto às massas.

Assim sendo, as classes dominantes têm, nos meios econômicos, significativa estratégia para manter “a coesão” de sua formação social. Essa é característica do sistema capitalista das atuais sociedades, no qual são oferecidos aos ‘dominados’ benefícios em troca de “aceitação”. Isso conduz os povos a tolerar seus governantes em vez de admirá-los (ibidem).

Com relação aos efeitos do capitalismo e ao paradoxo “sociedade” e “significação”, Eagleton (1997, p. 45) expõe:

Afinal de contas, a ideologia requer uma subjetividade um tanto profunda sobre a qual trabalhar, uma certa receptividade inata a seus decretos; mas se o capitalismo avançado reduz o sujeito humano ao olho que vê e ao estômago que devora, então não há subjetividade suficiente nem para que a ideologia se estabeleça. Os sujeitos achatados, depauperados e sem rosto dessa ordem social não estão à altura do significado ideológico, nem têm necessidade dele. A política é uma questão mais de gerenciamento técnico e manipulação que de pregação ou doutrinação, de forma mais que de conteúdo; uma vez mais, é como se a máquina funcionasse sozinha, sem precisar fazer um desvio pela mente consciente.

Nessa exposição, há uma crítica ao cenário atual da sociedade, no qual os sujeitos são submetidos a uma ordem social que os esvazia da 'consciência' de suas identidades e de seus papéis e os insere numa realidade desprovida de subjetividades, ou seja, sem reflexividade, uma dimensão sem compreensão ideológica. Isso coopera para que as formações sociais dos grupos dominantes sejam mantidas e não haja mudanças. No entanto, Eagleton (1997, p. 46) aponta que o novo tipo de sujeito ideológico não se constitui como vítima fracassada da falsa consciência, mas entende o que está fazendo e, ainda assim, prossegue realizando.

Partiremos, nesse momento, para o estudo da perspectiva crítica da Ideologia segundo Thompson (2009).

2.4.2 A visão crítica da Ideologia como chave para desvelar o que está oculto

Ao tratar da ideologia, Thompson (2009) adota o mesmo posicionamento de Eagleton (1997): ele não propõe uma síntese globalizante, nem tenta reformular os conceitos anteriores, pois seus pressupostos visam a contribuir com a história do estudo da ideologia.

Desse modo, Thompson (2009, p. 72) aponta duas diferenciações dos tipos de ideologias, as quais serviram de base para apresentação de sua visão. O primeiro tipo é denominado *concepções neutras de ideologia*, as quais consideram fenômenos como expressão de ideologia, ou ideológicos, no entanto sem conceber que esses fenômenos sejam enganadores, ilusórios ou relacionados com interesses de grupos específicos. Assim, elas podem servir para conservar grupos submissos, em relação à luta contra ordem social, como também cooperar para que grupos dominantes mantenham o *status quo*.

O segundo tipo é a dimensão em que Thompson (2009) constrói sua perspectiva e, também, a apropriada para este estudo. Assim sendo, *concepções críticas de ideologias* se constituem como aquelas que contêm um sentido negativo, crítico ou pejorativo. Elas assinalam que o fenômeno considerado como forma de ideologia, ou ideológico, tem por função ser enganador, ilusório ou parcial, e, ainda, a própria conceitualização de fenômenos como ideologia expressa criticismo ou

condenação. As bases sobre as quais o sentido negativo se manifesta promovem diferenciações nas concepções críticas. Essas bases, segundo o autor, são nomeadas como *critérios de negatividade*, as quais se ligam com concepções específicas de ideologia.

Conforme entendimento de Thompson (2009), o *sentido negativo*, como marca das ideologias da concepção crítica, não se expressa somente pela conotação de “mau”; mas também se refere ao resultado que as ideologias desse tipo objetivam: promover mudanças em quadros, alterar realidades, desestabilizar hegemonias, contudo, sem estar necessariamente ligados à noção de algo “ruim” ou “danoso”.

Baseado nesses fundamentos, Thompson (2009) preocupa-se com os modos pelos quais formas simbólicas se entrecruzam com relações de poder. Assim, as ideologias configuram-se por meio dos modos como o sentido, movido pelas formas simbólicas, é utilizado para estabelecer e sustentar relações de dominação, como serve para consolidar pessoas e grupos em posição de poder.

Por isso, é pertinente elucidar alguns pontos. O *sentido* que está a serviço do estabelecimento e da sustentação das relações de dominação é aquele que emana das formas simbólicas, as quais estão imersas nos contextos e circulam no mundo social. As *Formas Simbólicas* (FS) são compreendidas como grande dimensão composta de: ações e expressões linguísticas (faladas ou escritas) ou não linguísticas; imagens, tanto visuais quanto construtos de palavras e imagem; e produções textuais. Todas essas formas são geradas e reconhecidas pelos sujeitos sociais como construções significativas. Ao abordar aspecto de *dominação*, Thompson (2009) está se referindo a relações instituídas de poder que se revelam sistematicamente assimétricas. Nesse processo, grupos específicos possuem poder permanente e, em certo nível, inacessível a outros agentes (THOMPSON, 2009, p. 79-80).

2.4.2.1 Os modos de realização da Ideologia

Para realização significativa do estudo das ideologias, Thompson (2009, p. 81) concebe cinco modos gerais pelos quais elas podem atuar:

- 1) **Legitimação** – relações de dominação são representadas como corretas e dignas de aceitação e apoio, para que, assim, sejam estabelecidas e sustentadas.

A legitimação pode operar por meio das estratégias de:

- **Racionalização** – formas simbólicas são geradas por um sujeito com objetivo de construir uma cadeia de raciocínio que visa defender, ou comprovar, uma união de relações ou instituições sociais; e, assim, uma audiência é persuadida a acreditar que isso é merecedor de apoio.
- **Universalização** – ocorre quando pactos de determinadas instituições, que atendem aos interesses de uma minoria, são oferecidos como atendendo às necessidades de todos. Para atrair os sujeitos e promover aceitação, esses pactos apresentam-se democráticos.
- **Narrativização** – é gerada por meio de exigências de legitimação, as quais “[...] estão inseridas em histórias que contam o passado e tratam o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável” (THOMPSON, 2009, p. 83).

- 2) **Dissimulação** – por meio de disfarce, negação ou obscurecimento, relações de dominação são instituídas e mantidas. Essas relações podem ser representadas de modo que distraiam nossa atenção, ou atravessem os limites de relações e processos existentes.

A dissimulação pode realizar-se por:

- **Deslocamento** – um termo pertinente, para referenciar um objeto ou indivíduo, é empregado para designar outro, o que possibilita transmitir conotações positivas ou negativas do termo para outra pessoa ou objeto.
- **Eufemização** – ações, relações e instituições sociais são expostas ou recolocadas com objetivo de mobilizar valoração positiva.
- **Tropo** – quando se emprega linguagem figurada. Entre as formas de realização, estão:

- **Sinédoque** – é estratégia de união semântica da parte e do todo, na qual é empregada a parte se referindo ao todo, ou utilizando-se dessa ordem inversa.
 - **Metonímia** – constitui pelo uso de termo que assume lugar de uma propriedade, ou adjunto, para se referir sobre algo, porém esse termo e a coisa referida não possuem associação inerente.
 - **Metáfora** – é marcada pelo emprego de termo ou frase a um objeto ou ação à qual, absolutamente, não pode ser aplicado.
- 3) Unificação** – uma forma simbólica mobiliza ideário de unidade a fim de conectar indivíduos numa identidade coletiva, não importando as diferenças, o que favorece estabelecimento e sustentação de relações de dominação.
- **Estandardização ou padronização** – formas simbólicas são relacionadas a um referencial padrão, o qual é exposto como base partilhada e plausível de troca simbólica.
 - **Simbolização da Unidade** – consiste na formação de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas, os quais são apregoados por meio de grupos.
- 4) Fragmentação** – trata da ação de divisão que pessoas ou grupos sofrem quando se tornam um desafio potencial para grupos dominantes, ou, ainda, sujeitos podem impelir forças opositoras contra um alvo considerado mal, nocivo ou temível. Sendo assim, esse modo pode utilizar:
- **Diferenciação** – características que diferenciam as pessoas e as divisões entre elas são realçadas para promover desunião e, assim, não permitir que se unam para desafiar relações existentes, ou elejam um representante para exercer poder.
 - **Expurgo do outro** – “[..] envolve a construção de um inimigo, seja ele interno ou externo, que é retratado como mau, perigoso e ameaçador e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente ou expurgá-lo”; conforme Thompson (2009, p. 87).

- 5) **Reificação** – uma circunstância transitória e histórica é representada como situação permanente ou natural.
- **Naturalização** – nessa estratégia, o estado de criações sociais e históricas são concebidos como ocorrência natural.
 - **Eternização** – fenômenos sócio-históricos são exibidos como imutáveis, fixos e recorrentes.
 - **Nominalização** – expressa-se pela transformação de sentenças ou descrição de ações em nomes.
 - **passivização** – realiza-se pela colocação dos verbos na voz passiva. Tanto essa estratégia quanto a nominalização atraem a atenção do ouvinte ou leitor para determinados temas, o que causa prejuízos a outros.

De acordo com essa abordagem, Thompson (2009, p. 81, grifo do autor) revela:

Primeiro, eu não quero afirmar que esses cinco modos são as *únicas* maneiras de como a ideologia opera, ou que eles sempre operam independentemente um do outro; ao contrário, esses modos podem sobrepor-se e reforçar-se mutuamente e a ideologia pode, em circunstâncias particulares, operar de outras maneiras.

Firmado nessa visão, compreendo que os cinco modos de operação da Ideologia concebidos por Thompson (2009) atuam com propósito de gerar adesão junto aos sujeitos sociais sobre os sentidos e as relações de poder e de dominação mobilizados.

Com base nisso, por meio do percurso teórico-analítico deste estudo, o qual tem como um de seus objetivos desvelar as estratégias ideológicas do discurso político do governo federal, verifiquei que, após a realização de sua Legitimação, a presidenta promovia ação de **convencimento** sobre determinada construção de sentido, ao ponto de gerar nos sujeitos convicção sobre o que ela apresentava como verdadeiro e legítimo.

Com o convencimento, acredito que o sujeito que dissemina uma ideologia consegue ir além dos outros modos propostos por Thompson (2009) e alcança uma adesão que extrapola a simples anuência. O convencimento gera um

compartilhamento de ideias ao ponto de o sujeito que recebe a ideologia adotá-la como *sua*.

Neste modo de atuação da ideologia, há defesa de ideias e de argumentos com o propósito de convencer os sujeitos sociais de que determinado entendimento, visão ou perspectiva são os corretos, os positivos, os melhores para benefício próprio e comum, ao ponto de criar nos sujeitos convicção de seus entendimentos, suas escolhas e seus posicionamentos. Com isso, há a instauração de aceitação e de concordância popular.

Dessa maneira, para exemplificar a realização desse modo, apresentarei alguns excertos do texto *O senhor Temperança*¹⁸.

O senhor temperança

Formal e hábil, Temer construiu a vida pública como um gestor de crises. Em 40 anos de trajetória política, amigos dizem que só Dilma já o fez perder a cabeça

A começar do título do texto *O senhor temperança*, temos uma construção simbólica de poder e da ação de **convencimento** de que o presidente interino, Michel Temer, é o sujeito mais capaz e ideal para governar o Brasil em tempos de crise. Esse entendimento é **legitimado** pelo uso do substantivo *temperança*, o qual, por conter em sua estrutura vocabular o mesmo radical do sobrenome do governante (*tem-*), é empregado, por analogia, com o objetivo de reforçar, por **racionalização** e para **convencimento**, que é inerente a Temer possuir aquilo que é essencial aos políticos: equilíbrio e parcimônia para as tomadas de decisões.

Ser cerimonioso ajuda. Muito mais do que atrapalha. Desde os tempos de professor universitário, a formalidade é um traço em Michel Temer que sempre o auxiliou como articulador, ao contrário do que possa aparentar. [...]. Mas, uma vez ultrapassada a distância litúrgica, o cerimonioso é alguém com quem se pode contar. O estilo lhe vale como vantajosa conveniência na hora de conduzir o jogo político. Ser formal é uma ferramenta útil para o presidente da República, como gestor de crises intrincadas.

Nesse parágrafo, há continuação da construção de **convencimento** de Temer como novo presidente da república. Por meio da constante nomeação de suas qualidades e habilidades, as quais antes consideradas como “defeitos” que o impossibilitou de ser mais notório no meio popular e na gestão do governo Dilma, temos forte ação de **convencimento** da opinião pública, a qual deve conceber,

¹⁸ Texto retirado da revista **IstoÉ**, n. 2.423, 13 maio 2016.

também por **racionalização**, que o presidente interino é o sujeito político mais apto e preparado, nele estão congregadas características essenciais do governo que a sociedade brasileira necessita neste atual momento.

“Temer é um harmonizador. É um algodão entre cristais”, define o marqueteiro político Gaudêncio Torquato, seu amigo há 30 anos. [...]Na época, 400 estudantes de direito da USP ocuparam a reitoria. A PM estava disposta a invadir. Mas Temer foi falar com os estudantes. Depois de seis horas, os estudantes desocuparam o prédio. Todos saíram juntos cantando o Hino Nacional.

A ação de **convencimento** promovida pela revista *IstoÉ* se configura de modo peculiar. Podemos verificar, nesse fragmento, apresentação de situação conflitante na perspectiva de gerar, nos leitores, comparação com quadro atual do Brasil. Assim, Temer, novamente, é protagonista, suas habilidades são enaltecidas e, dessa forma, ele é constituído como competente solucionador de crises. Para reforçar o **convencimento**, o presidente interino é caracterizado um ser “harmonizador”, como um dom natural. Devido a isso, é mobilizado o entendimento de que a sociedade brasileira, por estar inserida numa crise, carece de um gestor “harmonizador”. Sendo assim, Temer é, mais uma vez, legitimado como incontestável chefe de Estado. Isto, ainda, é reforçado pela inserção de argumentos de autoridade, os quais visam comprovar a veracidade dos fatos.

Com isso, temos a exposição do modo como o Convencimento pode operar por meio do discurso político. Assim, os cinco modos de operação de Thompson (2009) juntamente com o modo de convencimento, o qual proponho, balizarão o exame das ideologias nesta pesquisa.

2.4.3 O poder: forma de conseguir sucesso na ação ideológica

Uma das particularidades mais acentuadas da ADC é sua preocupação com a investigação do poder como condição principal da vida social, e sua tentativa de produzir teoria linguística que aborde essa percepção como uma de suas bases mais importantes.

Explica Wodak (2004) que o poder implica relações de diferença, principalmente os reflexos dessas diferenças nas estruturas sociais. A união constante entre linguagem e outras questões sociais favorece que a linguagem esteja ligada com o poder social de vários modos: a linguagem classifica o poder, esboça o poder e manifesta-se onde há conflito pelo poder. Assim, não é a partir da linguagem que o poder nasce, mas a linguagem é utilizada como instrumento para desafiar o poder, modificá-lo e mudar sua distribuição a curto e a longo período.

A linguagem consiste em profícuo meio para constituir diferenças de poder nas estruturas sociais hierarquizadas. A visão da Análise de Discurso Crítica recai em como produções linguísticas são usadas em várias manifestações e manipulações de poder. De acordo com isso, o poder não é marcado pelos elementos gramaticais presentes num texto, mas é instaurado por meio do controle que um sujeito exerce sobre determinada ocasião social por meio do discurso (WODAK, 2004, p. 237).

No entendimento de van Dijk (2008, p. 117-118), o poder social pode ser compreendido na forma de *controle*. Com isso, o nível de poder de um grupo é aferido com base na capacidade de praticar (maior ou menor) controle sobre os atos e as mentes dos participantes do outro grupo. Essa ação só é possível por meio da presença de uma base de poder, a qual favorece um acesso especial a determinados recursos sociais, como: a força, o *status*, o conhecimento, a informação e os vários modos públicos de comunicação e discurso.

Os grupos podem atuar com maior ou menor grau de controle sobre outros grupos ou somente controlá-los em determinadas situações ou espaços sociais. Outro comportamento, que também pode ocorrer, é quando os grupos dominados conseguem, variando entre um alto ou baixo nível, admitir, consentir, legitimar ou apresentar resistência a esse poder imputado (ibidem).

Geralmente, grande parte das pessoas exerce controle ativo apenas sobre as conversas do dia a dia, e controle passivo em relação ao uso da mídia. Por isso, em muitas situações, os indivíduos tornam-se receptores vulneráveis de textos orais e escritos. Em outra dimensão, os mais poderosos participantes dos grupos e das instituições sociais são aqueles que praticam maior controle sobre os discursos mais influentes. Assim, um dos deveres da ADC é expor esses modos de poder, conforme van Dijk (2008, p. 119).

Em relação à representação e à ação do poder grupal, o controle se faz primordial não somente no conteúdo, mas também sobre as construções dos textos. Todavia, não é sempre que as relações de poder entre os grupos serão reproduzidas ou acrescentadas nos textos. Cabe ao contexto o papel de intervir, confirmar ou modificar essas relações (ibidem).

Aponta, ainda, van Dijk (2008, p. 73), que os textos, na forma escrita, possuem função de refletir a afirmação do poder comunicativo na maioria dos contextos institucionais. Devido a isso, os discursos impressos são planejados intencionalmente e sofrem alto controle, o que influencia a prática do poder. Dessa forma, as construções discursivas escritas são, de certo modo, públicas e, por esta característica, mobilizam poder público. Essa marca proporciona, nos textos, uma manifestação de poder discreta, indireta e formal.

Gérard Lebrun (2004) concebe um significativo conceito do que é poder. No entanto, para esboçá-lo, o autor realiza explanação de alguns termos que se portam como alicerces para a concepção de poder. Assim, o primeiro deles é a *potência*, compreendida como “[...] a capacidade de efetuar um desempenho determinado, ainda que o ator nunca passe ao *ato*”.

Nesse caminho, Lebrun (2004, p. 10) salienta que, no campo das relações políticas, devemos nos interessar não por aquilo que possa tornar-se potência, mas por aquilo que pode exercê-la. Ligado a isso, ele expõe que política é “A atividade social que se propõe a garantir pela força, fundada geralmente no direito, a segurança externa e a concórdia interna de uma unidade política particular”.

O autor destaca que essa prática torna-se exequível devido ao uso da força. Numa democracia, se um partido político tem peso, é porque possui força para mobilizar certo número de eleitores. Se um sindicato possui peso político, é porque possui força para estabelecer uma greve. Nesse sentido, *força* não está relacionada, necessariamente, a posse de meios violentos de coerção, mas de instrumentos que possibilitam influir no comportamento das pessoas. A força é “[...] a canalização da potência, é a sua determinação” (LEBRUN, 2004, p.12).

Exprime Lebrun (2004) que *potência* significa “[...] toda oportunidade de impor sua própria vontade, no interior de uma relação social, até mesmo contra resistências, pouco importando em que repouse tal oportunidade”. Dessa forma, há poder quando a potência, determinada por certa força, manifesta-se de modo muito

preciso. Não por meio de ameaça ou chantagem, mas sob o modo da ordem dirigida a alguém que, entende-se, deve cumpri-la.

Esse panorama qualifica a dominação, a qual é compreendida como “[...] a probabilidade de que uma ordem com um determinado conteúdo específico seja seguida por um dado grupo de pessoas”. Com isso, Lebrun (2004) ressalta que as relações de domínio ou de poder institucionalizado não se apresentam como a totalidade do sistema de comportamento que é socialmente imposto. Os costumes, as leis, os preconceitos, as crenças e as paixões coletivas cooperam também para estabelecer a ordem social.

Esboça Lebrun (2004, p. 20) o pensamento de que o poder é visto como “mercadoria rara”, ou seja, que só podemos possuir às custas de outra pessoa e, ainda, que o poder que temos é a contrapartida do fato de que alguém não o possui.

Foucault (*apud* LEBRUN, 2004, p. 19, grifo do autor) oferece uma compreensão mais aprofundada sobre o poder, colaborando para que assumamos postura livre de preconceitos e de rótulos diante da significação de tal termo. Assim, ele indaga: “Por que só pensar no poder enquanto **limitador**, dotado apenas do ‘poder do não’, produzindo exclusivamente a ‘forma negativa do interdito’?”. O poder figura-se menos como o controlador de forças do que seu produtor e organizador.

Dessa maneira, o poder político é “[...] a instância que constitui os súditos sujeitos ao dobrá-los a suas pedagogias disciplinares”, ou seja, atua sobre os sujeitos para que eles se rendam às construções ideológicas do Estado, apresentadas como legítimas. O poder estabelece mais normas do que leis. Por isso, segundo o autor, o poder não é uma instância estranha ao corpo social ou de oposição ao poder do indivíduo. Na verdade, as relações de poder funcionam de modos distintos na aparência: nos processos econômicos, nas relações interpessoais e de conhecimento (LEBRUN, 2004).

Baseado nisso, Lebrun (2004) assinala que o poder não é um ser, alguma coisa que as pessoas tomam posse, ou dividem ou deixam escapar. Poder expressa-se como conjunto formado por relações que se estendem por toda parte ao longo do corpo social, por exemplo, poder pedagógico, poder pátrio, poder político, poder religioso etc.

Thompson (1998, p. 21) realiza relevante contribuição para o entendimento de poder, para ele “[...] o poder é um fenômeno social penetrante, característico de diferentes tipos de ação e de encontro.”. O autor considera que a posição que um

sujeito ocupa dentro de certa dimensão ou instituição está intimamente relacionada ao poder que ele ou ela exerce. Nesse sentido,

[...] poder é a capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e em suas consequências. No exercício do poder, os indivíduos empregam os recursos que lhes são disponíveis; recursos são os meios que lhes possibilitam alcançar seus objetivos e interesses (ibidem).

Abordei essas noções sobre *poder* porque creio que esse fenômeno está estritamente ligado ao exercício da prática política, especialmente, em relação às estratégias ideológicas que o governo federal mobiliza em seus discursos oficiais, a partir dos quais, quase sempre, instauram-se ou mantêm-se relações de poder; assim como poderemos identificar no capítulo final desta dissertação.

Neste capítulo, expus os fundamentos teórico-metodológicos que sustentam esta pesquisa e que possibilitarão a realização das análises. Iniciei o percurso abordando a teoria social do discurso (ADC), a qual me permitiu estabelecer diálogo com as concepções da Teoria da Representação Social, de Ethos, da Ideologia e de Poder. Assim, apropriei-me das contribuições de cada área, a fim de suprir as necessidades investigativas da relação discurso político - representação social - ideologia, por meio da qual este trabalho é construído.

No próximo capítulo, descreverei a metodologia sobre a qual esta pesquisa configura-se e os modos pelos quais os procedimentos analíticos serão aplicados no *corpus* selecionado.

CAPÍTULO III

O CAMINHO METODOLÓGICO PARA DESVELAR A REPRESENTAÇÃO SOCIAL E SUAS ATUAÇÕES IDEOLÓGICAS

Dedicar-se à pesquisa pós-moderna crítica é participar de um processo de elaboração crítica do mundo, orientado pelo esboço vago de um mundo menos condicionado pela miséria, pelo sofrimento e pelas políticas da falsidade. Em poucas palavras, trata-se de uma pragmática da esperança em uma era de razão cínica. (Norman Denzin)

Este capítulo aborda a pesquisa qualitativa e as principais características que a configuram como instrumento para investigação de questões linguísticas em conexão com aspectos da vida social. Assim, apresenta o *corpus*, o processo de coleta de dados e as categorias investigativas empregadas para este estudo.

3.1 A pesquisa social na dimensão qualitativa de análise

De acordo com Bauer e Gaskell (2015), existem quatro dimensões que compõem a pesquisa social, as quais têm por função caracterizar o processo de investigação com base na união de elementos. As dimensões são: delineamento da pesquisa conforme princípios estratégicos; produção de dados; operação analítica dos dados e interesses de conhecimento.

Essas quatro dimensões e suas conexões são elucidadas por Bauer e Gaskell (2015, p. 19) por meio do quadro, a seguir:

Quadro 5: Quatro dimensões do processo de pesquisa

Princípios do Delineamento	Geração de dados	Análise dos dados	Interesses do conhecimento
Estudo de caso	Entrevista individual	Formal	
Estudo comparativo	Questionário	Modelagem estatística	
Levantamento por amostragem	Grupos focais	Análise estrutural	Controle e predição
Levantamento por painel	Filme	Informal	Construção de consenso
Experimento	Registros audiovisuais	Análise de conteúdo	Emancipação e “empoderamento”
Observação participante	Observação sistemática	Codificação	
	Coleta de documentos	Indexação	
Etnografia	Registro de sons	Análise semiótica Análise retórica Análise de discurso	

Fonte: elaboração do autor.

Os autores esboçam, ainda, que as quatro dimensões devem ser visualizadas como seleções relativamente independentes no percurso da pesquisa. Ao proceder à adoção pelo modo qualitativo ou quantitativo, deve-se considerar, num primeiro momento, que se trata da decisão sobre a forma de geração de dados e sobre os métodos analíticos e, num segundo momento, diz respeito à escolha do delineamento da pesquisa ou do interesse do conhecimento (ibidem, p. 20).

Em relação aos tipos de dados, Bauer e Gaskell (2015) expressam que estamos inseridos num mundo, assim como o conhecemos e o representamos, construído por meio de processos de comunicação. Sendo assim, a pesquisa social fundamenta-se em dados sociais, dados provenientes do mundo social, os quais são produtos dos processos comunicacionais.

Nesse caminho, há dois modos de dados sociais: comunicação informal e comunicação formal. Além disso, Bauer e Gaskell (2015, p. 21) apontam três formas pelas quais os dados podem ser formados, conforme descrito abaixo:

Quadro 6: Modos e meios dos tipos de dados

Meio-modo	Informal	Formal
Texto	Entrevistas	Jornais, programas de rádio
Imagem	Desenhos de crianças Rabiscos feitos ao telefonar	Quadros Fotografias
Sons	Contos espontâneos Cenários sonoros	Escritos musicais Rituais sonoros
Relatos “distorcidos” “falsos” ou encenados	Ruídos estratégicos	Afirmações falsas sobre uma representação

Fonte: elaboração do autor.

Ponto que, nesta pesquisa, os dados são de natureza formal, pois se configuram a partir da seleção de discursos da presidenta da república e, também, dos comentários, realizados textualmente na rede social *Facebook*, a respeito desses discursos oficiais. Bauer e Gaskell (2015, p. 22) assinalam que “[...] os dados formais reconstroem as maneiras pelas quais a realidade social é representada por um grupo social”.

Nas palavras de Bauer e Gaskell (2015), a *pesquisa quantitativa* trabalha com números e utiliza estatísticas para elucidar dados, é denominada pesquisa *hard*. Em contrapartida, a *pesquisa qualitativa* esforça-se para não usar números, opera com interpretações das realidades sociais, é nomeada pesquisa *soft*. Pode-se entender detalhadamente essa comparação dos autores no quadro abaixo:

Quadro 7: Diferenças entre pesquisa qualitativa e quantitativa

	Quantitativas	Qualitativas
Dados	Números	Textos
Análise	Estatística	Interpretação
Protótipo	Pesquisa de opinião	Entrevista em profundidade
Qualidade	<i>Hard</i>	<i>Soft</i>

Fonte: elaboração do autor.

Mesmo tendo estabelecido diferenças entre os tipos de pesquisa, Bauer e Gaskell (2015) ressaltam que não existe quantificação sem que haja qualificação. A compreensão dos fatos sociais está relacionada com a categorização do mundo social. Por isso, deve haver distinção entre as atividades sociais antes que se proceda com qualquer tipo de frequência ou percentual de diferenciação. Assim, faz-

se necessário o conhecimento das diferenças qualitativas entre as categorias sociais para que se possa prosseguir com os demais procedimentos.

Na visão de Flick (2004, p. 20), os aspectos que regem a pesquisa qualitativa são: seleção apropriada de métodos e de teorias pertinentes ao estudo; reconhecimento e análise de distintas concepções; reflexões do pesquisador e diversidade de abordagens e métodos.

Consonante isso, o autor afirma que esse tipo de pesquisa não está alicerçado em um conceito teórico e metodológico unificado. Ao contrário, inúmeras perspectivas constroem as discussões e a prática da investigação. A pesquisa pode estruturar-se a partir de pontos de vista subjetivos; pelo estudo da elaboração e do percurso das interações; como também pelo trabalho em refazer as estruturas da dimensão social e o significado que emana das práticas.

A importância da pesquisa, na modalidade qualitativa, para promoção do estudo das relações sociais reside na “pluralização das esferas da vida”. Tal efeito é constituído devido às intensas mudanças na realidade social, como individualizações e rompimentos com antigas formas de desigualdades sociais. Flick (2004, p. 18), citando o entendimento de Blumer, destaca, também, que o pesquisador, inserido nesse contexto, necessita possuir ‘familiaridade’ com o que de fato acontece na esfera da vida que ele se propõe a investigar.

Nesse panorama, salienta Flick (2004, p. 22) que a reflexividade do pesquisador, gerada com base na comunicação com o campo e os membros, colabora, também, para o processo de produção de conhecimento. Devido a isso,

as subjetividades do pesquisador e daqueles que estão sendo estudados são parte do processo de pesquisa. As reflexões dos pesquisadores sobre suas ações e observações no campo, suas impressões, irritações, sentimentos, e assim por diante, tornam-se dados em si mesmos, constituindo parte da interpretação, [...].

Como características essenciais da pesquisa qualitativa Flick (2004) elenca:

1. pertinência dos métodos e das teorias;
2. perspectiva dos participantes e sua diversidade;
3. reflexividade do pesquisador e de sua pesquisa;
4. diversidade de abordagens e de métodos na pesquisa qualitativa;

5. Verstehen¹⁹ na forma de princípio epistemológico;
6. reconstituição de casos como marca de partida;
7. formação da realidade como fundamento; e
8. texto tomado como material empírico

3.2 A coleta de dados

A coleta de dados foi realizada conforme o percurso descrito abaixo:

1. Durante todo o ano de 2015 até o mês de maio do ano de 2016 foram observadas, semanalmente, as postagens dos discursos oficiais da chefe de Estado, de forma integral e transcritos textualmente, no *site* oficial do Palácio do Planalto, como também suas divulgações pela mídia social *Facebook*.
2. A princípio, foram coletados treze discursos baseados nos seguintes critérios: maior ocorrência da representação social da líder política e tratamento das temáticas: educação, saúde, segurança, política e economia.
3. Desse total, selecionei os três discursos mais significativos para compor o *corpus* de pesquisa, por satisfazerem, expressivamente, aqueles requisitos estabelecidos: possuir maior realização de representação social da presidenta em conexão com as temáticas da vida social dos brasileiros. Nesse sentido, saliento que os discursos oficiais do ano de 2016 não foram selecionados porque não atenderam a tais condições. Os discursos, desse período, assumiram determinadas funções sócio-políticas que não correspondiam com os objetivos deste estudo.
4. Foram coletados, ainda, os três primeiros comentários dos três discursos que foram publicados na rede social *Facebook*, os quais são posicionados no topo da lista por possuírem maior número de “curtidas”(concordância).

3.3 As categorias do processo analítico-investigativo

Após realizar a descrição do método de análise e a coleta de dados, esboçarei as categorias analíticas evocadas para esse estudo a fim de buscar respostas para as seguintes questões de pesquisa:

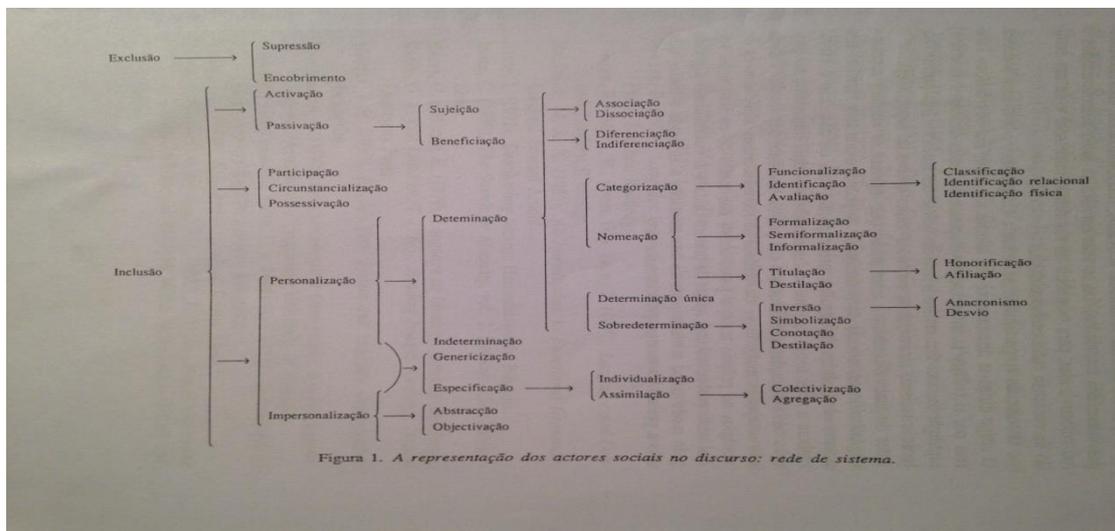
¹⁹ Segundo Flick (2004, p. 43), “[...] a pesquisa qualitativa tem por objetivo a compreensão do fenômeno ou evento em estudo a partir do interior. Busca-se entender a opinião de um sujeito ou de diferentes sujeitos, o curso de situações sociais, ou as regras culturais e sociais para uma situação.”.

- De que modo a presidenta da república construiu, discursivamente, sua representação social de resistência durante o contexto de crise do ano de 2015?
- Quais estratégias ideológicas foram mobilizadas nos discursos oficiais para constituir a representação da líder política?
- Como se configura a relação entre o discurso político presidencial e a mídia social *Facebook*?

Sendo assim, assevero que:

- para análise da **representação social**: serão usados as categorias de microanálise e macroanálise propostas por Fairclough²⁰ (2001), e o elenco das categorias da Representação dos Atores Sociais de van Leeuwen (1998) esboçado na figura abaixo;

Figura 1: Representação dos Atores Sociais – van Leeuwen (1998)



Fonte: van Leeuwen (1998, p. 219)

²⁰ As categorias foram descritas detalhadamente no capítulo 2.

- para análise das **ideologias**: utilizarei os modos²¹ de operação concebidos por Thompson (2009), como também o modo sugerido por mim, para este estudo; conforme exposto a seguir.

²¹ Todos os modos encontram-se explicados no capítulo 2.

Quadro 8: Modos de operação da ideologia

Modos Gerais	Estratégias de construção simbólica
Legitimação	Racionalização Universalização Narrativização
Dissimulação	Deslocamento Eufemização Tropo (sinédoque, metonímia, metáfora)
Unificação	Estandartização Simbolização da unidade
Fragmentação	Diferenciação Expurgo do outro
Reificação	Naturalização Eternização Nominalização/passivização
Convencimento	Convicção

Fonte: elaboração do autor.

Fundamentado nos pressupostos teóricos e nesses elementos analíticos configurados para esta pesquisa, no próximo capítulo, apresentarei os procedimentos analíticos para desvelar a representação social da governante da República e as estratégias ideológicas usadas para tal ação, para que, dessa forma, eu possa verificar quais dimensões foram construídas por meio desse processo investigativo.

CAPÍTULO IV

EM CENA: A REPRESENTAÇÃO DA ATRIZ SOCIAL PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Porque quem sou Eu se não o Eu que Outros apresentam a mim?
(Sandra Jovchelovitch)

Esta dissertação investiga o modo como a presidenta da República do Brasil, Dilma Rousseff, durante o ano de 2015, construiu sua representação social de resistência por meio de alguns de seus discursos oficiais. Assim, primeiro, analisarei como essa representação social foi constituída discursivamente, e o *ethos* que essa ação representacional gerou. Segundo, verificarei quais estratégias ideológicas foram mobilizadas para realização do processo representacional e, devido a isso, quais relações de poder foram estabelecidas. Terceiro, esboçarei quais implicações são configuradas por meio da relação entre discurso político e mídia social *Facebook*.

4.1 Discurso, discurso meu, diga-me: quem sou eu? A representação da atriz social presidenta da República

Relembro a concepção de Fairclough (2001), que revela que o discurso configura-se como ação, uma maneira pela qual os indivíduos *atuam* no mundo e sobre os outros, além de ser uma forma de *representação*; e, também, a visão de Jovchelovitch (2013), a qual implica a representação *como fenômeno psicossocial*, construções específicas da realidade social.

Com isso, baseado nos pressupostos da ADC e da Teoria da Representação Social, aponto a primeira questão deste estudo:

- a) De que modo a presidenta da república construiu, discursivamente, sua representação social de resistência durante o contexto de crise do ano de 2015?

Sendo assim, para responder tal questionamento, invoco os seguintes elementos analíticos:

- da **Análise de Discurso Crítica**, na concepção de Fairclough (2001):
 - I. **vocabulário**,
 - II. **gramática**,
 - III. **coesão**,
 - IV. **força dos enunciados**,
 - V. **coerência dos textos**.
- da **Representação dos Atores Sociais**, concebidos por van Leeuwen (1998):
 - I. **inclusão**,
 - II. **assimilação**,
 - III. **distribuição de papéis**.

Serão efetuadas análises de três discursos oficiais da governante federal Dilma Rousseff:

- I. **Discurso I** – Pronunciamento à Nação da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião do Dia Internacional da Mulher. Publicado no *site* do Palácio do Planalto, em 08/03/2015, às 21h44.
- II. **Discurso II** – Mensagem da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião do Dia da Independência. Publicado no *site* do Palácio Planalto, em 07/09/2015, às 16h24.
- III. **Discurso III** – Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a cerimônia de abertura da 3ª Conferência Nacional de Juventude – Brasília/DF. Publicado no *site* do Palácio do Planalto, em 16/12/2015, às 22h55.

Elucido que o exame da representação social será regido de acordo com a maior ocorrência dos modos representacionais propostos por van Leeuwen (1998) em direção ao modo de menor realização discursiva. Assim, as categorias da ADC serão utilizadas em todo processo analítico, sendo nomeadas quando oportuno.

A **inclusão** é, de fato, o modo representacional mais utilizado pela presidenta. De modo que toda sua ação representacional é construída com objetivo de **incluir**

sua presença em todas as relações e as práticas sociais. Por isso, ao final desta seção analítica e no capítulo 5, esse modo será abordado mais detalhadamente.

Antes de iniciar o processo analítico, os três discursos oficiais da presidenta da República, selecionados para esta investigação, serão apresentados em sua forma completa.

DISCURSO I²²

Pronunciamento à Nação da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião do Dia Internacional da Mulher. Publicado no site do Palácio do Planalto, em 08/03/2015, às 21h44.

Meus queridos brasileiros, e, muito especialmente, minhas queridas brasileiras.

Hoje é o Dia Internacional da Mulher. Falar com vocês mulheres - minhas amigas e minhas iguais - é falar com o coração e a alma da nossa grande nação. Ninguém melhor do que uma mãe, uma dona de casa, uma trabalhadora, uma empresária, é capaz de sentir, em profundidade, o momento que um país vive.

Mas todos sabemos que há um longo caminho entre sentir e entender plenamente. É preciso, sempre, compartilharmos nossa visão dos fatos. Os noticiários são úteis, mas nem sempre são suficientes. Muitas vezes até nos confundem mais do que nos esclarecem. As conversas em casa, e no trabalho, também precisam ser completadas por dados que nem sempre estão ao alcance de todas e de todos.

Por isso, eu peço que você - e sua família - me ouçam com atenção. Tenho informações e reflexões importantes que se compartilhadas vão ajudá-los a entender melhor o momento que passamos. E a renovar a fé e a esperança no Brasil! É uma boa hora para que eu tenha uma conversa, mais calma e mais íntima, com cada família brasileira - e faça isso com a alma de uma mulher que ama seu povo, ama seu país e ama sua família.

Vamos começar pelo mais importante: o Brasil passa por um momento diferente do que vivemos nos últimos anos. Mas nem de longe está vivendo uma crise nas dimensões que dizem alguns. Passamos por problemas conjunturais, mas nossos fundamentos continuam sólidos. Muito diferente daquelas crises do passado que quebravam e paralisavam o país.

²² Discurso disponível em: <<https://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/pronunciamento-a-nacao-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-por-ocasio-do-dia-internacional-da-mulher>>. Acesso em: 29 set. 2016.

Nosso povo está protegido naquilo que é mais importante: sua capacidade de produzir, ganhar sua renda e de proteger sua família. As dificuldades que existem - e as medidas que estamos tomando para superá-las - não irão comprometer as suas conquistas. Tampouco irão fazer o Brasil parar ou comprometer nosso futuro.

A questão central é a seguinte: estamos na segunda etapa do combate à mais grave crise internacional desde a grande depressão de 1929. E, nesta segunda etapa, estamos tendo que usar armas diferentes e mais duras daquelas que usamos no primeiro momento.

Como o mundo mudou, o Brasil mudou e as circunstâncias mudaram, tivemos, também, de mudar a forma de enfrentar os problemas. As circunstâncias mudaram porque além de certos problemas terem se agravado - no Brasil e em grande parte do mundo -, há ainda a coincidência de estarmos enfrentando a maior seca da nossa história, no Sudeste e no Nordeste.

Entre muitos efeitos graves, esta seca tem trazido aumentos temporários no custo da energia e de alguns alimentos. Tudo isso, eu sei, traz reflexos na sua vida. Você tem todo direito de se irritar e de se preocupar. Mas lhe peço paciência e compreensão porque esta situação é passageira. O Brasil tem todas as condições de vencer estes problemas temporários - e esta vitória será ainda mais rápida se todos nós nos unirmos neste enfrentamento.

Peço a vocês que nos unamos e que confiem na condução deste processo pelo governo, pelo Congresso, e por todas as forças vivas do nosso país - e uma delas é você!

Queremos e sabemos como fazer isso, distribuindo os esforços de maneira justa e suportável para todos. Como sempre, protegendo de forma especial as classes trabalhadoras, as classes médias e os setores mais vulneráveis. Temos compromissos profundos com o futuro do país e vamos continuar cumprindo, de forma inabalável, estes compromissos.

Minhas amigas e meus amigos,

A crise afetou severamente grandes economias, como os Estados Unidos, a União Europeia e o Japão. Até mesmo a China, a economia mais dinâmica do planeta, reduziu seu crescimento à metade de suas médias históricas recentes. Alguns países estão conseguindo se recuperar mais cedo.

O Brasil, que foi um dos países que melhor reagiu em um primeiro momento, está agora implantando as bases para enfrentar a crise e dar um novo salto no seu desenvolvimento.

Nos seis primeiros anos da crise, crescemos 19,9%, enquanto a economia dos países da

Zona do Euro, caiu 1,7%.

Pela primeira vez na história, o Brasil ao enfrentar uma crise econômica internacional não sofreu uma quebra financeira e cambial. O mais importante: enquanto nos outros países havia demissões em massa, nós aqui preservamos e aumentamos o emprego e o salário. Se conseguimos essas vitórias antes, temos tudo para conseguir novas vitórias outra vez. Inclusive, porque decidimos, corajosamente, mudar de método e buscar soluções mais adequadas ao atual momento. Mesmo que isso signifique alguns sacrifícios temporários para todos e críticas injustas e desmesuradas ao governo.

Na tentativa correta de defender a população, o governo absorveu, até o ano passado, todos os efeitos negativos da crise. Ou seja: usou o seu orçamento para proteger integralmente o crescimento, o emprego e a renda das pessoas. Realizamos elevadas reduções de impostos para estimular a economia e garantir empregos. Ampliamos os investimentos públicos para dinamizar setores econômicos estratégicos. Mas não havia como prever que a crise internacional duraria tanto. E, ainda por cima, seria acompanhada de uma grave crise climática. Absorvemos a carga negativa até onde podíamos e agora temos que dividir parte deste esforço com todos os setores da sociedade. É por isso que estamos fazendo correções e ajustes na economia. Não é a primeira vez que o Brasil passa por isso. Em 2003, no início do governo Lula, tivemos que tomar medidas corretivas. Depois tudo se normalizou e o Brasil cresceu como poucas vezes na história. São medidas para sanear as nossas contas e, assim, dar continuidade ao processo de crescimento com distribuição de renda, de modo mais seguro, mais rápido e mais sustentável.

Você que é dona de casa ou pai de família sabe disso. Às vezes temos de controlar mais os gastos para evitar que o nosso orçamento saia do controle. Para garantir melhor nosso futuro. Isso faz parte do dia a dia das famílias e das empresas. E de países também. Mas estamos fazendo de forma realista e da maneira mais justa, transparente e equilibrada possível. As medidas estão sendo aplicadas de forma que as pessoas, as empresas e a economia as suportem. Como é preciso ter equidade, cada um tem que fazer a sua parte. Mas de acordo com as suas condições.

Foi por isso, que começamos cortando os gastos do governo, sem afetar fortemente os investimentos prioritários e os programas sociais. Revisamos certas distorções em alguns benefícios, preservando os direitos sagrados dos trabalhadores. E estamos implantando medidas que reduzem, parcialmente, os subsídios no crédito e também as desonerações nos

impostos, dentro de limites suportáveis pelo setor produtivo.

Estamos fazendo tudo com equilíbrio, de forma que tenhamos o máximo possível de correção com o mínimo possível de sacrifício. Este processo vai durar o tempo que for necessário para reequilibrar a nossa economia. Como temos fundamentos sólidos e as dificuldades são conjunturais, esperamos uma primeira reação já no final do segundo semestre deste ano.

Mais importante, no entanto, do que a duração destas medidas será a longa duração dos seus resultados e dos seus benefícios. Que devem ser perenes no combate à inflação e na garantia do emprego. Que devem ser permanentes na melhoria da saúde, da educação e da segurança pública.

As medidas serão suportáveis porque além de sermos um governo que se preocupa com a população, temos hoje um povo mais forte do que nunca. O Brasil tem hoje mais qualificação profissional, mais infraestrutura, mais oportunidades de estudar e mais empreendedores. Somos a 7ª economia do mundo. Temos 371 bilhões de dólares de reservas internacionais. 36 milhões de pessoas saíram da miséria e 44 milhões foram para a classe média. Quase dez milhões de brasileiras e brasileiros são hoje micro e pequenos empreendedores. E continuamos com os melhores níveis de emprego e salário da nossa história.

Minhas amigas e meus amigos,

O que tenho de mais importante a garantir, hoje, vou resumir agora.

Primeiro: o esforço fiscal não é um fim em si mesmo. É apenas a travessia para um tempo melhor, que vai chegar rápido e de forma ainda mais duradoura.

Segundo: não vamos trair nossos compromissos com os trabalhadores e com a classe média, nem deixar que desapareçam suas conquistas e seus direitos.

Terceiro: não estamos tomando estas medidas para voltarmos a ser iguais ao que já fomos. Mas, sim, para sermos muito melhores.

Quarto: durante o tempo que elas durarem, o país não vai parar. Ao contrário, vamos continuar trabalhando, produzindo, investindo e melhorando.

As coisas vão continuar acontecendo. Junto com as novas medidas, estamos mantendo e melhorando os nossos programas. Entregando grandes obras. Nossas rodovias e ferrovias, nossos portos e aeroportos continuarão sendo melhorados e ampliados.

Para isso, vamos fazer, ainda este ano, novas concessões e firmar novas parcerias com o setor privado. Incluímos - e vamos continuar incluindo - milhões e milhões de brasileiros.

Mas agora a inclusão tem que se dar, sobretudo, pelo acesso a melhores oportunidades e a serviços públicos de maior qualidade.

Este esforço tem que ser visto como mais um tijolo, no grande processo de construção do novo Brasil. Esta construção não é só física, mas também espiritual. De fortalecimento moral e ético.

Com coragem e até sofrimento, o Brasil tem aprendido a praticar a justiça social em favor dos mais pobres, como também aplicar duramente a mão da justiça contra os corruptos. É isso, por exemplo, que vem acontecendo na apuração ampla, livre e rigorosa nos episódios lamentáveis contra a Petrobras.

Minhas amigas mulheres homenageadas neste dia,

Por último, quero anunciar um novo passo no fortalecimento da justiça, em favor de nós, mulheres brasileiras. Vou sancionar, amanhã, a Lei do Feminicídio que transforma em crime hediondo, o assassinato de mulheres decorrente de violência doméstica ou de discriminação de gênero. Com isso, este odioso crime terá penas bem mais duras. Esta medida faz parte da política de tolerância zero em relação à violência contra a mulher brasileira.

Brasileiros e brasileiras,

É assim, com medidas concretas e corajosas, em todas as áreas, que vamos, juntos, melhorar o Brasil. É uma tarefa conjunta de toda sociedade, mulheres e homens. Tenho certeza que contará com a participação decisiva do Congresso Nacional, que sempre cumpriu com seu papel histórico nos momentos em que o Brasil precisou.

Temos que encarar as dificuldades em sua real dimensão e encontrar o melhor caminho de resolvê-las. Pois, se toda vez que enfrentarmos uma dificuldade pensarmos que o mundo está acabando - ou que precisamos começar tudo do zero - só faremos aumentar nossos problemas.

Precisamos transformar dificuldades em soluções. Problemas temporários em avanços permanentes.

O Brasil é maior do que tudo isso e já mostrou muitas vezes ao mundo como fazer melhor e diferente. Mais que nunca é hora de acreditar em nosso futuro. De sonhar. De ter fé e esperança.

Viva a mulher brasileira! Viva o povo brasileiro. Viva o Brasil!

Obrigada e boa noite.

DISCURSO II²³

Mensagem da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião do Dia da Independência. Publicado no site do Palácio do Planalto, em 07/09/2015, às 16h24.

Meus queridos brasileiros e brasileiras, eu gostaria de conversar com vocês hoje, 7 de setembro, que é a data mais importante para o Brasil. Hoje é também o momento certo para refletir, falar sobre a preocupação de todos nós quanto ao presente e ao futuro do país.

É verdade que atravessamos uma fase de dificuldades, enfrentamos problemas e desafios. Sei que é minha responsabilidade apresentar caminhos e soluções para fazer a travessia que deve ser feita.

As dificuldades e os desafios resultam de um longo período em que o governo entendeu que deveria gastar o que fosse preciso para garantir um emprego e a renda do trabalhador, a continuidade dos investimentos e dos programas sociais. Agora temos de reavaliar todas essas medidas e reduzir as que devem ser reduzidas.

Nossos problemas também vieram lá de fora e ninguém que seja honesto pode negar isso. Está visível que a situação em muitas partes do mundo voltou a se agravar, atingindo agora os países emergentes. Países importantes, parceiros do Brasil, tiveram seu crescimento reduzido e foram atingidos pela crise internacional. O mundo, além disso, enfrenta tragédias de natureza humanitária como mostra a situação chocante dos refugiados que morrem nas praias europeias ao tentar buscar refúgio da guerra.

A imagem do menino Aylan Kurdi de apenas três anos comoveu todos nós e deixou um grande desafio para o mundo. Nós, o Brasil, somos uma nação que foi formada por povos das mais diversas origens que aqui vivemos em paz, mesmo em momentos de dificuldades, de crise, como os que estamos passando, teremos os nossos braços abertos para acolher os refugiados.

Aproveito o dia de hoje para reiterar a disposição do governo de receber aqueles, que expulsos de suas pátrias, para que queiram vir, viver, trabalhar e contribuir para a prosperidade e a paz do Brasil. As dificuldades, insisto, são nossas e são superáveis. O que

²³ Discurso disponível em: <<https://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/mensagem-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-por-ocasio-do-dia-da-independencia>>. Acesso em: 20 nov. 2015.

eu quero dizer com toda franqueza é que estamos enfrentando os desafios, estas dificuldades e que vamos fazer essa travessia.

Se cometermos erros, e isso é possível, vamos superá-los e seguir em frente. Quero dizer a vocês alguns remédios para essa situação, é verdade são amargos, mas são indispensáveis.

As medidas que estamos adotando são necessárias para botar a casa em ordem, reduzir a inflação, por exemplo, nos fortalecer diante do mundo e conduzir, o mais breve possível, o Brasil à retomada do crescimento. Podemos e queremos ser exemplo para o mundo, exemplo de crescimento econômico e valorização das pessoas.

O esforço de todos nós é que vai nos levar a superar esse momento. Eu sei disso. Também sei que a união em torno dos interesses de nosso país e de nosso povo é a força capaz de nos conduzir nessa travessia. Devemos nessa hora estar acima das diferenças menores, colocando em segundo plano os interesses individuais ou partidários.

Me sinto preparada para conduzir o Brasil no caminho de um novo ciclo de crescimento, ampliando as oportunidades para o nosso povo subir na vida com mais e melhores empregos. Nós queremos o país com a inflação sobre controle, juros decrescentes, renda e salários em alta.

Eu posso garantir a vocês que nenhuma dificuldade me fará abrir mão da alma e do caráter do meu governo. A alma e o caráter do meu governo é assegurar neste país de grande diversidade oportunidades iguais para nossa população, sem recuos, sem retrocessos.

Nós fomos capazes de tirar milhões de pessoas da miséria e elevar outros milhões aos padrões de consumo das classes médias. Vamos voltar a crescer para avançar ainda mais nesse caminho, construindo um Brasil de trabalhadores e empreendedores, de estudantes, de cientistas, da agricultura, do comércio, da indústria dos serviços, mas sabemos ainda falta muito para fazer e por isso precisamos voltar a crescer. Crescer para levar, por exemplo, a educação de qualidade para todo nosso povo da creche à pós-graduação.

Temos experiências vencedoras e hoje quero contar uma grande vitória, acabamos de ganhar o primeiro lugar na Olimpíada Mundial do Conhecimento Técnico, que contou com a participação de mais de 59 países. Pesos pesados em formação profissional, como, por exemplo, a Alemanha, a Coreia do Sul, o Japão, a França.

A boa notícia é que 84% dos vitoriosos tinham feito ou estavam fazendo o Pronatec, que é uma parceria entre o governo e o Senai que dá bolsas para formação técnica. Gostaria de

destacar que a família de um dos medalhistas de ouro recebia também o Bolsa Família, o que lhe ajudou a participar da olimpíada.

Queridos brasileiros, queridas brasileiras, o Dia da Independência deve ser momento de encontro do Brasil consigo mesmo. Uma celebração e um tributo que prestamos aos heróis que lutaram para um Brasil forte, livre e independente. É neste dia que devemos pensar qual país queremos para nós e para nossos filhos e netos. É neste dia que honramos os heróis da independência, que homenageamos todos os brasileiros que lutaram e deram suas vidas para que nosso país ficasse sempre livre da opressão. É neste dia que reafirmamos aquilo que uma nação ou um povo tem de melhor, a capacidade de lutar e a capacidade de conviver com a diversidade. Tolerante, em face às diferenças, respeitoso na defesa das idéias, sobretudo, firme na defesa da maior conquista alcançada e pela qual devemos zelar permanentemente, a democracia e a adoção do voto popular como método único e legítimo de eleger nossos governantes e representantes.

A independência, queridos brasileiros e brasileiras, acontece todos os dias no país, nas nossas casas, nas nossas famílias, dentro de cada um de nós. É a força de nossa autoestima como povo, e a certeza que os brasileiros são aquilo que o Brasil tem de melhor, com o nosso trabalho, com a nossa união, com o nosso esforço para manter nossas famílias, criar nossos filhos e netos e com a alegria que passamos pelos bons momentos e com a coragem com que enfrentamos os momentos ruins.

Somos todos lutadores pela independência do Brasil. Hoje, mais do que nunca, somos todos Brasil.

Muito Obrigada

DISCURSO III²⁴

Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a cerimônia de abertura da 3ª Conferência Nacional de Juventude. Publicado em 16/12/2015, às 22h55.

Eu quero começar dando um abraço a cada uma das delegadas aqui presentes. Cumprimentando as mulheres jovens e nós, mulheres não tão jovens, mas ainda jovens. E

²⁴ Discurso disponível em: <<https://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-a-cerimonia-de-abertura-da-3a-conferencia-nacional-de-juventude-brasilia-df>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

cumprimentando também os delegados. Aliás, eu acho, sabe, Boff, que um dos mais jovens aqui presentes, nesse ato, é o Pepe Mujica. Ele conseguiu manter aquela ânsia que a juventude tem. E conseguiu fazer isso de uma forma que só nos encantou. Eu falo isso porque eu começo homenageando meu querido ex-presidente, amigo, companheiro fraterno, Pepe Mujica. E uma outra lutadora que está com ele, a Lucía Topolansky, senadora da República Oriental do Uruguai.

Cumprimento também, aqui, todos os ministro presentes. E aí eu vou cumprimentar, em nome deles, a ministra Nilma Lino Gomes. Ministra, que eu entendi, é assim a ordem: das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude, Sotili, e dos Direitos Humanos. Os Direitos Humanos sintetizam também, e aí não tem importância que ele fique no fim.

Queria também cumprimentar o Jaques Wagner; a Tereza Campello; da Casa Civil o Jaques, a Tereza do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Ela está muito feliz, porque a Câmara, não... aliás, o Congresso, não cortou os R\$ 10 bilhões que tinha ameaçado, que o relator tinha pedido, aliás.

Queria cumprimentar também o Patrus, do MDA; o Miguel Rossetto, do Trabalho e da Previdência; e o Edinho, da Comunicação Social,

Queria cumprimentar o vice-ministro da Juventude da África do Sul, Buti Manamela.

Cumprimentar aqui as nossas senadoras, senadoras lutadoras, senadoras que orgulham todos nós, que lutamos por um País mais justo: Angela Portela, Fátima Bezerra, Gleise Hoffmann -, Moeminha, deputada eu olhei para vocês duas, não pude deixar de falar, mas eu vou repetir depois -, Regina Souza e Vanessa Grazziotin,

As deputadas federais aqui presentes: a Alice Portugal, a Ana Perugini, a Angela Albino, o Angelim, a Benedita da Silva, Luis Carlos Caetano, Daniel Almeida, Davidson Magalhães, Elvio Bohn Gass, Enio Verri, Érika Kokay, Gorete Pereira, Helder Salomão, a nossa Jandira Feghali, a Jô Moraes, a Luciana Santos, a Margarida Salomão, a Maria do Rosário, a MoeminhaGramacho, o Paulão, professora Marcivania, o Waldemor Pereira e a Zenaide Maia,

Queria cumprimentar aqui o Gabriel Medina, secretário Nacional da Juventude,

A Ângela Guimarães, secretária-adjunta da Juventude,

Queria cumprimentar o Daniel de Souza, presidente do conselho,

Cumprimentar os senhores e as senhoras jornalistas, fotógrafos e cinegrafistas.

Olha, eu quero dizer para vocês que eu estava pensando, enquanto eu escutava o Daniel

Souza, qual era a palavra para descrever aqui a força e a beleza dessa plateia. E a palavra é juventude. Aqui estão as cores da juventude brasileira na sua diversidade. E, sobretudo, aqui é um local importante, porque é o local de participação na 3ª Conferência Nacional da Juventude. Essa semana eu estive em algumas conferências. E no mês, nesse mês e no mês de novembro, eu estive em várias conferências. Em todas elas, a participação das diferentes, dos diferentes segmentos da nossa sociedade foi muito importante. Participei da 1ª Conferência sobre Política Indigenista ontem e escutei um brado só contra a PEC 215. Esse brado, que nós somos solidários. Nós, mesmos considerando necessário o respeito que tem de ter entre os Poderes, o governo federal não concorda com a PEC 215.

Mas hoje esse processo, que teve já a Conferência Nacional da Saúde e várias outras, coroa-se aqui, com a Conferência da Juventude. Nós não vamos ter um Brasil justo, um Brasil justo, um Brasil desenvolvido, se a gente não tiver a inclusão da nossa juventude. Nós vamos ter de considerar que a juventude desse País é aquilo que o País tem de mais valioso, porque é seu presente e seu futuro.

Daí porque para nós, do governo, sempre é um momento especial as conferências. Nós sabemos que há muitas formas de mudar o Brasil. Nós podemos mudar o Brasil garantindo educação de qualidade para todos e criando oportunidades de trabalho decente para que todos os jovens deste País construam uma vida profissional digna. Sem dúvida nenhuma, esse é um caminho de mudança.

Mas nós vamos mudar o Brasil também implantando uma política de segurança que respeite os direitos dos cidadãos. Uma política de segurança cidadã, principalmente uma polícia que considere que todos os brasileiros, não interessa a origem, o credo, as opções sexuais, têm direitos iguais. Portanto, que desenvolva uma sociedade a favor da diversidade e, nesse mundo que nós vivemos, com tanta intolerância, nós temos de pregar a tolerância e a paz.

Nós vamos mudar o Brasil também com ações práticas a favor da sustentabilidade, como Brasil fez agora na COP21, defendendo o que havia de mais avançado em matéria de acordo sobre a mudança do clima. Nós vamos mudar o Brasil democratizando o acesso ao conhecimento e à informação. Reconhecendo nas redes sociais um espaço de liberdade. Defendendo também uma luta consistente por mais direitos, inclusive o direito de resposta. Nós vamos mudar o Brasil ampliando a participação direta da juventude, e de suas entidades, na representação de seus interesses, para que se formule políticas para a juventude. Daí a importância dessa conferência. Nós vamos mudar o Brasil fortalecendo a

sua democracia, impedindo retrocessos e impedindo que atalhos levem este País novamente à situação de instabilidade.

Não mudaremos o Brasil fechando escolas, isso é certo. Nós também não vamos mudar o Brasil reprimindo movimentos pacíficos com forças policiais. Nós sabemos que fechar escolas é extinguir sonhos, é romper relações estabelecidas, é fragilizar de alguma forma o futuro.

Não mudaremos o Brasil ignorando a epidemia de violência contra a juventude, em especial a juventude negra. Muito menos nós iremos mudar o Brasil adotando a redução da maioria penal. Nós também não mudaremos o Brasil legislando contra a diversidade das famílias, a diversidade que é característica da nossa população. Não mudaremos o Brasil reduzindo direitos conquistados pelas parcelas historicamente excluídas de nosso povo, eliminando as políticas que buscam igualdade de oportunidades, como é o caso do Bolsa Família, do Minha Casa Minha Vida, do Prouni.

Certamente nós não mudaremos para melhor o Brasil se permitirmos que a nossa democracia, ainda uma jovem democracia, seja golpeada, agredida ou desrespeitada. Para mudar o Brasil nós temos de garantir o respeito ao voto popular direto e respeitar o resultado de eleições. Hoje, nós sabemos que defender a democracia é mudar o Brasil para melhor.

Queridas e queridos jovens. Jovens de todas as idades, jovens, jovens, mas jovens de todas as idades,

Eu falo de democracia aqui porque está em curso uma batalha, uma luta que ditará os rumos de nosso País por muito tempo. Em minha juventude eu vivi e lutei contra o pesadelo decorrente do desrespeito à democracia. Eu e muitos outros da minha geração, brasileiros e latino-americanos, como o Pepe Mujica, sabemos ao que leva os pequenos passos, que depois se transformam em grandes passos e depois, ainda, em pesadelos, quando a ditadura se instala.

Neste momento, usando todos os instrumentos que o Estado democrático de direito me faculta, lutarei contra a interrupção ilegítima de meu mandato. Por quê? E isso por dois motivos, pelo menos dois. Primeiro, porque eu acredito e prezo a democracia. E, segundo, porque eu tenho um compromisso de continuar mudando o Brasil. Aqueles que tentam interromper um mandato popular, conquistado legitimamente nas urnas, não conseguem encontrar uma razão consistente para seus atos de tentar interromper o meu mandato.

E é isso, a falta de razão, que nós chamamos de golpe. É a isso que se chama golpe. Não é

justificativa, para não ser golpe, o fato de a Constituição prever que podem ocorrer casos em que haja um processo de impeachment . A Constituição brasileira ela prevê, sim, esse processo. O que ela não prevê é a invenção de motivos. Isso não está previsto em nenhuma Constituição.

Por isso, aqueles que tentam, que tentam chegar ao poder de forma a saltar a eleição direta, eles oscilam entre invenções, falácias, porque não há como justificar o atentado que querem cometer contra a democracia. E é isso - vou repetir - que nós chamamos de golpe. Alegam, em alguns momentos, que o motivo seria o que nós fizemos no Orçamento Federal. Ocultam que jamais houve nenhum desvio no que eles apontam como sendo o problema. Eles não sustentam, não sustentam qualquer argumento, porque não houve irregularidade. Nós pagamos o Bolsa Família, sim. Pagamos o Minha Casa Minha Vida, sim. E, ao fazê-lo, sempre respeitamos as leis e os contratos que existiam. Eu assinei decretos de mudanças na alocação de recursos quando esses recursos sobravam e, portanto, podiam ser deslocados para outras atividades, pela Lei Orçamentária aprovada nesse País.

Alegam que o governo deve ser trocado porque o País passa por uma crise política. Ora, este País é um país que adotou o regime presidencialista. Só no parlamento, no parlamentarismo, crise política é alegação para se afastar governo. Porque no parlamentarismo o chefe de governo não é eleito pelo voto direto majoritário, e sim pelo voto proporcional. Assim, quando há alguma questão política, é possível dissolver o gabinete e convocar novas eleições. No presidencialismo, não. O voto é direto, é majoritário, foi dado nas urnas.

Alegam, portanto, que o governo deve ser trocado porque o País passa por uma crise política que tem reflexos na economia. E, como eu expliquei, como se nós vivêssemos num regime parlamentarista. Uma crise, aliás, diga-se de passagem, que vem sendo ampliada desde o início do ano pela estratégia, pela estratégia do “quanto pior melhor”. Quanto pior para o povo, quanto melhor para uma minoria. E isto é golpe.

Repito: os que buscam atalhos para o poder não querem derrubar apenas uma mulher, querem derrubar um projeto. Um projeto que, nos últimos 13 anos, incluiu o povo brasileiro nas rubricas orçamentárias. É isso que nosso governo fez. Nosso governo incluiu a população brasileira nas rubricas orçamentárias. Por isso, sabem que têm de usar de artifícios, porque não conseguirão nada atacando minha biografia, que é conhecida. Sou uma mulher que lutou, amo meu País e eu sou honesta.

Além disso, não compartilho com algumas práticas da velha política, que alguns deles

professam. O mais irônico é que muitos dos que querem interromper o meu mandato têm biografias que não resistem a uma rápida pesquisa no Google.

Na verdade, querem impedir a sobrevivência desse projeto de País que estamos construindo desde 2003. Um projeto que temos muitas razões para defender. Afinal, as escolhas políticas que fizemos, ao longo de toda essa trajetória, nos permitiram sair do mapa da fome e superar a extrema pobreza. Nos propiciaram fazer a maior distribuição de renda da história do Brasil. Nos permitiram fazer um programa habitacional talvez o mais bem-sucedido. Escolhemos democratizar o acesso ao ensino superior. E nossas universidades começaram a ter a cara e as cores do nosso povo. Ampliamos a rede federal, fizemos o Prouni, o Fies, o Sisu, o Enem e as políticas de cotas. Políticas, todas elas, pelas quais eu vou lutar. Nosso projeto de Brasil está comprometido com o uso dos recursos do Pré-sal. Nós conseguimos aprovar a destinação dos recursos do Pré-sal na educação. Enganam-se aqueles que acham que a Petrobras não tem a força de antes. A Petrobras continua sendo a maior empresa desse País. Nós, no mundo inteiro, enfrentamos um problema, que é a redução do preço do petróleo. Mas isto não levará a nossa Petrobras de roldão. Pelo contrário, a Petrobras tem todas as condições de gerar ainda recursos derivados da exploração do Pré-sal, destiná-los à educação. E, além disso, cumprir, nos ajudar a cumprir todas as metas do PNE, do Plano Nacional de Educação.

Eu quero lembrar que o projeto que nós defendemos criou também o Marco Civil da Internet, entre tantas outras grandes conquistas.

Eu queria aproveitar, e a Nilma me pediu umas três vezes antes, duas vezes durante, para falar o seguinte: hoje, a partir de hoje, o Disque 100 terá módulos especiais para receber denúncias contra crimes de racismo. E nós sabemos que a juventude negra e as mulheres negras são as maiores vítimas do racismo. Que o Disque 100 seja um portal de denúncia, para ampliarmos nossa capacidade de apoiar a sociedade num enfrentamento desta chaga que ainda nos aflige. E que nós devemos combater essa marca ainda dos nossos séculos de escravidão. E é nosso dever, e de todos aqueles que querem mudar o Brasil, ter uma posição clara de confronto com o racismo.

Eu não podia deixar de falar, aqui, sobre uma outra conquista que é o Estatuto da Juventude. O Estatuto da Juventude é uma verdadeira carta de direitos dos jovens desse País, das jovens desse País. Essa política está sendo construída com a participação de vocês, por meio do Conselho Nacional da juventude e da Secretaria Nacional da Juventude. Quero deixar aqui uma coisa bem clara: eu vou lutar pelo meu mandato porque, só assim, o

projeto de nação que nós defendemos terá continuidade. Eu sei que nós precisamos de uma nova política de segurança pública, de uma reforma política e de uma reforma urbana. Precisamos ainda de muito mais na área de educação do que já conseguimos. Muito mais. Sabemos que é fundamental, para o nosso País, uma política de cultura que seja uma política includente, que leve em conta a extrema riqueza de nosso País nessa área.

Eu queria encerrar dizendo que recentemente eu vi uma entrevista com o Emerica, na qual ele dizia, com imensa lucidez, que há momentos em que a luta é por mais direitos. E há outros em que a luta é para não retroceder. Acredito que vivemos um momento em que nós estamos lutando para não retroceder e, ao mesmo tempo, por mais direitos.

Convido vocês a lutarmos juntos na defesa da democracia, da legitimidade do voto popular e do respeito às regras do Estado democrático. Eu sei o que há de um saudável idealismo na alma, na imaginação e na vida dos jovens do Brasil. Eu olho para vocês e lembro também da minha geração, que viveu em outras circunstâncias a sua juventude. E acredito que hoje a nossa democracia tem um valor imenso que nos devemos preservar, assegurar, ampliar e desenvolver. Nós queremos um Brasil mais forte, com mais crescimento e desenvolvimento e, por isso mesmo, mais capaz de realizar sonhos e garantir direitos. Lembrando sempre que não adianta só o crescimento, é preciso a decisão política de repartir os seus frutos.

Um grande abraço a vocês.

Depois dessa exposição, passemos à análise da representação social da líder política Dilma Rousseff.

4.1.2 Eu e nós: somos um. Individualização x assimilação e a distribuição de papéis para o protagonismo presidencial

O processo analítico, dessa seção, será regido pelo exame discursivo dos modos representacionais *assimilação* e *distribuição de papéis*, propostos por van Leeuwen (1998), os quais foram alicerces para a presidenta da República construir sua representação social. Dessa forma, a análise será efetuada em cada um dos três discursos selecionados, para que possamos apreender, proficuamente, como se realizaram os modos de investigação.

A **assimilação** é o modo como atores sociais podem ser referidos: como indivíduos (**individualização**) ou como grupos (**assimilação**). A individualização manifesta-se por meio da singularidade, enquanto a assimilação se dá por meio da pluralidade (op.cit). Esse é o modo de representação mais adotado pela chefe de Estado em seus discursos oficiais, como veremos a seguir, como também é a base sobre a qual ela promove a distribuição de papéis, exercendo o protagonismo.

A vida social é o cenário das atuações dos atores sociais. Com base nisso, van Leeuwen (1998) assevera que, aos atores sociais, são entregues papéis para desempenharem nas representações. Isso implica em quem é representado como **agente** (*ator*) e como **paciente** (*finalidade*) no decorrer do discurso. Não há relação direta entre os papéis conferidos aos atores nas práticas sociais e os papéis gramaticais atribuídos a eles no texto. Assim, as representações podem redistribuir papéis e estruturar relações sociais entre sujeitos.

Apropriando-me dessa perspectiva, analisarei essa segunda categoria da Representação dos Atores Sociais, com propósito de investigar de que modo a atuação da presidenta da república, Dilma Rousseff, configurou-se: nas dimensões agente (atriz social) e paciente (finalidade).

Para esse modo representacional, com objetivo de caracterizar, mais claramente, o papel da chefe de Estado, enquanto **agente** ou **paciente**, serão examinadas os excertos em que Dilma representa-se por *individualização*, ou seja, em primeira pessoa do singular (eu), ou quando se representa pela identificação de seu papel político-social.

Fundamentado nesses pressupostos, passo à investigação dos modos de representação social.

Discurso I

Esse discurso primeiro foi concebido para o Dia Internacional da Mulher, comemorado anualmente em 8 de março. Desde o ano de 2014, a presidenta foi diminuindo a veiculação de seus pronunciamentos em cadeias de rádio e de televisão, e passou a adotar estratégia de publicá-los pela internet. Desse modo, esse discurso, assim como os demais oriundos de datas comemorativas e assuntos

importantes de âmbito nacional, foi reproduzido, especialmente, por meio das mídias digitais *Facebook* e *Twitter*.

A princípio, a temática do evento discursivo de Dilma Rousseff é a comemoração do dia dedicado à mulher, espaço em que se ressalta a relevância de seus papéis, suas conquistas e seus desafios pessoais e sociais. No entanto, como veremos, a governante utilizou seu discurso para elucidar e posicionar-se, mais diretamente, sobre a conjuntura de crise que começava a ser desvelada para os cidadãos, pois, até aquela data, esse contexto não era tratado, claramente, pelo governo federal como real, significativo e inevitável. Assim, esse cenário é significativo para se verificar como a chefe de Estado construiu sua representação social diante de questões essenciais que compõem a manutenção da vida de todos os brasileiros.

O contexto de crise, ao qual me refiro neste estudo, esteve presente e influenciou profundamente a prática discursiva, a atuação e a representação de Dilma Rousseff como representante do governo federal, especialmente no ano de 2015, quando foram coletados os três discursos que compõem o *corpus* desta pesquisa.

A crise que abate o Brasil é um tema complexo e controverso, pois, ao ser instaurada, atingiu as principais instâncias relacionadas à regulação social: política e economia, o que causou efeitos adversos, também, na saúde, na educação, na segurança entre outros.

Grande parcela de especialistas políticos e financeiros, por meio da mídia informativa²⁵, pontua que a crise estabeleceu-se no ano de 2014: quando a situação financeira e fiscal agravou-se; a presidenta encontrava-se com baixa popularidade; muitos de seus aliados deixaram de apoiá-la e, assim, muitos projetos e medidas não foram aprovados na Câmara dos Deputados; ocorreu o início da maior operação nacional de investigação sobre corrupção, a Lava Jato, que disseminou pânico numa parcela de políticos e de empresários envolvidos em atos criminosos contra bens públicos, o que afetou o trabalho de grandes empresas; houve recorrentes manifestações da população insatisfeita com a alta dos preços, dos juros e da taxa de desemprego; com o aumento da inflação, houve desequilíbrio nas contas públicas e, conseqüentemente, nas dos cidadãos.

²⁵ Fonte: disponível em: <www.oglobo.globo.com/brasil/linha-do-tempo-entenda-cri-se-que-culminou-no-impeachment-20015867>; <www.epoca.globo.com/ideias/noticia/2016/04/como-o-brasil-entrou-sozinho-na-pior-cri-se-da-historia.html> e <www1.folha.uol.com.br/poder/2016/08/1808784-senado-cassa-mandato-de-dilma-congresso-dara-posse-efetiva-a-temer.shtml>. Acesso em: 15 de set. 2016.

Depois do esboço das questões sociais e do cenário no qual a presidenta da República do Brasil encontrava-se emergida, prossigo à análise de seus modos representacionais.

*Hoje é o Dia Internacional da Mulher. Falar com vocês mulheres - minhas amigas e **minhas iguais**²⁶ - é falar com o coração e a alma da **nossa grande nação**. Ninguém melhor do que uma mãe, uma dona de casa, uma trabalhadora, uma empresária, é capaz de sentir, em profundidade, o momento que um país vive.*

Dilma Rousseff inicia sua representação social por meio da *assimilação* ([...] *Falar com vocês mulheres - minhas amigas e **minhas iguais**...*). Ela representa-se como integrante de um grupo poderoso, formado por todas as mulheres, as quais desempenham papéis tão essenciais ao ponto de serem responsáveis pela manutenção do bem estar do país ([...] *é falar com o coração e a alma da **nossa grande nação**...*). Esse modo exemplifica um recurso habitual utilizado pela presidenta em sua ação representacional: invocar traços de sua identidade pessoal a fim de fortalecer sua identidade sociopolítica.

Nessa primeira passagem, a governante permite que outros sujeitos sociais, no caso, as mulheres, exerçam o papel de protagonistas – *agente* - (*Ninguém melhor do que uma mãe, uma dona de casa, uma trabalhadora, uma empresária [...]*). É uma estratégia de seu modo de representação, pois, desse modo, Dilma compartilha a responsabilidade dos atos de seu governo, transmitindo aos espectadores, especialmente às mulheres, que todos atuam juntamente com ela na prática política da nação.

*Por isso, **eu peço** que você - e sua família - **me ouçam** com atenção. **Tenho informações e reflexões importantes que se compartilhadas vão ajudá-los a entender melhor o momento que passamos**. E a renovar a fé e a esperança no Brasil! É uma boa hora **para que eu tenha uma conversa**, mais calma e mais íntima, com cada família brasileira - e faça isso com a alma de **uma mulher que ama seu povo, ama seu país e ama sua família**.*

Declaram Guareschi e Jovchelovitch (2013) que, quando as pessoas se pronunciam, articulam e se relacionam com outras a respeito do cotidiano ou sob influência de determinado espaço e práticas sociais (como a política), das crenças e

²⁶ Os destaques feitos nos excertos dos discursos analisados são meus. Eles são realizados para salientar os pontos de maior ocorrência da ação representacional ou ideológica da presidenta da República.

da contribuição histórico-cultural de suas sociedades, é o momento em que as representações sociais são criadas.

Essa perspectiva defendida por Guareschi e Jovchelovitch (2013) exemplifica-se nesse excerto do discurso da chefe de Estado do Brasil. Nesse momento, após consolidar sua imagem como participante do grande grupo “nação brasileira”, a fim de conquistar a confiança da população, a presidenta Dilma *individualiza-se* para ressaltar seu papel social e, dessa forma, demonstrar que ela está cumprindo seu dever. (*[...] Por isso, eu peço que você – e sua família – me ouçam com atenção. Tenho informações e reflexões importantes que se compartilhadas vão ajudá-los a entender melhor o momento que passamos.*).

Essa individualização é marcada discursivamente pelo uso da 1^o pessoa do singular aliada à 1^o pessoa do plural para acentuar a relação do *Eu* com o *Nós*.

Essa ação visa estabelecer a sensação de diálogo, de conversa “íntima” entre amigos sinceros, já que a líder política, representada como agente, detém o entendimento do contexto de adversidade que seus compatriotas estão vivenciando; devido a isso, possui uma visão mais ampla dos acontecimentos e, assim, tem capacidade para apontar o caminho (*[...] É uma boa hora para que eu tenha uma conversa, mais calma e mais íntima, com cada família brasileira – e faça isso com a alma de uma mulher que ama seu povo, ama seu país e ama sua família.*).

[...] Tudo isso, eu sei, traz reflexos na sua vida. Você tem todo direito de se irritar e de se preocupar. Mas lhe peço paciência e compreensão porque esta situação é passageira. O Brasil tem todas as condições de vencer estes problemas temporários - e esta vitória será ainda mais rápida se todos nós nos unirmos neste enfrentamento. Peço a vocês que nos unamos e que confiem na condução deste processo pelo governo, pelo Congresso, e por todas as forças vivas do nosso país - e uma delas é você!

Dilma Rousseff constrói sua representação por *individualização* quando visa atuar, junto aos cidadãos, como uma amiga verdadeira que tem o dever de dar bons conselhos e de alertar sobre os possíveis percalços da jornada (*[...] Tudo isso, eu sei, traz reflexos na sua vida. Você tem todo direito de se irritar e de se preocupar. Mas lhe peço paciência e compreensão porque esta situação é passageira.*).

A presidenta representa-se como integrante do grupo do povo, *assimilação*. Assim, ela transmite o entendimento de que o sucesso da caminhada rumo à resolução dos problemas instaurados depende da colaboração de todos os brasileiros, ou seja, todos devem aderir ao seu plano de governo (*O Brasil tem todas as*

*condições de vencer estes problemas temporários - e esta vitória será ainda mais rápida **se todos nós nos unirmos** neste enfrentamento. **Peço a vocês que nos unamos** e que confiem na condução deste processo **pelo governo**, [...]).*

Ao mesmo tempo que se representa como parte atuante de um grupo, a presidenta utiliza, também, a *assimilação* para desviar a atenção dos cidadãos no que diz respeito à sua figura como principal responsável pela condução das ações governamentais (*e que confiem na condução deste processo **pelo governo**, pelo Congresso, e por todas as forças vivas do **nosso país** - e uma delas é você!*).

Aqui, a presidenta abre mão do uso da 1ª pessoa do singular e apresenta, como sujeito para a ação de resolver os problemas, um ente abstrato: o governo. No entanto, essa estratégia linguístico-discursiva não apaga o fato de que ela é a personificação do *governo* naquele momento.

***Queremos e sabemos** como fazer isso, distribuindo os esforços de maneira justa e suportável para todos. Como sempre, protegendo de forma especial as classes trabalhadoras, as classes médias e os setores mais vulneráveis. **Temos compromissos** profundos com o futuro do país e **vamos** continuar cumprindo, de forma inabalável, estes compromissos.*

A presidenta encontra-se representada como membro do grupo encarregado pela gestão do país, por meio da *assimilação*, porém a concepção de sua imagem como chefe de Estado está muito imprecisa, não sendo possível definir, de fato, seu modo e seus propósitos reais de atuação (***Queremos e sabemos** como fazer isso, distribuindo os esforços de maneira justa e suportável para todos. [...] **Temos compromissos** profundos com o futuro do país e vamos continuar cumprindo, de forma inabalável, estes compromissos.*).

O uso da 1ª pessoa do plural – *queremos, sabemos, temos, vamos* – pulveriza as responsabilidades e pode apontar para o sujeito governo ou para a nação de forma geral.

*O mais importante: enquanto nos outros países havia demissões em massa, **nós aqui** preservamos e aumentamos o emprego e o salário. Se conseguimos essas vitórias antes, temos tudo para conseguir novas vitórias outra vez. Inclusive, porque decidimos, corajosamente, mudar de método e buscar soluções mais adequadas ao atual momento. Mesmo que isso signifique alguns sacrifícios temporários para todos e críticas injustas e desmesuradas ao governo. Na tentativa correta de defender a população, o governo absorveu, até o ano passado, todos os efeitos negativos da crise. [...].*

Novamente, no decorrer da produção discursiva da presidenta, quando se trata de abordar e de justificar as ações e as decisões do governo em relação às problemáticas da população, Dilma opta por não se representar *individualmente*, usa, portanto, a 1º pessoa do plural.

Assim, ela cria sua representação social incorporando-se em formações grupais com base no uso da 1º pessoa do plural para não apagar o **eu** dela e para se fortalecer (*[...] nós aqui preservamos e aumentamos o emprego e o salário. Se conseguimos essas vitórias antes, temos tudo para conseguir novas vitórias outra vez. Inclusive, porque decidimos, corajosamente, [...]*) e de substantivos abstratos (*Mesmo que isso signifique alguns sacrifícios temporários para todos e críticas injustas e desmesuradas ao governo. Na tentativa correta de defender a população, o governo absorveu, até o ano passado, todos os efeitos negativos da crise. [...]*).

É assim, com medidas concretas e corajosas, em todas as áreas, que vamos, juntos, melhorar o Brasil. É uma tarefa conjunta de toda sociedade, mulheres e homens. [...] Temos que encarar as dificuldades em sua real dimensão e encontrar o melhor caminho de resolvê-las. Pois, se toda vez que enfrentarmos uma dificuldade pensarmos que o mundo está acabando - ou que precisamos começar tudo do zero - só faremos aumentar nossos problemas. Viva a mulher brasileira! Viva o povo brasileiro. Viva o Brasil!

Asseveram Guareschi e Jovchelovitch (2013) que a representação social, como fenômeno, envolve os campos *cognitivos*, por gerar conhecimentos sociais; *afetivos*, pois, quando os sujeitos se movem para compreender e expressar sentido ao mundo, realizam isso por meio de emoções, de sentimentos e de paixão; e *sociais*, porque as bases da cognição e do afeto estão situadas na realidade social, como também seus meios de produção encontram-se nas instituições, nos meios de comunicação e numa infinidade de lugares sociais.

Consoante essa explanação, percebo que a presidenta construiu sua representação social mobilizando esses três campos apontados pelos autores: afetivo, cognitivo e social. Com anseio de obter concordância social, Dilma apresentou-se como agente de liderança e de mudança, mas inserida, por *assimilação por coletivização*, no grande grupo formado por todos os brasileiros.

Essa ação representacional deu-se nos campos: *afetivos* (*É assim, com medidas concretas e corajosas, em todas as áreas, que vamos, juntos, melhorar o Brasil.*); *cognitivos* (*É uma tarefa conjunta de toda sociedade, mulheres e homens. [...] Temos que encarar as dificuldades em sua real dimensão e encontrar o melhor caminho de resolvê-las.*); e *sociais* (*Pois, se toda vez*

que **enfrentarmos** uma dificuldade **pensarmos** que o mundo está acabando - ou que **precisamos** começar tudo do zero - só **faremos** aumentar nossos problemas.).

Sendo assim, essa foi a primeira análise do modo como a presidenta da República formou sua representação social com base em seu discurso oficial do Dia Internacional da Mulher. A seguir, veremos como a chefe de Estado realiza sua representação tendo como fundamento seu discurso sobre a data comemorativa da Independência do Brasil.

Discurso II

Esse discurso presidencial foi produzido em forma de mensagem comemorativa do Dia da Independência do Brasil, proclamada em 7 de setembro de 1822. A data manifesta o sentimento nacionalista e o amor à pátria. Por isso, constitui frutífero evento social para que, principalmente, a líder política da nação construa sua representação social e, assim, aborde questões importantes ligadas à manutenção da sociedade.

Com base nisso, Dilma Rousseff utilizou esse discurso para elucidar e esboçar as ações e as medidas do governo federal em relação à principal questão do clamor social até aquele momento: o contexto de crise.

*Meus queridos brasileiros e brasileiras, **eu gostaria** de conversar com vocês hoje, 7 de setembro, que é a data mais importante para o Brasil. Hoje é também o momento certo para refletir, falar sobre a preocupação de **todos nós** quanto ao presente e ao futuro do país. É verdade que **atrevessamos** uma fase de dificuldades, **enfrentamos** problemas e desafios. Sei que é **minha responsabilidade** apresentar caminhos e soluções para fazer a travessia que deve ser feita [...].*

Consoante Fairclough (2001), o discurso é prática que não se limita à representação, mas expressa a significação de tudo que existe, compondo e construindo o mundo em sentido. É ancorada nesse recurso que Dilma Rousseff, naquele momento, como ocupante do mais notório papel político da realidade brasileira, inicia seu discurso e constrói sua representação social.

Assim, nesse fragmento, ao iniciar o discurso, ela *individualizou-se*, por meio da primeira pessoa do singular (eu), a fim de chamar a atenção dos cidadãos para o fato de que ela está disponível naquele momento, pessoalmente, para conversar e tratar de assuntos que ansiavam por respostas e soluções.

Porém, imediatamente, ela compartilha sua responsabilidade e insere todos os cidadãos em sua prática de governo, pelo uso da *assimilação por coletivização* (nós). É interessante notar que a governante invocou em seu discurso a força social do evento Independência da República do Brasil e, conseqüentemente, teceu todo seu texto baseado nas possibilidades dos efeitos sociais que tal evento propicia.

Dilma Rousseff inicia sua encenação política destacando o aspecto principal de seu papel: propor e gestar as ações e os meios das instâncias da vida social dos brasileiros. Dessa maneira, ela consolida seu papel de *agente* e abre caminho para que os espectadores aceitem a sua atuação.

A presidenta constrói sua representação com base no que Charaudeau (2015) assinala: as estratégias discursivas, para conquistar a simpatia do público, são configuradas com base na aferição de fatores: de sua identidade social, do modo como ele apreende a opinião pública e o caminho que percorre para alcançá-la; do posicionamento dos outros atores políticos, enfim, daquilo que julgar relevante proteger ou atacar: pessoas, ideias ou ações.

Vejo que isso se torna requisito para todas as formações representacionais da presidenta, devido ao contexto em que se encontram os demais atores sociais, os quais se portam, muitas vezes, como pacientes, receptores da ação da figura salvadora da governante federal.

No fragmento (*É verdade que **atravessamos** uma fase de dificuldades, **enfrentamos** problemas e desafios. Sei que é **minha** responsabilidade apresentar caminhos e soluções para fazer a travessia que deve ser feita.*), a presidenta dá prosseguimento ao modo de representação eleito como mais significativo, para ela, enquanto governante inserida em momento de crise, a *assimilação por coletivização*.

Esse modo é construído pelos verbos conjugados na primeira pessoa do plural, mas sem a marcação do sujeito. Tal representação ocorreu porque a presidenta já inseriu os atores brasileiros em sua prática (*“Meus queridos brasileiros e brasileiras...”*), de modo que, agora, é natural a participação deles.

A *inclusão* da presidenta, nesse momento, visa suscitar o sentimento de unidade e de companheirismo, já que “atravessamos” e “enfrentamos” expressa que ela sempre esteve presente com todos no enfrentamento das adversidades, assim como nesse atual momento.

*As dificuldades e os desafios resultam de um longo período em que **o governo entendeu** que deveria gastar o que fosse preciso para garantir um emprego e a renda do trabalhador, a continuidade dos investimentos e dos programas sociais. Agora **temos** de reavaliar todas essas medidas e reduzir as que devem ser reduzidas. **Nossos** problemas também vieram lá de fora e ninguém que seja honesto pode negar isso.*

Há representação por *individualização* em “o governo entendeu”, quando a presidenta refere-se ao governo exercido por sua pessoa, ressaltando as ações benéficas que ela praticou para manter o bem-estar social.

Todavia, o termo “o governo” é, também, coletivo porque representa o grupo de pessoas que auxiliam Dilma Rousseff em sua gestão. É um modo de coletivizar seu papel social e, conseqüentemente, suas responsabilidades, já que ela estava expressando justificativa de problemas latentes da sociedade.

Num segundo momento, a líder política volta a promover sua *inclusão* no grande grupo, formado por todos participantes de seu governo e pelo povo que recebeu a identidade social de “honesto”. Por isso, os brasileiros devem entender e não questionar o porquê do quadro político daquele momento.

*A imagem do menino Aylan Kurdi²⁷ de apenas três anos **comoveu todos nós** e deixou um grande desafio para o mundo. **Nós, o Brasil, somos uma nação** que foi formada por povos das mais diversas origens que aqui **vivemos em paz**, mesmo em momentos de dificuldades, de crise, como os que **estamos passando, teremos os nossos braços abertos** para acolher os refugiados.*

Segundo Fairclough (2003), eventos sociais são resultados não só das estruturas linguísticas e dos seus modos de organização e de controle social, mas se portam como efeitos de outras estruturas e práticas sociais em todas suas formas. Com essa natureza, eventos sociais possuem capacidade de influenciar a geração de novos textos, imprimindo seus efeitos sociais.

Assim, ao evocar para seu discurso o evento de refugiados de guerra que deixam seus países em busca de lugar seguro, Dilma Rousseff em “comoveu todos nós” constrói sua imagem de líder humana e preocupada com as questões sociais que afligem o povo e o mundo.

²⁷ A menção que Dilma Rousseff faz nesse momento diz respeito à história de Aylan Kurdi, um menino sírio de três anos que apareceu afogado numa praia da Turquia no dia 2 de setembro de 2015. As fotos em que aparece o seu corpo falecido na costa turca e as de um agente da polícia transportando seu cadáver tiveram grande repercussão mundial. Tal evento suscitou inúmeras manifestações e debates sobre a problemática dos refugiados de guerra.

No mesmo instante, por estar representada com os brasileiros num mesmo grupo, ela mobiliza o entendimento de que cada participante deve ser tolerante, aceitar sua atuação enquanto governo e ser um cooperador para mudar essa realidade, como se vê em (*[...]de crise, como os que estamos passando, teremos os nossos braços abertos para acolher...*).

Tal construção pauta-se por aquilo que Charaudeau (2015) propõe: “[...] o discurso político é, por excelência, o lugar de um jogo de máscaras. Toda palavra pronunciada no campo político deve ser tomada ao mesmo tempo pelo que ela diz e não diz”.

As dificuldades, insisto, são nossas e são superáveis. O que eu quero dizer com toda franqueza é que estamos enfrentando os desafios, estas dificuldades e que vamos fazer essa travessia. Se cometermos erros, e isso é possível, vamos superá-los e seguir em frente. Quero dizer a vocês alguns remédios para essa situação, é verdade são amargos, mas são indispensáveis.

*As medidas que **estamos adotando** são necessárias para botar a casa em ordem, reduzir a inflação, por exemplo, **nos fortalecer** diante do mundo e conduzir, o mais breve possível, o Brasil à retomada do crescimento. **Podemos e queremos ser exemplo para o mundo**, exemplo de crescimento econômico e valorização das pessoas.*

Nesses dois fragmentos, por um lado, a representação da presidenta é por *individualização* apenas para expressar que ela é a atriz política dotada de sinceridade e de caráter, a qual possui visão e aptidão para relatar fielmente a realidade e os possíveis progressos que pode vir a ocorrer.

Assim, é estabelecido vínculo de confiança e submissão, conforme aponta Charaudeau (2015), o sujeito-alvo ocupa posição de dominado e o sujeito de autoridade uma colocação de dominante, o que leva os dois à relação de poder. Têm-se, com isso, relações de força estabelecidas entre os sujeitos por meio da linguagem, o que promove formação do vínculo social.

Dilma representa-se, na maior parte, por *assimilação por coletivização*, com propósito de desviar sua imagem de única responsável pelo contexto de crise que alcança todas as instâncias da vida social dos brasileiros. Mesmo quando afirma que proporá soluções, ela continua com igual modo representacional, tanto para desviar a culpa e a cobrança de soluções por parte da população, quanto para transportar os demais sujeitos para sua prática governamental.

A representação como **agente** encarnada na figura de salvadora (*[...] O que eu quero dizer com toda franqueza é que estamos enfrentando os desafios, estas dificuldades e que*

vamos fazer essa travessia. [...] **Quero dizer a vocês alguns remédios para essa situação, é verdade são amargos, mas são indispensáveis.**), implica demonstrar qualidades dos tipos sinceridade, domínio e aptidão, para que seu papel social alcance significância e sua representação cause os efeitos esperados.

A respeito disso, Charaudeau (2015, p. 16) afirma que o ato de linguagem do sujeito origina-se pelo *princípio da alteridade* – sem existência do outro, não há consciência de si. Em meio a essa relação, o sujeito não para de transportar o outro para si, conforme *princípio da influência*, para que, dessa forma, esse outro pense, fale ou aja conforme propósitos daquele.

O esforço de todos nós é que vai nos levar a superar esse momento. Eu sei disso. Também sei que a união em torno dos interesses de nosso país e de nosso povo é a força capaz de nos conduzir nessa travessia. Devemos nessa hora estar acima das diferenças menores, colocando em segundo plano os interesses individuais ou partidários.

A chefe de Estado prossegue sua representação, como participante do grupo composto por todos outros grupos sociais, por estar diante de cenário repleto de conflitos e oposições, o qual requer posicionamentos efetivos referentes seu papel social. Ela *individualiza-se* apenas para reafirmar sua presença e seu papel social como liderança.

Ao dividir, pelo menos no campo do imaginário, a função de governo com o povo, como em “[...] O esforço de **todos nós** é que vai nos levar a superar esse momento.” e “[...] **Devemos** nessa hora estar acima das diferenças menores”, Dilma anseia construir com essa representação aquilo que Charaudeau (2015) assinala como *sistema de pensamento*, o qual é efeito de ação discursiva que visa alicerçar um ideal político baseado em determinados princípios que se portam como norteadores para a constituição de opiniões e posicionamentos, e, assim, originam-se as filiações ideológicas.

Me sinto preparada para conduzir o Brasil no caminho de um novo ciclo de crescimento, ampliando as oportunidades para o nosso povo subir na vida com mais e melhores empregos. Nós queremos o país com a inflação sobre controle, juros decrescentes, renda e salários em alta. [...] Eu posso garantir a vocês que nenhuma dificuldade me fará abrir mão da alma e do caráter do meu governo. A alma e o caráter do meu governo é assegurar neste país de grande diversidade oportunidades iguais para nossa população, sem recuos, sem retrocessos.

Nos trechos “[...] me sinto preparada...” “[...] Eu posso garantir a vocês...” “[...] me fará abrir mão da alma...”, a atriz social *individualiza-se* somente para construir imagem de

controle, de força e de quem sabe para onde está conduzindo a nação. Assim, sua imagem pode ser concebida como porto seguro e, também, como figura salvadora.

Outro possível entendimento que apresento é que essas construções representacionais da presidenta esboçam uma estratégia recorrente: por meio da *assimilação por coletivização*, reforçado pelo uso do “nós”, Dilma torna-se parte do povo brasileiro a tal ponto que ela personifica o sentir e o querer do povo. Nesse sentido, ela e a população possuem os mesmos anseios e sonhos.

Uma concepção que esboça o motivo da representação predominante da presidenta ora como sujeito ora como pertencente ao grupo da população, assim como exemplificado nesse excerto, está descrita nas palavras de Moscovici (2013), que declara que representações sociais constituem-se racionais, não pelo seu viés social, mas porque são coletivas. E é no espaço das tensões entre o individual e social que os sujeitos constroem suas representações.

Relata Minayo (2013, p. 90) que representações sociais têm núcleos positivos de mudança e de resistência na forma de compreender a realidade. Por isso, devem ser analisadas criticamente, pois elas expressam situações reais da vida. “Na verdade, a realidade vivida é também representada e através dela os atores sociais se movem, constroem sua vida e explicam-na mediante seu estoque de conhecimentos.”

Baseado nessa concepção, percebo que a atriz social Dilma Rousseff possui determinada leitura da realidade sociopolítica brasileira e, a partir disso, ela constrói um papel de *agente* ativo e capaz para a condução da nação, o que é ratificado pelas declarações: “[...] *Me sinto preparada para conduzir o Brasil...*” e “[...] *Eu posso garantir a vocês...*”.

Todavia, há certa variação no grau de certeza que a presidenta possui sobre seu preparo, o que expressa a noção de que, em relação à resolução de determinadas questões ela está apta para resolver ([...] ***Eu posso garantir a vocês que nenhuma dificuldade me fará abrir mão da alma e do caráter do meu governo...***); porém, em relação à outras, ela ainda está em fase de preparação ([...] ***Me sinto preparada para conduzir o Brasil no caminho de um novo ciclo de crescimento...***).

Nesse ponto, é importante observar o sentido estabelecido pelas formas “*posso garantir*”, que expressa total certeza, em oposição à forma “*Me sinto*”, que não apresenta a mesma força enunciativa: “sentir-se preparada” não necessariamente significa “estar preparada”.

Ela utiliza seu estoque de conhecimentos para construir representação que transmita imagem de controle e de discernimento, mobilizando a noção de figura salvadora, como em “[...] *A alma e o caráter do meu governo é assegurar neste país...*”.

*Nós fomos capazes de tirar milhões de pessoas da miséria e elevar outros milhões aos padrões de consumo das classes médias. **Vamos voltar a crescer** para avançar ainda mais nesse caminho, construindo um Brasil de trabalhadores e empreendedores [...] **mas sabemos ainda falta muito para fazer** e por isso **precisamos voltar a crescer**. Crescer para levar, por exemplo, a educação de qualidade para **todo nosso povo da creche à pós-graduação**.*

A presidenta traz para sua representação, no modo *assimilação por coletivização*, não apenas a presença dos cidadãos, mas também a imagem de seu antecessor e todo seu projeto de governo ([...] *Nós fomos capazes de tirar milhões de pessoas da miséria e elevar outros milhões aos padrões de consumo das classes médias...*). Dilma faz essa referência porque acredita que as conquistas obtidas pelo governo anterior, o qual é seu aliado, poderão fortalecer sua representação como governo federal.

Segundo Charaudeau (2015), um dos modos de formação do discurso político é o *ato de comunicação*, o qual diz respeito mais aos atores sociais que estão na encenação da comunicação política, cujo propósito está no convencimento das opiniões com objetivo de obter aprovações, rejeições ou consensos.

Para isso, opera-se a sedução, ou seja, os sujeitos são persuadidos a aceitar e a acreditar em determinada construção de sentido defendido pelo político, assim como se deu no discurso de Dilma Rousseff. Como ela faz parte da população, busca transmitir a noção de que o governo sabe bem as reais necessidades população e, devido a isso, executará tudo que é possível para promover o bem comum. Como exemplo, foi mencionada questão da educação, já que é senso comum que político “bom” é aquele que se preocupa com educação.

*É neste dia que **honramos os heróis** da independência, que **homenageamos todos os brasileiros que lutaram e deram suas vidas para que nosso país ficasse sempre livre da opressão**. É neste dia que **reafirmamos aquilo que uma nação ou um povo tem de melhor, a capacidade de lutar e a capacidade de conviver com a diversidade**. [...] *sobretudo, firme na defesa da maior conquista alcançada e pela qual **devemos zelar permanentemente**, a democracia e a adoção do voto popular como método único e legítimo de eleger **nossos governantes e representantes**.**

Todavia discursar para toda uma nação, tratando de temas que carecem de extremos cuidados, envolve procedimentos complexos. Por isso, Dilma construiu sua representação não apenas baseada na força de um evento importante para o Brasil, mas de um evento que gerou a criação de uma estrutura social política, a República,

a qual possibilita que ela atue como líder política da nação que luta, nos dias atuais, para que novamente o povo fique livre das adversidades (*[...]É neste dia que **honramos os heróis** da independência, que **homenageamos todos** os brasileiros que lutaram e deram suas vidas para que **nosso país** ficasse sempre livre da opressão.*).

A respeito disso, Fairclough (2003, p. 29) pontua que estruturas consistem em entidades abstratas, assim como uma estrutura econômica ou política, uma classe social. Assim, estruturas sociais configuram-se como forma potencial, como junção de possibilidades. É, graças a isso, que ela está ali, como representante eleita, “convocando” a todos para portarem-se como aqueles que um dia lutaram e possibilitaram a mudança de realidade do Brasil (*[...]É neste dia que **reafirmamos aquilo que uma nação ou um povo tem de melhor**, a capacidade de lutar e a capacidade de conviver com a diversidade.*).

*A independência, queridos brasileiros e brasileiras, acontece todos os dias no país, nas **nossas casas**, nas **nossas famílias**, dentro de cada um de nós. É a força de **nossa autoestima** como povo, e a certeza que os brasileiros são aquilo que o Brasil tem de melhor, com o **nosso trabalho**, com a **nossa união**, com o **nosso esforço** para manter nossas famílias, criar **nossos filhos e netos** e com a alegria que **passamos pelos bons momentos** e com a coragem com que **enfrentamos os momentos ruins**.
Somos todos lutadores pela independência do Brasil. Hoje, mais do que nunca, **somos todos Brasil**.*

A presidenta encerra esse discurso sem mais *individualizar-se*, não há mais um ‘eu’, apenas “nós” (*[...] **nossas casas**, nas **nossas famílias**, dentro de cada um de nós. É a força de **nossa autoestima** como povo...*). Nesse momento, ela está representada, pela *assimilação por coletivização*, como parte indissociável do povo, eles são um, por meio da mobilização da noção de unidade. Com isso, houve expansão de uma das suas principais estratégias: o pessoal foi apagado pelo coletivo que assume papel central no discurso. Assim, há um caminho aberto para que suas ideias e suas propostas sejam aceitas e disseminadas como um bem-comum.

A chefe de Estado, constantemente, trabalha para gerar no povo o sentimento de que ela pertence a ele e, com isso, visa tocar-lhe as emoções e transmitir a noção de onisciência, ou seja, ela é um membro tão íntima que conhece cada necessidade e desejo da população. Esse processo confirma-se pelo uso dos termos representacionais: “**nossas casas**”, “**nas nossas famílias**” e “**nossos filhos e netos**”.

Com base no fortalecimento e na exaltação da identidade nacional, foi estabelecida única identidade social para os brasileiros, consolidando, assim, a ideia

de força, de capacidade e de conquista, mesmo diante de um contexto de crise em todas as instâncias sociais ([...] e com a alegria que *passamos pelos bons momentos* e com a coragem com que *enfrentamos os momentos ruins*.

Somos todos lutadores pela independência do Brasil. Hoje, mais do que nunca, somos todos Brasil.)

A motivação para tal formação representacional ampara-se no que Guareschi e Jovchelovitch (2013, p. 19) asseveram:

[...] quando sujeitos sociais empenham-se em entender e dar sentido ao mundo, eles também o fazem com emoção, com sentimento e com paixão. [...] Tanto a cognição como os afetos que estão presentes nas representações sociais encontram a sua base na realidade social.

Utilizando como bases a emoção, os sentimentos de coragem e de certeza e, em certa medida, a paixão, Dilma Rousseff construiu um de seus modos representacionais mais expressivos do ano de 2015. Essa representação social nasceu por meio de um discurso oficial produzido sob forte influência do evento social, Dia da Independência, e da cobrança extrema da sociedade por posicionamento e medidas efetivas da presidenta em relação ao contexto de crise já latente naquele momento.

Por isso, podemos ver a presidenta mobilizando, discursivamente, várias estratégias que visaram tocar e persuadir seu público a respeito de sua imagem como membro ativa e compadecedora do grande grupo de brasileiros e, por outro lado, como a “heróina” que conduzirá todos às conquistas de melhorias permanentes.

A seguir, examinarei o modo representacional da governante federal a partir do terceiro e último discurso oficial selecionado para este estudo.

Discurso III

Esse discurso da presidenta foi realizado durante a 3^o Conferência Nacional da Juventude²⁸, em dezembro de 2015. Esse evento ocorre anualmente no Brasil, como parte de um processo de debate sobre o que a juventude deseja. Constitui-se como espaço para discutir, reivindicar e propor ações para os poderes públicos, mas

²⁸ Fonte: disponível em: <www.juventude.gov.br/conferencia>. Acesso em: 4 jun. de 2016.

também para estabelecer instrumentos de monitoramento e ação entre as redes de organizações, com foco no controle social das políticas públicas de juventude.

Esse período apresentou-se mais adverso que o do segundo discurso analisado nesta pesquisa, pois já estava em curso, na Câmara Federal dos Deputados, tramitação do processo que pedia o afastamento de Dilma Rousseff do seu cargo de governante. Desse modo, ela necessitou fortalecer sua imagem individual, usando, para isso, a assimilação por coletivização.

Eu quero começar dando um abraço a cada uma das delegadas aqui presentes. Cumprimentando as mulheres jovens e nós, mulheres não tão jovens, mas ainda jovens. E cumprimentando também os delegados.

Como esse evento discursivo será usado, também, como arma de defesa, Dilma inicia sua representação por *individualização* destacando e consolidando sua imagem e sua identidade pessoal de mulher experiente ([...] *Cumprimentando as mulheres jovens e nós, mulheres não tão jovens, mas ainda jovens...*). É interessante notar que, nesse contexto, a presidenta atribuiu posição secundária aos homens que são mencionados apenas no final da saudação ([...] *E cumprimentando também os delegados.*) como forma de luta contra-hegemônica.

No fragmento “[...] *nós, mulheres não tão jovens, mas ainda jovens.*”, há um paradoxo: por um lado, Dilma anseia representar-se como mulher experiente, que possui bagagem de conhecimento; mas, por outro lado, destaca que ainda se sente jovem, principalmente, para por em prática seu plano de governo e de defesa.

Essa ação respalda-se no exposto por Charaudeau (2015, p. 42-43) a respeito do discurso político: “Ele é, ao mesmo tempo, lugar de engajamento do sujeito, de justificação de seu posicionamento e de influência do outro, cuja encenação varia segundo circunstâncias de comunicação [...]”.

Nós não vamos ter um Brasil justo, um Brasil justo, um Brasil desenvolvido, se a gente não tiver a inclusão da nossa juventude. Nós vamos ter de considerar que a juventude desse País é aquilo que o País tem de mais valioso, porque é seu presente e seu futuro. Daí porque para nós, do governo, sempre é um momento especial as conferências. Nós sabemos que há muitas formas de mudar o Brasil. Nós podemos mudar o Brasil garantindo educação de qualidade para todos e criando oportunidades de trabalho decente para que todos os jovens deste País construam uma vida profissional digna.

O modo representacional *assimilação por coletivização*, aqui, tem duas faces. A presidenta insere-se no grupo formado pela população, e, juntos, eles devem

conceber que a juventude, a qual é a força de trabalho jovem da sociedade e a maior parcela que compõem as manifestações populares, é o bem de maior valor ([...] **Nós vamos ter de considerar** que a juventude desse País é aquilo que o País tem de mais valioso, porque é seu presente e seu futuro.).

Por conhecer essa verdade, ela destaca outra face do “nós” ([...]Daí porque para **nós, do governo**, sempre é um momento especial as conferências. **Nós sabemos** que há muitas formas de mudar o Brasil.). Agora, referindo-se à equipe de governo, o qual propiciará que os jovens precisam: educação e trabalho.

Sobre essa atitude, relembro as palavras de Charaudeau (2015, p. 16):

A política é um campo de batalha em que se trava uma guerra simbólica para estabelecer relações de dominação ou pactos de convenção. Consequentemente, o discurso das ideias se constrói mediante o discurso do poder, o primeiro pertencendo a uma problemática da verdade (dizer o Verdadeiro) e o segundo a uma do verossímil (dizer ao mesmo tempo o Verdadeiro, o Falso e o Possível).

Mas nós vamos mudar o Brasil também implantando uma política de segurança que respeite os direitos dos cidadãos. [...] Portanto, que desenvolva uma sociedade a favor da diversidade e, nesse mundo que nós vivemos, com tanta intolerância, nós temos de pregar a tolerância e a paz.

Mais do que nunca, devido ao panorama de instabilidade e de descrença no qual seu governo está inserido, a presidenta precisa fortalecer sua imagem, ao posicionar-se, com firmeza sobre ações que atendem não apenas a toda população, mas aos fragilizados e às minorias ([...] Portanto, que desenvolva uma sociedade a favor da diversidade e, **nesse mundo que nós vivemos, com tanta intolerância, nós temos de pregar a tolerância e a paz.**).

Com isso, sua representação de governante “humana” é evidenciada e legitimada, por meio da operação da persuasão que, de acordo com Charaudeau (2015), está ligada aos sentimentos, ao afeto, ela origina-se sobre mobilizações emocionais e está voltada para o auditório.

Nós vamos mudar o Brasil democratizando o acesso ao conhecimento e à informação. Reconhecendo nas redes sociais um espaço de liberdade. Defendendo também uma luta consistente por mais direitos, inclusive o direito de resposta.

Nesse excerto, a chefe de Estado promove a representação de um grande grupo composto por ela, pelos brasileiros e pelos membros de sua equipe,

fragmentando, assim, a responsabilidade de sua gestão ([...] *Nós vamos mudar o Brasil democratizando o acesso ao conhecimento e à informação.*).

No entanto, essa fragmentação não deve ser vista como estratégia de enfraquecimento de Dilma ou de seu governo. Paradoxalmente, ao dividir responsabilidades, ela se empodera, se fortalece, pois divide com a sociedade o bônus e o ônus de seu mandato.

Ela fortalece sua imagem ao demonstrar que é líder atenta às reivindicações da população, estabelecendo e confirmando que as mídias digitais têm-se tornado o novo cenário das interações, principalmente no que tange à aferição do nível de adesão e de satisfação do eleitorado ([...] Reconhecendo nas redes sociais um espaço de liberdade. Defendendo também uma luta consistente por mais direitos, inclusive o direito de resposta).

As construções elaboradas pela presidenta: “[...] *nós vamos mudar o Brasil...*”, “[...] *...nós temos de pregar a tolerância e a paz.*”, “[...] *Nós também não vamos mudar*”, “[...] *Não mudaremos o Brasil reduzindo*” e “[...] *Não mudaremos o Brasil ignorando*” são elucidadas no entendimento de Charaudeau (2015) sobre a questão da imagem do político. O autor afirma que o político está em dupla posição: por um lado, tem de convencer todos da importância de seu projeto de político e, por outro, deve angariar ou convencer o maior número de adeptos aos seus valores.

O político deve constituir para si dupla identidade discursiva, a qual é esboçada pela relação **Eu - Nós**, uma identidade do singular-coletivo. Assim, ele materializa a voz de todos em sua voz, ao mesmo tempo que interage com todos como sendo o porta-voz de um *Terceiro* (junção do eu e do nós), proclamador de um ideal social. Essa relação converge para construção de um corpo social abstrato, o *Nós*, portando-se como um guia.

Essa concepção caracteriza o principal modo representacional construído pela presidenta por meio de seus discursos oficiais, conforme a análise efetuada nesta investigação. Um dos resultados dessa ação é o desvio da atenção da população em relação à representação individual de Dilma Rousseff como governante federal

Nós vamos mudar o Brasil ampliando a participação direta da juventude, e de suas entidades, na representação de seus interesses, [...]. Nós vamos mudar o Brasil fortalecendo a sua democracia, [...]. Não mudaremos o Brasil fechando escolas, isso é certo. [...] Nós também não vamos mudar o Brasil reprimindo movimentos pacíficos com forças policiais. [...] Não mudaremos o Brasil ignorando a epidemia de violência contra a juventude, em especial a juventude negra. [...] Nós também não mudaremos o Brasil legislando contra a diversidade das famílias [...]. Não

mudaremos o Brasil reduzindo direitos conquistados pelas parcelas historicamente excluídas de nosso povo, [...].
 Para mudar o Brasil ***nós temos de garantir*** o respeito ao voto popular direto e respeitar o resultado de eleições. [...]

Para Minayo (2013, p. 92), como já expresse anteriormente, as palavras são constituídas a partir de redes de fios ideológicos, elas são espaços nos quais são confrontados diferentes interesses e, ao mesmo tempo, medeiam e recebem os efeitos das lutas. Dessa forma, há relação dialética com a realidade, todavia “[...] não são a realidade, mas uma fresta iluminada: representam!”.

Com base nisso, percebo o propósito da ação representacional da presidenta da república na passagem do discurso acima: compartilhar e reproduzir os ideais e as funções de seu papel social com o grupo nação brasileira.

Com propósito de persuadir e de convencer os cidadãos brasileiros sobre a importância de seu projeto e sua atuação política, nos excertos do discurso em exame, é notório que Dilma construiu um pensamento de oposição, uma representação com dupla face, por meio da repetição dos termos “*vamos mudar*” e “*não vamos mudar*”.

Assim, na primeira face, “*vamos mudar*”, como protagonista das ações de melhorias, suas palavras constroem um agente de mudança coletivo, um ator composto pela união de todos os brasileiros, dessa forma, ela projeta esse ser para atuar diante das questões problemáticas daquele contexto.

Na outra face, “*não vamos mudar*”, a representação realizada pela presidenta tem o propósito de ser agente regulador das ações da primeira, a de agente coletivo de mudança, e de atuar para moldar a identidade coletiva do povo, estabelecendo o que não se pode fazer. Esse processo pode ser visto por meio dos trechos: “[...] ***Nós também não vamos mudar*** o Brasil reprimindo...”, “[...] ***Não mudaremos o Brasil reduzindo*** direitos conquistados...” e “[...] ***Não mudaremos o Brasil ignorando***”.

Eu falo de democracia aqui porque está em curso uma batalha, uma luta que ditará os rumos de nosso País por muito tempo. ***Em minha juventude eu vivi e lutei contra o pesadelo decorrente do desrespeito à democracia. Eu e muitos outros da minha geração, brasileiros e latino-americanos, [...] sabemos ao que leva os pequenos passos, que depois se transformam em grandes passos e depois, ainda, em pesadelos, quando a ditadura se instala.[...] lutarei contra a interrupção ilegítima de meu mandato. Por quê? E isso por dois motivos, pelo menos dois. Primeiro, porque eu acredito e prezo a democracia. E, segundo, porque eu tenho um compromisso de continuar mudando o Brasil.***

A fim de fortalecer sua representação de líder política, Dilma demonstra ato de defesa em relação ao processo de seu possível afastamento. Assim, como Charaudeau (2015) exprime, há dramatização do discurso, com o qual emoções expressam representações sociais, construídas pela união de julgamentos, de opiniões e de apreciações, as quais podem propiciar sensações ou comportamentos e, desse modo, serem instrumentos para seduzir, ameaçar, aterrorizar e, finalmente, arrebatá-lo o interlocutor ou o público. É um desmembramento da persuasão, mas, agora, com recurso de dimensões do discurso que apela aos sentimentos e aos afetos.

Dessa forma, a atriz social deixou de representar-se coletivamente para representar-se como mulher lutadora e vítima e, concomitantemente, apresenta-se como heroína brasileira, a qual, novamente, alcançará vitórias nas batalhas, principalmente aquelas ligadas à sua pátria (*[...] Eu falo de democracia aqui porque está em curso uma batalha, uma luta que ditará os rumos de nosso País por muito tempo. Em minha juventude eu vivi e lutei contra o pesadelo decorrente do desrespeito à democracia. Eu e muitos outros da minha geração... [...] lutarei contra a interrupção ilegítima de meu mandato.*).

Nesse sentido, Fairclough (2001, p. 91) dispõe que existem três características da ação constitutiva do discurso: ele está envolvido intrinsecamente na composição dos sujeitos e nos tipos de “eu”, na construção das posições e identidades sociais; na formação das relações sociais entre os indivíduos; e na produção de sistemas de conhecimento e de crença.

Imergindo nessa compreensão, verifica-se que o discurso da atriz social Dilma foi o meio pelo qual ela compôs a significação de seu eu, gerando para si uma representação de protagonista no cenário político, incorporando papel principal na cena da democracia. A presidenta promove associação de fragmentos identitários em todos os níveis: pessoal (*[...] Em minha juventude eu vivi e lutei...*), social (*[...] Eu e muitos outros da minha geração, brasileiros e latino-americanos, [...] sabemos ao que leva os pequenos passos....*) e político (*[...] Primeiro, porque eu acredito e prezo a democracia. E, segundo, porque eu tenho um compromisso de continuar mudando o Brasil.*).

Realizado esse processo, graças às propriedades do discurso, o segundo momento constitui-se, por meio da representação de seu papel de protagonista da vida social dos brasileiros, em manter relações sociais com os demais atores. Com isso, ela atua fomentando e disseminando, por meio de sua prática, seus sistemas de crença e de conhecimento da realidade, a fim de que seus interesses ideológicos sejam cumpridos.

***Eu assinei** decretos de mudanças na alocação de recursos quando esses recursos sobravam e, portanto, podiam ser deslocados para outras atividades [...]. Alegam que **o governo** deve ser trocado porque o País passa por uma crise política.*

Nesse fragmento, inevitavelmente a chefe de Estado tem de representar-se em primeira pessoa, por *individualização*, já que são assinaturas dela que se encontram nos decretos. E são essas assinaturas em decretos o principal elemento usado para seus opositores para justificar o pedido de afastamento da presidenta.

Esse fato chama à atenção para outro aspecto recorrente nesse discurso: o uso da primeira pessoa do singular *eu*. Tal estratégia revela que a chefe de Estado representa-se por *individualização* quando está inserida em determinadas situações de conflito e deseja consolidar, junto à população, aspectos de seu caráter que ela julga relevante para sua prática de governança. Dessa maneira, ela esboça a imagem de vítima (*[...] Eu falo de democracia aqui porque está em curso uma batalha...*), de lutadora (*[...] eu vivi e lutei...*) e de líder ideal (*[...] eu sou honesta...* e *[...] Eu assinei decretos de mudanças...*) entre outras.

Porém, em “*o governo deve ser trocado*”, Dilma logo volta a representar-se por meio de *assimilação por coletivização* com o uso da 3ª pessoa, a fim de despertar, nos espectadores, o sentimento de perda daquilo de bom que foi conquistado graças ao seu governo.

*Repito: os que buscam atalhos para o poder não querem derrubar apenas uma mulher, querem derrubar um projeto. [...] Por isso, sabem que têm de usar de artifícios, porque não conseguirão nada atacando **minha biografia**, que é conhecida. **Sou uma mulher que lutou, amo meu País e eu sou honesta.** [...] Na verdade, querem impedir a sobrevivência desse projeto de País que estamos construindo desde 2003. Afinal, as escolhas políticas **que fizemos**, ao longo de toda essa trajetória, **nos permitiram** sair do mapa da fome e superar a extrema pobreza.*

Por um lado, a atuação da presidenta prossegue utilizando a estratégia de representar-se, por *individualização*, como mulher (agente) sofredora, guerreira e honesta, com propósito de consolidar sua imagem de governante apta para o enfrentamento das crises (*[...] Por isso, sabem que têm de usar de artifícios, porque não conseguirão nada atacando **minha biografia**, que é conhecida. **Sou uma mulher que lutou, amo meu País e eu sou honesta.***).

Por outro lado, ela representa-se como projeto de governo, incluindo a presença de seu antecessor a fim de fortalecer sua representação presidencial, já

que ela foi responsável por dar prosseguimento às ações que modificaram as situações de desigualdades e de pobreza (*[...] Na verdade, querem impedir a sobrevivência desse projeto de País que estamos construindo desde 2003. Afinal, as escolhas políticas **que fizemos**, ao longo de toda essa trajetória, **nos permitiram** sair do mapa da fome e superar a extrema pobreza.*).

Essa representação atua persuadindo os cidadãos para compreenderem uma *razão suprema* pela qual a chefe de Estado não pode ser afastada, conforme Charaudeau (2015) expõe. Assim, tal formação encontra apoio por promover a salvação daquilo que é identidade do povo, indo ao encontro da opinião pública e do anseio dos cidadãos.

A governante projeta sua identidade pessoal para construir a representação de seu papel político (*[...] **sou uma mulher que lutou, amo meu País e eu sou honesta...***), pautada no entendimento de que, mesmo sendo mulher e sofrendo as implicações que isso causou num contexto sexista e ditatorial, ela foi e, ainda, está apta para continuar exercendo protagonismo no cenário sociopolítico brasileiro.

Acredito que vivemos um momento em que nós estamos lutando para não retroceder e, ao mesmo tempo, por mais direitos.

Convido vocês a lutarmos juntos na defesa da democracia, da legitimidade do voto popular e do respeito às regras do Estado democrático.

A imagem de *agente* já foi consolidada e é, por isso, que, encarnada na figura de líder, a presidenta convoca a todos seus liderados (os brasileiros) para atuarem como guerreiros, assim como ela tem se posicionado diante das adversidades e em prol da defesa da democracia, idealizada como um “bem comum” que deve ser preservado (*[...] **Convido** vocês a lutarmos juntos na defesa da democracia, da legitimidade do voto popular e do respeito às regras do Estado democrático.*).

Novamente, fundamentado em Fairclough (2003), nota-se a ação discursiva para compor as representações, as quais são componentes das práticas sociais, pois se exprimem como representações do mundo material, de outras práticas sociais e como representações próprias reflexivas da prática em cena.

Eu sei o que há de um saudável idealismo na alma, na imaginação e na vida dos jovens do Brasil. Eu olho para vocês e lembro também da minha geração, que viveu em outras circunstâncias a sua juventude. E acredito que hoje a nossa democracia tem um valor imenso que nós devemos preservar, [...].

O discurso político é marcado, notoriamente, pela persuasão e pela sedução, ações engendradas na representação social, assim como é demonstrada pela presidenta nessa passagem de seu discurso: “[...] *Eu sei o que há de um saudável idealismo na alma, na imaginação e na vida dos jovens do Brasil. Eu olho para vocês e lembro também da minha geração...*”.

São evocados aspectos de suas identidades pessoal e social nos trechos “[...] *Eu olho para vocês e lembro também da minha geração*” e “[...] *E acredito que hoje a nossa democracia tem um valor imenso que nós devemos preservar.*” para formar a imagem, por *individualização*, da governante que é parte da população, por isso a compreende, conhece cada anseio de seus jovens, e, ainda, possui experiência e capacidade para continuar na liderança da nação, já que isso é sinal de que a democracia, conquistada por meio da luta de jovens como os de hoje, não será abalada.

Essa foi a análise do modo como a presidenta da República constituiu sua representação social baseada no discurso a respeito da 3ª Conferência Nacional da Juventude. Vimos que, novamente, ela apropriou-se da força social e da presença dos participantes do evento para tratar e posicionar-se não apenas em relação à temática da conferência, mas também como vítima de um processo de afastamento, como guerreira e defensora do projeto de governo dos brasileiros.

A seguir, será examinado como Dilma Rousseff atuou para promover seu modo basilar de representação social: a inclusão.

4.1.3 Inclusão como recurso para estar em cena

Consoante van Leeuwen (1998), “[...] as representações **incluem** ou **excluem** atores sociais para servir os seus interesses e propósitos em relação aos leitores a quem se dirigem”.

De posse dessa compreensão, verifica-se que a atriz social, Dilma Rousseff, a fim de corresponder às suas intenções e aos seus propósitos, utilizou-se dos modos representacionais **assimilação** e **distribuição de papéis** para gerar **inclusão** de sua imagem (construída com fragmentos de suas identidades pessoal, política e social) nas relações entre demais atores sociais e para auxiliá-la no exercício de sua prática política. Assim, essa forma de representação constituiu-se como categoria de representação mais recorrente nos três discursos analisados neste capítulo.

4.1.4 *Ethos* presidencial: as imagens que emergem do discurso político

Nesse momento da pesquisa, analisarei como a presidenta Dilma Rousseff construiu imagens de si por meio de seus três discursos oficiais que compõem o *corpus* deste estudo.

Com esse propósito, relembro a visão que conduz esse processo:

Todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. Para tanto, não é necessário que o locutor faça seu autorretrato, detalhe suas qualidades nem mesmo que fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma **representação de sua pessoa** (AMOSSY, 2016, p. 9, grifo nosso).

Essas são as palavras que expressam a tese de Amossy (2016) a respeito do *ethos*. Noto inter-relação entre este estudo e a perspectiva da ADC, segundo Fairclough (2001), pois ambos consideram o uso da linguagem (discurso) como meio gerador e reproduzidor das imagens que sujeitos sociais constroem de si mesmos durante suas atuações nas várias práticas. Outro ponto de convergência, que reforça a importância de se abordar o conceito de *ethos* nesta pesquisa, é estabelecido pela Teoria das Representações Sociais, aqui, mais especificamente, com Representação dos Atores Sociais, pois a ação representacional implica, também, a participação e a exposição do *ethos*.

Consoante esses entendimentos, Charaudeau (2016) elabora figuras identitárias pertencentes ao discurso político, as quais estão agrupadas em duas grandes categorias de *ethos*: o de *credibilidade* e o de *identificação*, conforme vimos abordadas no Capítulo 2 deste estudo, na seção 2.3.2.

Sendo assim, constatei que, nos discursos selecionados, com base no quadro das categorias propostas por Charaudeau (2016), algumas formas de construção do *ethos* da chefe de Estado estavam ligadas estritamente com outras formas. Devido a isso, procederei ao exame baseado nas seguintes categorias:

- I. *Ethos* de virtude e de caráter.
- II. *Ethos* de competência, de inteligência e de chefe.
- III. *Ethos* de humanidade e de solidariedade.

4.1.4.1 Eu sou um exemplo... *ethos* de virtude e de caráter

Afirma Charaudeau (2016) que o *ethos de virtude* é essencial ao político, já que ele é representante do povo e deve ser exemplo. Essa construção necessita demonstração de sinceridade e de fidelidade, juntamente com imagem de retidão pessoal. Em relação ao *ethos de caráter*, ele declara que é, também, ligado à força, porém se trata da força de espírito. Realiza-se por meio de inúmeras figuras, como vituperação, provocação, polêmica, advertência, coragem, orgulho, firmeza e moderação.

Vejam como isso acontece por meio do discurso da governante Dilma.

[...] Temos compromissos profundos com o futuro do país e vamos continuar cumprindo, de forma inabalável, estes compromissos. D1

Nesse primeiro discurso analisado, podemos ver a presidenta iniciando a formação da imagem de governante eleita pelo povo que não se esquece dos seus compromissos. Aos cidadãos, são transmitidos aspectos importantes do caráter que ela visa construir no entendimento popular: figura de política fiel, cumpridora de seus deveres e de suas promessas independentemente das circunstâncias (*[...] vamos continuar cumprindo, de forma inabalável, estes compromissos.*).

Mas estamos fazendo de forma realista e da maneira mais justa, transparente e equilibrada possível. As medidas estão sendo aplicadas de forma que as pessoas, as empresas e a economia as suportem. Como é preciso ter equidade, cada um tem que fazer a sua parte. Mas de acordo com as suas condições. D1

Seu *ethos de caráter* continua sendo esboçado, a chefe de governo é transparente e íntegra: “...*Mas estamos fazendo de forma realista e da maneira mais justa, transparente e equilibrada possível.*”

Com base em Charaudeau (2015), a imagem de retidão pessoal é projetada para o público: “...*As medidas estão sendo aplicadas de forma que as pessoas, as empresas e a economia as suportem. Como é preciso ter equidade, cada um tem que fazer a sua parte. Mas de acordo com as suas condições.*”

O que eu quero dizer com toda franqueza é que estamos enfrentando os desafios, estas dificuldades e que vamos fazer essa travessia. Se cometermos erros, e isso é possível, vamos superá-los e seguir em frente. D2

Como já foi revelado por meio das análises, um dos principais modos da presidenta representar-se é como participante ativa do grande grupo formado por todos os brasileiros. Assim, as marcas de companheirismo e de fidelidade, provenientes de seu *ethos de virtude*, são difundidas aos cidadãos (*O que eu quero dizer com toda franqueza é que estamos enfrentando os desafios, estas dificuldades e que vamos fazer essa travessia*).

Em minha juventude eu vivi e lutei contra o pesadelo decorrente do desrespeito à democracia. [...] Neste momento, usando todos os instrumentos que o Estado democrático de direito me faculta, lutarei contra a interrupção ilegítima de meu mandato. Por quê? E isso por dois motivos, pelo menos dois. Primeiro, porque eu acredito e prezo a democracia. E, segundo, porque eu tenho um compromisso de continuar mudando o Brasil. D3

Características essenciais do *ethos de caráter* da governante Dilma são expostos: força de espírito e orgulho (*[...] Em minha juventude eu vivi e lutei contra o pesadelo decorrente do desrespeito à democracia. [...] Neste momento, usando todos os instrumentos que o Estado democrático de direito me faculta, lutarei contra a interrupção ilegítima de meu mandato.*); advertência e coragem (*[...] Por quê? E isso por dois motivos, pelo menos dois. Primeiro, porque eu acredito e prezo a democracia. E, segundo, porque eu tenho um compromisso de continuar mudando o Brasil.*).

Com a pontuação dessas virtudes, percebo que a luta da qual a presidenta está participando diz respeito ao seu esforço para promover a resistência de sua representação social.

[...] Por isso, sabem que têm de usar de artifícios, porque não conseguirão nada atacando minha biografia, que é conhecida. Sou uma mulher que lutou, amo meu País e eu sou honesta. [...] Eu olho para vocês e lembro também da minha geração, que viveu em outras circunstâncias a sua juventude. E acredito que hoje a nossa democracia tem um valor imenso que nos devemos preservar, assegurar, ampliar e desenvolver. D3

A presidenta já descreveu que se encontra numa batalha, por isso ela ressalta qualidades de seu *ethos de caráter*, como a equidade e a firmeza a fim de consolidar sua figura de governante legítima e incorruptível (*[...] Por isso, sabem que têm de usar de artifícios, porque não conseguirão nada atacando minha biografia, que é conhecida.*).

Os *ethé de virtude* e de *caráter* produzem a concepção de líder política feminina que soube enfrentar as adversidades do período ditatorial e lutou para o

estabelecimento dos direitos dos cidadãos (*Sou uma mulher que lutou, amo meu País e eu sou honesta. [...] Eu olho para vocês e lembro também da minha geração, que viveu em outras circunstâncias a sua juventude.*)

Com isso, ela visa ganhar adesão da população à sua causa: todos devem lutar contra o pedido de *impeachment*, porque isso configura a preservação do bem-estar e do equilíbrio social.

Essas foram as características mais acentuadas que delinearão o *ethos* de caráter e o *ethos* de virtude da chefe de Estado brasileiro, os quais ela formou na perspectiva de cooperar para o convencimento da população de representação como governante legítima, honesta, lutadora do bem social e corajosa. A seguir, veremos como o *ethos* de chefe de Estado foi construído e fortalecido nos discursos da presidenta.

4.1.4.2 Eu sou líder sábia e habilidosa... *ethos* de competência e *ethos* de inteligência = *ethos* de chefe

Segundo Charaudeau (2015), o *ethos* de competência requer de seu possuidor, simultaneamente, saber e habilidade. Ele precisa conhecer bem o campo de sua atividade, e demonstrar que possui poder e experiência suficientes para alcançar seus objetivos, obtendo resultados positivos. No que diz respeito ao *ethos* de inteligência, este induz os indivíduos a admirarem e a respeitarem o político que demonstra ser 'inteligente'. Dessa forma, ele consegue aceitação.

Fundamentado nesses pressupostos sobre a formação do *ethos* do ator político, notei que a presidenta da República, para constituir sua imagem de chefe de governo, mobilizava, conjuntamente, a criação de uma imagem de líder inteligente, capacitada e habilidosa no que diz respeito à gestão da vida sociopolítica dos brasileiros.

Por isso, analisarei, nos excertos abaixo, a realização do *ethos* de chefe em consonância com os alicerces fornecidos pelos *ethé* de competência e de inteligência.

[...] Por isso, eu peço que você - e sua família - me ouçam com atenção. Tenho informações e reflexões importantes que se compartilhadas vão ajudá-los a entender melhor o momento que passamos. E a renovar a fé e a esperança no Brasil! É uma boa hora para que eu tenha uma conversa, mais calma e mais íntima, com cada família brasileira [...]. D1

Tanto o *ethos* de *competência* como o *ethos* de *inteligência* começam a ser exibidos, por meio deles, Dilma Rousseff é concebida como líder política que possui o verdadeiro entendimento e, conseqüentemente, sabe oferecer as respostas necessárias sobre a situação de crise que afligia os brasileiros naquele momento ([...] *Por isso, eu peço que você - e sua família - me ouçam com atenção. Tenho informações e reflexões importantes que se compartilhadas vão ajudá-los a entender melhor o momento que passamos.*).

A figura de chefe de governo, que transmite segurança e certeza, é projetada socialmente a fim de que os cidadãos possam “*renovar a fé e a esperança no Brasil*”.

O *ethos* de *chefe* de Dilma é fortalecido por sua apresentação como comandante que é semelhante aos seus comandados, assim ela ganha aceitação e respeito diante da população (*É uma boa hora para que eu tenha uma conversa, mais calma e mais íntima, com cada família brasileira - [...]*).

[...] As dificuldades que existem - e as medidas que estamos tomando para superá-las - não irão comprometer as suas conquistas. Tampouco irão fazer o Brasil parar ou comprometer nosso futuro. D1

Ela constrói sua imagem de *chefe* que possui controle e sabedoria para oferecer e aplicar as medidas necessárias que possibilitarão a mudança daquele quadro de dificuldades.

*Quero dizer a vocês alguns remédios para essa situação, é verdade são amargos, mas são indispensáveis.
As medidas que estamos adotando são necessárias para botar a casa em ordem, reduzir a inflação, por exemplo, nos fortalecer diante do mundo e conduzir, o mais breve possível, o Brasil à retomada do crescimento.*

A líder de governo expressa seu *ethos* de *inteligência* ao mobilizar a noção de que suas medidas e seus planos de governo devem ser recebidos como remédios que, num primeiro momento, tendem a ser ruins e não aceitos, mas são necessários e, administrados em longo prazo, possuem a capacidade de gerar um quadro de bonança duradouro ([...] *Quero dizer a vocês alguns remédios para essa situação, é verdade são amargos, mas são indispensáveis.*).

Em seguida, ela demonstra seu *ethos* de *chefe competente*: ao dar exemplo do que suas ações governamentais proporcionarão à sociedade ([...] *reduzir a inflação,*

por exemplo, nos fortalecer diante do mundo e conduzir, o mais breve possível, o Brasil à retomada do crescimento.). Essas ações possuem forte apelo social e visam transmitir, mais uma vez, a capacidade de gestão da presidenta.

Me sinto preparada para conduzir o Brasil no caminho de um novo ciclo de crescimento, ampliando as oportunidades para o nosso povo subir na vida com mais e melhores empregos. [...] Eu posso garantir a vocês que nenhuma dificuldade me fará abrir mão da alma e do caráter do meu governo. A alma e o caráter do meu governo é assegurar neste país de grande diversidade oportunidades iguais para nossa população, sem recuos, sem retrocessos. D2

Nesse discurso, o *ethos* de *chefe* da nação brasileira de Dilma é consolidado por meio das características do *ethos* de *inteligência*, como a sabedoria ([...] *Me sinto preparada para conduzir o Brasil no caminho de um novo ciclo de crescimento...*); e do *ethos* de *competência*, como a habilidade e a experiência ([...] *Eu posso garantir a vocês que nenhuma dificuldade me fará abrir mão da alma e do caráter do meu governo. A alma e o caráter do meu governo é assegurar neste país de grande diversidade oportunidades iguais para nossa população, sem recuos, sem retrocessos.*).

Nós sabemos que há muitas formas de mudar o Brasil. Nós podemos mudar o Brasil garantindo educação de qualidade para todos e criando oportunidades de trabalho decente para que todos os jovens deste País [...]. Mas nós vamos mudar o Brasil também implantando uma política de segurança que respeite os direitos dos cidadãos. Nós vamos mudar o Brasil também com ações práticas a favor da sustentabilidade [...]. Nós vamos mudar o Brasil democratizando o acesso ao conhecimento e à informação. Nós vamos mudar o Brasil fortalecendo a sua democracia, impedindo retrocessos e impedindo que atalhos levem este País novamente à situação de instabilidade. D3

Nessa passagem do terceiro discurso da presidenta, podemos notar que, mesmo utilizando uma de suas maiores formas de representação social, assimilação por coletivização, Dilma consegue configurar seu *ethos* de *chefe* ao longo de toda sua representação social naquele evento.

Os traços de sua imagem de inteligência, de capacidade e de experiência construíram uma imagem de líder apta e legítima para operar mudanças e desenvolvimentos na realidade socioeconômica do Brasil (“*Nós sabemos que há muitas formas de mudar o Brasil.*”; “*Nós podemos mudar o Brasil...*”; “*Nós vamos mudar o Brasil fortalecendo...*” etc.)

Quero deixar aqui uma coisa bem clara: eu vou lutar pelo meu mandato porque, só assim, o projeto de nação que nós defendemos terá continuidade. Eu sei que nós precisamos de uma nova

política de segurança pública, de uma reforma política e de uma reforma urbana. Precisamos ainda de muito mais na área de educação do que já conseguimos. Muito mais. D3

De acordo com o pensamento de Charaudeau (2015, p. 15), o *ethos*, tomado como imagem que se relaciona àquele que fala, não se porta como uma peculiaridade só dele, mas é, antes de tudo, da imagem a qual toma posse o interlocutor a partir daquilo que ele expressa. O *ethos* constrói-se pelo cruzamento do “[...] olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê”. Tal construção imagética é baseada em dados preexistentes ao discurso e, também, em dados revelados pelo ato linguístico.

Podemos ver esse quadro conceitual exemplificado no excerto acima. A presidenta, com objetivo de alcançar seus propósitos ideológicos, constrói sua imagem como aquela que carrega o projeto de nação que deve ser assegurado por todos os brasileiros ([...] *Quero deixar aqui uma coisa bem clara: eu vou lutar pelo meu mandato porque, só assim, o projeto de nação que nós defendemos terá continuidade.*[...].) Assim, a imagem constituída nesse processo não se relaciona somente àquilo que Dilma fala, mas também àquilo que os interlocutores tomam posse do que ela expressa.

Dessa maneira, a governante federal constituiu sua imagem de *chefe* destacando suas qualidades de sábia e de habilidosa para a prática presidencial ([...] *Eu sei que nós precisamos de uma nova política de segurança pública, de uma reforma política e de uma reforma urbana. Precisamos ainda de muito mais na área de educação do que já conseguimos. Muito mais.*).

Nesse caminho, a composição do *ethos* envolve processo triangular entre *si*, o *outro* e um *terceiro* ausente. Este possui uma imagem ideal de referência, o *si* busca consolidar essa imagem ideal, e o *outro* se rende à pessoa que lhe dirige por meio dessa mesma concepção de imagem ideal, conforme elucida Charaudeau (2015).

Essa foi a exposição do modo como a presidenta Dilma constituiu seu *ethos* de *chefe* apoiada nos traços de seus *ethé* de *inteligente* e de *competência*.

Na próxima seção, realizarei o exame da última forma de construção imagética da governante federal.

4.1.4.3 Eu sou benevolente... *ethos* de humanidade e de solidariedade

No *ethos* de *humanidade*, é criada a imagem do político “humano”, um ser que possui sentimentos e paixões, além de ter capacidade de expor fraquezas e

gostos. As figuras que atuam nesse *ethos* são: sentimento, confissão e intimidade. Já no *ethos* de *solidariedade*, há constituição da imagem do político como ser que se importa com as necessidades dos outros, compartilhando-as e tornando-se responsável por elas. É marcado pelo sentimento de coletividade e de união (CHARAUDEAU, 2016).

Com isso, passemos à investigação dessas categorias nos trechos abaixo.

Meus queridos brasileiros, e, muito especialmente, minhas queridas brasileiras. Hoje é o Dia Internacional da Mulher. Falar com vocês mulheres - minhas amigas e minhas iguais - é falar com o coração e a alma da nossa grande nação. Ninguém melhor do que uma mãe, uma dona de casa, uma trabalhadora, uma empresária, é capaz de sentir, em profundidade, o momento que um país vive. D1

Uma marca recorrente na construção de imagem de líder política humana de Dilma Rousseff é referir-se à população com chamamentos que imprimem intimidade e afeto ([...] *Meus queridos brasileiros, e, muito especialmente, minhas queridas brasileiras.*). Muitas vezes, conferindo às mulheres posição de primeiro lugar.

Na passagem “[...] *Falar com vocês mulheres - minhas amigas e minhas iguais - é falar com o coração e a alma da nossa grande nação. Ninguém melhor do que uma mãe, uma dona de casa, uma trabalhadora, uma empresária, é capaz de sentir, em profundidade, o momento que um país vive.*”, a presidenta visa estabelecer figura de confiança e de companheirismo, para que seja aberto um caminho no qual suas ideias sejam apresentadas e aceitas, a começar pelas mulheres, já que o discurso é, num primeiro, momento dedicado a elas.

[...] É uma boa hora para que eu tenha uma conversa, mais calma e mais íntima, com cada família brasileira - e faça isso com a alma de uma mulher que ama seu povo, ama seu país e ama sua família. D1

Devido à extrema necessidade de adesão à sua construção ideológica que seria defendido naquele momento, a chefe de governo mobiliza sua imagem expressando amabilidade e sinceridade. Seu *ethos* atua para convencer seus espectadores de seus propósitos.

[...] Tudo isso, eu sei, traz reflexos na sua vida. Você tem todo direito de se irritar e de se preocupar. Mas lhe peço paciência e compreensão porque esta situação é passageira. O Brasil tem todas as condições de vencer estes problemas temporários - e esta vitória será ainda mais rápida se todos nós nos unirmos neste enfrentamento. D1

O *ethos* de *humanidade* concebe a imagem de política “humana”, compadecida, que sente e entende aquilo que seu está passando (*Tudo isso, eu sei, traz reflexos na sua vida. Você tem todo direito de se irritar e de se preocupar. Mas lhe peço paciência e compreensão porque esta situação é passageira*). Nesse caminho, o *ethos* de *solidariedade* visa demonstrar sentimento de união e de responsabilidade pelo bem comum (*O Brasil tem todas as condições de vencer estes problemas temporários – e esta vitória será ainda mais rápida se todos nós nos unirmos neste enfrentamento*.)

[...]Temos que encarar as dificuldades em sua real dimensão e encontrar o melhor caminho de resolvê-las. Pois, se toda vez que enfrentarmos uma dificuldade pensarmos que o mundo está acabando - ou que precisamos começar tudo do zero - só faremos aumentar nossos problemas. Precisamos transformar dificuldades em soluções. Problemas temporários em avanços permanentes. D1

Por meio do *ethos* de *solidariedade*, a presidenta apresenta a figura de conselheira, expressa encorajamento e compartilha, juntamente com todos os brasileiros, a responsabilidade de “*transformar dificuldades em soluções. Problemas temporários em avanços permanentes*.”.

Aproveito o dia de hoje para reiterar a disposição do governo de receber aqueles, que expulsos de suas pátrias, para que queiram vir, viver, trabalhar e contribuir para a prosperidade e a paz do Brasil. As dificuldades, insisto, são nossas e são superáveis. O que eu quero dizer com toda franqueza é que estamos enfrentando os desafios, estas dificuldades e que vamos fazer essa travessia. Se cometermos erros, e isso é possível, vamos superá-los e seguir em frente. D2

A governante federal intensifica sua imagem de política “humana”, dotada de compaixão, como aquela que todos podem confiar e se apoiar, ao ponto que até os estrangeiros podem ser favorecidos pela benevolência de seu governo. (*[...] Aproveito o dia de hoje para reiterar a disposição do governo de receber aqueles, que expulsos de suas pátrias, para que queiram vir, viver, trabalhar e contribuir para a prosperidade e a paz do Brasil*).

A adoção de tal postura da presidenta, num pronunciamento à nação, pode ser vista como uma tentativa de fazer com que a mídia fortaleça sua imagem de líder “humana” e preocupada com a causa dos necessitados.

Outra característica do *ethos* de *humanidade* é ter a capacidade de expor fraquezas e confessar erros com objetivo de criar uma imagem de líder íntegra e justa (*As dificuldades, insisto, são nossas e são superáveis. O que eu quero dizer com toda*

franqueza é que estamos enfrentando os desafios, estas dificuldades e que vamos fazer essa travessia. Se cometermos erros, e isso é possível, vamos superá-los e seguir em frente.)

Com base nessa exposição, temos a análise de como o *ethos* presidencial foi configurado discursivamente após a ação de representação da chefe de governo.

Além disso, nesse primeiro momento das análises, verificamos o modo pelo qual a governante federal construiu, com base nos discursos oficiais, sua representação social. Assim, a representação de Dilma Rousseff é formada pela Inclusão, com base em outros dois modos, a Assimilação e a Distribuição de Papéis. No próximo capítulo, promoverei a discussão desses resultados para uma compreensão mais profunda acerca dos processos de representação e de constituição de imagem social da presidenta durante o ano de 2015.

A seguir, dedicarei à investigação dos modos pelos quais as ideologias atuaram por meio dos discursos da chefe de Estado.

4.3 A Ideologia política: legitimação e convencimento como estratégias para alcançar ordem e progresso

De acordo com Fairclough (2001, p. 94), a prática social se realiza com base em diversas orientações, como: econômica, política, cultural e ideológica. Esta pesquisa está ancorada na investigação da **prática política**, que tem função de instituir, de manter e de modificar as relações de poder e as entidades coletiva com atuação de relações de poder entre si. Porém, o estudo dessa prática envolve, necessariamente, a análise da **prática ideológica**, a qual constrói, naturaliza, sustenta e altera os significados do mundo de diferentes posições nas relações de poder.

Corroborar Chauí (1995) com essa noção, ao afirmar que ideologia apresenta-se como resultado da prática social, que emerge da atividade social dos indivíduos no instante em que eles criam representações para si dessas atividades.

Alicerçado nisso, nesta seção, prossigo para o segundo momento desse processo analítico, o qual se realizará com objetivo de responder à questão:

- b)** quais estratégias ideológicas foram mobilizadas nos discursos oficiais para constituir a representação da líder política?

Para isso, as estratégias ideológicas serão analisadas por meio:

- dos modos de operação da ideologia propostos por Thompson (2009):

I. legitimação

I.II racionalização

II. unificação

II.I simbolização da unidade

- e pelo modo de operação da ideologia sugerido por mim para este estudo:

III. convencimento

4.3.1 A legitimação da personagem presidenta da República para promoção do convencimento social

Declara Fairclough (2001) que o discurso, na forma de **prática política**, tem função de instituir, de manter e de modificar as relações de poder e as entidades coletivas (classes, conjuntos, comunidades, grupos) com atuação de relações de poder entre si. O discurso, no modo de **prática ideológica**, constrói, naturaliza, sustenta e altera os significados do mundo de diferentes posições nas relações de poder.

Assim, observo que há uma relação tão íntima entre essas duas práticas, ao ponto de uma não sobreviver sem a outra. Ainda que uma determinada manifestação ideológica ocorra “fora” da dimensão política, acredito que sua ação, de certo modo, coopera para o desenvolvimento da prática política, ou seja, para a formação de relações de poder e dos agrupamentos sociais.

Nesse sentido, os três discursos da presidenta Dilma Rousseff apresenta intensa manifestação de dois modos de realização da ideologia: a legitimação e o convencimento, os quais serão examinados nesta seção.

Assim como constataremos, a principal estratégia utilizada pela governante federal consiste em legitimar determinada construção ideológica e, em seguida, promover o seu convencimento social, ao ponto de suscitar na população convicção sobre essa construção, eleita como verdadeira e digna de adesão.

Nas palavras de Thompson (2009), a **legitimação** manifesta-se quando relações de dominação são representadas como corretas e dignas de aceitação e de apoio, para que, assim, sejam estabelecidas e sustentadas. Esse modo pode operar por meio da **racionalização**: formas simbólicas são geradas por um sujeito com objetivo de construir cadeia de raciocínio que visa defender, ou comprovar, uma

união de relações ou de instituições sociais; para que uma audiência seja persuadida a acreditar que isso é merecedor de apoio.

Outro conceito que será aplicado, a seguir, foi por mim sugerido a fim de atender às necessidades analíticas oriundos do *corpus* deste trabalho. É o modo de operação da ideologia por **convencimento**.

Por meio dele, sentidos, opiniões ou ideários são mobilizados discursivamente para convencer os sujeitos sociais de que determinado entendimento, visão ou perspectiva são os corretos, os positivos, os melhores para benefício próprio e comum, ao ponto de criar nos sujeitos convicção de seus entendimentos, suas escolhas e seus posicionamentos.

Com o convencimento, acredito que o sujeito que dissemina uma ideologia consegue ir além dos outros modos propostos por Thompson (2009) e alcança uma adesão que extrapola a simples anuência. O convencimento gera um compartilhamento de ideias ao ponto de o sujeito que recebe a ideologia adotá-la como *sua*.

De acordo com essas perspectivas teórico-metodológicas, passo à análise das realizações ideológicas nos discursos oficiais da chefe de Estado.

Discurso I

É uma marca peculiar da presidenta da República dirigir cumprimentos, em primeiro lugar às mulheres, como forma de *legitimar* e de consolidar sua identidade pessoal de mulher que está exercendo o mais alto cargo de poder social da nação brasileira.

Todavia, nesse discurso, por “aparentemente” ser dedicado ao Dia Internacional da Mulher, a governante inicia cumprimentando os brasileiros em geral (*Meus queridos brasileiros, e, muito especialmente, minhas queridas brasileiras*), com objetivo de que todos direcionem suas atenções para o motivo principal daquele evento (*Hoje é o Dia Internacional da Mulher. Falar com vocês mulheres - minhas amigas e minhas iguais - é falar com o coração e a alma da nossa grande nação*).

Nessa passagem, Dilma Rousseff faz uma construção ideológica peculiar. Ela insere-se no grande grupo das mulheres brasileiras, na tentativa de criar vínculo de confiança e de credibilidade ([...] *Falar com vocês mulheres - minhas amigas e minhas*

iguais...) e, em seguida, visa *convencer* a população do papel vital que a mulher possui na regulação da sociedade.

No entanto, assumindo a concepção crítica da ideologia de Thompson (2009), percebo que a presidenta utilizou tal construção para expressar a si mesma, ou seja, para *legitimar* sua imagem de mulher empoderada e líder política que possui a incumbência de ser “...*coração e a alma da nossa grande nação*”.

Na verdade, só depois de legitimar-se e de convencer o povo desse entendimento é que ela estende essa visão para as demais mulheres com vistas de obter adesão.

Meus queridos brasileiros, e, muito especialmente, minhas queridas brasileiras. Hoje é o Dia Internacional da Mulher. Falar com vocês mulheres - minhas amigas e minhas iguais - é falar com o coração e a alma da nossa grande nação. Ninguém melhor do que uma mãe, uma dona de casa, uma trabalhadora, uma empresária, é capaz de sentir, em profundidade, o momento que um país vive. Mas todos sabemos que há um longo caminho entre sentir e entender plenamente. É preciso, sempre, compartilharmos nossa visão dos fatos. Os noticiários são úteis, mas nem sempre são suficientes. Muitas vezes até nos confundem mais do que nos esclarecem. As conversas em casa, e no trabalho, também precisam ser completadas por dados que nem sempre estão ao alcance de todas e de todos.

Esse segundo trecho exemplifica o caminho que o modo ideológico de convencimento percorre até gerar convicção nos sujeitos. Primeiro, Dilma inicia o *convencimento* ressaltando a capacidade do povo brasileiro. Todos são sábios para discernir o que é verdadeiro, de fato, e o que é apenas especulação ([..] *Mas todos sabemos que há um longo caminho entre sentir e entender plenamente...*).

Como é uma das estratégias da governante promover pensamentos e expectativas suas como se fossem algo que emanasse do povo, podemos perceber, nessa passagem, a tentativa que Dilma faz em *convencer* a população de que “todos” estão percorrendo um caminho repleto de dificuldades, no qual é natural que tenham algumas sensações que não condizem com aquilo que só será alcançado ao fim da jornada: um entendimento pleno do porquê da realidade adversa que todos enfrentaram. Porém, isso só será obtido se “todos” percorrerem o caminho até o final.

Ao declarar “[..] *É preciso, sempre, compartilharmos nossa visão dos fatos. Os noticiários são úteis, mas nem sempre são suficientes. Muitas vezes até nos confundem mais do que nos esclarecem.*”, a chefe de governo chega a reconhecer o papel de quarto poder que a imprensa desempenha, já que é por meio dela que, principalmente, a população

informa-se e constrói sua opinião, mas logo ela *legítima* sua imagem de detentora da verdade, daquela que tem o compromisso de ser leal e esclarecer os fatos que podem abalar sua imagem de líder honesta e digna.

Em ([...] *As conversas em casa, e no trabalho, também precisam ser completadas por dados que nem sempre estão ao alcance de todas e de todos.*), Dilma visa convencer os cidadãos de que devem crer, realmente, no que ela compartilha, pois com ela está aquilo que a maioria não vê e ainda não compreende. Assim, ela reforça sua *legitimação por racionalização* de líder que possui entendimento e controle das situações vivenciadas pelo povo, por isso ela pode apontar soluções e melhorias.

Por isso, eu peço que você – e sua família – me ouçam com atenção. Tenho informações e reflexões importantes que se compartilhadas vão ajudá-los a entender melhor o momento que passamos. É a renovar a fé e a esperança no Brasil! É uma boa hora para que eu tenha uma conversa, mais calma e mais íntima, com cada família brasileira - e faça isso com a alma de uma mulher que ama seu povo, ama seu país e ama sua família.

Nesse momento do discurso, após se *legitimar* como governo capaz e digno de confiança, Dilma dá mais um passo rumo à promoção do *convencimento* social a respeito de seus argumentos de defesa para aquele momento em que sua imagem política já se encontrava fragilizada.

No excerto ([...] *Por isso, eu peço que você - e sua família - me ouçam com atenção. Tenho informações e reflexões importantes que se compartilhadas vão ajudá-los a entender melhor o momento que passamos.*), há ação de *convencimento* quando a presidenta transmite a noção de alguém em posição de liderança apontando caminhos.

Todavia, esse *convencimento* é intensificado pela chefe de Estado quando porta-se, também, como uma “amiga”, estratégia evidenciada pelo uso do pronome de tratamento “você” o qual imprime um tom mais amistoso e íntimo de conversa. Assim, temos a figura de governante amiga que deseja dar bons conselhos para os demais amigos e suas famílias ([...] *É uma boa hora para que eu tenha uma conversa, mais calma e mais íntima, com cada família brasileira...*), a fim de que eles consigam compreender a verdade da situação conflitante na qual estão inseridos e, com isso, possam [...] *renovar a fé e a esperança no Brasil.*

No trecho [...] *e faça isso com a alma de uma mulher que ama seu povo, ama seu país e ama sua família*, temos, novamente, a chefe de governo *legitimando* sua representação de presidenta, com base nos sentimentos e nas emoções dos

brasileiros (as), por meio da evocação de traços de sua identidade pessoal, nas dimensões de sua feminilidade (*[...] alma de uma mulher...*), de sua face como mãe (*[...] ama sua família.*), e de sua identidade social como patriota (*[...] ama seu país...*).

Desse modo, a imagem política de Dilma é construída sobre esses três alicerces: mulher, mãe e patriota, para gerar *convicção* nos cidadãos de que ela é a líder legítima e ideal para condução do Brasil.

Saliento que a figura feminina, ao longo da história social do Brasil, foi marcada por constantes desafios, lutas e avanços em várias esferas da vida social, assim como descrito no capítulo I deste estudo. Porém, assim como vimos examinado neste excerto, Dilma Rousseff sempre invoca a força social de sua identidade feminina, pois, com isso, ela apresenta-se como exemplo de uma mulher que rompeu com as dificuldades, as desigualdades e as pressões sociais, ao ponto de tornar-se a primeira mulher a exercer o cargo de presidenta no Brasil. Sendo assim, sua imagem, como mulher brasileira, torna-se um alicerce que contribui para sua legitimação e convencimento social.

Nosso povo está protegido naquilo que é mais importante: sua capacidade de produzir, ganhar sua renda e de proteger sua família. As dificuldades que existem - e as medidas que estamos tomando para superá-las - não irão comprometer as suas conquistas. Tampouco irão fazer o Brasil parar ou comprometer nosso futuro.

A presidenta abre caminho para expressar sua compreensão sobre o momento de crise e conseguir adesão por parte de seus ouvintes (*[...] As dificuldades que existem - e as medidas que estamos tomando para superá-las - não irão comprometer as suas conquistas. Tampouco irão fazer o Brasil parar ou comprometer nosso futuro.*). Dessa forma, ela visa consolidar sua ação de *convencimento* e de dominação social.

Como o mundo mudou, o Brasil mudou e as circunstâncias mudaram, tivemos, também, de mudar a forma de enfrentar os problemas. As circunstâncias mudaram porque além de certos problemas terem se agravado - no Brasil e em grande parte do mundo -, há ainda a coincidência de estarmos enfrentando a maior seca da nossa história, no Sudeste e no Nordeste.

A imagem presidencial encontra-se *legitimada*. Por isso, Dilma dedica-se ao *convencimento* dos brasileiros a respeito de suas opiniões e suas perspectivas para a situação de crise que se instaurou naquele momento (*[...] Como o mundo mudou, o Brasil mudou e as circunstâncias mudaram, tivemos, também, de mudar a forma de enfrentar os problemas.*).

É interessante pontuar que, mesmo diante de uma ação que pretende convencer uma grande audiência, a chefe de Estado, em sua explicação, não especifica quais foram as circunstâncias que modificaram o panorama mundial e nacional, e nem quais problemas surgiram por meio de tal processo. Assim, não é possível aferir a necessidade de “...mudar a forma de enfrentar os problemas [...]”.

Era de conhecimento comum que os principais problemas enfrentados pela população, naquele período, eram nas dimensões econômicas e de gestão política, conforme podemos verificar, também, por meio da temática desse discurso, o qual, a princípio, era destinado à comemoração do Dia Internacional da Mulher, mas foi direcionado para o tratamento de questões políticas e de enfrentamento de crise.

Todavia, a presidenta prossegue na tentativa de *convencer* seus ouvintes. Sem apresentar motivos específicos sobre o quadro de adversidade, ela faz menção à crise hídrica vivenciada naquele tempo ([...] *há ainda a coincidência de estarmos enfrentando a maior seca da nossa história, no Sudeste e no Nordeste.*), a qual tem forte impacto na vida das pessoas e, geralmente, os responsáveis são fatores climáticos. Isso consistiu numa forma de desviar o olhar dos cidadãos para que não percebam a ausência de seu posicionamento efetivo diante dos problemas sociais.

Tudo isso, eu sei, traz reflexos na sua vida. Você tem todo direito de se irritar e de se preocupar. Mas lhe peço paciência e compreensão porque esta situação é passageira. O Brasil tem todas as condições de vencer estes problemas temporários - e esta vitória será ainda mais rápida se todos nós nos unirmos neste enfrentamento.

Novamente, a governante federal volta a interpretar seu papel de amiga do povo brasileiro. É uma estratégia para promover o *convencimento* dos demais atores brasileiros. Nesse excerto, a presidenta expressa-se mais humana e compadecedora ([...] *Tudo isso, eu sei, traz reflexos na sua vida. Você tem todo direito de se irritar e de se preocupar. Mas lhe peço paciência e compreensão porque esta situação é passageira.*), com vistas a obter maior adesão aos argumentos defendidos. Ao mesmo tempo, que confirma à população que ela está inserida num contexto de instabilidade e de preocupações, Dilma apresenta-se como uma conselheira sábia e experiente. Por isso, a estratégia de *convencimento* torna-se um recurso tão efetivo nesse momento para a presidenta, pois é ele que assegurará o sucesso da realização de suas intenções.

Dessa forma, ao declarar que “[...] *O Brasil tem todas as condições de vencer estes problemas temporários - e esta vitória será ainda mais rápida se todos nós nos unirmos neste*

enfrentamento.”, a chefe de Estado espera *convencer* os brasileiros a respeito de sua perspectiva: temos as armas para vencer, porém é necessário que todos apoiem “o meu governo” e lutem para conquistar a vitória.

Queremos e sabemos como fazer isso, distribuindo os esforços de maneira justa e suportável para todos. Como sempre, protegendo de forma especial as classes trabalhadoras, as classes médias e os setores mais vulneráveis. Temos compromissos profundos com o futuro do país e vamos continuar cumprindo, de forma inabalável, estes compromissos.

A representação presidencial de Dilma Rousseff continua *legitimada* até esse momento de seu discurso. Entretanto, ela apresenta-se não como única agente do processo, mas como incorporada em seu sistema de governo, o qual possui muitos participantes que não podem ser identificados num primeiro momento (*[...] Queremos e sabemos como fazer isso, distribuindo os esforços de maneira justa e suportável para todos.*).

Tal estratégia de *convencimento*, por um lado, visa imprimir a noção de capacidade e de segurança junto à população: para muitos problemas sociais, uma equipe grande e competente que sabe gerenciar as situações conflitantes e os esforços que cada um pode realizar, dentro de suas possibilidades, para que se obtenha êxito.

Assim, os cidadãos são *convencidos* de que não precisam temer mal algum, que estão em segurança porque há uma equipe de liderança preparada, a qual zela e trabalha para o cumprimento de cada um dos profundos compromissos que o governo possui com o bem-estar e o progresso da sociedade brasileira (*[...] Como sempre, protegendo de forma especial as classes trabalhadoras, as classes médias e os setores mais vulneráveis. Temos compromissos profundos com o futuro do país e vamos continuar cumprindo, de forma inabalável, estes compromissos.*).

Por outro lado, um dos motivos, pelo qual Dilma adotou a estratégia de transferir sua representação de governante federal para um grande grupo, pode ser concebido como uma forma de não enfraquecer sua imagem política, na perspectiva de convencer o povo de que ela não é a única responsável pela instauração do contexto de crise e, por isso, o dever de encontrar soluções não é exclusivamente dela.

Este esforço tem que ser visto como mais um tijolo, no grande processo de construção do novo Brasil. Esta construção não é só física, mas também espiritual. De fortalecimento moral e ético. Com coragem e até sofrimento, o Brasil tem aprendido a praticar a justiça social em favor dos mais pobres, como também aplicar duramente a mão da justiça contra os corruptos.

A ação de *convencimento* construída pela presidenta, nesse excerto, é empregada com o propósito de criar um sistema de pensamento nos expectadores de sua atuação (*[...] Este esforço tem que ser visto como mais um tijolo, no grande processo de construção do novo Brasil. Esta construção não é só física, mas também espiritual. De fortalecimento moral e ético.*).

A respeito disso, Charaudeau (2015, p.40) explica que são diversos os lugares onde o pensamento político forma-se. A produção de sentido é determinada pelos modos de interação e pela atuação das identidades dos participantes. Desse modo, o discurso político, na forma de **sistema de pensamento**, é o efeito de uma ação discursiva que visa alicerçar um ideal político baseado em determinados princípios que se portam como norteadores para a constituição de opiniões e de posicionamentos, e, assim, originam-se as filiações ideológicas.

Fundamentado nessa concepção, percebo que o discurso político, especialmente o presidencial, é um cenário em que a atriz social representa para conseguir persuadir e, assim, gerar **convicção** numa audiência em relação àquilo que ela pensa e acredita como sendo ideal e para o bem comum.

Dessa maneira, Dilma Rousseff projeta para os demais brasileiros suas próprias expectativas e propósitos como sendo de todos. Nesse processo, ela compartilha, também, sua ação e sua responsabilidade de governança, ao pontuar: *“[...] Este esforço tem que ser visto como mais um tijolo, no grande processo de construção do novo Brasil.”*. Com isso, devido ao Brasil ser grande, sua ação de construção dependerá de muitos tijolos, ou seja, o esforço de todos os brasileiros em entender e em cooperar para a construção de uma nova realidade social.

Temos que encarar as dificuldades em sua real dimensão e encontrar o melhor caminho de resolvê-las. Pois, se toda vez que enfrentarmos uma dificuldade pensarmos que o mundo está acabando - ou que precisamos começar tudo do zero - só faremos aumentar nossos problemas. Precisamos transformar dificuldades em soluções. Problemas temporários em avanços permanentes. O Brasil é maior do que tudo isso e já mostrou muitas vezes ao mundo como fazer melhor e diferente. Mais que nunca é hora de acreditar em nosso futuro. De sonhar. De ter fé e esperança.

Nesse momento final de sua caminhada rumo ao *convencimento* social, Dilma Rousseff parece estar certa de sua *legitimação* como líder política. Por isso, ela, novamente, atua diante do público brasileiro interpretando dois papéis, o de governo competente (*[...] Temos que encarar as dificuldades em sua real dimensão e encontrar o melhor caminho de resolvê-las.*) e o de amiga conselheira (*[...] Pois, se toda vez que enfrentarmos uma dificuldade pensarmos que o mundo está acabando - ou que precisamos começar tudo do zero - só faremos aumentar nossos problemas.*).

Com base nisso, ela espera consolidar, nos brasileiros, a *convicção* de seu construto ideológico que vem sendo desenvolvida desde o início de seu discurso: que todos os cidadãos compreendam que precisam enfrentar as dificuldades para encontrar as soluções e transformar os problemas atuais em conquistas e melhorias permanentes (*[...] Precisamos transformar dificuldades em soluções. Problemas temporários em avanços permanentes.*).

No fragmento, (*O Brasil é maior do que tudo isso e já mostrou muitas vezes ao mundo como fazer melhor e diferente. Mais que nunca é hora de acreditar em nosso futuro. De sonhar. De ter fé e esperança.*), o fortalecimento da *convicção*, em cada membro da sociedade brasileira, é realizado por meio da mobilização do sentimento nacionalista, ou seja, ela espera que os cidadãos creiam que são um grupo forte que, por estar unido, já foi capaz de vencer muitos desafios ao ponto de ser exemplo para as demais nações do Planeta.

Interessante notar que a presidenta não caracterizou como o Brasil *“[...] já mostrou muitas vezes ao mundo como fazer melhor e diferente”*, para que, assim, não fossem levantadas dúvidas e questionamentos sobre o êxito ou não de suas ações governamentais, já que ela encontrava-se em seu segundo mandato presidencial. Desse modo, enaltecendo a habilidade da nação, Dilma colabora para que cada membro da sociedade esteja convicto de que, mais uma vez, eles saberão como lutar para vencer as adversidades, e, assim, ser, novamente, um exemplo para o mundo.

Somente porque os brasileiros estão convictos de seus papéis e de suas responsabilidades no processo de enfrentamento da crise lhes é permitido *“[...] acreditar em nosso futuro...”*. É, com base nesse ideário de *convicção*, que a chefe de Estado mobiliza a noção de que o tempo é, sim, *“[...] De sonhar. De ter fé e esperança.”*. Na perspectiva de que os brasileiros entenderam que podem estar inseridos nesse

panorama, a presidenta encerra seu discurso crendo no sucesso de suas mobilizações de *legitimação* e de *convencimento*.

Esse discurso presidencial e os modos como a construção ideológica foi desenvolvida por meio dele encontram base nas palavras de Charaudeau (2015, p. 46):

A política é um campo de batalha em que se trava uma guerra simbólica para estabelecer relações de dominação ou pactos de convenção. Consequentemente, o discurso das ideias se constrói mediante o discurso do poder, o primeiro pertencendo a uma problemática da verdade (dizer o Verdadeiro) e o segundo a uma do verossímil (dizer ao mesmo tempo o Verdadeiro, o Falso e o Possível).

Sendo assim, vimos, com base no exame tanto da representação social quanto dos modos ideológicos, que esse discurso da governante federal foi construído naquilo que Charaudeau (2015) assinala como “[...] dizer ao mesmo tempo o Verdadeiro, o Falso e o Possível”.

Discurso II

No período em que foi produzido esse discurso, a sociedade brasileira encontrava-se desanimada, insegura e com anseio de que o governo federal oferecesse respostas afirmativas e medidas efetivas que pudessem mudar o quadro econômico-social daquele momento.

De acordo com essa conjuntura, a presidenta utilizou seu discurso sobre a comemoração do dia da Proclamação da República para promover ideologias que a legitimassem e, concomitantemente, convencessem a população a respeito de sua imagem como líder competente e digna de confiança, como também da relevância de suas explicações e suas propostas para a melhoria da crise.

Meus queridos brasileiros e brasileiras, eu gostaria de conversar com vocês hoje, 7 de setembro, que é a data mais importante para o Brasil. Hoje é também o momento certo para refletir, falar sobre a preocupação de todos nós quanto ao presente e ao futuro do país. [...] Sei que é minha responsabilidade apresentar caminhos e soluções para fazer a travessia que deve ser feita.

A presidenta inicia seu discurso *convencendo* seus ouvintes de que o dia em que se comemora a Independência do Brasil é o momento certo para tratar das questões conflitantes da realidade nacional ([...]eu gostaria de conversar com vocês hoje, 7 de setembro, que é a data mais importante para o Brasil. Hoje é também o momento certo para refletir, falar sobre a preocupação de todos nós quanto ao presente e ao futuro do país.).

Um dos motivos que levam Dilma a adotar tal postura deve-se à sua crença de que essa data possui forte apelo emocional junto à população, pois colabora para a manifestação do sentimento de amor à pátria e à conquista de melhorias permanentes. Essas são as bases da ação de convencimento da presidenta nessa produção discursiva.

Consoante isso, no fragmento “[...] *Sei que é minha responsabilidade apresentar caminhos e soluções para fazer a travessia que deve ser feita.*”. A governante destaca a importância de sua atuação política com foco em convencer o povo de que ela é líder preparada que sabe apontar os melhores caminhos para seus liderados diante de um panorama tão conflitante como aquele. Com isso, Dilma visa despertar a curiosidade nos cidadãos para que eles ouçam e sejam moldados por suas ações ideológicas.

*As dificuldades e os desafios resultam de um longo período em que o governo entendeu que deveria gastar o que fosse preciso para garantir um emprego e a renda do trabalhador, a continuidade dos investimentos e dos programas sociais. Agora temos de reavaliar todas essas medidas e reduzir as que devem ser reduzidas.
Nossos problemas também vieram lá de fora e ninguém que seja honesto pode negar isso.*

A presidenta, representada na figura de ‘governo’, constrói argumento que visa expor justificativas que expliquem os motivos da atual crise. Ao realizar seu discurso, ela atua convencendo os demais eleitores de que o panorama da crise é resultado de ações que tinham por propósito promover o “bem comum”.

A respeito disso, Thompson (2009) salienta que as ideologias podem atuar exercendo enganação e ilusão. Tal configuração é naturalizada na prática política, assim como se observa em “[...] *Agora temos de reavaliar todas essas medidas e reduzir as que devem ser reduzidas...*”, ou seja, foi na busca por melhorias e manutenção da vida de todos que situações adversas originaram-se.

Nós, o Brasil, somos uma nação que foi formada por povos das mais diversas origens que aqui vivemos em paz, mesmo em momentos de dificuldades, de crise, como os que estamos passando, teremos os nossos braços abertos para acolher os refugiados.

Mesmo tentando promover o ideário de povo amigável e solidário a respeito de uma causa social legítima, a governante federal, na realidade, em “[...] *teremos os nossos braços abertos para acolher...*”, realiza proposta que visa convencer os brasileiros a aceitarem sua representação na forma de líder política, já que ela encontra-se em posição instável.

Aproveito o dia de hoje para reiterar a disposição do governo de receber aqueles, que expulsos de suas pátrias, para que queiram vir, viver, trabalhar e contribuir para a prosperidade e a paz do Brasil.

Mais uma vez, a presidenta visa *legitimar* sua imagem baseada na força ideológica de um evento social, no caso a comemoração do dia em que o Brasil tornou-se República. Dessa vez, ela objetiva consolidar-se como líder “humanizada”, preocupada com as causas dos necessitados. Há, também, motivação de demonstrar e de *convencer* a todos os que a ouvem que a nação não está imersa em crise, já que está disponível para ajudar até aos estrangeiros.

O que eu quero dizer com toda franqueza é que estamos enfrentando os desafios, estas dificuldades e que vamos fazer essa travessia. Se cometemos erros, e isso é possível, vamos superá-los e seguir em frente. Quero dizer a vocês alguns remédios para essa situação, é verdade são amargos, mas são indispensáveis. As medidas que estamos adotando são necessárias para botar a casa em ordem, reduzir a inflação, por exemplo, nos fortalecer diante do mundo e conduzir, o mais breve possível, o Brasil à retomada do crescimento. Podemos e queremos ser exemplo para o mundo, exemplo de crescimento econômico e valorização das pessoas. O esforço de todos nós é que vai nos levar a superar esse momento. Eu sei disso.

Na realidade social dos brasileiros, há descrédito da população em relação aos políticos em geral, principalmente no que se refere aos seus discursos. Nesse sentido, Charaudeau (2015) declara que a mentira política manifesta-se quando todo político entende que lhe é impossível falar sobre tudo a todo momento e expressar, com exatidão, o que ele pensa. Sua ação política se dá no tempo e no momento do discursar de suas promessas e compromissos. É aí que entram o uso de estratégias discursivas que não podem parecer vagas ou desacreditadas, as quais auxiliam os políticos em suas ações.

Apoiado nesse entendimento, noto que a presidenta prossegue com seu construto de *convencimento social* ([...] *O que eu quero dizer com toda franqueza é que estamos enfrentando os desafios, estas dificuldades e que vamos fazer essa travessia.*), na tentativa de esboçar aos cidadãos que eles se encontram numa jornada, na qual haverá impedimentos, mas que devem ser superados para que eles possam chegar ao alvo pretendido, o qual não é caracterizado a fim de que o povo o conceba como queira no campo do imaginário.

Na perspectiva defendida pela chefe de governo, os brasileiros estão fazendo a “travessia”, por isso ela convence a todos que erros poderão ocorrer nesse trajeto de busca por melhorias, mas que precisam ser superados para que possam prosseguir em frente (*[...] Se cometemos erros, e isso é possível, vamos superá-los e seguir em frente.*).

O termo metafórico “[...] alguns remédios para essa situação...” revela que a presidenta representa-se como a cuidadora da situação adversa do Brasil, como a responsável por oferecer e administrar soluções. Quando ela pontua que “[...] é verdade são amargos, mas são indispensáveis...”, busca *convencer* os brasileiros de que é “necessário” concordar com as propostas do governo e enfrentar as dificuldades do momento de crise, a fim de que se estabeleça uma situação de bonança duradoura.

Dilma pontua as ações que seu governo tem realizado para obtenção de melhorias visando o fortalecimento de sua imagem, como governante hábil e *legítima*, e o convencimento social a respeito de seu plano de governo (*[...]As medidas que estamos adotando são necessárias para botar a casa em ordem, reduzir a inflação, por exemplo, nos fortalecer diante do mundo e conduzir, o mais breve possível, o Brasil à retomada do crescimento.*).

Saliento que a presidenta não nomeou as medidas tão esperadas pela população, no entanto isso não comprometeu o sucesso de suas ideologias de convencimento, ao contrário, favoreceu a introdução de outras estratégias. Podemos identificar isso devido ao emprego das construções ideológicas: “...*botar a casa em ordem...*”, a qual atraiu a atenção dos ouvintes, convencendo-os de que o Brasil é semelhante uma casa que se pode arrumar para que fique agradável; e “[...] *nos fortalecer diante do mundo e conduzir, o mais breve possível, o Brasil à retomada do crescimento*”, o qual expressou aos brasileiros que as conquistas obtidas, por meio das medidas do governo, fará do Brasil uma nação próspera e forte no cenário global.

Assim, com esse esboço, tem-se, nessa formação discursiva da presidenta, a mobilização de ideologias de *convencimento* de uma realidade construída no campo do imaginário, com ações vagas, mas com objetivo de suscitar, nos atores sociais, estruturas fixas de pensamentos: convicções.

Elucida Charaudeau (2015, p. 45) que há uma dimensão na qual o discurso político realiza-se, e aí se encontram *opinião* e *verdade*; numa relação dialética entre *formação de opinião*, na qual manifesta julgamento reflexivo, e *verdade*, a qual se instaura pela ação e pelo ato de decisão. É, nesse espaço, que se constroem inúmeros grupos de pensamento e de ação, marcados pela noção de “em comum”,

os quais suscitam uma forma padrão de pensar e de agir compartilhada entre os participantes do grupo.

Fundamentada nesse entendimento, Dilma Rousseff atuou para legitimar sua representação como líder honesta e sábia, a qual é capaz de confessar erros e propor novos caminhos. Desse modo, objetivo de suas ações ideológicas é formar a opinião dos espectadores, baseado no senso de “bem comum”, ou seja, uma governante que sabe o que está acontecendo e, ao mesmo tempo, tem as possibilidades para melhoria.

Me sinto preparada para conduzir o Brasil no caminho de um novo ciclo de crescimento, ampliando as oportunidades para o nosso povo subir na vida com mais e melhores empregos. [...] Eu posso garantir a vocês que nenhuma dificuldade me fará abrir mão da alma e do caráter do meu governo.

A respeito desse processo de legitimação, relembro as palavras de Eagleton (1997): para que uma mobilização ideológica alcance sucesso, é preciso que ela se apresente não como uma ilusão imposta ou um modo inconsistente, mas deve expressar aos sujeitos uma versão real e atrativa da realidade social ao ponto de não poder ser rejeitada. Essa ação é inerente às ideologias dominantes, conforme pode ser aferido por meio dos discursos políticos.

Esse é o processo que originou a *legitimação* da presidenta diante dos demais membros da sociedade, como podemos observar nos trechos: “[...] *Me sinto preparada para conduzir o Brasil no caminho de um novo ciclo de crescimento...*” e “[...] *Eu posso garantir a vocês que nenhuma dificuldade me fará abrir mão da alma e do caráter do meu governo.*”.

Desse modo, a presidenta continua *convencendo* a população acerca de suas habilidades e do comprometimento que ela tem com a realização de seu plano de governo, que deve ser visto como a promoção do bem geral da nação e possuir um lugar discursivo. Sua figura é atrativa e digna de apoio e de adesão. Ela vai ao encontro daquilo que é esperado do posicionamento de um líder em tempos de crise.

Nós fomos capazes de tirar milhões de pessoas da miséria e elevar outros milhões aos padrões de consumo das classes médias. Vamos voltar a crescer para avançar ainda mais nesse caminho, construindo um Brasil de trabalhadores e empreendedores, de estudantes, de cientistas, da agricultura, do comércio, da indústria dos serviços, mas sabemos ainda falta muito para fazer e por isso precisamos voltar a crescer. Crescer para levar, por exemplo, a educação de qualidade para todo nosso povo da creche à pós-graduação.

Dilma dá continuidade à *legitimação por racionalização* de sua representação como gestora federal, ao trazer à cena política os frutos de sua atuação, com propósito de reafirmar-se e convencer um número maior de pessoas sobre a importância de seu plano de governo (*[...] Nós fomos capazes de tirar milhões de pessoas da miséria e elevar outros milhões aos padrões de consumo das classes médias. Vamos voltar a crescer para avançar ainda mais nesse caminho, construindo um Brasil de trabalhadores e empreendedores...*).

Assim, essa formação ideológica possibilita o estabelecimento de relações de dominação e a geração de convicção nos sujeitos de que somente a gestão da presidenta em questão pode oferecer tal panorama de conquistas e de melhorias.

É neste dia que honramos os heróis da independência, [...]. É neste dia que reafirmamos aquilo que uma nação ou um povo tem de melhor, a capacidade de lutar e a capacidade de conviver com a diversidade. Tolerante, em face às diferenças, respeitoso na defesa das idéias, sobretudo, firme na defesa da maior conquista alcançada e pela qual devemos zelar permanentemente, a democracia e a adoção do voto popular como método único e legítimo de eleger nossos governantes e representantes.

Nesse momento, a presidenta *legitima-se* como heroína brasileira, pois já é “senso comum” que ela lutou para que a democracia fosse estabelecida (*É neste dia que honramos os heróis da independência, [...]. É neste dia que reafirmamos aquilo que uma nação ou um povo tem de melhor, a capacidade de lutar e a capacidade de conviver com a diversidade.*).

Assim sendo, mobilizando a imagem de heroína, Dilma descreve seu projeto ideológico de nação. Sua ação de convencimento favoreceu a produção de convicção nos demais atores sociais, por isso uma parcela daqueles que receberam seu discurso pode ter aderido aos seus ideais e às suas propostas. Isso se instaura devido à atuação das ideologias de dominação disseminadas pela líder política, assim como descreve Elster (1982 *apud* EAGLETON, 1997, p. 26-27, grifo nosso):

[...] as ideologias dominantes podem moldar ativamente as necessidades e os desejos daqueles a quem elas submetem; mas devem também comprometer-se, de maneira significativa, com as necessidades e desejos que as pessoas já têm, captar esperanças e carências genuínas, refleti-las em seu idioma próprio e específico e retorná-las a seus sujeitos de modo a converterem-se em ideologias plausíveis e atraentes. Devem ser “reais” o bastante para propiciar a base sobre a qual os indivíduos possam moldar uma identidade coerente, devem fornecer motivações sólidas para a ação efetiva, e devem empenhar-se, o mínimo que seja para explicar suas contradições e incoerências mais flagrantes.

Todavia, o esforço da governante federal, para disseminar tais ideologias de dominação, deve-se ao fato de que ela, naquele contexto social de crise, não estava exercendo significativa ação de dominação.

Finalizo, aqui, a exposição analítica das estratégias ideológicas que a governante Dilma mobilizou em seu discurso sobre a comemoração da Independência do Brasil. A seguir, veremos o último processo de análise das ideologias no discurso presidencial e, logo após, esboçarei a conclusão desse percurso investigativo.

Discurso III

Esse evento discursivo foi produzido num cenário de instabilidades e de intensas pressões sociais, o que impulsionou a presidenta a configurar estratégias ideológicas que atendessem aos argumentos de defesa e de luta, como poderemos verificar a seguir.

Nós sabemos que há muitas formas de mudar o Brasil. Nós podemos mudar o Brasil garantindo educação de qualidade para todos e criando oportunidades de trabalho decente para que todos os jovens deste País [...]. Mas nós vamos mudar o Brasil também implantando uma política de segurança que respeite os direitos dos cidadãos. Nós vamos mudar o Brasil também com ações práticas a favor da sustentabilidade [...]. Nós vamos mudar o Brasil democratizando o acesso ao conhecimento e à informação. Nós vamos mudar o Brasil fortalecendo a sua democracia, impedindo retrocessos e impedindo que atalhos levem este País novamente à situação de instabilidade.

A *legitimação por racionalização* opera intensamente por meio da repetição de termos que esboçam ação constante (“*Nós sabemos*”, “*Nós podemos mudar*”, “*nós vamos mudar o Brasil*”) para construir, nos receptores do discurso, uma cadeia de raciocínio que expresse e confirme a presidenta como agente de mudança e de melhoria, o que se constitui, também, como estratégia ideológica, conforme pontua Eagleton (1997), por promover a noção de um ser que age em prol do “bem comum”.

No entanto, lembro que a chefe de governo está representada por meio do termo “governo”. Isso quer dizer que ele expressa uma face individual, a qual refere à atuação pessoal de Dilma Rousseff; e uma face coletiva, a qual é composta pela equipe de governo e pela figura da presidenta.

Assim, podemos compreender que esse tipo de construção é uma estratégica ideológica que, de certa forma, *legítima* a imagem da presidenta por apresentá-la dotada de capacidade, mas também é modo de proteção e de dissimulação por dificultar avaliar sua atuação pessoal.

Em consonância com esse processo, a ação de *convencimento* é estabelecida, pois Dilma encontra-se representada como protagonista da cena política, por meio da constante caracterização de suas ações governamentais, ela congregou em sua imagem de líder ativa as principais realizações que a população ansiava naquele momento e que vão ao encontro da expectativa daquilo que se espera como governo ideal.

Podemos observar esse processo em: “*Nós sabemos que há muitas formas de mudar o Brasil [...]*”; “*Nós podemos mudar o Brasil garantindo educação de qualidade para todos e criando oportunidades de trabalho decente para que todos os jovens deste País [...]*”; e “*Nós vamos mudar o Brasil democratizando o acesso ao conhecimento e à informação*”.

Logo após ter conseguido *legitimar-se* num papel de agente e *convencer* os demais membros da sociedade a respeito de suas perspectivas, a presidenta introduz seu discurso de defesa (*[...]Nós vamos mudar o Brasil fortalecendo a sua democracia, impedindo retrocessos e impedindo que atalhos levem este País novamente à situação de instabilidade.*).

Com isso, ela faz comparação entre seu processo de afastamento e o período da ditadura militar no Brasil, no qual vários direitos humanos foram vetados, inclusive a participação efetiva da população na vida política. Tal pensamento foi construído com objetivo de convencer seus ouvintes de que os dois processos são semelhantes, o que pode acarretar à sociedade as mesmas consequências vivenciadas no passado; conforme podemos perceber no fragmento abaixo.

Eu falo de democracia aqui porque está em curso uma batalha, uma luta que ditará os rumos de nosso País por muito tempo. Em minha juventude eu vivi e lutei contra o pesadelo decorrente do desrespeito à democracia. Eu e muitos outros da minha geração, brasileiros e latino-americanos, [...] sabemos ao que leva os pequenos passos, que depois se transformam em grandes passos e depois, ainda, em pesadelos, quando a ditadura se instala. Além disso, não compartilho com algumas práticas da velha política, que alguns deles professam.

Depois de ter disseminado a legitimação de governante ideal, a qual é detentora das ações benéficas para conduzir a nação, Dilma esboça que sua figura e, conseqüentemente, seu plano de governo encontram-se ameaçados (*[...] Eu falo de*

democracia aqui porque está em curso uma batalha, uma luta que ditará os rumos de nosso País por muito tempo.), ao realizar aquilo que Charaudeau (2015) assinala como estratégia política: *desqualificação do adversário*.

Nesse caso, são usados diversos processos discursivos para promover desqualificação do adversário: desvalorização de ideias, mostrar ao povo consequências negativas, imprimir imagem negativa na instância adversária, manipular por meio da ironia, expor contradições.

Percebo que foram esses os procedimentos usados no discurso da presidenta para demonstrar aquilo que ameaça a *legitimação* de sua imagem e para convencer a população de que há um real perigo contra a gestão da governante ideal e interessada em promover as melhorias sociais necessárias (*[...] Eu e muitos outros da minha geração, brasileiros e latino-americanos, [...] sabemos ao que leva os pequenos passos, que depois se transformam em grandes passos e depois, ainda, em pesadelos, quando a ditadura se instala.*).

Afinal, as escolhas políticas que fizemos, ao longo de toda essa trajetória, nos permitiram sair do mapa da fome e superar a extrema pobreza. Nos propiciaram fazer a maior distribuição de renda da história do Brasil. Nos permitiram fazer um programa habitacional talvez o mais bem-sucedido. Escolhemos democratizar o acesso ao ensino superior.

Dilma Rousseff *legitima-se* diante dos demais atores sociais ao mobilizar, nesse fragmento, o ideário de *convencimento*: a realidade de progresso só foi obtida graças à sua atuação governamental. Com vistas a fortalecer sua imagem, ela destaca avanços que possuem forte apelo social e afetivo (*[...] Afinal, as escolhas políticas que fizemos, ao longo de toda essa trajetória, nos permitiram sair do mapa da fome e superar a extrema pobreza. Nos propiciaram fazer a maior distribuição de renda da história do Brasil.*).

Assim, como Charaudeau (2015) elucida, tais ações têm por propósitos incutir, no imaginário dos espectadores, a imagem idealizada de governante herói, o que favorece a manutenção das relações de dominação e a legitimação da presidenta como mulher capacitada que exerce cargo de chefia.

Convido vocês a lutarmos juntos na defesa da democracia, da legitimidade do voto popular e do respeito às regras do Estado democrático. Eu sei o que há de um saudável idealismo na alma, na imaginação e na vida dos jovens do Brasil. Eu olho para vocês e lembro também da minha geração, que viveu em outras circunstâncias a sua juventude. E acredito que hoje a nossa democracia tem um valor imenso que nos devemos preservar, assegurar, ampliar e desenvolver.

Afirma Fairclough (2001, p. 116-117) que a ideologia age interpelando sujeitos, produzindo efeitos que incidem na sua constituição. Nesse sentido, os “aparelhos ideológicos de estado” revelam-se como âmbitos e marcos delimitadores na luta de classe, que assinalam para luta no discurso e subjacente a ele, o que conduz para uma investigação de discurso direcionada ideologicamente (ibidem, p. 116-117).

Em consonância com isso, a construção ideológica difundida pela governante federal, ao longo de seu discurso, é que não apenas ela, mas também todos os cidadãos estão inseridos na luta pela defesa do bem-estar sociopolítico do Brasil. Por isso, ela convoca a população, especialmente os jovens, que é a maior parcela de votantes, para combater o mal que ameaça a todos (*[...]Convido vocês a lutarmos juntos na defesa da democracia, da legitimidade do voto popular e do respeito às regras do Estado democrático.*).

Tomando posse da concepção crítica da Ideologia de Thompson (2009), podemos entender que, devido à governante federal representar-se, na maior parte do tempo, como membro indissociável do grupo formado por todos os brasileiros, ela transfere para o público e o *convence* de seu ideário de luta e de defesa como se fosse deles também.

Para continuar promovendo ação de *convencimento*, a presidenta invoca traços de sua identidade pessoal e política (*[...] Eu sei o que há de um saudável idealismo na alma, na imaginação e na vida dos jovens do Brasil. Eu olho para vocês e lembro também da minha geração, que viveu em outras circunstâncias a sua juventude*) com propósito de influenciar na constituição da identidade política dos sujeitos participantes daquele evento, sobretudo, os jovens.

Na passagem *[...] E acredito que hoje a nossa democracia tem um valor imenso que nós devemos preservar, assegurar, ampliar e desenvolver.*”, podemos ver a tentativa que Dilma realiza para *legitimar* a formação dessa identidade política nos espectadores de sua prática, a qual carrega os traços de seu ideário de convencimento.

Depois da realização desse exame sobre a atuação das ideologias no discurso da líder política, Dilma Rousseff, durante a 3ª Conferência Nacional da Juventude, prosseguirei para o último passo em relação a essa dimensão da análise. Na próxima seção, mostrarei como a noção de unidade foi estabelecida discursivamente pela presidenta.

4.3.2 Juntos podemos muito mais: a *unificação*

Realizarei a análise das amostras mais significativas do ideário de unidade que foi construído pela governante federal com base em seus três discursos selecionados.

Segundo Thompson (2009), a **unificação** é concebida como forma simbólica que mobiliza ideário de unidade a fim de conectar indivíduos numa identidade coletiva, não importando as diferenças, o que favorece o estabelecimento e a sustentação de relações de dominação. Para esta pesquisa, examinarei a ocorrência da unificação por meio da **simbolização da unidade**. Essa estratégia consiste na formação de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletivas, os quais são apregoados por meio de grupos.

As *Formas Simbólicas* (FS) são compreendidas como grande dimensão composta de: ações e expressões linguísticas (faladas ou escritas) ou não linguísticas; imagens, tanto visuais quanto construtos de palavras e imagem; e produções textuais. Todas essas formas são geradas e reconhecidas pelos sujeitos sociais como construções significativas.

Ao abordar aspecto de *dominação*, Thompson (2009, p. 79-80) está se referindo a relações instituídas de poder que se revelam sistematicamente assimétricas. Nesse processo, grupos específicos possuem poder permanente e, em certo nível, inacessível a outros agentes.

Exposto esse panorama, passo ao exame das amostras mais significativas de realização das ideologias de unificação. Para isso, não dividirei as análises por discursos, mas farei a referência de cada excerto examinado, por exemplo, discurso I (D1).

[...] O Brasil tem todas as condições de vencer estes problemas temporários – e esta vitória será ainda mais rápida se todos nós nos unirmos neste enfrentamento. Peço a vocês que nos unamos e que confiem na condução deste processo pelo governo, pelo Congresso, e por todas as forças vivas do nosso país – e uma delas é você!

(D1)

A manifestação da noção de união é inerente à prática política, principalmente, nos discursos presidenciais, nos quais há a necessidade de mobilizar grande número de pessoas em prol de objetivos comuns.

Com base nesse entendimento, observo a presidenta apresentando justificativas que visam convencer os cidadãos brasileiros de que a chave para conquistar as melhorias socioeconômicas é a *união* (*[...] O Brasil tem todas as condições de vencer estes problemas temporários - e esta vitória será ainda mais rápida se todos nós nos unirmos neste enfrentamento.*).

O empenho da chefe de Estado está direcionado para a formação de um símbolo de unidade (*Peço a vocês que nos unamos e que confiem na condução deste processo pelo governo, pelo Congresso, e por todas as forças vivas do nosso país - e uma delas é você!*), pois, desse modo, ela conseguirá obter maior concordância por parte da população em relação às propostas de seu plano de governo.

Nós, o Brasil, somos uma nação que foi formada por povos das mais diversas origens que aqui vivemos em paz, mesmo em momentos de dificuldades, de crise, como os que estamos passando, teremos os nossos braços abertos para acolher os refugiados. [...] O esforço de todos nós é que vai nos levar a superar esse momento. Eu sei disso. Também sei que a união em torno dos interesses de nosso país e de nosso povo é a força capaz de nos conduzir nessa travessia. Devemos nessa hora estar acima das diferenças menores, colocando em segundo plano os interesses individuais ou partidários. (D2)

Nesse trecho, há criação de um raciocínio lógico para sustentar o posicionamento de *união* que os brasileiros devem assumir (*[...] Nós, o Brasil, somos uma nação que foi formada por povos das mais diversas origens que aqui vivemos em paz, mesmo em momentos de dificuldades, de crise, como os que estamos passando, teremos os nossos braços abertos para acolher os refugiados.*).

A líder política estabelece a união como principal elemento para a mudança do panorama de crise naquele momento (*[...] Também sei que a união em torno dos interesses de nosso país e de nosso povo é a força capaz de nos conduzir nessa travessia. Devemos nessa hora estar acima das diferenças menores, colocando em segundo plano os interesses individuais ou partidários.*). Com isso, temos o estabelecimento de relações de dominação e de um quadro hegemônico, ideal para que a presidenta obtenha adesão e apoio da população. Esse panorama esboça, também, a tentativa que Dilma Rousseff realiza para construir uma imagem de resistência em meio às adversidades.

*É a força de nossa autoestima como povo, e a certeza que os brasileiros são aquilo que o Brasil tem de melhor, com o nosso trabalho, com a nossa união, com o nosso esforço para manter nossas famílias, criar nossos filhos e netos e com a alegria que passamos pelos bons momentos e com a coragem com que enfrentamos os momentos ruins.
Somos todos lutadores pela independência do Brasil. Hoje, mais do que nunca, somos todos Brasil.
(D2)*

Temos, nesse excerto, a formação da simbolização de unidade. A governante Dilma caracteriza os aspectos que compõem a identidade coletiva do povo brasileiro ([...] *É a força de nossa autoestima como povo, e a certeza que os brasileiros são aquilo que o Brasil tem de melhor, com o nosso trabalho, com a nossa união...*). Esse processo configura mais uma tentativa da presidenta de instaurar um panorama hegemônico, o qual possibilita que os cidadãos concordem e ajam conforme os seus propósitos ([...] *Somos todos lutadores pela independência do Brasil. Hoje, mais do que nunca, somos todos Brasil*).

Durante o processo representacional da presidenta, ela adotou a estratégia de apresentar-se como membro ativa do grande grupo formado por todos os brasileiros, por meio de construções discursivas baseadas na 2ª pessoa do plural “nós”. Dessa forma, entendo que ela construiu a simbolização da unidade “*somos todos Brasil*”, tendo, como resultado, a constituição de uma identidade coletiva ativa, formada por ela e os demais atores sociais.

Vimos, nesta seção, que as principais estratégias ideológicas usadas pela presidenta Dilma, em seus discursos, foram: a Legitimação, o Convencimento e a Unificação.

Sendo assim, no próximo capítulo, apresentarei conclusões sobre o processo investigativo das estratégias ideológicas que cooperaram para a construção da representação social da presidenta Dilma Rousseff.

CAPÍTULO V

ALCANÇANDO ENTENDIMENTOS, DESCOBRINDO CAMINHOS... DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO

A menos que modifiquemos a nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo. (Albert Einstein)

O propósito deste capítulo é apresentar, num primeiro momento, a análise da relação entre o discurso político e a rede digital *facebook*. Feito isso, num segundo momento, promoverei a discussão dos resultados obtidos por meio dos procedimentos analíticos realizados no capítulo 4. Com isso, pretendo expressar, de modo significativo, os entendimentos alcançados por meio deste estudo.

5.1 Novo palco para a representação dos atores sociais: relação dialética entre discurso político e Facebook

Todos os discursos da presidenta da República Dilma Rousseff, produzidos em eventos oficiais, foram registrados e amplamente divulgados, principalmente nas mídias digitais. Dentre os principais meios de registro, destaco o *site* Portal do Palácio do Planalto – Presidência da República, no qual é possível encontrar uma seção em que estão reunidos e organizados, por data de produção, todos os discursos presidenciais, transcritos de modo literal em Língua Portuguesa.

Em relação às formas de divulgação, a governante fazia uso intenso de redes sociais, como *Facebook* e *Twitter*, para divulgar tanto os eventos dos quais ela participava como os discursos realizados nesses momentos de encontro com a população.

A respeito disso, relembro as palavras de Martinho (2014, p. 58), pois ele declara que o termo “redes sociais” é usado para designar um abrangente horizonte de agrupamentos sociais *online* destinados a todo tipo de atividade. Conforme as redes são construídas com base em laços firmados a partir de interesses comuns,

torna-se possível notar a formação de todo tipo de agrupamento para troca de informações, de ideias, de materiais; propiciando, assim, não somente interação entre participantes para o compartilhamento de conhecimentos, mas também o engajamento em questões políticas, sociais e culturais.

Baseado nessa visão, a terceira questão deste trabalho foi construída:

III) como se configura a relação entre o discurso político presidencial e a rede social *Facebook*?

Para responder a essa questão, seguirei alguns passos:

- apresentarei as publicações dos três discursos oficiais de Dilma Rousseff em sua página inicial do *Facebook*;
- além disso, exibirei os três primeiros comentários de cada postagem feitos pelos “seguidores”²⁹ da presidenta. Esses comentários pertencem àqueles que ocupam as primeiras posições da página, são denominados “principais comentários”, geralmente são selecionados automaticamente por terem recebido o maior número de “curtidas”³⁰;
- analisarei, nos trechos do discurso da chefe de Estado, a ocorrência das estratégias do discurso político propostas por Charaudeau (2016); e
- examinarei os comentários à luz do entendimento de Fairclough (2001) para verificar de que modo esses textos responderam ao discurso de Dilma.

Ressalto que o campo de análise, dessa terceira questão deste trabalho, é vasto e complexo. Dessa forma, deter-me-ei ao exame do vínculo criado entre o discurso político e a mídia social *Facebook* e, com base nisso, em certa medida, apontar os possíveis efeitos sociais resultantes dessa relação. Em meus próximos trabalhos, prosseguirei aprofundando a investigação dessa temática.

As passagens dos discursos de Dilma Rousseff, que foram postadas em sua página inicial do *Facebook*, fazem parte dos excertos analisados no capítulo 4 desta dissertação. Devido a isso, nesse momento, já possuímos entendimento sobre o modo de representação social utilizado pela presidenta e as estratégias ideológicas que ela mobilizou para a realização desse processo.

²⁹ O *Facebook* criou a possibilidade de qualquer pessoa abrir o seu perfil para seguidores. Esse é um modo de permitir que outros acompanhem as atualizações publicadas por alguém sem necessariamente estarem na lista de amigos.

³⁰ Quando alguém escolhe a opção “curtir” embaixo de uma publicação no *Facebook*, é uma forma de expressar que ele gostou daquele conteúdo, sem deixar um comentário. A escolha da opção “curtir” fica registrada na página da publicação.

Por isso, no procedimento analítico desta seção, concentrar-me-ei no exame dos comentários dos “seguidores” de Dilma. Esses comentários serão analisados na perspectiva de serem respostas ao discurso oficial da chefe da nação. Tal entendimento fundamenta-se nas considerações de Fairclough (2001, p. 114) que considera a **intertextualidade** como a característica intrínseca que os textos possuem de se apropriarem de fragmentos de outros textos, os quais podem ser delimitados explicitamente ou mesclados, e, ainda, estão sujeitos ao tratamento do texto o qual pode apreender, se opor, ecoar ironicamente e assim por diante.

Com isso, a intertextualidade acentua a historicidade dos textos; expõe as redes pelas quais eles se movem, materializando transformações predizíveis; e corrobora para compreensão de que não é somente o texto, nem os outros textos que o compõem intertextualmente, os únicos responsáveis por modelar a interpretação, mas também os outros textos que sujeitos evocam para o processo de interpretação (ibidem, p. 114).

Com base nisso, pretendo esboçar os possíveis efeitos sociais gerados pelos discursos da chefe de Estado nos demais atores sociais.

Ressalto que, para preservar a identidade dos sujeitos que fizeram os comentários nas publicações dos discursos, serão mencionados apenas pelo prenome e suas fotos não serão apresentadas. Todas as amostras de publicações referentes aos discursos oficiais foram retiradas da página oficial da presidenta da República no ano de 2015.

Ancorado nessas compreensões, passo à investigação da relação entre o discurso presidencial e a rede social *Facebook*.

Figura 2: Publicação do Discurso I no Facebook

Dilma Rousseff
8 de março de 2015 ·

Perdeu ou gostaria de rever o pronunciamento da presidenta Dilma?
Ela falou sobre o [#DiaInternacionalDaMulher](#), o momento pelo qual o Brasil está passando e os ajustes que estão sendo feitos para continuar garantindo emprego e renda aos brasileiros e brasileiras. Confira!



976 mil visualizações
[21 mil comentários](#)
[15.243 compartilhamentos](#)

Comentários

Wilson: Piada em rede nacional
[Curtir](#) · [Responder](#) · 3.435 · 8 de março de 2015 às 21:15

Ernesto: Da um jeito nessa bagunça, começa enxugando ministerio, reforma politica, caça a corruptos, NÃO ME PEÇA PACIENCIA, TENHO DOIS EMPREGOS, LUTO POR MINHA FAMILIA, NAO ME PEÇA PACIENCIA!!!
[Curtir](#) · [Responder](#) · 4.901 · 8 de março de 2015 às 21:15

Marilda : não confio mais, estou decepcionada.
[Curtir](#) · [Responder](#) · 4.029 · 8 de março de 2015 às 21:15

Esse discurso da líder política foi transmitido à população somente por meio das redes sociais. Ela decidiu não fazer pronunciamento em rede nacional utilizando, como de costume, o rádio e a televisão. Tal escolha permite fazer algumas considerações.

Martino (2014) afirma que “[...] na medida em que as ações nas redes sociais *online* e na vida cotidiana se articulam de maneira cada vez mais próxima, os fatores políticos, sociais e econômicos podem ganhar relevância.”. Isso é possível porque, da mesma forma que o mundo real é conduzido para as redes sociais digitais, os debates *online* possuem o potencial de gerar atitudes e ações no mundo físico.

Nesse sentido, a presidenta Dilma utilizou as redes sociais como instrumento auxiliador para sua prática de governança, pois sua imagem de líder estava fragilizada, a população encontrava-se duvidosa e carente de respostas e de direcionamentos. Em contextos como esses, os atores políticos utilizam as redes sociais como palco para encenar e divulgar suas representações. A presidenta objetivou alcançar o maior número possível de espectadores, graças às possibilidades de interação social e de rápida divulgação de conteúdos que as mídias digitais favorecem.

Outra possibilidade que as redes sociais oferecem aos políticos é a capacidade de poder receber as “respostas” dos cidadãos sobre seus discursos e suas ações; assim como podemos observar nos seguintes comentários sobre o discurso de Dilma Rousseff:

“Piada em rede nacional”;

“Da um jeito nessa bagunça, começa enxugando ministério, reforma política, caça a corruptos, NÃO ME PEÇA PACIENCIA, TENHO DOIS EMPREGOS, LUTO POR MINHA FAMILIA, NAO ME PEÇA PACIENCIA!!!”;

“Não confio mais, estou decepcionada”.

Devido às situações problemáticas que cercavam o povo brasileiro e a gestão do governo naquele período, a publicação do pronunciamento presidencial na rede social *facebook* possibilitou realizar importantes verificações. Os cidadãos não aceitaram a representação social que Dilma construiu de líder política feminina capacitada e não foram convencidos de que ela era detentora do plano de governo que salvaria o Brasil das dificuldades e o transportaria para uma realidade de bonança e de progresso.

Outro fator que confirma a significação desses entendimentos está na grande quantidade de “curtidas” que os três comentários selecionados receberam. Dessa forma, 345 pessoas concordam com a proposição *“Piada em rede nacional”*; 4.901 aderiram ao posicionamento *“Da um jeito nessa bagunça, começa enxugando ministério, reforma política, caça a corruptos, NÃO ME PEÇA PACIENCIA, TENHO DOIS EMPREGOS, LUTO POR*

MINHA FAMILIA, NAO ME PEÇA PACIENCIA!!!"; e 4.029 confirmam "*Não confio mais, estou decepcionada*".

Esses foram os resultados do primeiro exame da relação entre o discurso presidencial e a rede digital *Facebook*. Vejamos, a seguir, a análise da segunda postagem *online* da presidenta Dilma.

Figura 3: Publicação do Discurso II no Facebook

Dilma Rousseff
8 de setembro de 2015 ·
SEM RETROCESSOS
Em pronunciamento pelo Dia da Independência, Dilma reafirmou seu compromisso com a condução do Brasil a um novo ciclo de crescimento, "ampliando as oportunidades para o nosso povo subir na vida com mais e melhores empregos (...) com a inflação sobre controle, juros decrescentes, renda e salários em alta."
Confira a mensagem: <https://goo.gl/JIyXNK>



7,6 mil comentários
1.460 compartilhamentos

Douglas: Vc é um retrocesso presidenta
Curtir · Responder · 205 · 8 de setembro de 2015 às 17:08

19 Respostas

Antônio: Isso mesmo Dilma, confiamos em VC, força, fé e coragem. Estamos com VC boa sorte.
Curtir · Responder · 97 · 8 de setembro de 2015 às 16:14

63 Respostas

Elma: Falar da presidenta Dilma é fácil quero vê fazer!
Curtir · Responder · 114 · 8 de setembro de 2015 às 16:13
169 Respostas

Fonte: elaboração do autor, com base no Facebook.

No período em que o discurso desta postagem foi produzido, o cenário de crise socioeconômico do Brasil havia se intensificado, o que exigiu da presidenta da República a construção de uma imagem de governante preparada, segura, comprometida e que sabia conduzir a nação pelo caminho da mudança e da melhoria. Dilma Rousseff aproveitou a força social do evento Dia da Independência do Brasil e mobilizou a noção de que todos os brasileiros estavam fazendo uma travessia, repleta de lutas, cujo alvo era a conquista de melhorias permanentes, assim como ocorreu no período em dos “heróis” da Independência.

Mesmo se apresentando como um discurso motivador e que visava o fortalecimento e a exaltação da identidade nacional, essa foi a publicação com menos participação popular. Alguns fatores, como a descrença dos cidadãos nas ações do governo e as recorrentes manifestações populares nos principais centros urbanos, podem ter cooperado para que a divulgação do pronunciamento presidencial ocorresse de forma mais contida.

Todavia, 205 pessoas manifestaram sua opinião de oposição “*Vc é um retrocesso presidenta*”; e um grupo de 97 indivíduos e outro de 114 expressaram que apoiavam e confiavam no governo de Dilma Rousseff “*Isso mesmo Dilma, confiamos em VC, força, fé e coragem. Estamos com VC boa sorts.*”; “*Falar da presidenta Dilma é fácil quero vê fazer!*”.

Figura 4: Publicação do Discurso III no Facebook

[Dilma Rousseff fez uma transmissão ao vivo.](#)

16 de dezembro de 2015 ·

"Nosso governo incluiu a população brasileira nas rubricas orçamentárias. Por isso, sabem que têm de usar de artifícios, porque não conseguirão nada atacando minha biografia que é conhecida. Sou uma mulher que lutou, amo meu País e eu sou honesta. Além disso, não compartilho com algumas práticas da velha política que alguns deles professam. O mais irônico é que muitos dos que querem interromper o meu mandato têm biografias que não resistem a uma rápida pesquisa no Google."



[6.037 compartilhamentos](#)

[62 mil comentários](#)

Luiz : [#nãovaitergolpe](#)

[Curtir](#) · [Responder](#) · [760](#) · [16 de dezembro de 2015 às 19:03](#)

[52 Respostas](#)

Pedriitha: [#NAOVAITERGOLPE](#)

[Curtir](#) · [Responder](#) · [651](#) · [16 de dezembro de 2015 às 19:04](#)

[87 Respostas](#)

Isabelle: TE AMOOOOO

[Curtir](#) · [Responder](#) · [860](#) · [16 de dezembro de 2015 às 19:03](#)

[79 Respostas](#)

Fonte: elaboração do autor, com base no Facebook.

Nessa publicação, houve a transmissão ao vivo do momento em que Dilma Rousseff discursava para um público, em sua maioria, formado por jovens, já que se tratava da 3ª Conferência Nacional da Juventude. Seu discurso é extenso, mas ela

escolhe publicar apenas um trecho que resume o propósito central de sua atuação naquele momento: defender-se e convencer a população de que sua prática de governança é honesta e legítima.

Essa ação encontra explicação nas palavras de Charaudeau (2015). Ele relata que, comumente, numa democracia, o povo vota mais em um político devido à força de sua imagem e de suas frases de efeito, do que em razão de seu programa de governo. O comportamento das massas está relacionado com aquilo que as faz convergir para denominadores comuns: discursos simples carregados de mitos, de símbolos e de imaginários que encontram espaço em suas crenças. Assim, o poder do político, na democracia, é proveniente de uma delegação de natureza sagrada. Trata-se de conceber governantes como uma figura sacra, incumbida de ser servidor do bem comum, ao ponto de refletir a identidade coletiva de um povo.

Assim, com base nessa concepção, entendo que Dilma optou por postar uma parte de seu discurso que mobiliza sua representação social por meio da imagem de líder feminina forte, de guerreira diante das adversidades, uma figura cuja função é promover o bem comum.

Não é sempre que essa estratégia alcança sucesso, no entanto, de acordo com os comentários a respeito dessa postagem (“#NÃOVAITERGOLPE”; “TE AMOOOOO”), podemos ver que a resposta à sua atuação foi positiva, ela conseguiu obter adesão popular.

É interessante notar que a construção ideológica de convencimento mobilizada por Dilma recebe tanta aceitação que um número expressivo de seguidores “concorda” com a tese defendida pela chefe de governo: que seu processo de *impeachment* é configurado como um golpe contra o bem-estar social dos brasileiros, ou seja, uma ameaça que precisa ser combatida. Assim, um grupo de 760 cidadãos e outro de 651 defendem que “#NÃOVAITERGOLPE”; e outro grupo de 860 indivíduos demonstraram ações afetivas à presidenta da República.

O uso de *hashtag* diz respeito à utilização de uma palavra-chave precedida pelo símbolo #, que as pessoas incluem em suas mensagens virtuais. Com isso, o conteúdo das publicações de um indivíduo torna-se acessível a todas as pessoas com interesses semelhantes, mesmo que eles não sejam “seguidores” das pessoas que enviaram a *hashtag*.

Dessa maneira, a utilização de “#NÃOVAITERGOLPE”, por parte dos “seguidores” da presidenta, e o grande número de “curtidas” desses dois comentários produzidos

por essa *hashtag*, confirma a credibilidade que os cidadãos conferem ao discurso de defesa da governante, ao ponto de difundi-lo, visando influenciar outros cidadãos acerca desse pensamento.

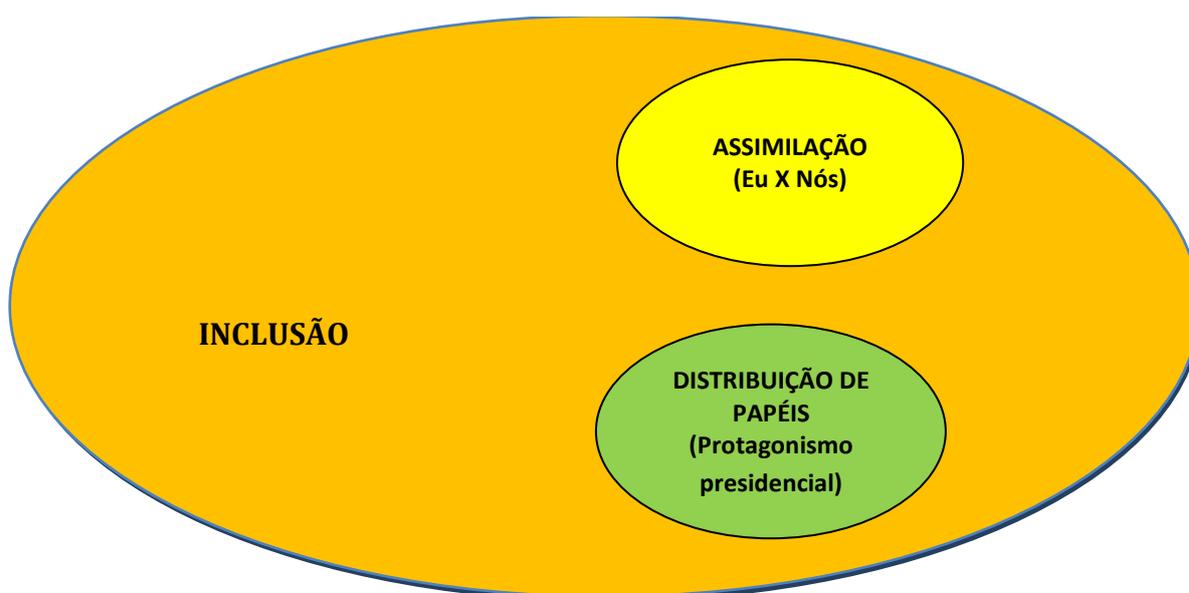
A investigação promovida nesta seção mostrou que a rede social *Facebook* configurou-se como significativo palco para que a presidenta da República atuasse e mobilizasse suas construções ideológicas por meio da publicação de partes de seus discursos oficiais, com propósitos de atrair a atenção dos “seguidores” (cidadãos) e, assim, submetê-los à ação de sua representação e de seu convencimento social.

No próximo momento deste capítulo, abordarei os resultados analíticos que expressam o modo como a líder política do Brasil, no ano de 2015, construiu sua representação social.

5.2 Discurso, discurso meu, revelaste quem sou eu.... A representação social da presidenta da República Dilma Rousseff

Após o processo analítico, compreendi que o modo de representação social da presidenta da República do Brasil configurou-se do seguinte modo:

Figura 5: Modo da representação social da Presidenta da República Dilma Rousseff no ano de 2015



Fonte: elaboração do autor.

Em consonância com essa figuração representacional, apresentarei algumas conclusões a que cheguei. Primeiro, os discursos analisados, por serem a

transcrição literal dos pronunciamentos oficiais da chefe de Estado, são muito extensos, o que favorece a instauração de redundância, e não possuem única linha argumentativa nem tratamento exclusivo de uma temática.

Alicerçado na concepção da ADC de Fairclough (2001), sobre as propriedades de construção representacional que o discurso possui; nos pressupostos da Teoria da Representação Social de Guareschi e Jovchelovitch (2013) e de Minayo (2013); e no elenco dos modos pelos quais os atores sociais podem representar-se, conforme van Leeuwen (1998), constatei que a principal forma como Dilma Rousseff constrói sua representação é promovendo sua *Inclusão* como membro efetivo de um corpo social composto por todos os brasileiros.

Para isso, como primeiro passo, a presidenta mobiliza a construção representacional **Eu X Nós**. Dessa maneira, na maior parte do seu discurso, ela representa-se por Assimilação, ou seja, apresenta-se como parte indissociável do grande grupo formado por todos os brasileiros. Quando é preciso ressaltar suas qualidades, a relevância de seu(s) papel(is), consolidar sua identidade pessoal, política ou social, Dilma Rousseff constrói representações com base na primeira pessoal do singular **eu**, colocando-se em evidencia nesses momentos. Porém, logo retoma sua interpretação como participante do grupo dos cidadãos brasileiros.

Ao promover constante ação representativa fundamentada na noção do **nós**, por meio do modo *assimilação* por *coletivização*, a governante federal, ao longo do percurso discursivo, cria um grande corpo social, composto por todos(as) brasileiros(as), no qual quem exerce a função de cabeça, de liderança é a presidenta da República.

Assim, ela mostra-se como líder política responsável por: direcionar os passos da população, oferecer respostas e justificativas para as questões conflitantes do povo, e propor medidas e mudanças necessárias para o estabelecimento de um cenário social de equilíbrio e de vitórias alcançadas.

Todavia, nesse mesmo caminho, a chefe de governo, por ser a comandante desse corpo social – a nação brasileira –, gera o entendimento nos cidadãos de que eles são os principais responsáveis pelo “fazer social”. Dessa forma, para que se alcance o bom desempenho dos setores da sociedade, se consiga a melhoria e o progresso dos elementos que formam a vida dos brasileiros, é necessário que eles aceitem o que a chefe de governo propõe e atuem conforme suas diretrizes.

Como segundo passo para promover a *Inclusão*, logo depois da ação representacional por *Assimilação*, a presidenta utiliza a *Distribuição de papéis* para esboçar as posições e as figurações que cada membro da sociedade receberá. Nesse sentido, na maior parte do percurso investigativo, Dilma Rousseff representou-se como **agente**, num papel de protagonista da cena política do Brasil, numa posição ativa devido à sua representação de líder capacitada e humana, construída num primeiro momento.

Em conexão com esse processo, podemos pensar que, ao mesmo tempo em que Dilma representa os brasileiros nos papéis de, também, responsáveis pelo bom exercício da prática de governança, a eles são conferidos papéis passivos, por portarem-se como a **finalidade**, o alvo para o qual a representação da governante federal destina-se.

Com essa explanação, volto à questão inicial desta pesquisa: de que modo a presidenta da República do Brasil construiu, discursivamente, sua representação social de resistência no contexto de crise do ano de 2015?

A presidenta da República, Dilma Rousseff, utilizou seus discursos oficiais para construir sua representação social com dupla face, baseada no modo *Inclusão*. Assim, na primeira face, ela é membro fundamental do corpo social formado pela população brasileira, no qual exerce função de liderança, por meio da *Assimilação* por *coletivização*. Na segunda face, Dilma está *individualizada*, apresentando-se no papel de protagonista das ações governamentais que estruturam e sustentam a vida sociopolítica dos brasileiros.

Esse processo representacional de Dilma Rousseff resulta, também, na criação de uma imagem, o *ethos*. Dessa forma, embasado nas contribuições de Amossy (2016), de Maingueneau (2016) e nas figuras identitárias do discurso político propostas por Charaudeau (2016), descreverei a forma como o *ethos* presidencial de Dilma Rousseff foi constituído.

Nos discursos analisados, percebi que algumas formas de construção do *ethos* da presidenta estavam ligados estritamente com outras formas. Assim sendo, o exame revelou as seguintes configurações:

- *ethos* de virtude e *ethos* de caráter: baseada no orgulho, na firmeza, e na honestidade, a figura da presidenta foi construída para expressar retidão pessoal, para ser um exemplo de líder popular.

- *ethos* de competência e *ethos* de inteligência = *ethos* de chefe: nesse processo, temos as características de duas figuras identitárias da governante federal, a de competência e a de inteligência, atuando para a formação do *ethos* de chefe da presidenta.
- *ethos* de humanidade e *ethos* de solidariedade: Dilma mobilizou sentidos para construir a imagem de líder humana, que se importa com o bem-estar da população. Dessa forma, ela gerou sentimento de união, o que favoreceu a criação de identidade coletiva.

Baseado nesses resultados, o *ethos* presidencial constitui-se com a imagem de líder política humana, solidária, responsável pelo bem-estar da sociedade, honesta, capacitada e sábia.

De acordo com essa exposição, sobre como se configurou a representação social da presidenta da República, no ano de 2015, compreendi que sua ação representacional se levanta, também, como um movimento de **resistência** em meio a um cenário repleto de adversidades e fortemente contrário à sua atuação político-social. Baseado nisso, é que a representação de dupla face foi constituída. Dilma Rousseff decidiu fortalecer sua imagem de mulher brasileira, atuou para transmitir a ideia e o sentimento de que ela era semelhante aos demais cidadãos e, por isso, todos faziam parte de um grande grupo, mas ela era a líder.

Com isso, o caminho era preparado para que ela conseguisse adesão e sucesso da realização de seus propósitos por meio da construção da representação de governo federal forte, humano, capacitado e, em certa medida, heroico, resistente em meio às lutas, devido a isso conquistaria vitórias para o povo brasileiro.

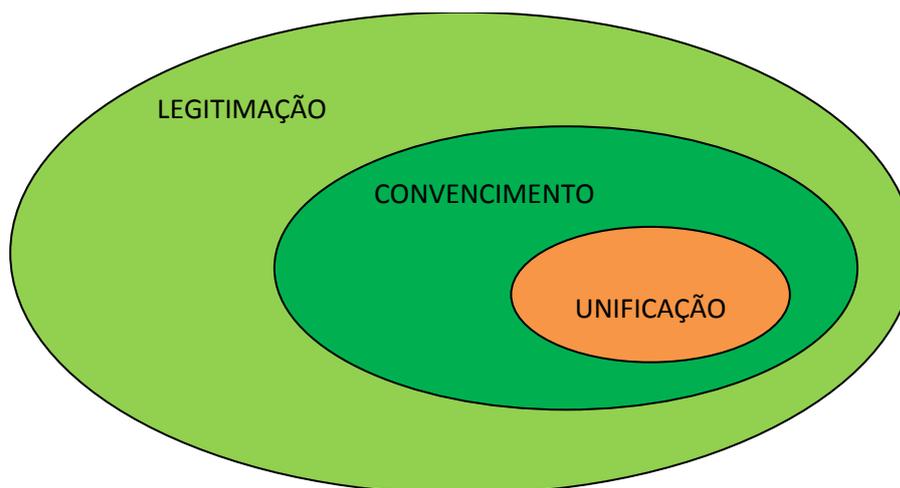
Depois da análise do modo como a governante federal constituiu sua representação social, na próxima seção, examinarei os modos pelos quais ela mobilizou estratégias ideológicas para cumprir seus propósitos políticos.

5.3 Desvelando os segredos da atuação política: as estratégias ideológicas do discurso presidencial

A realização dessa investigação teve a finalidade de desvelar os modos pelos quais as ideologias foram manifestadas nos discursos oficiais da presidenta da República, os quais se portaram como estratégias para que ela alcançasse seus propósitos políticos.

Fundamentado nos pressupostos de Thompson (2009), de Eagleton (1997), de Chaui (1995) e de Fairclough (2001), os principais modos de realização da ideologia, mobilizados discursivamente por Dilma Rousseff, podem ser constatados na figura a seguir.

Figura 6: Processo ideológico do discurso político da Presidenta da República



Fonte: elaboração do autor.

O discurso político é campo frutífero para a manifestação ideológica. Por meio das análises, percebi que a presidenta da República mobilizava suas construções ideológicas a partir de três modos principais: a *Legitimação por racionalização*, o *Convencimento* e a *Unificação*.

É essencial à prática governamental a construção de uma imagem política legítima, a qual deve ser digna de aceitação, de confiança e de apoio. Dessa maneira, o processo mais expressivo foi a *Legitimação*. Ele atuou para que a representação social da presidenta fosse recebida pelos demais atores sociais com sentimentos de valorização, com traços marcantes de líder humana, hábil e competente. Foi imprescindível a utilização desse modo de operação da ideologia para posicionar e consolidar a imagem política de Dilma Rousseff.

O segundo modo de ação da ideologia mais significativo, durante o processo representacional da chefe de Estado, foi o *Convencimento*. Essa forma de atuação ideológica foi essencial para a presidenta exercer sua prática política em meio ao contexto de crise daquele momento. Geralmente, após promover sua *Legitimação*, Dilma Rousseff mobilizava suas construções ideológicas com objetivo de apresentar aos cidadãos, em forma de raciocínio lógico, argumentos explicativos, evidências

reais, e justificativas favoráveis aos seus posicionamentos e às medidas realizadas por seu governo. Dessa forma, ela inseria os sujeitos num processo de convencimento, ao ponto de criar neles convicção a respeito daquilo que ela estabelecia como verdadeiro e digno de aceitação.

O último modo de operação da ideologia mais utilizado pela governante federal foi a Unificação, o qual foi mobilizado intensamente por meio de sua principal forma de representação social, a assimilação. Assim, esse modo de operação da ideologia constituiu-se como profícua estratégia para consolidar a imagem de Dilma como membro ativa do corpo social formado por todos os brasileiros, além de cooperar para a instauração da hegemonia.

Em concordância com isso, ressalta Chauí (1995) que o fenômeno de manutenção da legitimidade das ideias e dos valores dos dominantes, mesmo ocorrendo contestações e preservações de ideologias, é caracterizado como hegemonia. Assim, a classe hegemônica constitui-se não apenas porque possui controle dos meios de produção e o poder do Estado, mas também porque sua ideologia foi apropriada pelos indivíduos.

Essas estratégias ideológicas da presidenta possibilitaram o estabelecimento de relações de poder e de dominação. Assim, Lebrun (2004) assinala que o poder não é um ser, alguma coisa que as pessoas tomam posse, ou dividem ou deixam escapar. Poder se expressa como conjunto formado por relações que se estendem por toda parte ao longo do corpo social, por exemplo, poder pedagógico, poder pátrio, poder político, poder religioso etc.

Com isso, podemos perceber que, ao se apresentar como líder política feminina capacitada e humana, Dilma Rousseff submetia os cidadãos brasileiros à ação do seu poder social. A estratégia ideológica de Legitimação conferiu-lhe poder ao demonstrá-la como governante forte e atuante para o exercício da prática política. Já a ação de convencimento apresentou-se como forma significativa de estabelecer relações de poder, pois abriu caminho para que os sujeitos fossem mobilizados conforme os propósitos políticos da presidenta.

Tal entendimento está em concordância com a declaração de Thompson (1998, p. 21), para quem “[...] o poder é um fenômeno social penetrante, característico de diferentes tipos de ação e de encontro.”. O autor considera que a posição que um sujeito ocupa dentro de certa dimensão ou instituição está intimamente relacionada ao poder que ele ou ela exerce. Nesse sentido,

[...] poder é a capacidade de agir para alcançar os próprios objetivos ou interesses, a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos e em suas consequências. No exercício do poder, os indivíduos empregam os recursos que lhes são disponíveis; recursos são os meios que lhes possibilitam alcançar seus objetivos e interesses.

Nesse momento, finalizo a exposição da discussão dos resultados analíticos, na perspectiva de ter cooperado para um entendimento mais aprofundado sobre a representação social da líder política do Brasil e as questões que esse processo suscita. A seguir, partiremos para as considerações finais deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS...

Enquanto eu tiver perguntas e não houver resposta continuarei a escrever (...).
(Clarice Lispector)

Esta pesquisa de caráter discursivo crítico foi desenvolvida para cumprir o propósito de investigar o modo como a presidenta da República do Brasil, Dilma Rousseff, constituiu sua representação social de resistência durante o contexto de crise do ano de 2015.

A análise foi empreendida com o objetivo de responder a três questionamentos:

- I. De que modo a presidenta da República constituiu, discursivamente, sua representação social de resistência durante o contexto de crise do ano de 2015?
- II. Quais estratégias ideológicas foram mobilizadas nos discursos oficiais para formar a representação da líder política?
- III. Como se configura a relação entre o discurso político presidencial e a rede social *Facebook*?

Para alcançar as respostas dessas questões, foram analisados três discursos oficiais da presidenta Dilma produzidos durante o ano de 2015; e as publicações desses três discursos em sua página da rede social *Facebook*.

A jornada investigativa foi composta de cinco capítulos. No primeiro momento do **capítulo I**, descrevi o contexto sociopolítico brasileiro no qual esta pesquisa foi formada, ressaltando a atuação feminina na prática política. No segundo momento, apresentei os conceitos de mídia digital e de rede social como novos modos para a interação social e, por isso, configuram-se como cenário para representação dos atores políticos.

No **capítulo II**, expus as teorias que vivificaram e embasaram o processo analítico deste estudo. Assim, ancorei-me nos pressupostos teóricos e

metodológicos da Análise de Discurso Crítica (ADC), nas concepções de Fairclough (2001; 2003), de Pedro (1998), de Wodak (2004) e de van Dijk (2008). O estudo da Teoria das Representações Sociais (TRS) foi embasado em Guareschi e Jovchelovitch (2013), Farr (2013) e Minayo (2013) e a análise da Representação dos Atores Sociais fundamentou-se em van Leeuwen (1998). A análise das ideologias foi alicerçada nas abordagens de Thompson (2009) e seus modos de operação, de Eagleton (1997) e de Chauí (1995).

No **capítulo III**, busquei caracterizar a abordagem qualitativa, os procedimentos metodológicos do trabalho e as categorias analíticas usadas.

No **capítulo IV**, dediquei-me ao processo analítico-investigativo. Analisei, com base em três discursos oficiais produzidos no ano de 2015, o modo pelo qual a presidenta da República construiu sua representação social. Junto a isso, investiguei a configuração do *ethos* presidencial. Após esses procedimentos, examinei as estratégias ideológicas mobilizadas no discurso da líder política.

O **capítulo V** teve a finalidade de promover a discussão e a compreensão dos resultados do processo analíticos e, assim, fornecer respostas às questões levantadas para esta pesquisa.

Desse modo, ao fim dessa jornada investigativa, posso chegar a algumas conclusões.

A realização desta pesquisa possibilitou compreender que a atriz presidenta da República do Brasil, no ano de 2015, utilizou seus discursos oficiais para construir representação social com dupla face. Assim, uma face expressa a representação social governante federal como membro ativo do grande corpo social formado por todos os brasileiros (as), no qual ela exerce a função de “cabeça”, de comandante.

A outra face apresenta Dilma Rousseff como agente da prática política, investida do papel de protagonista da cena política do Brasil, numa posição ativa devido à sua representação de líder capacitada e humana, construída num primeiro momento.

Como fruto desse processo representacional, o *ethos* presidencial foi formado pela imagem de forte líder política humana, solidária, responsável pelo bem-estar da sociedade, honesta, capacitada e sábia.

Ainda baseado nas produções discursivas da chefe de Estado, identifiquei que ela mobilizou construções de sentidos por meio de três principais formas de

operação da ideologia. Por meio de constantes caracterizações positivas de sua identidade política e pessoal, Dilma Rousseff conseguiu legitimar sua representação de presidente da nação e, assim, conquistou apoio em meio ao contexto de crise daquele momento.

A chefe de governo desenvolveu específica construção ideológica com base no modo Convencimento, o qual foi muito pertinente para auxiliar a sustentação de sua representação política que se encontrava cercada por situações de adversidade. Dessa forma, aos atores sociais brasileiros, a presidenta Dilma apresentou e defendeu argumentos que justificavam tanto os motivos que provocaram a crise socioeconômica como as medidas e os planos de seu governo para enfrentar a crise e conseguir melhorias da crise.

A mobilização desses sentidos ideológicos criou nos sujeitos convicção a respeito da perspectiva e dos entendimentos esboçados pela governante federal. Isso resultou na aceitação dos ideais defendidos pelos políticos e na concordância popular.

Com o convencimento, vimos que o sujeito que dissemina uma ideologia consegue ir além dos outros modos propostos por Thompson (2009) e alcança uma adesão que extrapola a simples anuência. O convencimento gera um compartilhamento de ideias e de entendimentos ao ponto de o sujeito que recebe a ideologia adotá-la como *sua*.

Segundo o pensamento de Charaudeau (2015),

O discurso político é, por excelência, o lugar de um jogo de máscaras. Toda palavra pronunciada no campo político deve ser tomada ao mesmo tempo pelo que ela diz e não diz. Jamais deve ser tomada ao pé da letra, numa transparência ingênua, mas como resultado de uma estratégia cujo enunciador nem sempre é soberano.

Apoiado nisso, percebi, por meio das análises, que as redes sociais tornaram-se novo palco para representação dos atores sociais, principalmente dos políticos. Assim, vimos que as publicações de trechos dos discursos oficiais da presidenta, na rede social *Facebook*, servem como poderoso meio de divulgação e de acesso da população às atuações governamentais.

O uso das redes sociais pelos atores políticos revela-se como profícuo instrumento para verificação dos efeitos sociais que os eventos discursivos geram. Baseado nos comentários dos “seguidores”, é possível, por exemplo, que os atores políticos avaliem o nível de concordância ou de satisfação de seu eleitorado.

Devido essas possibilidades de troca e de interação, entendi que há relação dialética entre o discurso político e a rede social *Facebook*.

As constatações alcançadas nesta pesquisa podem ser vistas como contribuições que servem para conduzir os atores sociais brasileiros à mudança de suas ações e de seus posicionamentos em relação à prática política. Isso se torna possível porque esta pesquisa expôs as ricas possibilidades que o discurso possui, sobretudo o político. Assim, as análises permitem compreender que é por meio do discurso que os políticos constroem representações sociais e imagens de suas atuações de acordo com determinadas motivações e propósitos ideológicos, com vistas a estabelecer e a manter relações de dominação ou, ainda, de constituir e fortalecer uma identidade de resistência diante de um contexto de crise.

Dessa forma, ancorado na Teoria Social do Discurso e nos resultados desta investigação, objetivo que este estudo abra os caminhos do entendimento dos sujeitos para que considerem o papel e o poder que o discurso possui na vida cotidiana, por estar profundamente relacionado à constituição dos indivíduos e de suas identidades, como também à realização das ações sociais e representacionais.

Sobre a natureza do discurso político, Charaudeau (2015, p. 42-43) declara:

Ele está intrinsecamente ligado à organização da vida social como governo e como discussão, para o melhor e para o pior. Ele é, ao mesmo tempo, lugar de engajamento do sujeito, de justificação de seu posicionamento e de influência do outro, cuja encenação varia segundo circunstâncias de comunicação [...].

Portanto, a questão maior não é gostar ou não de política, mas considerar que os discursos, as representações sociais e as construções ideológicas promovidas pelos atores políticos influenciam e cumprem propósitos que, *muitas* vezes, não correspondem com os dos cidadãos que os elegeram. Nesse sentido, é vital que os brasileiros assumam o protagonismo da cena política, adotando postura mais reflexiva e crítica nas práticas sociodiscursivas das quais eles participam. Dessa forma, a mudança necessária, em cada âmbito da vida sócio-política, pode ser melhor e mais significativamente promovida.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de Si no discurso: a construção do ethos** São Paulo: Contexto, 2016.

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer; Editora da Unesp, 2001.

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio. **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. 2.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

BANDEIRA, Regina Maria Groba. **Sistemas de Governo no Brasil, na França e nos Estados Unidos da América**. Consultoria Legislativa. 2015. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema6/estudo-sistemas-de-governo-br-fr-e-eua>>. Acesso em: 21 out. 2016.

BAUER, Martin W.; GASKELL, Goerge. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CAMARA, Jr., J. MATTOSO. O nome e suas flexões. In: *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1984.

CARVALHO, J. M. Fundamentos da política e da sociedade brasileiras. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio. **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2016.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

CINTRA, A. O. O sistema de governo no Brasil. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio. **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

CUNHA, Celso, CINTRA, Luiz, F. L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexikon Informática, 2007.

_____. Presidencialismo e parlamentarismo: são simples as instituições? In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio. **Sistema Político Brasileiro: uma introdução**. 2.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

EAGLETON, T. **Ideologia**. Tradução de S. Vieira e L. C. Borges. São Paulo: Ed. Universidade Estadual Paulista; Editora Boitempo, 1997.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse**: Textual analysis for social research. London, New York: Routledge, 2003.

_____. **Discurso e mudança social**. Izabel Magalhães Coord. da tradução. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FARR, Robert M. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2013.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução de S. Netz. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço e público e representações sociais. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2013.

LEBRUN. Gérard. **O que é o poder**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MAGALHÃES, Isabel. Introdução: a análise de discurso. **Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v.21, Especial, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. O ethos na análise. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de Si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2016.

MARTINO, L. M. S. **Teoria das Mídias Digitais**: linguagens, ambientes e redes. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2013.

MOSCOVICI, Serge. Introdução. In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2013.

NETO, O. A. O poder executivo, centro de gravidade do sistema político brasileiro. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio. **Sistema Político Brasileiro**: uma introdução. 2.ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

PEDRO, Emília R. (Org.). Análise Crítica do Discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In: PEDRO, E. R. **Análise Crítica do Discurso**. Uma perspectiva funcional e analítica. Lisboa: Editora Caminho, 1998.

SILVA, Francisca Cordelia Oliveira da. **A construção social de identidades étnicos-raciais: uma análise discursiva do racismo no Brasil**. Tese (Doutorado)– Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

THOMPSON, J. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

_____. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

VAN LEEUWEN, Theo. A representação dos actores sociais. In: PEDRO, Emília R. **Análise Crítica do Discurso**. Lisboa: Caminho, 1998.

VIEIRA, J. A. As abordagens críticas e não-críticas em análise de discurso. In: SILVA, D. H. G. da; VIEIRA, J. A. (Org.). **Análise do Discurso**: percursos teóricos e metodológicos. Brasília: Universidade de Brasília; Oficina Editorial do Instituto de Letras; Editora Plano, 2002.

WODAK, R. Do que trata a ACD: um resumo de sua história, conceito importantes e seus desenvolvimentos. **Revista Linguagem em (Dis) curso**, v. 4, Santa Catarina, Editora Unisul, 2004.